

ISSN 2318-2695

REVISTA GEONORDESTE



Ano XXIX

Nº 1

**São Cristóvão – SE
Janeiro - Junho de 2018**

**As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos
autores**

GEONORDESTE (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 1, n.º. 1,
1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2018, n.º 1.

Semestral

1984 – 2018, I – XXIX

1. Geografia – Brasil – Nordeste – Periódicos. I- Universidade
Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 91 (812/813) (05)

ISSN 2318-2695

GEONORDESTE é editada pelo Programa de Pós-Graduação em
Geografia, da Universidade Federal de Sergipe. Avenida Marechal
Rondon, S/N, Didática II, Cidade Universitária Professor José Aloísio
de Campos, CEP: 49.100-000, São Cristóvão (SE). Tel.: (79) 2105-
6782. E-mail geonordeste@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor

Ângelo Roberto Antonioli

Vice-Reitor

Iara Maria Campelo Lima

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Lucindo José Quintans Junior

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Editor Responsável

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Comissão Editorial

Alberlene Ribeiro Oliveira (PPGEO-UFS)

Juliana Antero da Silva (PPGEO-UFS)

Ozéas Péricles Silva Damasceno (PPGEO-UFS)

Priscila Pereira Santos (PPGEO-UFS)

Solimar Guindo Messias Bonjardim (PPGEO-UFS)

Vanessa Santos Costa (PPGEO-UFS)

Vanilza da Costa Andrade (PPGEO-UFS)

Handresha Rocha (PPGEO-UFS) - Revisão de resumos em língua inglesa

José Wellington Carvalho Vilar (IFS – UFS) – Revisão de resumos em língua espanhola

Christian Jean-Marie Boudou (UFS) - Revisão de resumos em língua francesa.

Comissão Científica desta Edição

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva (UFG – Universidade Federal de Goiás)

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos (UFS – Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Anézia Maria Fonsêca Barbosa (UFS Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Auro de Jesus Rodrigues (UNIT – Universidade Tiradentes)

Prof. Dr. Roberto González Sosa (Universidad de La Habana – Cuba)

Profa. Dra. Carla Norma Correia dos Santos (IFS – Instituto Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Cleidinilson de Jesus Cunha (IFS - Instituto Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Geisa Flores Mendes (UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar (UFS - Universidade Federal de Sergipe; IFS - Instituto Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sérgio (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Miriam Cléa Coelho Almeida (UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

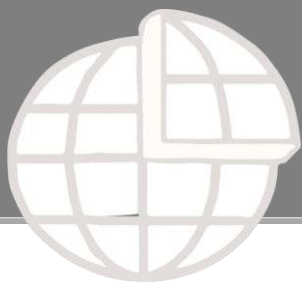
Prof. Dra. Núbia Dias dos Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Rosana Oliveira Santos Batista (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Profa. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda Brasil (UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú)



NOTA EDITORIAL

Em seu ano número XXIX, é com enorme satisfação que a GeoNordeste oferece ao público leitor a primeira edição de 2018. Formada por 13 artigos e uma resenha, a presente edição, seguindo a política editorial da revista, permanece uma aposta clara na diversidade territorial, na dinâmica do espaço geográfico em suas variadas escalas, na abertura de ideias e na amplitude temática dos textos.

Os dez primeiros artigos tratam de questões inerentes às seguintes temáticas: questão de gênero; globalização; agricultura familiar; paisagens culturais; movimentos sociais; relação campo-rural; escravidão rural; epistemologia da geografia; economia criativa; análise regional; memória; e urbanismo.

Os três artigos finais integram uma nova seção da GeoNordeste, denominada de **Memória**. A edição 2018.1 abre assim caminho para as comemorações dos 35 anos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e, nesse sentido, foram convidados Geógrafo(a)s e Pós-graduado(a)s em Geografia e áreas afins para prestar homenagens aos professores da primeira geração do programa. Na presente edição os homenageados são: Dr. Heinz Dieter Heidemann (USP), Dra. Maria Geralda de Almeida (UFG) e Dra. Bárbara-Christine Nentwing Silva (UFBA – UCSAL).

A GeoNordeste sente-se prestigiada com a colaboração de profissionais que ocupam a galeria de honra da Geografia Brasileira e que nesse momento recebem o carinho, o reconhecimento dos pares e os nossos mais sinceros e afetuosos agradecimentos em forma de textos dos seus ex-alunos e amigos.

Boa leitura a todos!

Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Professor do IFS-PPGEO-UFS

Editor-chefe da GeoNordeste

Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Coordenadora do PPGEO e Professora do DGE/UFS

Conselho Editorial da GeoNordeste



GÊNERO, ESPAÇO EDUCATIVO E INTERAÇÕES SIMBOLICAMENTE MEDIADAS

GENDER, EDUCATIONAL SPACE AND SYMBOLIC MEDIATED INTERACTIONS

GÉNERO, ESPACIO EDUCATIVO E INTERACCIONES SIMBÓLICAMENTE MEDIADAS

Rita Radl Philipp

Catedrática de Sociologia da Universidade de Santiago de Compostela (USC) - Espanha

Coordenadora do Comitê de Investigação Sociologia de Gênero da USC

Diretora do Centro Interdisciplinar de Investigações Feministas e de Estudos de

Gênero – CIFEX (USC)

E-mail: ritam.radl@usc.es

RESUMO:

O presente artigo enfoca o tema das identidades de gênero e o significado da sua configuração nos espaços da educação e socialização humana, que aqui vão ser conceituados como ações comunicativas. O texto está baseado em uma perspectiva que compreende que os mesmos processos de construção das identidades de gênero referem-se a processos que são devidos as dinâmicas difusas, inconscientes e semiconscientes, no entanto, exigem um papel ativo dos sujeitos na construção, interpretação e reconstrução social dos conteúdos de gênero. Esse papel ativo corresponde ao mesmo tempo aos sujeitos no decorrer das ações educativas como espaços comunicativos que seguem a dinâmica de interações simbolicamente mediadas.

Palavras-chave: gênero; educação; ações comunicativas; interações simbolicamente mediadas.

ABSTRACT:

This article focuses on the theme of gender identities and the meaning of their configuration in the spaces of the education and human socialization, which here will be conceptualized as communicative actions. The text is based on a perspective that understands that the same processes of construction of gender identities refer to processes that are due to diffuse, unconscious and semiconscious dynamics, however, requiring an active role of the subjects in the construction, interpretation and social reconstruction of the contents of gender, active role that corresponds to subjects in the course of educational actions as communicative spaces that follow the dynamics of symbolic mediated interactions.

Keywords: gender; education; communicative actions; symbolic mediated interactions.

RESUMEN:

El presente artículo enfoca la temática de las identidades de género y el significado de su configuración en los espacios de la educación y socialización humana, que aquí van a ser conceptualizados como acciones comunicativas. El texto parte de una óptica que entiende que los mismos procesos de construcción de las identidades de género remiten a procesos que obedecen a dinámicas difusas, inconscientes y semiconscientes, que no obstante, requieren un papel activo de los sujetos en la construcción, interpretación y reconstrucción social de los contenidos de género, papel activo éste, que corresponde asimismo a los sujetos en el transcurso de las acciones educativas como espacios comunicativos que siguen la dinámica de interacciones simbólicamente mediadas.

Palabras clave: género; educación; acciones comunicativas; interacciones simbólicamente mediadas.

1 INTRODUCCIÓN

El debate teórico más actual acerca de las identidades de género incide cada vez más en una visión de género como un constructo híbrido, queer, voluntario y voluntarista que puede ser esbozado libremente por los sujetos, partiendo de la idea que el género es, en definitiva, un constructo social.

Son especialmente las posturas postmodernistas, tecnológicas y deconstructivistas las que argumentan el aspecto puramente impositivo de la construcción social de los esbozos identitarios al que contraponen fundamentalmente las posibilidades performativas de los sujetos. Así podemos diferenciar, a grandes rasgos, dos posturas más allá del propio debate epistemológico que precisaría de un discurso más específico y pormenorizado, cuestión que hemos acometido ya en otros contextos (RADL, 2001, 2008, 2010, 2012, 2017) y que vamos a dejar de lado en este momento.

En concreto, tenemos por un lado la posición que hace especial hincapié en el aspecto de la imposición unilateral estructural de las identidades de género provenientes de la dinámica del proceso social y cultural global, esto es, funcional-estructural. El proceso de la construcción de la identidad de género sigue en la línea de esta postura explicativa, una dinámica estructural unilateral en la cual el sujeto ejerce de simple agente o actor reproductor de los significados sociales estereotipados y androcéntricos prefigurados y exteriores a él. Por otro lado, se sitúa la segunda perspectiva teórica que parte de la visión de la imposición social del género por parte de una estructura social patriarcal y androcéntrica reclamando la capacidad individual y/o colectiva de los sujetos, para desconstruir los constructos identitarios femenino y masculino como algo históricamente superable proponiendo unas identidades de género híbridas, queer y voluntarias especialmente a través del uso de las nuevas tecnologías de la información e comunicación.

De cara a la cuestión educativa, o bien, desde un ángulo de la educación e socialización humana, el debate es especialmente relevante, sobre todo teniendo en cuenta el significado de los procesos de socialización y de la educación, este último como proceso específico de socialización, para la configuración precisa de las identidades de género. En este contexto es además especialmente relevante recordar el propio debate sexo-género y sus implicaciones para la temática del desarrollo de las identidades de género.

La discusión en torno al uso conceptual tiene su referencia en la introducción de la diferenciación conceptual sexo y género, planteada, como es bien sabido, a principios de los años 60 del siglo XX por John Money y con algunas nociones teóricas particulares por Robert Stoller



desde la óptica de las experiencias terapéuticas psicológicas. Estos autores apuntan a una disociación de los aspectos biológicos de pertenencia de los sujetos, por una parte, y el significado de la adscripción del sujeto con su pertenencia percibida en cuanto al comportamiento efectivo en tanto que sujeto sexuado, por otra. Así refiriéndose a los casos de *transsexualism/transgenderism* descritos por Money, cabían, tal y como destaca M^a Jesús Izquierdo (1988), dos soluciones hipotéticas, o bien amoldar las definiciones y percepciones individuales de los sujetos en relación con su cuerpo y su percibida pertenencia social de género a los modelos socialmente existentes, esto es, someter al cuerpo biológico a una intervención de adaptación biológica o, por el contrario, la modificación por parte de la sociedad de las definiciones sociales de los constructos clasificatorios de género para dar cabida a otros modelos de identidades de género más allá de los modelos femenino y masculino existentes. La solución del sujeto de someter su cuerpo a una intervención para amoldar el cuerpo biológico a la definición identitaria del sujeto denota, ciertamente, adoptar una solución conservadora (IZQUIERDO, 1988) con vistas a la estructura social para que esta preserve su configuración específica manteniendo las clasificaciones de los roles y de comportamiento de género al uso.

Siguiendo en esta línea argumentativa, parece particularmente interesante dilucidar las características específicas de la interrelación entre las condiciones de la socialización humana y el desarrollo de las identidades de género y de las mismas relaciones e interacciones sociales que constituyen el marco concreto en el cual se insertan de forma sustancial los procesos de construcción de las identidades de género. En el presente contexto seguiremos una línea interaccionista de argumentación. Partimos de la tesis que los mismos procesos de construcción de las identidades de género remiten a procesos que obedecen a dinámicas de reconstrucción social difusas, que no obstante, requieren un papel activo de los sujetos en la construcción, interpretación y reconstrucción social de los contenidos de género. Este mismo papel activo les corresponde asimismo a los sujetos en el transcurso de las acciones educativas que conceptualizamos como espacios comunicativos que siguen la dinámica de interacciones simbólicamente mediadas.

Enlazando con este propósito anhelamos dilucidar así en el primer apartado la cuestión de los procesos de construcción de las identidades de género para analizar a continuación la diferenciación entre acciones comunicativas y acciones estratégicas instrumentales con sus implicaciones para el quehacer educativo y esclarecer de este modo a concepción de la educación como interacción comunicativa simbólicamente mediada y las posibilidades de modificación y esbozo en cuanto a unas nuevas identidades de género con vistas a la superación de modelos

binómicos y estereotipados que solo han implicado desventajas y verticalidades para con el rol de género femenino.

2 LOS PROCESOS DE CONSTRUCCIÓN DE LAS IDENTIDADES DE GÉNERO

El debate acerca de los procesos de construcción de las identidades de género se ha diversificado especialmente en la época actual con la irrupción de las explicaciones teóricas posmodernistas que parecen incluso haber dejado una impronta en la discusión epistemológica referente a la propia noción conceptual género. Así se incide una y otra vez con ahínco en el significado performativo de los esbozos identitarios de género, parece que se diluyen los contenidos histórico-tradicionales de género que, según se defiende, apuntan a constructos dicotómicos superados que aluden a modelos identitarios que ya no tienen validez por referirse a significados que no contemplan un grupo o grupos de personas cuyas características serían de tipo híbrido encontrándose fuera del modelo binómico por no situarse en el marco comportamental femenino-masculino conocido. Se entiende cada vez más que el género en tanto que constructo social puede ser entendido en términos voluntarios o voluntaristas individuales (BUTLER, 1990, 1992, 2002, PLANT 1997; MÉRIDA, 2002; WAJCMAN, 2004; PRECIADO 2002; KOYAMA, 2003).

No obstante, las más diversas concepciones teóricas así como las investigaciones empíricas al respecto muestran que, efectivamente, los procesos originarios, primarios de la construcción de las identidades de género obedecen a dinámicas difusas, inconscientes y semiconscientes, y dependen de la experiencia social primaria de los sujetos en relación con el cuidado humano (CHODOROW, 1984; LYNN, 1969). Los datos muestran la permanencia de diferencias significativas en función del género con respecto a las funciones sociales, definiciones culturales, disposiciones psíquicas, comportamientos y actitudes de mujeres y varones. Al mismo tiempo confirman una interrelación determinante entre las condiciones de socialización y educación y el desarrollo de las identidades de género (SUBIRATS, 2007; CHODOROW, 1984; LYNN, 1969).

Aquí defendemos la idea de que, ciertamente, desde una óptica estructural los procesos de construcción de las identidades de género se enmarcan en una dinámica de determinación estructural, que no obstante, transcurre en acciones sociales cara a cara en las cuales los sujetos transmiten significados que ellos mismos interpretan y reconstruyen activamente, esto es, los procesos de construcción de las identidades de género transcurren en un contexto interactivo que se caracteriza por una dinámica que requiere de los propios sujetos una asunción activa y reconstrucciones activas de los contenidos sociales, y esto también es válido para los contenidos de



género. Esto es, la transmisión de los significados de género en los contextos de socialización y educación humana sigue tendencialmente una dinámica comunicativa. O dicho de otra forma, los significados de género, presentes en cualquier aspecto estructural y social, aparecen en contextos de acción intersubjetiva donde tales contenidos de género concretos permiten e incluso requieren del sujeto interpretaciones y reconstrucciones por no estar rígida y totalmente predefinidos de forma unilateral por el entorno social.

Entendemos además, que es esta misma dinámica interactiva consustancial a cualquier acción social compartida la que nos explica el por qué las acciones educativas encierran una función socializadora específica de cara a los contenidos de género. Son estas acciones educativas que tienen por objeto un actuar constante en relación con los contenidos de género explícitos o implícitos, o bien, con connotaciones diferenciales en función del género para con los roles de género femenino y masculino. Según las posibilidades que ofrecen a las y los sujetos educandos, éstos últimos pueden actuar interpretando y reconstruyendo efectuando esbozos propios de los aspectos identitarios de género o, por el contrario, han de reconstruir de forma rígida los elementos de los roles de género estructuralmente definidos. En este sentido existe una relación determinante entre la experiencia educativa y socializadora y el proceso detallado de la constitución de las identidades de género y, por tanto, las acciones educativas se convierten en un elemento fundamental para su explicación y también para cualquier proceso de modificación de las identidades de género existentes.

3 ACCIONES COMUNICATIVAS Y ACCIONES ESTRATÉGICAS-INSTRUMENTALES

La experiencia de los sujetos en lo concerniente a sus identidades de género tiene como referencia específica los contextos sociales cercanos, las acciones compartidas con los demás, en definitiva, las acciones sociales. Estas son, siguiendo la definición clásica de Max Weber (1965), interacciones, tal y como lo especifica:

Por “acción” debe entenderse una conducta humana (bien consiste en un hacer externo o interno, ya en un omitir o permitir) siempre que el sujeto o los sujetos *enlacen* a ella un *sentido* subjetivo. La “acción social”, por tanto, es una acción en donde el sentido mentado por su sujeto o sujetos está referido a la conducta de *otros*, orientándose por ésta en su desarrollo (WEBER, 1965, p. 5).

El autor citado nos dice claramente que las acciones sociales están orientadas en su transcurso por la acción y los significados de todos los sujetos implicados en una acción social, es

decir, contrapone su concepción a una concepción unilateral de la acción. Esta visión se opone a concepciones individualistas y estratégicas de la acción social, y asimismo a explicaciones de la así llamada teoría de los juegos, aun cuando ésta apunta esencialmente al contexto militar y al de la economía, si bien con aplicaciones en el área de cibernética e informática, esto es, de las acciones estratégicas (RADL, 1996; NASH, 1950; COLEMAN, 1989; FRIEDMAN, 1991).

En las interacciones transmitimos de forma incesante significados que construyen, reconstruyen y desconstruyen los significados de nuestros objetos de acción. En el caso de los contenidos de género éstos enfocan las características y significados de género, usualmente referidos a los roles de género femenino y masculino, tanto desde una óptica propia como de una que tiene su mirada puesta en los demás y sus constructos identitarios.

Jürgen Habermas (1975) ha introducido una diferenciación fundamental entre acciones comunicativas y acciones instrumentales estratégicas. Unas acciones comunicativas se distinguen de actos que pretenden la consecución rápida de un fin estratégico instrumental unidimensionalmente predeterminado, tales como coger un bolígrafo, marcar un número de teléfono, coger la carpeta, encender la luz, meter la marcha para mover el coche, etc. Así diferencia éste autor entre un tipo de acción para el *campo de trabajo*, según nuestra precisión sería específicamente el campo de "*trabajo instrumental*"¹ y otro para el *campo de la interacción*. En el campo de trabajo encontramos acciones estratégicas instrumentales como clase dominante de acción y en el ámbito social encontramos de forma dominante acciones que siguen una dinámica comunicativa. Si bien, estas dos formas de acciones, el *actuar instrumental-estratégico* y el *actuar comunicativo*, aparecen usualmente entremezcladas en las acciones que acontecen entre las personas y éstas y su mundo exterior.

El pensador mencionado se manifiesta de forma clara sobre el significado del actuar instrumental estratégico y el comunicativo diciendo:

Las declaraciones sobre el ámbito fenomenológico de cosas y sucesos (o sobre estructuras profundas que se manifiestan en cosas o acontecimientos), solamente se pueden traducir en orientaciones para un actuar racional causal (tecnologías y estrategias), y las declaraciones sobre el ámbito fenomenológico de personas y locuciones (o sobre estructuras profundas de sistemas sociales) en orientaciones para un actuar comunicativo (en saber práctico) (HABERMAS, J. 1975, p. 399-400)².

¹ Ver RADL PHILIPP, R. La educación como interacción simbólica, en: **Revista de Educación**, n. 145, p. 7-15, 1991 y también RADL PHILIPP, R. Teoría hermenéutico-crítica frankfurtiana, interés epistemológico emancipativo y prácticas de Pedagogía Crítica, en: **Revista Binacional Brasil Argentina Diálogo entre as Ciências**, vol. 3, no. 2, dezembro, 2014, p. 146-174.

² HABERMAS, J. (1975). **Erkenntnis und Interesse**. Frankfurt: Suhrkamp. pp. 399-400.



Con estas palabras, Habermas (1975) sugiere que las acciones sociales, esto es, las interacciones sociales, corresponden tendencialmente a acciones comunicativas. En otros términos, para la esfera de las actuaciones sociales, es decir el actuar intersubjetivo entre personas como sujetos, postula el actuar social como un actuar comunicativo³.

Para este teórico el acto comunicativo es este tipo de acción en la cual los sujetos se centran en la coordinación de la acción:

Por otro lado hablo de acciones comunicativas, cuando los planes de la acción de los actores implicados no están coordinados mediante cálculos egoístas de éxitos, pero a través de actos de entendimiento. En el acto comunicativo, los participantes no están principalmente orientados hacia el propio éxito; persiguen sus fines individuales bajo la condición de que pueden coordinar sus planes de acción basados en definiciones comunes de la situación. En este sentido, negociar las definiciones de la situación es una parte importante de los esfuerzos interpretativos necesarios para el actuar comunicativo (HABERMAS 1981, p. 385, volumen 1).

Con estas palabras Habermas (1981) sugiere que las acciones sociales, esto es, las interacciones sociales, corresponden tendencialmente a acciones comunicativas, esto es, para la esfera de las actuaciones sociales, es decir el actuar intersubjetivo entre personas como sujetos, postula el actuar social como un actuar comunicativo. Mientras que el fin de las acciones estratégico instrumentales son racionales hacia un fin, pretenden el dominio de un campo de acción o de los objetos de acción, el fin de las acciones comunicativas reside en los sujetos mismos, en su autorrealización y en el propio acto comunicativo. El sujeto pretende mediante la argumentación ser entendido, comprender y resolver cuestiones prácticas de la vida.

4 EDUCACIÓN E INTERACCIONES COMUNICATIVAS SIMBÓLICAMENTE MEDIADAS

Como ya hemos defendido en otros contextos, en múltiples publicaciones nuestras, las acciones educativas corresponden a interacciones, a este tipo de acciones comunicativos en los cuales construimos interactivamente los propios contenidos de estas acciones, no se persigue el dominio de los demás, ni de los educandos, sino el proceso educativo se conceptualiza así como proceso que incide en el desarrollo y en la autorrealización de los sujetos involucrados en la

³ Véase la argumentación teórica detallada del autor sobre la concepción del actuar comunicativo: HABERMAS, J. (1981). **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt: Suhrkamp. Tomos 1 y 2. (particularmente tomo 1). En castellano: (1984) **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus.



interacción educativa que es concebida además en términos de acciones bidireccionales y con intenciones recíprocas.

Desde el punto de vista microestructural el quehacer educativo se caracteriza por ser un actuar comunicativo que tiene su razón de ser en los mismos miembros, ya que en realidad no busca un *dominio técnico* de su campo de acción o de alumnas y alumnos, ni pretende “manipular” los “objetos” de acción, sino que lo que anhela es llegar a un acuerdo sobre significados y objetivos de la acción. Sin embargo, esto no es óbice para que en las situaciones educativas tenga también lugar un actuar racional causal-instrumental (“strategisches-zweckrationales Handeln”), hecho que acontece incluso a menudo.

Existe otro punto clave en lo referente a nuestro tema que hace especial hincapié en la importancia de sistemas simbólicos que nos permiten nuestras acciones comunes con los demás. Aquí nos referimos principalmente a sistemas simbólicos significantes, en palabras de George Herbert Mead (1972), *gestos significantes* que permiten a la vez la transmisión de significados sociales generales y de significados muy particulares que se generan en las interacciones que sirven para su transmisión. Para Mead (1972) el “gesto simple” nos sirve para la coordinación de actos sencillos vinculados a la dinámica de las situaciones, a situaciones concretas, mientras que el “símbolo significativo” nos permite la coordinación de acciones complejas y mantener identidad.⁴ El lenguaje común es el sistema de símbolos significantes más relevante. El autor que constituye el centro de nuestras reflexiones aquí dice literalmente al respecto:

La importancia del gesto vocal reside, pues, en este hecho de que el individuo puede oír lo que dice y de que, al oír lo que dice, tiende a reaccionar como reacciona la otra persona... De tal manera uno encuentra en sí mismo la misma tendencia que se pide al otro individuo que realice... (MEAD, 1972, p. 108-109).

Mead (1972) alude al hecho de que solo el gesto o vocal significativo nos permite una comunicación con los demás precisamente por contar con el mismo significado para todos los sujetos involucrados en una acción, de otra forma no sería posible una comunicación, una transmisión de significados y, en efecto, la realización de acciones sociales, que son interacciones y como tales, siempre *acciones simbólicamente mediadas*.

Un símbolo tiende a provocar en el individuo un grupo de reacciones tales como despierta en el otro, pero algo más está involucrado en el hecho de que sea el símbolo significativo: esta reacción dentro de uno mismo a palabras como “silla” o “perro” constituye, para el individuo, tanto un estímulo como una reacción....Se

⁴ Vid. las ideas de G. H. Mead en MEAD, G. H. **Espíritu, persona y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1972. p. 107 y ss.



convierte en un estímulo para una etapa posterior de la acción que ocurrirá desde el punto de vista de esta reacción especial (MEAD, 1972, p. 110 y 111).

Es decir, la interacción simbólicamente mediada posibilita la continuación de acciones por permitir la anticipación de los actos comunicativos posteriores a los sujetos involucrados. Y más allá de la construcción, interpretación y reconstrucción de significados generales, es la dinámica comunicativa la que apunta a la relevancia de los aspectos particulares, de los aspectos personales de la identidad de las personas en las situaciones interactivas, que son sustanciales desde una óptica de actuar en roles y de la identidad, que es ante todo una identidad de género, sexuada. Paul Watzlawick (1983) ha bautizado a este fenómeno como “*aspecto de relación*” que se diferencia del “*aspecto de contenido*”⁵, aspectos que contienen a la vez todos los actos de la comunicación humana, siempre y cuando se trate, en definitiva, de interacciones simbólicamente mediadas y no de “comunicaciones unidireccionales”. Y es el *aspecto de relación* que induciendo a una meta-comunicación requiere un actuar reflexivo por parte del sujeto en torno a sus elementos identitarios, una cuestión fundamental con vistas a un esbozo flexible de las identidades de género.

Los dos aspectos referidos, eso es, el *aspecto de contenido* y el *aspecto de relación* de la comunicación, tienen una gran importancia para el proceso del desarrollo de la personalidad humana desde una óptica sociológica. Como la interacción simbólicamente mediada permite a la vez la transmisión y construcción de significados generales y particulares ésta se convierte en el medio fundamental para el proceso de la constitución reflexiva y social de la personalidad humana, ideas a las que han aludido autores tan diversos como Jean Piaget, Lew Wygotsky, Johann Gottlieb Fichte, George Herbert Mead, Thomas Luckmann, Jürgen Habermas y Paul Watzlawick. Enlazando con sus aportaciones, refiriéndonos a las condiciones socializadoras y volviendo al núcleo central de nuestra argumentación, las interacciones simbólicamente mediadas son las que facilitando a la vez el intercambio de ideas generales y muy particulares exigen que todos los implicados en la interacción educativa participen activamente en la elaboración y transmisión de contenidos. Insistimos en que no se trata de una simple posibilidad, sino que en realidad es una exigencia estructural de la comunicación el que los sujetos participen de modo activo en la elaboración y transmisión de los propios contenidos. Una simple “reproducción mecánica” de éstos por parte de educandas y educandos no deja efectos reales en la misma interacción educativa y en la identidad de las personas.

En el contexto de las interacciones simbólicamente mediadas, el sujeto mantiene y construye de forma ininterrumpida su identidad, en terminología de George Herbert Mead (1972) su “Self”.

⁵ Refiriéndose al mismo hecho, Habermas emplea los vocablos “*aspectos proposicionales*” y “*aspectos performativos*” respectivamente, Véase: HABERMAS (1975; 1981).

Hace un esfuerzo para presentarse, por una parte, en su identidad social, que atañe a su posición social-estructural, corresponde a las expectativas sociales, el sujeto actúa como si “fuese igual” que todos los que ocupan su misma posición social, pero en este mismo acto, ya se distancia de esta faceta social al esbozar su visión específica, su identidad personal, para introducir todo aquello que le diferencia de los demás, ante todo en su vertiente biográfica. El acto final de su presentación de identidad, identidad del Yo, corresponde a un acto creativo en el cual esboza su identidad en relación con cada situación comunicativa de nuevo teniendo en cuenta asimismo las identidades de los demás sujetos presentes en la interacción. Mead (1972) habla en este contexto del I y del Me.

Las acciones educativas son conceptualizables, por tanto, como interacciones simbólicamente mediadas. En éstas el sujeto reconstruye activamente los contenidos que en el caso de las identidades de género son contenidos identitarios. Teniendo en cuenta nuestra argumentación acerca del carácter de las acciones educativas como comunicativas, parece lógico pensar que las mismas condiciones estructurales de la propia acción educativa pueden ser o bien más favorables, o menos favorables a este clima comunicativo, puede ofrecer a educandas y educandos un grado más restrictivo o más abierto para el esbozo de sus identidades, concretamente de género.

5 ROLES DE GÉNERO Y EDUCACIÓN

Aun cuando los roles de género son constructos transversales, están presentes en todos los roles sociales de forma transversal, tienen como referencia a una posición estructural y social específica que indica unas pautas de comportamiento y la existencia de expectativas, lo mismo que acontece en relación con todos los demás roles sociales. Así han de ser entendidos como constructos de roles en los mismos términos conceptuales como los demás roles sociales.

Desde la óptica interaccionista se comprende el actuar en roles como un proceso que requiere una distancia hacia los roles, la capacidad de aguantar ambigüedades, la tolerancia de frustración, competencia comunicativa y empatía, capacidades que a su vez se adquieren de forma activa por parte de los sujetos en las mismas interacciones sociales, o bien, en las interacciones educativas y a lo largo de la socialización humana.

Así describe George Herbert Mead (1972), el aprendizaje infantil de las distintas funciones y roles sociales en términos de una reconstrucción activa de los contenidos, conductas y hábitos. Mead explica como en los muy variados juegos de roles de la niña y del niño pequeños tiene lugar la asunción activa de los roles sociales (MEAD, 1972). A lo largo del juego de roles, los niños asumen los papeles de sus “*otros específicos*”, (BERGER Y LUCKMANN, 1999, p. 666), es decir,



de su madre y padre, de forma activa modificando, reelaborando y adaptando los mismos contenidos de roles a sus necesidades situacionales concretas. Esta experiencia con los “*otros específicos*” se generaliza poco a poco adoptando la forma de “*otros generalizados*”, eso es, de los roles sociales de madres, padres, mujeres, hombres, etc. Integrando la experiencia en esta constelación básica de los juegos de roles infantiles, se incorporan paulatinamente más roles sociales.

En este sentido, entiende la teoría del interaccionismo simbólico el aprendizaje de los roles como un proceso de reconstrucción activa que precisa, a su vez, de una distancia de roles y de esbozos propios de estos en el proceso de la asimilación de los roles. No es una simple imitación y reproducción de contenidos, según advierte Mead una y otra vez. Esta perspectiva es ciertamente importante para la problemática de los roles de género. Asimilando los presupuestos de una reconstrucción activa de los roles sociales a los roles de género en cuanto que experiencias primarias perfilamos una conceptualización de educación y socialización que entiende este proceso en términos interactivos, y, por tanto, como un espacio en el cual se definen, redefinen y reconceptualizan constantemente los roles de género. Se refuerzan las asignaciones normativas de los mismos en un sentido tradicional estructural, pero al mismo tiempo se producen modificaciones en los contenidos de género, eso sí, bajo unas circunstancias determinadas. El grado de apertura comunicativa para permitir interpretaciones flexibles y abiertas tiene desde esta óptica especial relevancia, de éste dependen las posibilidades de la distancia de roles y la capacidad de esbozar abierta y flexiblemente los roles de género en su faceta transversal, si cabe.

6 CONCLUSIONES

En los párrafos anteriores hemos argumentado una visión simbólico interaccionista de las acciones sociales conceptualizando a la educación como un hecho interactivo que influye de forma decisiva en el desarrollo de las identidades de género. La dinámica comunicativa que caracteriza el actuar educativo apunta a un significado fundamental para el desarrollo de unas nuevas identidades de género. Una explicación interactivo-comunicativa de la educación humana con vistas a los procesos que configuran las identidades de género femenino y masculino indica que del grado de apertura comunicativa de las experiencias educativas dependen las posibilidades de los sujetos de mantener una distancia de roles y sus posibilidades de esbozar sus contenidos de género de manera reflexiva. De ninguna manera se trata solo de actos performativos y voluntaristas de los sujetos.

Partiendo de unas aseveraciones sobre el debate actual acerca del género como un mero constructo social unilateralmente impuesto, destacamos especialmente el significado de la experiencia social y educativa para con unos constructos identitarios de géneros abiertos y flexibles, pero que a su vez dependen de la experiencia educativa y socializadora de la propia persona. Una visión teórico- interaccionista y comunicativa de la educación y socialización humana en lo referente a unas nuevas identidades de género otorga también a los sujetos en tanto que elementos activos del proceso (RADL PHILIPP, 1988, 1991, 1998a, 1998b) el protagonismo en este proceso de construcción de las identidades de género, pero aduce al mismo tiempo que esté proceso no es una cuestión individual voluntarista ya que los significados de los roles de género se construyen de forma intersubjetiva. En efecto, los significados de los roles y de las identidades de género son generados en las mismas interacciones con los demás y dependen de las condiciones comunicativas de las acciones educativas concretas.

BIBLIOGRAFÍA

- BERGER, PETER; LUCKMANN, THOMAS. Socialización Primaria, en: FERNANDEZ ENGUITA, MARIANO (Coord.). **Sociología de la Educación**, Barcelona, Ariel, 1972
- BUTLER, JUDITH. **El Género en Disputa. El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.
- BUTLER, JUDITH. **Cuerpos que importan. Sobre los límites discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, JUDITH. Problemas de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico, en: NICHOLSON, Linda (com.): **Feminismo/postmodernismo**, Buenos Aires, Feminaria, 1992.
- BUTLER, JUDITH. **Gender Trouble**, New York, Routledge, 1990
- CHODOROW, NANCY. **El ejercicio de la maternidad**. Psicoanálisis y sociología de la maternidad en la crianza de los hijos, Barcelona, Gedisa, 1984.
- COLEMAN, JOHN. **Formulations of Social Theory**, Cambridge, Harvard University Press, 1989.
- FRASER, NANCY. Redistribución y Reconocimiento: Hacia una visión integrada de justicia de género. In: RADL-PHILIPP, R. (Org.). **Mujeres e Institución Universitaria en Occidente**, 1996.
- FRIEDMAN, JAMES W. (1991). **Teoría de juegos con aplicaciones a la economía**. Madrid, Editorial Alianza Universidad, 1991.
- GILLIGAN, CAROL. **In a different voice**. Cambridge-Harvard: University Press, 1982.
- GILLIGAN, CAROL. **La Moral y la Teoría. Psicología del Desarrollo Femenino**, México, FCF, 1985.



GOFFMAN, ERVING. **Estigma**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

HABERMAS, JÜRGEN. **Zur Entwicklung der Interaktionskompetenz**. Frankfurt: Universität Frankfurt, 1975.

_____. **Erkenntnis und Interesse**. Frankfurt: Suhrkamp, 1975.

_____. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt: Suhrkamp. Tomos 1 y 2, 1981. En castellano: **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1984.

IZQUIERDO, M^a J. El proceso de constitución de la identidad de género en función del sexo. In: RADL-PHILIPP, R.; GARCIA-NEGRO, M^a. C. **A Muller e a sua imaxe**. Santiago de Compostela: USC, 1993.

_____. **El Malestar en la Igualdad**. Madrid: Cátedra, 1998.

KOYAMA, EMI. The transfeminist manifesto. En: **Catching a wave: Reclaiming feminism for the 21st century**, 244-259. Northeastern, University Press, 2003.

KRAPPMANN, LOTHAR. **Soziologische Dimensionen der Identität**. Stuttgart: Klett, 1972.

LYNN, DAVID. **Parental and Sex Role identification**, Berkley, Mc Cutchan, 1969.

MEAD, GORGE HERBERT. **Espíritu, persona y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MÉRIDA JIMENEZ, RAFAEL. **Sexualidades Transgresoras. Una ontología de estudios queer**, Barcelona, Icaria, 2002.

NASH, JOHN F. Equilibrium points in n-person games. **Proceedings of the National Academy of the USA**, 36(1), p. 48-49, 1950.

PLANT, SADIE. **Ceros más os: mujeres digitales más la nueva tecnocultura**, Barcelona, Destino, 1997

PRECIADO, BEATRIZ. **Manifiesto contra-sexual. Prácticas subversivas de identidad sexual**. Madrid: Opera Prima, 2002.

RADL PHILIPP, R. La familia como instancia socializadora según un enfoque interactivo-comunicativo. **Revista Internacional de Sociología**, v. 2, p. 299-314. 1988.

_____. La educación como interacción simbólica. **Revista de Ciencias de la Educación**, n. 145, p. 7-15. 1991.

_____. La nueva definición del rol femenino. In: RADL-PHILIPP, R.; GARCIA-NEGRO, M^a. C. (Org.). **A Muller e a sua imaxe**. Santiago de Compostela: USC, 1993.

_____. Los Procesos de la Constitución Social de las identidades de Género en el contexto de la socialización humana: Bases para un modelo teórico-interaccionista. En: RADL-PHILIPP, R. (Org.). **Mujeres e institución universitaria en occidente**. Santiago de Compostela: USC, 1996.

_____. Las condiciones socioestructurales del proceso educativo. Hacia una perspectiva crítico-interaccionista. **Revista de Ciencias de la Educación**, n. 175, p. 347-66. 1998a.

_____. La Teoría del actuar comunicativo de Jürgen Habermas: Un marco para el análisis de las condiciones socializadoras en las sociedades modernas, **Papers**, n. 56, p. 117-34. 1998b.

_____. **Cuestiones Actuales de Sociología del Género**. Madrid: CIS, Madrid, 2001a.

_____. Acerca del estatus epistemológico-crítico de las investigaciones de género. In: RADL-PHILIPP, R. (Org.) **Cuestiones Actuales de Sociología del Género**. Madrid: CIS, Madrid, 2001b.

_____. Socialización y Educación en función del Género en las sociedades modernas. In: TOBIO-SOLER, C. (Org.) **Una nueva Sociedad a partes iguales**. Madrid: Comunidad de Madrid, Madrid, 2003. p. 189-207.

_____. **Investigaciones Actuales de las mujeres y del Género**. Santiago de Compostela: USC, 2010a.

_____. Derechos Humanos y Género. **Cadernos CEDES**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 81, p. 135-56 Maio/Agosto. 2010b.

_____. Identidades de género, medios y nuevos medios tecnológicos de la comunicación” In: GARCÍA-MARÍN, J. (Org.) **Postmodernidade e novas redes sociais**. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións da USC, p. 21-34, 2012.

_____. Teoría hermenéutico-crítica frankfurtiana, interés epistemológico emancipativo y prácticas de Pedagogía Crítica. En: **Revista Binacional Brasil Argentina Diálogo entre as Ciências**, vol. 3, n. 2, dezembro 2014, p. 146-174.

SUBIRATS, MARINA; TOME, AMPARO. **Balones Fuera. Reconstruir los espacios desde la coeducación**, Barcelona, Ed. Octaedro, 2007.

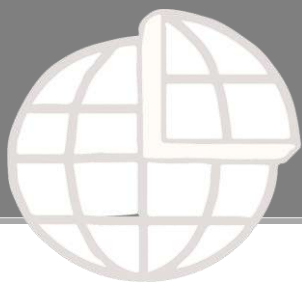
WAJCMAN, JUDY. **El tecnofeminismo**, Ediciones Cátedra, Madrid, 2004.

WALTZLAWICK, P. *et al.* **Teoría de la comunicación humana**. Barcelona: Herder, 1983.

WEBER, MAX. **Economía y Sociedad. Esbozo de una sociología comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

Recebido em 21 de novembro de 2017
Aprovado em 04 de janeiro de 2018





GLOBALIZAÇÃO: UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO?

GLOBALIZATION: WOULD IT BE A NEW PHASE OF CAPITALISM?

GLOBALIZACIÓN: UNA NUEVA FASE DEL CAPITALISMO?

Lucas Gama Lima

Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão

E-mail: lucasaelima@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo destina-se a decodificar as determinações materiais em que se assenta a globalização. Compreende-se que a crise do capital, eclodida na segunda metade do século XX, ao acarretar uma relativa diminuição da taxa de lucro ensejou um conjunto de alterações no funcionamento do capitalismo que imprimiram nova tônica ao processo de acumulação em escala mundial. Isso não significou uma nova fase da economia capitalista, senão o recrudescimento de sua face expropriadora sob o imperialismo vigente.

Palavras-chave: globalização; mundialização do capital; imperialismo; capital.

ABSTRACT:

The current article is earmarked to decode Globalization's contradictory peroration, identifying determined subjects of hoarding on capital's globalization. It is perceived that the capital's crisis hatched in the second half of XX century, on account of profits' relative rate decrement, enabled a joint of disturbances on capitalism's operation which engrafted a new tonic into the process of hoarding in a worldwide scale. Whereas that has not meant a current phase of the capitalist economy but the recrudescence of the new expropriating face upon the ruling imperialism.

Keywords: globalization; capital's globalization; imperialism; capital.

RESUMEN:

El presente artículo se destina a decodificar las determinaciones materiales en que se asienta la globalización. Se entiende que la crisis del capital, eclodida en la segunda mitad del siglo XX, al acarrear una relativa disminución de la tasa de ganancia ha dado lugar a un conjunto de cambios en el funcionamiento del capitalismo que imprimieron nueva tónica al proceso de acumulación a escala mundial. Esto no significó una nueva fase de la economía capitalista, sino el recrudescimiento de su cara expropiadora bajo el imperialismo vigente.

Palabras clave: globalización; mundialización; imperialismo; capital.

1 INTRODUÇÃO

As alterações na tessitura da economia mundial desde a dissolução do Acordo de Bretton Woods, associadas ao aparecimento e disseminação da microeletrônica, da robótica e de inovadoras tecnologias de comunicação, provocaram um debate no meio acadêmico. Majoritariamente, os pensadores alinhados ao arcabouço teórico conservador ou neoliberal, denominaram esse período com a palavra de origem anglo-saxão, “globalização”, caracterizando-a como um fenômeno que

universalizaria as mercadorias, as técnicas e a cultura entre as nações, estreitando os laços e diminuindo as diferenças em razão da desregulamentação das economias nacionais, ou seja, concebendo-a como de consequências positivas.

[...] a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo (CHESNAIS, 1996, p. 25).

De modo diametralmente oposto surgiram vozes insurgentes contra a globalização. Boron (1999), por exemplo, afirma que a globalização é um espetáculo que exerce funções político-ideológicas importantes na hora de legitimar as políticas neoliberais, valendo-se de ser um mero embuste. Em outra publicação, Boron (2012) explica que a sobrevivência do animal insólito chamado imperialismo, imune às modas intelectuais e linguísticas fez com que nos anos 80 e 90, o mesmo fosse deliberadamente ocultado por um novo nome: globalização.

Petras (2001) apresenta a tese de que a globalização foi “desenhada” e “vendida” com um cunho ideológico significativo, buscando forjar um ambiente de adaptação entre os trabalhadores, que naturalizasse as desigualdades internas e externas entre as nações. Saxe-Fernandez e Omar Nuñez (2001) seguem o mesmo entendimento de Petras, afirmando que desde a década de 1980, um emaranhado de palavras abordadas como “novidade” e reunidas sob o nome de globalização, tem se empenhado em obnubilar categorias essenciais para a decodificação da realidade, especialmente, usando o fetiche das tecnologias e, principalmente, o mito do fim do Estado-nação.

Partimos do pressuposto de que a globalização corresponde exatamente ao período de internacionalização do capitalismo, onde se usa exaustivamente um aparato tecnológico para acelerar a rotação do capital e o retorno rápido dos lucros. Não se trata da criação de uma aldeia global como disse Otavio Ianni (1992), nem muito menos da redução das desigualdades e fim do Estado-nação, como preconizam os signatários do pensamento liberal, a consideramos como um momento singular do largo e contraditório processo de internacionalização do capitalismo, permeado por notáveis assimetrias econômicas que (res)significam o imperialismo contemporâneo como fase de uma acumulação em escala mundial do capital. Assim, coadunamos com Moreira (2006, p. 19) que a:



[...] globalização não é a nova ordem que vem para substituir e tornar o imperialismo uma página virada na história das sociedades modernas, mas a escala de espaço com que o imperialismo, como forma do capitalismo em sua etapa avançada, se organiza geograficamente agora.

O presente artigo tem como desideratos: a) a decodificação da globalização, revelando que a mesma está ancorada na crise *sui generis* que se abate sobre o capitalismo em meados da década de 1960; b) uma breve análise sobre o estudo da crise de superprodução relativa em Marx; c) a investigação da emergência da economia mundializada de capital como contratendência à crise, materializada na reestruturação produtiva do trabalho e na (des)regulamentação comercial, monetária e financeira da economia capitalista e; d) uma análise das alterações nas relações (re)produção sob a economia mundializada e sob os auspícios do capital financeiro, ou seja, sob a hegemonia do capital portador de juros e do capital fictício.

Por meio de investigação teórico-metodológica, inscrita no materialismo histórico-dialético, a realidade aqui analisada é abordada como singularidade/totalidade, ou seja, como expressão concreta que se materializa de diferentes maneiras nas mais diversas formações sociais ao tempo que preserva os condicionantes gerais do modo de produção hegemônico, qual seja, o capitalismo. Assim, o método empregado na presente investigação considera a realidade como social e histórica e se propõe a não somente identificar, mas também submeter à rigorosa análise as contradições pertinentes ao fenômeno da globalização.

2 DECODIFICANDO A GLOBALIZAÇÃO

Podemos afirmar que a globalização é a acumulação mundializada de capital que recrudesce com a crise de superprodução do capital, no entardecer dos anos de 1960 e alvorecer dos anos de 1970, provocando significativas alterações de ordem política e econômica. Como bem afirmou Gejo e Berardi (2013), apesar de seu fim obstinadamente apologético, a realidade da globalização surge da agudização das contradições do sistema do capital, desde o último quartel do século XX.

Não obstante a teoria dos ciclos, especialmente a de Kondratieff (1946), a crise do capital que se abate sobre a economia mundial neste período estava ancorada em contradições bem diferentes das anteriores. Tratava-se do fim de um longo período de acumulação de quase três décadas, associadas à diminuição da média da taxa de lucros entre as corporações e a explosão de emissões de papel-moeda, desprovidos de lastro produtivo.

Destarte, tratava-se de uma crise estrutural do capital, que como explica Mészáros (2009) consiste em uma crônica crise de rentabilidade, onde o regime sociometabólico do capital torna-se

mais agressivo e predatório e sobre margens mais estreitas de lucratividade. Sobre a singularidade da crise do capital deflagrada nos idos da década de 1970, explica Monteverde (2002, p. 99):

Os que estudam a atual crise afirmam em geral que se trata de um profundo desajuste, distinto das flutuações cíclicas que o capitalismo sofreu desde princípios do século XIX; de uma crise estrutural do processo de acumulação de capital, que agora não somente envolve sobreprodução de bens e serviços e sobreacumulação de capital, senão movimentos erráticos de enormes massas de dinheiro; de uma crise de longo alcance que atinge a economia e ainda a política (tradução nossa).

Saxe-Fernandez (2001) enaltece o corolário de que a crise que se abate sobre o capitalismo nos albores da década de 1970, em hipótese alguma pode ser concebida como mais uma crise cíclica, ou passageira – passível de ser dissipada na nova linha ascendente do ciclo. Trata-se de uma crise que por englobar pânico financeiros semanais, precarização sem retorno do trabalho, interrupções corriqueiras da produção, além de outros sintomas, é estrutural ao sistema capitalista.

Portanto, como disse Vasapollo (2006), a chamada globalização ou nosso entendimento a acumulação mundializada do capital foi uma tentativa de resolver a crise de acumulação que se apresenta com toda força desde os anos de 1970, esgotando os conhecidos “trinta anos gloriosos do capitalismo”.

3 REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE CRISE EM KARL MARX

É importante ressaltar que a crise para Marx (1988) se relaciona sempre com uma crise de superprodução relativa de capital. Ou seja, Marx (1988) indica que a crescente concorrência entre capitalistas leva-os a aumentar a composição orgânica de capital, que por sua vez, eleva para além do que é necessário, a capacidade de produção de mercadorias, inviabilizando a reprodução ampliada do capital. A superprodução de capital é sempre relativa porque as condições de exploração capitalista da força-de-trabalho, combinada com uma ininterrupta alteração na composição orgânica do capital, criam inevitavelmente um conjunto de trabalhadores e de capital excedentes. Portanto, é relativa quanto à incapacidade de oferecer lucros crescentes aos capitalistas.

[...] a superprodução absoluta de capital não é uma superprodução absoluta em geral, uma superprodução absoluta de meios de produção. É apenas uma superprodução de meios de produção, à medida que estes funcionam como capital e, por isso, devem, em relação ao valor inflado em função de sua massa inflada, implicar uma valorização desse valor, gerar um valor adicional (MARX, 1988, p. 183).



Em face dessa condição, o possuidor da propriedade dos meios de produção não alcança a taxa média de lucro, muito menos, a majora. Nesse sentido, a centralidade da crise do capitalismo se encontra nas dificuldades de se prosseguir com a reprodução ampliada do capital.

A superprodução do capital não diz respeito a inexistência de demanda suficiente para a realização de valor, como sugerem os marxistas subconsumistas, a exemplo de Luxemburgo (1984). Diz respeito ao excesso de capital que não consegue proporcionar ao capitalista a reposição do capital investido somado ao alcance de uma taxa de lucro crescente, a saber, a reprodução ampliada.

O excesso de capital só é concebível porque na sociedade marcada pela notável contradição entre a produção social e a apropriação privada, a riqueza não é destinada para a satisfação da necessidade, senão para a obtenção ampliada de lucros. Logo, se admite a existência de crise do capital quando esta figura como uma crise de solvência, e não uma crise em virtude da impossibilidade de se consumir absolutamente os bens disponibilizados, vide o estrato de famintos em todo o mundo e as hordas de pessoas à margem do acesso a diversos bens.

A possibilidade de superprodução do capital é imanente ao mesmo, haja vista que o processo de rotação do capital (P-D-C-C), que permite o retorno do capital na forma valor-dinheiro ao ponto inicial ($D-M-D' \rightarrow D'-M'-D'' \dots$), é realizado em um lapso de tempo que impõe a separação relativa da compra e da venda da mercadoria (seja ela do Departamento I ou do II). Ou seja, a realização do mais-valor não é instantânea, conduzindo ao distanciamento entre o fulcro da produção de mais-valor e lócus da circulação, o mercado.

A compra e a venda – em resumo, o movimento de metamorfose da mercadoria – vem a ser uma unidade de dois processos ou, melhor dito, um processo formado por duas fases contrapostas. Apresenta-se, portanto, como a unidade destas duas fases, mas este processo é também uma separação das duas fases, separação que permite sua recíproca autonomização. Nesse sentido, como a compra e a venda formam um todo, então a autonomização dos momentos se revela necessariamente de modo violento, como um ato destrutivo. Nas crises, precisamente, se põe em relevo esta unidade, esta unidade dos contrários. A autonomia dos dois momentos que formam uma unidade, mas que se opõem entre eles, fica destruída violentamente. A crise é assim a manifestação da unidade dos dois momentos autonomizados e opostos. Não haveria crise sem esta unidade interior de elementos que, a princípio, parecem indiferentes entre si (tradução nossa) (MARX, 2009, p. 54).

O excesso de capital é também galvanizado pelo tendencial aumento de capital constante no processo produtivo, originado da concorrência entre capitalistas, que conduz à elevação da produtividade do trabalho e, por consequência, à diminuição da presença de capital variável por cada unidade-mercadoria produzida. Assim, a superacumulação de capital potencializa o excesso de capital e, por sua vez, a iminente possibilidade de rompimento do ciclo ininterrupto de valorização.

Pode-se então, resumir que a crise de superprodução do capital é uma crise consignada num excedente de capital que, temporariamente, “congela o hiato” entre a produção e a realização, ou para ser mais preciso, o momento em que não se verifica o alcance de pelo menos o lucro médio, inviabilizando a reprodução ampliada. Diante dessa situação, Marx aponta que o capitalista dispõe – como uma das contra-tendências à crise – da exportação de capital para o exterior. Em outras palavras, a produção e apropriação de mais-valor fora do país-sede do empreendimento capitalista, como forma de evitar a queda da taxa média de lucro. Não se trata, portanto, de admitir um suposto esgotamento da capacidade de obtenção de lucro no interior do país, mas de condições objetivas que permitem ao capitalista auferir maiores lucros com o capital investido no exterior, que o empregado em âmbito interno.

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (MARX, 1988, p. 184).

Em resumo, o que orienta a mobilidade do capital é a sua reprodução ampliada, independente para onde se destina. Sua insaciabilidade o conduz, indubitavelmente, a buscar a sua valorização de toda maneira.

4 A ACUMULAÇÃO MUNDIALIZADA DO CAPITAL COMO RESPOSTA À CRISE

A acumulação mundializada de capital emergiu como uma tentativa de resolução da crise de superprodução do capital. O fim dos trinta anos gloriosos do capitalismo consistiu das crescentes dificuldades aos preceitos de Bretton Woods – que proporcionou a retomada pujante das emissões sem lastro, ou seja, de dinheiro fictício – e queda na rentabilidade das corporações monopólicas. Ellen Wood (2014, p. 102) ilustra didaticamente a emergência da acumulação mundializada do capital:

O que se seguiu foi o período que chamamos de globalização, a internacionalização do capital, seus movimentos rápidos e livres e a mais predatória especulação financeira por todo o globo. Foi uma resposta, tanto quanto qualquer outra, não aos sucessos, mas aos fracassos do capitalismo.



Entre as características desse interregno no processo de internacionalização do capital estão:

a) a reestruturação do trabalho, com a crise do modelo fordista/taylorista de produção e a emergência do modelo toyotista sob a insígnia de “flexível”; b) a queda tendencial da taxa média de lucros e a diminuição na taxa de acumulação do capital constante, o aumento gigantesco das atividades financeiras, especialmente de cunho fictícias, como forma de assegurar aos capitalistas a continuidade de auferição de lucros.

Durante a vigência dos trinta anos gloriosos de acumulação do capital, a produção fordista/taylorista hegemonizava o processo produtivo, com imensas plantas de fábrica e enorme contingente de operários subordinados a uma divisão técnica do trabalho com hierarquia e disciplina muito bem definidas. O Estado nesse período era ademais de gendarme um protagonista direto pela “acomodação” da classe operária, servindo-lhe um conjunto de direitos regulamentados, historicamente conhecido como *Welfare State*. Diametralmente diferente, o Estado pós-crise da década de 1970 persegue um rumo de absoluto desmantelamento da proteção social, sob ordens expressas do capital com o fito de assegurar a continuidade da reprodução ampliada deste último.

Assim como o Estado foi organizador e gestor da força de trabalho para responder às necessidades de exploração e valorização do capital durante a vigência do Estado de bem-estar, no período neoliberal o mencionado Estado é o principal agente desestruturador da regulação e da gestão da força de trabalho. Através de legislações e reformas trabalhistas e sociais promove sua desregulamentação e consequente flexibilização (VALENCIA, 2003, p. 91).

Acrescenta-se a isso que a ignominiosa inflação, os crescentes déficits públicos e, sobretudo, a diminuição da rentabilidade do capital, que se agudiza nos anos de 1970, conduziram a uma (re)definição no *modus operandi* do processo de exploração do mais-valor, com a incorporação de um *stock* de capital nas corporações monopólicas. Obviamente, isso não decorreu, parafraseando Schumpeter (1985), do espírito empreendedor do capitalista, senão da própria concorrência intrínseca ao capitalismo que acarreta a pesquisa, invenção e renovação acelerada do capital constante. Esse conjunto de técnicas e tecnologias conhecidas como modelo flexível de produção ou toyotista não descartaram absolutamente o conhecido modelo fordista/taylorista, senão foram acomodados em um uso simultâneo que intensificou o trabalho e, contraditoriamente, elevou a jornada laboral aos mais diversos rincões do planeta.

A famigerada liberdade de criatividade e/ou flexibilidade, bem como as comodidades decorrentes da incessante tecnologia produzida, anunciadas como *standart* do toyotismo na acumulação mundializada se tratavam de ideologias que falseavam as mudanças produtivas pró-capital. Essas alterações no âmago do mundo do trabalho provocaram o aumento do desemprego,

acarretaram a precarização do trabalho e a incursão contrária à manutenção de diversos direitos trabalhistas.

Quando eclodiu a crise dos anos 1970, o grande capital internacional e os Estados Nacionais envidados esforços sistemáticos com o fito de debelá-la. Uma série de políticas econômicas de ajustes foi implementada pela burguesia investida no aparelho estatal, buscando recuperar a taxa de lucro, a ver: promoção de avanços tecnológicos no sistema de produção (informática, automação e robotização), que encetou uma reestruturação produtiva, ampliando a base do capital constante e reduzindo os investimentos do capital variável, o que acabou por imprimir maior velocidade à informação através da comunicação. Por consequência, aumentou-se também a rotação do capital, recuperando, em parte, a lógica da rotação/lucratividade (ALMEIDA, 2009, p. 195).

Camacho; Nieto (2011) asseveram que o aparato tecnológico disponibilizado aos capitalistas, como a microeletrônica e a internet (e junto a esta toda a parafernália que engloba a tecnologia de comunicação) foi primordial para a ofensiva generalizada contra os trabalhadores, que resulta num desemprego estrutural e no enfraquecimento das lutas operárias/sindicais.

O mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2010, p. 143).

Em outras palavras, os deliberados ataques ao universo do trabalho contaram com a materialização da subsunção real da ciência ao capital. E essa subjugação real da produção científica aos imperativos altissonantes do processo de (re)produção do capital tornou-se indispensável ao regime de acumulação capitalista que florescia.

Importante assinalar que as corporações monopólicas, não obstante o uso do desse modelo híbrido, que conjuga intensificação do trabalho e aumento da jornada laboral, buscaram explorar as diferenças geográficas do valor da força de trabalho, direcionando investimentos externos diretos na construção de plantas em países da Ásia e América Latina. Como disse Samir Amim (1999), a globalização mundializa a lei do valor, mas não uniformiza as condições absolutas de exploração da força de trabalho. Ou seja, como afirmou Wood (2014), na dinâmica econômica atual inaugurada desde a década de 1970 são os imperativos capitalistas que predominam, apesar das contradições.

As corporações monopólicas desde o advento da crise buscaram explorar diferenças marginais no valor da força de trabalho encetando vultosos lucros e impelindo os trabalhadores a uma concorrência entre os mesmos pelos “raros” postos de emprego.



A acumulação flexível não isentou os trabalhadores dos países centrais. Pelo contrário ela foi destinada a desmoronar os pilares do *Welfare State* como forma de proporcionar aos capitalistas um conjunto de expedientes para a retomada da rentabilidade.

A conjuntura que se estabelece a partir da crise, portanto, vai pondo em cheque os princípios fundamentais do Estado do bem-estar social. A inflação, a crise econômica, a especulação financeira, os déficits públicos, os conflitos sociais pela repartição da renda, crise da regulação e o lento crescimento econômico deram munção para que os monetaristas, que hibernavam nos guetos desde a Segunda Guerra Mundial, encontrassem campo fértil para pregar a instituição do mercado como elemento estruturador das relações socioeconômicas, a retirada do Estado da economia, a desregulamentação e as privatizações, o ataque contra os benefícios sociais a regressão dos salários (COSTA, 2013, p. 126).

Isso significa que a acumulação mundializada do capital traz como característica a extensão sistemática da precarização do trabalho aos países centrais, não obstante siga se aproveitando da divisão internacional do trabalho e da desigualdade regional e mundial da força de trabalho. Em outras palavras, como disse Bejar; Daza (2013), em todo o globo a acumulação mundializada do capital estende os tentáculos da austeridade fiscal e monetária, violando direitos dos trabalhadores e expandindo a exploração do mais-valor. Essa é a tônica da famigerada “acumulação flexível”.

Sobre a segunda característica, concernente à explosão de atividades financeiras de toda ordem, a partir da década de 1970, faz-se necessário registrar que a mesma tornou-se maiúscula à medida em que a crise de (re)produção do capital assumia contornos duradouros.

A finança tira partido da crise estrutural da década de 1970. A forte desaceleração do crescimento, o aumento da instabilidade macroeconômica (a sucessão de aquecimentos e recessões), o crescimento do desemprego e da inflação acumulativa não puderam ser vencidos pelas políticas keynesianas de reativação da economia, que foram provadas ao longo das décadas anteriores. O problema era de outra natureza: a crise estrutural resultava de uma queda gradual da taxa de lucro nos principais países capitalistas desenvolvidos, mais ou menos desde os anos 60 (DUMENIL; LEVY, 2010, p. 89).

A forte concorrência comercial em âmbito internacional entre as principais corporações imperialistas, os graúdos déficits públicos e a inflação incontrolável nos países centrais recrudesciam a referida crise, suscitando um cenário de difícil solução dentro dos marcos da produção de mais-valor. Ademais, a agudização da ausência de lastro das moedas, especialmente o dólar, confirmavam a debilidade em que se encontrava a economia internacional sob *Bretton Woods*.

A hegemonia macroestrutural do grande capital internacional acabou por levar a cabo as políticas econômicas pautadas na desregulamentação financeira e na liberalização cambial que garantiram ao sistema uma mobilidade internacional sem precedentes, aprofundando a interdependência do mercado financeiro/industrial (ALMEIDA, 2009, p. 200).

As atividades financeiras, que estavam de algum modo sufocadas com as restrições de *Bretton Woods*, retornaram ao palco principal da economia, com notável pujança, ao passo em que se desregulamentava a mobilidade de capitais e se atacava o arcabouço jurídico de direitos dos trabalhadores. Ou seja, houve um aparecimento simultâneo de um volume gigantesco de atividades financeiras associadas à precarização do trabalho.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas de brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical (CHESNAIS, 1996, p. 16-17).

Nos fins dos anos de 1970 se materializou uma (des)regulação dos controles de entrada e saída de capitais entre vários países, que proporcionaram uma mobilidade internacional de papel-moeda sem precedentes.

[...] a situação dos mercados financeiros revela que os velhos mecanismos reguladores já não funcionam e que, e na ausência deles, enormes massas de dinheiro se deslocam com grande velocidade de um país a outro, inclusive com fins especulativos, sem que ninguém consiga, pelo menos até agora, ordenar tais fluxos e dar a esses mercados uma mínima racionalidade (tradução nossa) (MONTEVERDE, 2002, p. 31-32).

Chesnais (1996) explica que o processo de (des)regulamentação dos mercados, seguiu-se ao processo de privatizações nas décadas de 1980 e 1990 que proporcionou uma retomada dos Investimentos Externos Diretos (IED's) nas fusões e aquisições de empresas, especialmente nos países periféricos.

Cabe ressaltar que um dos principais desdobramentos da acumulação financeira ou da economia bursátil que eclode com vigor nos idos da década de 1970 é, sem sombra de dúvidas, um



aumento da concentração e centralização dos capitais, principalmente nas corporações monopólicas radicadas nos países centrais.

Saxe-Fernandéz (2001) também coaduna com a premissa de que o fim e/ou desregulamentação do controle sobre as atividades cambiais e monetárias constituíram em um marco significativo da globalização, sendo esses movimentos financeiros muito superiores aos que existiam até então.

Era a retomada da hegemonia das finanças, baseada no capital portador de juros e no capital fictício, que passava a ordenar a economia mundial, prevalecendo sobre as atividades de cunho produtivo.

Finalmente, e talvez mais importante, a dinâmica da globalização em grande parte é alimentada pelo massivo crescimento dos mercados financeiros. Digo “mais importante” porque este fator é o que mostra o volume maior de aumento dos fluxos de capital e o que tem tido o menor efeito em estimular o crescimento mundial das forças produtivas. O paradoxo da globalização massiva e o débil crescimento dos atores globais mais importantes se explicam pela dissociação entre o fluxo financeiro massivo e a economia real (tradução nossa) (PETRAS, 2001, p. 68).

Os capitalistas buscaram atinadamente compensar a queda tendencial da taxa de lucros e os percalços da economia produtiva, por meio de uma desenfreada especulação. O mundo virava-se em direção às bolsas de valores e aos seus indicadores diários. A ordem era fazer dinheiro sobre dinheiro, ou seja, prescindir, ainda que parcialmente, da demorada e incerta exploração de mais-valor para destinar os negócios à extração de dividendos, juros de toda ordem, ações, fundos, etc. Diversas corporações monopólicas alteraram sua organização interna com o fito de acompanhar precipuamente o deslocamento diário de seus investimentos financeiros e sua correspondente valorização ou desvalorização. O resultado foi uma diminuição na taxa de acumulação de capital, em outras palavras, nos investimentos em capital fixo e o direcionamento para atividades de célere valorização de capital.

O aumento da concorrência, da autonomização, o crescimento do capital constante e a diminuição do variável fazem com que a contradição que alimenta a queda da taxa de lucro tenda a se reproduzir em larga escala e as pressões pela mundialização sejam mais fortes. Somado a isso sempre se segue que a massa do capital não encontra remuneração suficiente nos processos produtivos normais e se desloca em direção a especulação financeira (tradução nossa) (VASAPOLLO, 2006, p. 05-06).

Não obstante a subordinação da ciência aos interesses do capital que elevou demasiadamente a capacidade produtiva das corporações empresariais, houve, contraditoriamente, uma diminuição da taxa média de acumulação do capital. Isso significa que os investimentos de capital para fins financeiros passaram a ocupar preponderantemente as ações dos capitalistas em detrimento dos investimentos produtivos.

A interação perversa de três fenômenos, desaceleração do crescimento econômico, crescimento do endividamento público e financeirização empresarial, gerou um monstro que cresceu sem parar até converter-se em hipertrofia financeira, alimentada por taxas de juros relativamente altas que desaceleravam o investimento e a demanda (BEINSTEIN, 2011, p. 142-143).

Importante frisar que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ademais de permitirem a reestruturação do trabalho, elevaram as forças produtivas vinculadas à comunicação, contribuindo para inovadores suportes e rápidos processamentos de informação.

O conjunto de investimentos realizados suscitou a formação propícia de um mercado hierarquizado de capitais financeiros de magnitude mundial. De maneira inédita o deslocamento de capitais ocorria em condições estruturais vantajosas, em volumes gigantescos e com a mais absoluta liberdade nos países capitalistas.

A dinâmica especulativa descerrada com o alcance da hegemonia do capital financeiro alavancou notadamente as dívidas das famílias e das empresas, fruto dos juros exorbitantes cobrados e da oferta de crédito. Afirma-se, então, que a acumulação mundializada do capital corresponde ao período em que o capital financeiro assume a primazia nas operações das corporações monopólicas. Ademais, houve uma diversificação das atividades financeiras, pois surgiram novas instituições como os fundos de pensão e os fundos de investimento, que acirraram a concorrência com os bancos, obrigando-os a redefinirem suas atividades.

[...] o “final dos bancos” (me refiro ao fato dos banqueiros terem deixado de ocupar o mesmo papel essencial, reservado e protegido que uma vez ocuparam no sistema). Dessa feita, os banqueiros seguem entre nós, mas já não são o que eram. Sua função tradicional, a intermediação (a custódia de depósitos e a concessão de empréstimos), já não é o que mais interessa. Os bancos comerciais se converteram em bancos de investimentos e estão cada vez mais tentados pelo negócio patrimonial (ou seja, pela aposta de seu próprio capital no cassino) (tradução nossa) (STRANGE, 1999, p. 22).

Ou seja, como explica Chesnais (1996), os bancos perderam a centralidade que detiveram durante décadas com a emergência dos novos atores institucionais, sendo o momento analisado por Hilferding (1985), há um século atrás, como a “fase de ouro” dos bancos. Aglietta (2004, p. 75)



compartilha do mesmo entendimento afirmando que os bancos sofreram um duro golpe com a diversificação das instituições financeiras:

As inovações financeiras colocaram os bancos em uma situação desconfortável. A sua função tradicional de intermediário, de dar crédito e angariar depósitos, foi atacada pelas duas pontas. Financiamentos de mercado menos onerosos fizeram-nos perder bons clientes entre as grandes empresas. Instrumentos de aplicação mais rentáveis desviaram a poupança das famílias, que abandonaram parcialmente os depósitos.

Isso não significa que os bancos tornaram-se irrelevantes na acumulação mundializada do capital, mas que foram obrigados a (re)definir suas orientações basilares a fim de se manterem competitivos numa economia de acumulação patrimonial.

A formação e crescimento dessas instituições levou a mudanças importantes, que estão longe de concluídas, nas formas de relações e nas modalidades de entrelaçamento entre as finanças e a grande indústria. Essas instituições financeiras não bancárias comandam massas financeiras tão elevadas, que, perto delas, as dos grandes bancos são pequenas, quando não “nanicas” (CHESNAIS, 1996, p. 291 - 292).

Marques; Nakatani (2009) também estão de acordo que o aparecimento desses fundos institucionais *cambiou* o *modus operandi* das administrações das empresas que trataram de se preocupar em seu bojo com a remuneração dos sócios, ainda que a valorização real (em outras palavras, a exploração de mais-valor) estivesse comprometida. Os desdobramentos desse cenário foram gigantescos atos especulativos nas bolsas de valores que alimentavam o capital financeiro, especialmente sua forma mais parasitária, a fictícia.

5 A ACUMULAÇÃO MUNDIALIZADA DO CAPITAL E SUA ESFERA FINANCEIRA

Pode-se apontar que a acumulação mundializada do capital escorou-se fundamentalmente num cenário econômico de crise da produção real de mais-valor, suscitando mecanismos que atentaram contra os trabalhadores (reestruturação produtiva do trabalho) em nome da continuidade do processo de valorização do capital. Todavia, o processo de valorização do capital avolumou-se sob novos marcos, face à crise estrutural da década de 1970, que impôs, por décadas, sucessivas perdas expressivas nas taxas de lucro e crescimento da economia, em especial das economias do centro. Esses novos marcos, amparados na hegemonia das finanças, elevou o capital financeiro à condição de ordenador da economia mundial. Isso não significa que a produção de mais-valor tenha

perdido absolutamente sua importância no funcionamento do capitalismo. Pelo contrário, a produção de mais-valor segue tão essencial quanto antes. O que segue é que o modo de produção capitalista, sob a acumulação mundializada do capital passou a contar com um gigantesco número de *players* e diversas instituições de cunho financeiro, apoiadas pela estrutura dos Estados que operam em escala mundial buscando tão somente pela valorização D-D’.

A “mundialização financeira” possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial (CHESNAIS, 2003, p. 53).

Sem sombra de dúvidas, isto não assinala nenhuma alteração significativa na economia capitalista, haja vista que desde o século XIX se registrava o funcionamento do capital financeiro. O que efetivamente emerge no processo de acumulação mundializada do capital é que as finanças retomam a hegemonia da economia capitalista mundial, sob bases ainda mais especulativas e parasitárias. É o momento em que, ademais do capital portador de juros, o capital fictício atua com destacado protagonismo contribuindo para a consolidação internacional de uma economia de cassino. Ou seja, volátil, fugaz e movida, substancialmente pelo lucro imediato, independente do devir da produção real numa proporção jamais vista.

A irresistível atração da especulação monetária e dos outros veículos de capital fictício derivam do fato de esses instrumentos poderem prosperar relativamente isolados do resto da economia. O capital de empréstimo depende diretamente dos lucros industriais e dos ganhos obtidos com outros contratos, sendo os juros uma parte desses ganhos. Já o capital fictício, embora se alimente de transferências cujas raízes estão na esfera da produção real, não se identifica com o capital produtivo utilizado na indústria. Ao evitar ficar cristalizado e imobilizado no aparelho produtivo do capital industrial, como acontece com os empréstimos, o capital fictício circula com maior liberdade e, nesse processo (como apontava Marx), vive várias vidas diferentes. Seu desenvolvimento é a razão principal para explicar o aumento considerável da proporção de transações financeiras no PIB, que passou de 15 por 1, em 1970, para 30 por 1, em 1980 e para 78 por 1, em 1990 (GUTTMANN, 1998, p. 83-84).

Em síntese, no bojo do processo de acumulação mundializada do capital, o capital fictício, enquanto dimensão do capital financeiro, assume dimensões desproporcionais e tornando-se elemento indispensável e imbricado na dinâmica geral de acumulação do capital.

O jogo e a especulação se tornaram sistêmicos, e não apenas um momento dos “ciclos”, quer de ondas curtas, médias ou longas, após os quais a riqueza financeira fictícia desapareceria por um longo tempo. Eles são permanentes, como que constituindo valores que forjam um “estrato superior” de riqueza sobre aquele que



corresponde aos valores dos bens e serviços. Ou seja, a riqueza financeira sustenta patamares de valorização inusitados em relação à riqueza real, demonstrando capacidade de revalorização, mesmo quando sofre quedas significativas, após ter atingido picos exacerbados [...] (BRAGA, 2000, p. 280).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização representa a acumulação mundializada do capital, ou seja, o interregno da história, onde o capital financeiro e, mais precisamente, o capital fictício assume a hegemonia da economia capitalista.

A crise do capital, que atingiu o coração da economia capitalista em meados da década de 1960/70, ensejou o fim do *Acordo Bretton Woods*, representando a desregulamentação do mercado de capitais, privatização de ativos, a flutuação das taxas de câmbios, a ingerência sobre as políticas de controle monetário e fiscal dos governos e um ataque sem precedentes às conquistas dos trabalhadores, consignadas até então, na legislação social e trabalhista. Ao longo das últimas quatro décadas foi sendo paulatinamente gestado um cenário de descolamento entre o lastro produtivo e o auferimento de lucros, de modo que a riqueza fictícia se avolumou em quantidade e qualidade. A riqueza fictícia, decorrente de uma série de expedientes institucionais e relativamente à margem da produção de mais-valor, que resultam em lucros imediatos, passou a ser perquirida por um número expressivo de *players*, ávidos por converter D em D' em um tempo curto.

O capital tornou-se ainda mais fugidio, *pro tempore*, onde suas condições de permanência no lugar estão em função da capacidade de exploração do mais-valor, mas, fundamentalmente, da obtenção de lucros fictícios.

Dessa feita, pode-se afirmar que a acumulação mundializada do capital longe de encerrar a fase imperialista do capitalismo a intensifica, uma vez que o capital financeiro volta a centralizar as operações das empresas monopólicas e de diversos governos. Sob a acumulação mundializada do capital, a internacionalização dos imperativos capitalistas é recrudescida, fortalecendo a dinâmica exploratória, que, por sua vez, torna-se ainda mais perigosa para a humanidade. Nesse sentido, afirmamos que a acumulação mundializada do capital confere novos significados à fase imperialista do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. **Macroeconomia financeira. Mercado financeiro, crescimento e ciclos.** Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2004.
- ALMEIDA, J. R. M. de. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo: uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. 432 p. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais).
- AMIN, S. **Los fantasmas del capitalismo: una crítica de las modas intelectuales contemporáneas.** Bogotá: El Áncora Editores, 1999.
- BEINSTEIN, J. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global.** Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BÉJAR, A. Á.; DAZA, G. S. **La crisis mundial y sus efectos en México: análisis sectoriales y regionales.** Benemérita Universidad Autónoma de Puebla: Editorial Itaca, 2013.
- BORON, A. “Pensamiento único” y resignación política: los límites de una falsa coartada. In: BORON, Atilio; CAMBINA, J. C.; MINSBURG, Naum. (Orgs). **Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 1999. p. 138-156.
- _____. **América Latina en la geopolítica del imperialismo.** Buenos Aires: Luxemburg, 2012.
- BRAGA, J. C. S. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo.** Campinas: Unicamp; Instituto de Economia, 2000.
- CAMACHO, C. M.; NIETO, J. A. R. La globalización del capital financiero: 1997-2008. In: CAMACHO, C. M.; LAPAVITSAS, C. (Orgs). **La crisis de la financiarización.** Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011. p. 271-308.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.
- COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** São Paulo: ICP, 2013.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, S. de; CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; HUSSON, M. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010. p. 183-246.
- GEJO, O. H.; BERARDI, A. L. La cuestión China: algunas hipótesis sobre el sistema mundial. In: **Revista Meridiano**, nº 02. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander Von Humboldt, 2013.
- GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998. p. 59-96.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.



- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- KONDRATIEFF, N. **Ondas longas da conjuntura**. Madrid: Revista de Occidente, 1946.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARX, K. **La crisis del capitalismo**. Madrid: Ediciones Sequitur, 2009.
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONTEVERDE, A. A. **Globalización y Capitalismo**. México: Plaza y Janés Editores, 2002.
- MOREIRA, R. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). In: SILVA, J. B. da et al. (Orgs). **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 11-28.
- PETRAS, J. La globalización: un análisis crítico. In: SAXE-FERNÁNDEZ, J.; PETRAS, J.; VELTMAYER, H.; NUÑEZ, O. **Globalización, Imperialismo e Clase social**. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001. p. 33-86.
- SAXE-FERNANDEZ, J.; RODRÍGUEZ, O. N. Globalización e imperialismo: la transferencia de excedentes de América Latina. In: SAXE-FERNANDEZ, J.; PETRAS, J.; VELTMAYER, H.; RODRÍGUEZ, O. N. **Globalización, Imperialismo y Clase social**. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001. p. 87-166.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- STRANGE, S. **Dinero Loco**: el descontrol del sistema financiero global. Barcelona: Paidós, 1999.
- VALENCIA, A. S. **La reestructuración del mundo del trabajo**: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo. Ciudad de México: Editorial Itaca; Universidad Obrera de México; Escuela Nacional para Trabajadores, 2003.
- VASAPOLLO, L. **La cara sucia de la globalización**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 04 de setembro de 2017
Aprovado em 18 de novembro de 2017



COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE BRASILEIRO

COMPETITIVENESS OF FAMILY FARMING IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

COMPETITIVIDAD DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL NORESTE DE BRASIL

Rômulo Eufrosino de Alencar Rodrigues

Mestrando em Economia Rural na Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: romulo-iron@hotmail.com

Eliane Pinheiro de Sousa

Professora Associada da Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: pinheiroeliane@hotmail.com

RESUMO:

A agricultura familiar desempenha enorme importância socioeconômica, contribuindo para a geração de emprego, redistribuição da renda, segurança alimentar do país e construção do desenvolvimento sustentável. Em face dessa relevância, este estudo se propõe identificar os determinantes da competitividade da agricultura familiar nas 188 microrregiões nordestinas e mensurar um índice de desempenho competitivo da agricultura familiar (IDAF) em tais microrregiões. Para atender a esses objetivos propostos, empregou-se o método de estatística multivariada de análise fatorial. Utilizaram-se dados do Censo Agropecuário (2006), divulgados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados indicam que parcela majoritária das microrregiões nordestinas apresentou baixo nível de desempenho competitivo da agricultura familiar, considerando os parâmetros estabelecidos.

Palavras-chave: competitividade; agricultura familiar; Nordeste brasileiro.

ABSTRACT:

Family farming plays a huge socioeconomic role, contributing to the generation of employment, redistribution of income, food safety of the country and the construction of sustainable development. Given this relevance, this study aims to identify the determinants of the family farming competitiveness in the 188 Northeastern micro regions and to measure a competitive performance index of the family farming (IDAF) in such microregions. In order to accomplish these proposed goals, the multivariate statistics methods of factor analysis. Data from the Agriculture & Livestock Farming Census (2006), published on the website of the Brazilian Geography and Statistics Institute (IBGE), have been used. The results indicate that the majority of the Northeastern microregions exhibited low level of competitive performance of family farming, taking the established parameters into consideration.

Keywords: Competitiveness; family farming; Brazilian Northeast.

RESUMEN:

La agricultura familiar desempeña enorme importancia socioeconómica, contribuyendo para la generación de empleo, redistribución de renda, seguridad alimenticia del país y construcción del desarrollo sostenible. Dada a esa importancia, este estudio se propone a identificar los determinantes de la competitividad de la agricultura familiar en 188 microrregiones del noreste de Brasil y mensurar un índice de desempeño competitivo de la agricultura familiar (IDAF) en tales microrregiones. Para cumplir con esos objetivos propuestos, se emplearon los métodos de estadística multivariada de análisis factorial. Se utilizaron datos del Censo Agropecuario (2006), divulgados en el sitio del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los resultados indican que parte mayoritaria de las microrregiones del noreste presentó bajo nivel de desempeño competitivo de la agricultura familiar, llevándose en cuenta los parámetros establecidos.

Palabras clave: competitividad; agricultura familiar; Noreste brasileño.

1 INTRODUÇÃO

A produção familiar, além de contribuir com a redução do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias que dispõem de menores rendas, também desempenha papel importante para a geração de riqueza, considerando não somente a economia do setor agropecuário, mas do próprio país (GUILHOTO *et al.*, 2007).

Na concepção de Picolotto (2011), a importância socioeconômica da agricultura familiar no país foi reconhecida, desde meados da década de 1990, com o surgimento de instituições de apoio a este modelo de agricultura. Dentre tais políticas públicas específicas de incentivo aos agricultores familiares, vale destacar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996; Secretarias de governo orientadas para trabalhar com essa categoria, como a Secretaria da Agricultura Familiar, criada em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, instituído em 1998. Ademais, em 2006, foi promulgada a Lei da Agricultura Familiar e foram criadas novas organizações sindicais com o intuito de consolidar a identidade política de agricultor familiar, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).

Nesse sentido, Buainain (2006) afirma que a primeira iniciativa concreta ocorreu em 1996, com a instituição do PRONAF, sendo ampliado a partir de 2004. Com o programa, os agricultores familiares conquistaram maior atenção do governo federal e ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida. Ademais, a elaboração de um caderno especial sobre a Agricultura Familiar com os dados do Censo Agropecuário de 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística corrobora a relevância dessa categoria de agricultores no país (PICOLOTTO, 2011).

Segundo o estudo realizado por Guilhoto *et al.* (2007), os resultados mostram que o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por expressiva parcela da produção agropecuária e do produto gerado pelo agronegócio brasileiro, devido a sua interação com importantes segmentos da economia. Ao longo do período de análise, de 1995 a 2005, o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por cerca de 10% do PIB brasileiro, parcela bastante expressiva, considerando que a participação do agronegócio se situa ao redor de 30% do PIB da economia brasileira.

Ao contrário da monocultura praticada nos grandes latifúndios convencionais, a agricultura familiar busca equilibrar o uso dos recursos naturais, atuando intensamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO *et al.*, 2009). Para Veiga (1996), além da

diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável.

Portanto, apesar dos desafios enfrentados pela agricultura familiar, esta é de enorme importância econômica e social, com grande potencial de fortalecimento e crescimento. É um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a segurança alimentar do país e para o desenvolvimento rural sustentável, ocupando cada vez mais espaço no debate sobre a agricultura brasileira (MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997; SODRÉ *et al.*, 2012).

No cenário econômico nacional e no nordestino, em especial, a agricultura familiar representa um setor de peso, sendo que a região Nordeste apresenta os segmentos mais pobres da agricultura familiar no país (TEIXEIRA *et al.*, 2012). De acordo com Helfand *et al.* (2014), essa elevada taxa de pobreza dos estabelecimentos familiares no Nordeste pode ser decorrente da insuficiência de suas terras, já que mais da metade dos estabelecimentos familiares possui entre zero e cinco hectares de terra e por gerarem níveis de produtividade extremamente baixos, tendo em vista que 80% dos estabelecimentos no quinto inferior da distribuição de produtividade da terra são pobres, enquanto 52% permanecem pobres no quinto superior da distribuição, considerando os estabelecimentos entre cinco e vinte hectares.

Em consonância com França *et al.* (2009), entretanto, essa região concentra metade do total dos estabelecimentos familiares (2.187.295) e 35,3% da área total deles, sendo que os estabelecimentos familiares representaram 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total. A participação dos estabelecimentos familiares no total do pessoal ocupado é 87,2% nessa região. Diante da expressiva contribuição desse setor na região Nordeste brasileiro, é importante que se conheça o perfil competitivo dos seus agricultores familiares, com o intuito de orientar a formulação de estratégias competitivas, como também propor medidas de políticas públicas que possam contribuir para intensificar o grau de competitividade desses agricultores.

Estudos dessa natureza foram desenvolvidos por Santana (2007), Sousa e Campos (2010), Barbosa e Sousa (2012), Souza e Buainain (2013), Sousa *et al.* (2015) e Nunes *et al.* (2016). Dentre esses, somente os três últimos centraram na competitividade do segmento familiar, sendo que Souza e Buainain (2013) consideraram os agricultores familiares produtores de leite, tomando a região gaúcha de Passo Fundo como estudo de caso; Sousa *et al.* (2015) a agricultura familiar nos municípios catarinenses; e Nunes *et al.* (2016) os agricultores familiares extrativistas de pequi no Ceará. Os demais elaboraram índice de desempenho competitivo, respectivamente, para as empresas de polpa de frutas para o estado paraense; para os fruticultores pertencentes às áreas



irrigadas cearenses; e para os apicultores fixos e migratórios da microrregião cearense do Cariri. Esses estudos serviram como referências para a construção deste artigo.

Para Carvalho *et al.* (2016, p. 115), “a agricultura familiar tenta intensamente se inserir e se manter concorrente no mercado”. Nesse contexto, o presente estudo se propõe analisar a competitividade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro. Especificamente, pretende-se descrever as características socioeconômicas da agricultura familiar no Nordeste brasileiro e mensurar um índice de desempenho competitivo da agricultura familiar nessa região brasileira.

Além dessa introdução, este estudo está organizado em mais quatro seções. Na segunda seção, são abordados os fundamentos teóricos concernentes à agricultura familiar e à competitividade; os procedimentos metodológicos, a descrição das variáveis consideradas e a natureza dos dados estão expostos na terceira seção; em seguida, encontra-se a análise e discussão dos resultados; por fim, são descritas as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundamentos conceituais sobre agricultura familiar e sua relevância

A agricultura familiar representa simultaneamente uma unidade produtiva e consumidora, possibilitando a produção e a reprodução social, entendida assim como o tipo de agricultura que une gestão e trabalho realizados em sua maior abrangência pela família (DENARDI, 2001). Entretanto, a agricultura familiar apresenta uma grande diversidade de significações, sendo comumente confundida, em épocas anteriores, por termos como agricultura de pequena produção, agricultura de subsistência, agricultura de pequeno porte, produção de baixa renda, entre outros (ABRAMOVAY, 1997; NEVES, 2007).

O desenvolvimento da agricultura familiar ganhou maior relevância no Brasil a partir da década de 1990, quando foram aplicadas as primeiras políticas públicas direcionadas ao fortalecimento desse seguimento de trabalhadores, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como a revitalização da Reforma Agrária. A elaboração dessas políticas e a retomada das discussões sobre a Reforma Agrária foram resultantes de reivindicações de trabalhadores rurais e de grupos sociais organizados, como os Sindicatos ligados à causa. Tais políticas tiveram como princípio a base conceitual da comunidade acadêmica nacional e os modelos já estabelecidos por agências

multilaterais, como a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (DENARDI, 2001).

Diante disso, segundo Pedroso (1999), o Estado deve intervir por meio de políticas públicas de modo a viabilizar a comercialização dos produtos concernentes à agricultura familiar, mobilizando-se em razão de problemas relacionados com a falta de acesso aos insumos, materiais genéticos, máquinas e implementos adaptados à realidade de tais indivíduos. Para esse autor, um dos caminhos para o desenvolvimento de um modelo sustentável rural no Brasil é a ampliação, viabilização e fortalecimento do produtor familiar, unido a uma tecnologia que conserve os recursos naturais. A partir de então, pode-se construir um novo cenário para o meio rural brasileiro, onde a agricultura familiar seja o elo de inclusão social de milhares de pessoas à margem do processo produtivo, tornando-se um dos principais meios para o fortalecimento da população que vive no meio rural.

De acordo com Buainain (2006), o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi de grande relevância para que os produtores familiares fossem reconhecidos como importantes agentes da economia brasileira. O programa em questão é destinado ao financiamento de projetos com o intuito de gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O foco principal desse programa é permitir o acesso dos agricultores familiares ao mercado por meio da concessão de linhas de crédito (MOREIRA *et al.*, 2014).

A atual definição da agricultura familiar do Governo Federal, explícita nos planos e programas do Estado, é o estabelecido no Manual Operacional do Crédito Rural PRONAF (2002), no qual essa classe de trabalhadores rurais deve atender a uma série de requisitos, tais como: serem proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residir na propriedade ou em local próximo; deterem, incondicionalmente, no máximo quatro módulos fiscais de terra, que representa uma medida de área expressa em hectares, fixada para cada município do Estado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quantificados, conforme a legislação em vigor; no mínimo 80% da renda bruta familiar deverão ser provenientes da exploração agropecuária ou não agropecuária da propriedade ocupada; a base da mão de obra do estabelecimento deve ser predominantemente o trabalho familiar (BRASIL, 2012).

Diante disso, o governo vem disponibilizando uma grande variabilidade de formas para o incentivo à produção, combate à fome e geração de emprego e renda, de modo a impulsionar o acesso democrático aos recursos produtivos, reduzindo a desigualdade e melhorando o bem-estar das famílias que fazem parte do meio rural. Os milhões de produtores, que estão inseridos no perfil da agricultura familiar, dão resposta aos estímulos do Governo, fazendo dela um setor em expansão



e de fundamental importância para o desenvolvimento social e crescimento equilibrado do Brasil. Todos os anos, a agricultura familiar movimenta bilhões de reais no País, produzindo a maioria dos alimentos, que são consumidos pelos cidadãos brasileiros. Ademais, esse segmento colabora fortemente para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural (DAMASCENO *et al.*, 2011).

Utilizando-se dados disponíveis do Censo Agropecuário de 2006, Grossi e Marques (2010) apontam que, dentre a totalidade dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários abrangidos pelo IBGE, 4.367.902 enquadram-se no perfil da agricultura familiar, representando 84% dos estabelecimentos destinados às práticas agropecuárias, ocupando uma área de 80 milhões de hectares, em média, 18,37 hectares por propriedade, verificando-se uma inversão nessa instância em relação à agropecuária patronal, que, embora detenham 16% dos estabelecimentos, ocupam 76% da área em hectares, em média, 309,18 hectares por estabelecimento.

Apesar de ocuparem apenas 24% da área produtiva, os estabelecimentos familiares representam 38% do valor bruto da produção, que corresponde a R\$ 54,4 bilhões e por 34% das receitas geradas no campo, R\$ 41,3 bilhões. Este melhor aproveitamento da área propicia para agricultura familiar R\$ 677,00 por hectare, ao passo que a não familiar gera apenas R\$ 358,00 por hectare. No quesito mão de obra ligada ao meio rural, a agricultura familiar mostra novamente números expressivos em relação à agricultura patronal, representando 12,3 milhões de pessoas, numa média de 15 pessoas a cada 100 hectares, ao passo que a patronal emprega 4,2 milhões, menos de duas pessoas a cada 100 hectares, sinalizando mais uma vez sua importância na geração e distribuição de renda (GROSSI; MARQUES, 2010).

Segundo esses autores, a relevância da agricultura familiar também é reconhecida na produção da maioria dos alimentos que chegam à mesa do consumidor brasileiro, tais como, 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da produção de milho, 38% da produção de café, 34% da produção de arroz, 21% da produção de trigo, 16% da produção de soja, 59% do rebanho de suínos, 50% do rebanho de aves, 30% do rebanho bovino e 58% da produção de leite, contribuindo para a garantia da segurança alimentar no Brasil.

Os dados revelam-se opostos às percepções arcaicas ainda vigentes de que a agricultura familiar não demonstra relevância econômica nacional. Os agricultores pertencentes ao perfil familiar possuem maior competência produtiva se comparado aos agricultores não familiares. Mesmo num cenário desfavorável, em que detém menor parcela das terras agricultáveis e financiamento, a agricultura familiar possui quantitativo maior de produção e empregabilidade, servindo de alicerce para o desenvolvimento econômico (BUAINAIN *et al.*, 2003). Carvalho *et al.*

(2016) complementam que a agricultura familiar detém maiores perspectivas de produção e de geração de emprego, por meio da adequação e inserção tecnológica, que colaboram para a renda.

2.2 Fundamentos conceituais sobre competitividade

A competitividade tem sido frequentemente estudada na literatura, porém não existe um consenso quanto à sua definição e os métodos mais adequados de avaliação. Em conformidade com Ferraz *et al.* (1995), a maioria dos estudos considera a competitividade como um fenômeno diretamente relacionado com as características de desempenho ou de eficiência técnica e alocativa, constituindo uma agregação desses resultados.

Para aferir a competitividade das unidades produtivas, a literatura econômica de organização industrial, conforme Santana (2007), Barbosa e Sousa (2012) e Nunes *et al.* (2016), emprega o referencial teórico dos modelos de estrutura-conduta-desempenho (ECD), das cinco forças competitivas de Porter e da competitividade sistêmica. Neste presente estudo, considera-se uma propriedade familiar como unidade empresarial.

De acordo com Santana (2007), a competitividade pode ser manifestada pelo esforço das empresas para se manter no mercado com o intuito de conservar ou ampliar sua parcela de mercado. Essa caracterização fundamenta-se nos postulados do modelo estrutura-conduta-desempenho (ECD), em que a estrutura das empresas determina a conduta, que, por sua vez, intervém no seu desempenho. Supondo que uma propriedade familiar atue como unidade empresarial, podem-se associar tais dimensões com variáveis usadas neste estudo como, por exemplo, despesas com insumos animais e vegetais referem-se à estrutura; orientação técnica, nível de escolaridade e participação em cooperativas e associações representam a dimensão conduta; e estabelecimentos que são muito integrados constituem a dimensão desempenho.

Segundo Porter (1993), as cinco forças competitivas dizem respeito à ameaça de novos concorrentes, a pressão de produtos substitutos, a rivalidade entre os concorrentes, o poder de barganha dos fornecedores, e dos compradores. Essas forças podem ser percebidas neste estudo ao se destacar, por exemplo, que as despesas com insumos e o número de máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar se associam à ameaça de novos concorrentes; a participação em cooperativas e associações e a utilização de adubos e corretivos podem incidir na diversificação da qualidade dos produtos, estando associada com a força de produtos substitutos; e se os estabelecimentos agropecuários são muito integrados e estão relacionados com a força rivalidade entre os concorrentes.



Na concepção de Esser *et al.* (1996), a competitividade resulta da interação sistêmica de fatores como a infraestrutura, a política, a cultura, a inovação tecnológica e de gestão e o ambiente institucional que atuam em toda cadeia produtiva. Tais fatores podem ser agregados nos níveis micro, macro, meso e meta. Dentre as variáveis consideradas neste estudo, observa-se que o nível de escolaridade se relaciona ao mesonível, enquanto as outras abrangem o micronível. Esse sinergismo entre as atividades, conforme Souza e Buainain (2013), pode propiciar redução de custos, já que permite a substituição de insumos e o uso conjunto de máquinas e equipamentos.

De acordo com Souza e Buainain (2013, p. 309), “há um conjunto de aspectos que podem assegurar a competitividade da produção da agricultura familiar, mesmo na produção de *commodities*”. Para captar a interação desses diversos fatores que influenciam a competitividade da agricultura familiar, empregou-se neste estudo um método analítico de estatística multivariada, descrito na próxima seção.

3 METODOLOGIA

3.1 Métodos de análise

Para caracterizar a agricultura familiar nas 188 microrregiões nordestinas, a princípio, empregou-se análise tabular e descritiva, fazendo-se uso das principais medidas de tendência central e de variabilidade. O Quadro 1 (Apêndice) especifica as microrregiões para cada um dos Estados nordestinos.

O índice de desempenho competitivo da agricultura familiar foi aferido por meio da técnica de estatística multivariada de análise fatorial, em que se adotou o *software* SPSS 21.0. Segundo Fávero *et al.* (2009), a análise fatorial busca identificar um número relativamente pequeno de fatores comuns que podem ser empregados para representar relações entre um grande número de variáveis inter-relacionadas. Sua operacionalização requer as seguintes etapas: análise da matriz de correlações e adequabilidade do método, extração dos fatores iniciais e determinação do número de fatores, rotação dos fatores, e interpretação dos fatores.

O primeiro passo consiste em avaliar a matriz de correlações e verificar se existem valores significativos para justificar o emprego dessa técnica. Um indicativo de que a análise fatorial seja adequada é quando as correlações entre todas as variáveis forem reduzidas, enquanto as variáveis que fazem parte do mesmo fator apresentem alta correlação.

O segundo passo se refere ao emprego do método de extração dos fatores, em que se utilizou a Análise dos Componentes Principais, uma vez que considera a variância total dos dados. Ademais, deve-se escolher o número de fatores, usando o critério da raiz latente, em que se escolhe o número de fatores com base no número de valores próprios superiores a unidade. Em seguida, realiza-se a rotação dos fatores para facilitar a compreensão. A última etapa diz respeito à interpretação e nomeação dos fatores.

No tocante à rotação dos fatores, utilizou-se neste estudo a rotação Varimax, que, conforme Hair *et al.* (2005) e Mingoti (2005), busca soluções pelas quais se pretende maximizar as correlações de cada variável com apenas um único fator.

Após a rotação ortogonal da estrutura dos fatores originais, foram estimados os escores fatoriais para cada elemento considerado, sendo empregados na formação do índice de desempenho competitivo da agricultura familiar no Nordeste brasileiro (IDAF). Para se construir esse índice, tomou-se como base o método analítico adotado nos estudos realizados por Santana (2007); Sousa e Campos (2010), Barbosa e Sousa (2012), Sousa *et al.* (2015) e Nunes *et al.* (2016).

De acordo com Santana (2007), esse índice pode ser representado pela combinação linear dos escores fatoriais, obtidos pela análise fatorial, como a proporção da variância explicada pelos fatores individuais em relação à variância comum. Algebricamente, o IDAF pode ser expresso por:

$$IDAF = \sum_{j=1}^k \left(\frac{\lambda_j}{\sum_{j=1}^k \lambda_j} FP_{ji} \right),$$

em que: *IDAF* refere-se ao índice de desempenho competitivo da agricultura familiar; λ_j , percentual da variância explicada pelo fator j ; k , número de fatores escolhidos; FP_{ji} , escore fatorial padronizado pelo agricultor familiar i , do fator j , que, conforme Santana (2007), pode ser representado por:

$$FP_{ji} = \frac{F_j - F_{\min}}{F_{\max} - F_{\min}},$$

em que $F_{\min}$ é o escore fatorial mínimo do fator j ; e $F_{\max}$, escore fatorial máximo do fator j .

A partir dessa padronização, obteve-se um índice que se encontra no intervalo de zero a um. Para facilitar a interpretação dos resultados, considerou-se que a agricultura familiar com valores do



IDAF iguais ou superiores a 0,70 tenham registrado elevado desempenho competitivo; os que apresentaram valores compreendidos de 0,35 a 0,69, desempenho competitivo intermediário; e os com valores do *IDAF* menores do que 0,35, baixo desempenho competitivo. A escolha desses intervalos de valores do *IDAF* foi baseada nesses estudos referenciados.

3.2 Variáveis consideradas e natureza dos dados

As variáveis que fizeram parte do modelo de análise fatorial são as seguintes: V1 (despesas com insumos animais e vegetais dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em relação ao número total desses estabelecimentos); V2 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que sejam muito integrados¹ em relação ao número total desses estabelecimentos); V3 (número de máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em relação ao número total desses estabelecimentos); V4 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza orientação técnica regularmente em relação ao número total desses estabelecimentos); V5 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em que a pessoa que dirige o estabelecimento possui pelo menos ensino fundamental completo em relação ao número total desses estabelecimentos); V6 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar vinculado à cooperativa e associação em relação ao número total desses estabelecimentos); e V7 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza adubos e corretivos em relação ao número total desses estabelecimentos).

Os dados empregados neste estudo foram de natureza secundária, coletados no Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), em que foram utilizados os dados concernentes à agricultura familiar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção está estruturada em três partes, sendo que a primeira apresenta as características descritivas das variáveis consideradas na análise fatorial; os resultados concernentes aos fatores determinantes da competitividade da agricultura familiar pela ótica da análise fatorial se encontram

¹ Um estabelecimento agropecuário pode ser considerado como muito integrado, conforme o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2014), se o grau de integração ao mercado (FAO/INCRA), expresso pela relação entre o total da receita com atividade agropecuária e o valor total da produção agropecuária, for igual ou maior do que 0,9.

na segunda; enquanto, na terceira, são expostos os resultados do desempenho competitivo da agricultura familiar nos estados nordestinos.

4.1 Caracterização da agricultura familiar nas microrregiões do Nordeste brasileiro

Para caracterizar as microrregiões do Nordeste brasileiro quanto à agricultura familiar, a tabela 01 apresenta as principais estatísticas descritivas das variáveis consideradas na análise fatorial. Conforme se pode observar, os estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar detêm, em média, despesas relacionadas aos insumos vegetais e animais no valor de R\$ 422,73, sendo que a microrregião nordestina que apresentou o menor dispêndio (R\$ 34,09) com tais insumos por estabelecimento agropecuário na agricultura familiar corresponde ao Baixo Parnaíba Maranhense (MA). Em contrapartida, a microrregião de Seridó Ocidental (RN) apresenta a maior despesa (R\$ 2.474,95) com tais insumos por estabelecimento agropecuário na agricultura familiar.

Tabela 01: Estatísticas descritivas das variáveis consideradas na análise fatorial

Variáveis	Mínimo	Média	Máximo	Coefficiente de variação (%)
V1	34,09	422,73	2.474,95	88,30
V2	0,015	0,21	0,77	73,99
V3	0,002	0,27	1,90	98,78
V4	0,002	0,03	0,19	95,15
V5	0,043	0,11	0,56	58,83
V6	0,026	0,39	0,72	38,16
V7	0,006	0,20	0,72	87,48

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

No que diz respeito aos estabelecimentos agropecuários que sejam muito integrados na agricultura familiar, a microrregião que apresentou a menor participação foi Coelho Neto, sediada no estado do Maranhão, sendo que, dos 3.775 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, apenas 56 desses são muito integrados. Por outro lado, na microrregião pernambucana de Itamaracá, dos 558 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, 427 foram classificados como muito integrados, resultando na maior participação relativa de estabelecimentos agropecuários que sejam muito integrados na agricultura familiar. Em termos médios, obteve-se uma participação de 0,21.

No tocante ao número de máquinas e implementos agrícolas, observa-se que, dentre os estabelecimentos agropecuários pertencentes às microrregiões nordestinas, a que apresenta a menor participação relativa dessa variável se encontra nos Lençóis Maranhenses (MA), com 12 máquinas e implementos agrícolas para atender a 6.459 estabelecimentos agropecuários com a agricultura



familiar, enquanto a microrregião alagoana do Sertão do São Francisco registra a maior participação relativa, dispondo de 3.878 máquinas e implementos agrícolas para 2.041 estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar. Os dados também indicam que as microrregiões que fazem parte da região Nordeste possuem uma média de 0,27 máquinas e implementos agrícolas por estabelecimento agropecuário com agricultura familiar, estando muito abaixo da média obtida na região Sul, que foi de duas máquinas e implementos agrícolas por estabelecimento agropecuário com agricultura familiar nos municípios de Santa Catarina, conforme verificado no estudo realizado por Sousa *et al.* (2015). Esse resultado demonstra a enorme desigualdade existente entre as regiões Nordeste e Sul quanto às tecnologias adotadas pelos agricultores familiares.

Observando-se à participação relativa de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utilizam orientação técnica regularmente, percebe-se que, em média, apenas 0,03 desses estabelecimentos recebem essa assistência, sendo que a microrregião que apresentou a menor participação foi o Baixo Parnaíba Maranhense (MA) com somente 0,002 dos estabelecimentos familiares assistidos com frequência, ou seja, dos 12.508 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, apenas 21 recebem orientação técnica regularmente. Por outro lado, a maior participação, em termos relativos, foi evidenciada na microrregião de Angicos (RN), em que 18,92% dos estabelecimentos são assistidos regularmente.

É consenso na literatura econômica que a escolaridade exerce papel fundamental na competitividade agrícola, porém verifica-se que apenas 11,04% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar são dirigidos por pessoas que possuam pelo menos ensino fundamental completo. A microrregião com menor participação, em termos relativos, foi Codó (MA), em que, dos 12.949 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, somente 554 apresentam essas características. Por outro lado, na microrregião pernambucana de Fernando de Noronha, 56% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar são dirigidos por pessoas com pelo menos ensino fundamental completo. Em outros termos, dos 34 estabelecimentos dessa microrregião, 19 enquadram-se nesse perfil.

Os dados revelam que, dentre os estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar da região Nordeste, em média, 39% estão vinculados à cooperativa e associação, sendo que a menor participação em termos relativos foi encontrada na microrregião de Natal (RN). Nessa microrregião, dentre 271 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, somente sete desses possuem vínculos com cooperativas e associações. De forma oposta, a microrregião de Seridó Ocidental (RN) se destaca com a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários com agricultura

familiar que estão vinculados à cooperativa e associação, ou seja, 1.143 estabelecimentos de um total de 1.580.

No tocante aos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza adubos e corretivos, os dados sinalizam que, em termos relativos, esta variável está presente, em média, em apenas 20% dos estabelecimentos contemplados no estudo, sendo que a menor participação ocorreu na microrregião de Coelho Neto (MA) com 0,6% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, ou seja, somente 21 estabelecimentos de 3.775 enquadram-se nesse perfil. Por outro lado, a maior participação foi encontrada na microrregião do Agreste de Itabaiana (SE), em que 72% de seus estabelecimentos agropecuários utilizam adubos e corretivos.

De posse dos dados contidos na Tabela 1, também se observa um alto grau de heterogeneidade das variáveis analisadas, conforme demonstrado pelos coeficientes de variação e que podem ser facilmente observados por meio das disparidades entre seus pontos de mínimo e máximo. Dentre essas, percebe-se que V3 (número de máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em relação ao número total desses estabelecimentos); e V4 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza orientação técnica regularmente em relação ao número total desses estabelecimentos) apresentam as maiores variabilidades, ao passo que a menor dispersão ocorre com V6 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar vinculado à cooperativa e associação em relação ao número total desses estabelecimentos).

4.2 Fatores determinantes da competitividade da agricultura familiar

Buscando identificar os fatores determinantes da competitividade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro por meio da análise fatorial, faz-se necessário inicialmente verificar se tal método pode ser aplicado a essa base de dados. Para isso, determinaram-se os testes de esfericidade de Bartlett e de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Com base no primeiro teste, obteve-se um valor de 319,83, sendo significativo a 1% de probabilidade, enquanto o segundo registrou um valor de 0,631, estando adequados ao emprego desse método.

Verificada a adequabilidade dessa base de dados, utilizou-se a análise fatorial pelo método dos componentes principais, porém com o intuito de eliminar o problema de uma variável puder se relacionar com mais de um fator, empregou-se a rotação ortogonal pelo método Varimax. A tabela 02 apresenta as raízes características da matriz de correlações com valores maiores que a unidade e suas respectivas porcentagens da variância total explicada, mostrando que esses três fatores de



competitividade da agricultura familiar nordestina são capazes de explicar 71,58% da variância total dos dados.

Tabela 02: Raízes características da matriz de correlações simples (188x7) para a agricultura familiar nas microrregiões nordestinas, 2006

Fatores	Raiz Característica	Variância explicada pelo fator (%)	Variância acumulada (%)
1	1,87	26,75	26,75
2	1,74	24,85	51,60
3	1,40	19,98	71,58

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

As cargas fatoriais rotacionadas e as comunalidades para tais fatores estão indicadas na tabela 03. Conforme se observa, as cargas fatoriais com valores absolutos que excedem a 0,60 estão destacadas em negrito para explicitar as variáveis mais fortemente associadas a um determinado fator. Os valores das comunalidades revelam que todas as variáveis consideradas têm sua variabilidade captada e representada por esses três fatores.

Tabela 03: Cargas fatoriais rotacionadas pelo método ortogonal e comunalidades para a agricultura familiar nas microrregiões nordestinas, 2006

Variáveis	Cargas fatoriais			Comunalidades
	F1	F2	F3	
V1	0,63	0,38	0,28	0,62
V2	0,77	-0,37	0,21	0,77
V3	-0,02	0,79	0,12	0,63
V4	0,04	0,27	0,83	0,76
V5	0,22	-0,41	0,75	0,78
V6	-0,24	0,75	-0,11	0,63
V7	0,88	-0,21	-0,05	0,82

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

O fator F1 está associado de forma positiva com as variáveis V1 (despesas com insumos animais e vegetais dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em relação ao número total desses estabelecimentos), V2 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que sejam muito integrados em relação ao número total desses estabelecimentos) e V7 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza adubos e corretivos em relação ao número total desses estabelecimentos), sendo que essa última variável apresentou o maior escore desse fator. Assim, pode-se inferir que o fator F1 refere-se ao uso intensivo de tecnologia no fator terra e que tais variáveis são relevantes para o desempenho competitivo da agricultura familiar. Esse fator pode ser nomeado por gestão competitiva tradicional, uma vez que tais variáveis se relacionam com os fundamentos teóricos dos

modelos ECD, das forças competitivas de Porter referentes à ameaça de novos concorrentes, à força de produtos substitutos e à rivalidade entre concorrentes, e também compreendem o micronível do modelo de competitividade sistêmica.

Quanto ao fator F2, os dados indicam que há uma alta correlação positiva com as variáveis V3 (número de máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em relação ao número total desses estabelecimentos) e V6 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar vinculado à cooperativa e associação em relação ao número total desses estabelecimentos). Essas variáveis em conjunto com sinais positivos e valores elevados conduzem a uma maior competitividade, estando em concordância com o referencial teórico e a teoria econômica, já que, *coeteris paribus*, quanto maior o número de estabelecimentos agropecuários vinculado à cooperativa e associação, maior o número de máquinas e implementos agrícolas existentes nesses estabelecimentos, refletindo em maior desempenho competitivo.

Tal interação positiva pode ser atribuída ao fato dos agricultores familiares terem mais acesso às máquinas e implementos agrícolas quando fazem parte de cooperativas e associações do que desvinculado dessas organizações. Esse fator determinante da competitividade também é corroborado por Souza e Buainain (2013) ao destacarem que os produtores se agrupam em forma de associações para ter acesso aos insumos de produção, sobretudo, às máquinas e equipamentos, para o desenvolvimento das atividades produtivas.

A esse respeito, é relevante ressaltar que, conforme Souza Filho *et al.* (2004), a participação dos produtores familiares em organizações sociais, como cooperativas e associações, tem gerado efeito direto sobre a capacidade de produção e sobre a eficiência da alocação dos recursos. Ademais, nota-se que um maior nível de organização social intensifica a pressão dos produtores familiares junto ao governo e à sociedade, demandando assistência técnica e conduzindo recursos adicionais para a implantação de obras de infraestrutura básica.

Por sua vez, o fator F3 está relacionado, de forma positiva, às variáveis V4 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza orientação técnica regularmente em relação ao número total desses estabelecimentos) e V5 (número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em que a pessoa que dirige o estabelecimento possui pelo menos ensino fundamental completo em relação ao número total desses estabelecimentos), sendo que essa última variável se associa ao mesonível do modelo de competitividade sistêmica.

Portanto, esse fator capta o nível de conhecimento técnico e formal do agricultor familiar que dirige tais estabelecimentos agropecuários, de modo que se uma dada microrregião nordestina



apresentar escore desse fator positivo e elevado, significa que possui acompanhamento técnico e nível de instrução, possibilitando um maior desempenho competitivo da agricultura familiar. Esse determinante está em consonância com Souza Filho *et al.* (2004, p. 8) ao mencionarem que “a educação está relacionada não somente com a habilidade de obter e processar informação, mas também com o uso de técnicas de gestão”.

4.3 Caracterização do desempenho competitivo da agricultura familiar nos estados nordestinos

Com base na classificação estabelecida na metodologia, verifica-se pela tabela 04 que parcela majoritária das microrregiões nordestinas apresenta baixo índice de competitividade da agricultura familiar, sendo que as microrregiões do Maranhão e do Piauí foram as que registraram piores desempenhos quanto à competitividade da agricultura familiar.

Tabela 04: Classificação da agricultura familiar nos estados nordestinos segundo o índice de desempenho competitivo (IDAF) e suas estatísticas descritivas

Estados nordestinos	Número de micror-regiões	Classificação da agricultura familiar segundo o IDAF						Estatísticas descritivas	
		Baixo		Intermediário		Alto		IDAF Médio	CV* (%)
		fi	%	fi	%	fi	%		
Alagoas	13	5	38,46	8	61,54	-	-	0,39	28,48
Bahia	32	20	62,50	12	37,50	-	-	0,31	21,65
Ceará	33	26	78,79	7	21,21	-	-	0,29	27,74
Maranhão	21	19	90,48	2	9,52	-	-	0,21	38,25
Paraíba	23	11	47,83	12	52,17	-	-	0,36	23,14
Pernambuco	19	8	42,11	11	57,89	-	-	0,37	25,68
Piauí	15	14	93,33	1	6,67	-	-	0,25	23,93
Rio Grande do Norte	19	5	26,32	13	68,42	1	5,26	0,43	30,08
Sergipe	13	3	23,08	10	76,92	-	-	0,39	17,93
Nordeste	188	111	59,04	76	40,43	1	0,53	0,33	32,64

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Nota: * Representa coeficiente de variação

Esse baixo desempenho competitivo do estado do Maranhão pode ser atribuído ao fato da menor despesa com insumos animais e vegetais dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar quanto ao número total desses estabelecimentos e o menor número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza orientação técnica regularmente em relação ao número total desses estabelecimentos terem ocorrido na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense. A microrregião maranhense de Coelho Neto, por sua vez, registrou as

menores participações relativas de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que sejam muito integrados e de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar que utiliza adubos e corretivos no Nordeste.

Além dessas, vale destacar que as microrregiões dos Lençóis Maranhenses e de Codó, ambas pertencentes ao Maranhão, apresentaram, respectivamente, as menores participações relativas de máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em que a pessoa que dirige o estabelecimento possui pelo menos ensino fundamental completo.

Em termos médios, os índices de desempenho competitivo da agricultura familiar são classificados como baixos nos estados do Maranhão e do Piauí. Além desses, a Bahia e o Ceará também apresentam, em média, essa classificação.

Em contrapartida, o estado do Rio Grande do Norte se destaca com o maior índice médio de desempenho competitivo, em que se encontra a microrregião de Seridó Ocidental, que foi a única microrregião nordestina classificada com alto nível de desempenho competitivo, conforme os parâmetros estabelecidos. Esse comportamento decorre do fato de essa microrregião ter apresentado a maior despesa com insumos animais e vegetais dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar em relação ao número total desses estabelecimentos e o maior número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar vinculado à cooperativa e associação quanto ao total desses estabelecimentos.

Além do estado do Rio Grande do Norte, os dados da Tabela 4 indicam que os estados de Sergipe e de Alagoas apresentaram as maiores médias do índice de desempenho competitivo da agricultura familiar, prevalecendo o nível intermediário de competitividade da agricultura familiar. Em termos médios, os estados da Paraíba e de Pernambuco também obtiveram essa classificação quanto ao desempenho competitivo da agricultura familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados da década de 1990, por meio de diversos incentivos governamentais, a agricultura familiar vem se tornando importante estrutura econômica e social na geração de emprego, riqueza, distribuição de renda e segurança alimentar. Nesse sentido, é de grande importância a compreensão da formação da estrutura dos estabelecimentos rurais para que se possam alcançar melhores condições para sua consolidação, como também à formulação de políticas direcionadas ao segmento diante de tamanha variabilidade econômica, histórica e cultural



dentre as regiões geográficas. Portanto, o estudo teve como escopo identificar os fatores determinantes da competitividade da agricultura familiar nas microrregiões nordestinas.

Os resultados permitiram constatar que, predominantemente, a agricultura familiar das microrregiões do Nordeste brasileiro encontra-se com nível de competitividade baixo, principalmente nos estados do Maranhão e do Piauí. O nível intermediário prevalece, sobretudo, nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas, sendo que, dentre as microrregiões analisadas, somente uma pertencente ao estado potiguar se enquadra no nível de competitividade alto. Isso corrobora aspectos como a baixa utilização de máquinas e implementos e reduzida assistência técnica regular recebida pelos agricultores familiares. Além disso, ressalta-se uma grande participação relativa de agricultores familiares que sequer possuem o nível fundamental completo. Essas características se fazem presentes na maioria dos estados nordestinos. Portanto, para fortalecer a competitividade da agricultura familiar nas microrregiões do Nordeste brasileiro, devem-se expandir e aprimorar o uso dessas variáveis que fazem parte dos fatores de competitividade analisados neste estudo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.
- BARBOSA, W. F; SOUSA, E. P. Desempenho competitivo dos apicultores fixos e migratórios da microrregião do Cariri, Ceará. **Revista de Economia e Administração**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 5-27, 2012.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROU, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.
- CARVALHO, D. M.; SILVA, J. L.; VASCONCELOS, R. O.; COSTA, J. E. O beneficiamento do amendoim em Ribeirópolis/SE: do trabalho artesanal à aplicação de tecnologia social. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, v. 27, n. 1, p. 108-131, 2016.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, 2011.
- DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

ESSER, K.; HILLEBRAND, W.; MESSNER, D.; MEYER-STAMER, J. Competitividad sistémica: nuevo desafío a las empresas y a la política. **Revista de la CEPAL**, n. 59, p. 39-52, 1996.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro. Elsevier, 2009.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FRANÇA, C. G.; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GROSSI, M. E. D.; MARQUES V. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e seus estados. In: Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 35, 2007. **Anais...** Recife, PE: ANPEC, 2007.

HAIR JR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; BRESNYAN JÚNIOR, E. W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, p. 279-311, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2014.

MAGALHÃES, R.; BITTENCOURT, G. **Programa de formação de dirigentes técnicos em desenvolvimento local sustentável com base na agricultura sustentável**. CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília: Convênio MTb/Sefor/Codefat/Contag, 1997.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de Estatística Multivariada** – uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; MOTTER, K. Z. Avaliação de impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em municípios de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 432-456, 2014.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: Quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, p. 211-270, 2007.

NUNES, E. S.; SOUSA, E. P.; DAMASCENO, N. P. Competitividade da extração e comercialização do pequi no Ceará. **Custos e @gronegócio on line**. Recife, v. 12, n. 1, p. 245-264, 2016.



PEDROSO, M. C. Uma metodologia de análise estratégica da tecnologia. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 6, n. 1, p. 61-76, 1999.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. Rio de Janeiro, RJ: UFRRJ, 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

SANTANA, A. C. Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do Estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 749-775, 2007.

SODRÉ, M. L. S.; DOURADO, A. M.; SANTOS, E. C. S. Uma experiência de extensão rural no desenvolvimento do território do Alto Sertão Sergipano. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, v. 23, n. 1, p. 157-171, 2012.

SOUSA, E. P.; CAMPOS, A. C. Desempenho competitivo dos fruticultores cearenses em diferentes áreas irrigadas. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 41, n. 1, p. 155-166, 2010.

SOUSA, E. P.; BENDER FILHO, R.; CORONEL, D. A.; AMORIM, A. L. Desempenho competitivo da agricultura familiar nos municípios catarinenses. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 760-774, 2015.

SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, M. O. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 42, 2004. **Anais...** Cuiabá, MT: SOBER, 2004.

SOUZA, R. P.; BUAINAIN, A. M. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 308-331, 2013.

TEIXEIRA, M. G. C.; PAULA, J. S.; FERNANDES FILHO, J. F. Agricultura familiar no Nordeste brasileiro: uma análise da contribuição da indústria rural artesanal. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 10, 2012. **Anais...** Recife, PE: ENABER, 2012.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. **Interações**. Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, 2009.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

APÊNDICE

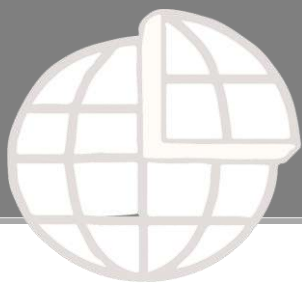
Quadro 1: Especificação das microrregiões nordestinas

Estados Nordestinos	Microrregiões
Alagoas	Serrana do Sertão Alagoano; Alagoana do Sertão do São Francisco; Santana do Ipanema; Batalha; Palmeira dos Índios; Arapiraca; Traipu; Serrana dos Quilombos; Mata Alagoana; Litoral Norte Alagoano; Maceió; São Miguel dos Campos; e Penedo.
Bahia	Barreiras; Cotegipe; Santa Maria da Vitória; Juazeiro; Paulo Afonso; Barra; Bom Jesus da Lapa; Senhor do Bonfim; Irecê; Jacobina; Itaberaba; Feira de Santana; Jeremoabo; Euclides da Cunha; Ribeira do Pombal; Serrinha; Alagoinhas; Entre Rios; Catu; Santo Antônio de Jesus; Salvador; Boquira; Seabra; Jequié; Livramento do Brumado; Guanambi; Brumado; Vitória da Conquista; Itapetinga; Valença; Ilhéus-Itabuna; e Porto Seguro.
Ceará	Litoral de Camocim e Acaraú; Ibiapaba; Coreaú; Meruoca; Sobral; Ipu; Santa Quitéria; Itapipoca; Baixo Curu; Uruburetama; Médio Curu; Canindé; Baturité; Chorozinho; Cascavel; Fortaleza; Pacajus; Sertão de Cratêus; Sertão de Quixeramobim; Sertão de Inhamuns; Sertão de Senador Pompeu; Litoral de Aracati; Baixo Jaguaribe; Médio Jaguaribe; Serra do Pereiro; Iguatu; Várzea Alegre; Lavras da Mangabeira; Chapada do Araripe; Caririaçu; Barro; Cariri; e Brejo Santo.
Maranhão	Litoral Ocidental Maranhense; Aglomeração Urbana de São Luís; Rosário; Lençóis Maranhenses; Baixada Maranhense; Itapecuru Mirim; Gurupi; Pindaré; Imperatriz; Médio Mearim; Alto Mearim e Grajaú; Presidente Dutra; Baixo Parnaíba Maranhense; Chapadinha; Codó; Coelho Neto; Caxias; Chapadas do Alto Itapecuru; Porto Franco; Gerais de Balsas; e Chapadas das Mangabeiras.
Paraíba	Catolé do Rocha; Cajazeiras; Sousa; Patos; Piancó; Itaporanga; Serra do Teixeira; Seridó Ocidental Paraibano; Seridó Oriental Paraibano; Cariri Ocidental; Cariri Oriental; Curimataú Ocidental; Curimataú Oriental; Esperança; Brejo Paraibano; Guarabira; Campina Grande; Itabaiana; Umbuzeiro; Litoral Norte; Sapé; João Pessoa; e Litoral Sul.
Pernambuco	Araripina; Salgueiro; Pajeú; Sertão do Moxotó; Petrolina; Itaparica; Vale do Ipanema; Vale do Ipojuca; Alto Capibaribe; Médio Capibaribe; Garanhuns; Brejo Pernambucano; Mata Setentrional Pernambucana; Vitória de Santo Antão; Mata Meridional Pernambucana; Itamaracá; Recife; Suape; e Fernando de Noronha.
Piauí	Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolínia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX; e Alto Médio Canindé.
Rio Grande do Norte	Mossoró; Chapada do Apodi; Médio Oeste; Vale do Açu; Serra de São Miguel; Pau dos Ferros; Umarizal; Macau; Angicos; Serra de Santana; Seridó Ocidental; Seridó Oriental; Baixa Verde; Borborema Potiguar; Agreste Potiguar; Litoral Nordeste; Macaíba; Natal; e Litoral Sul.
Sergipe	Sergipana do Sertão do São Francisco; Carira; Nossa Senhora das Dores; Agreste de Itabaiana; Tobias Barreto; Agreste de Lagarto; Propriá; Cotinguiba; Japarutuba; Baixo Cotinguiba; Aracaju; Boquim; e Estância.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE (2014)

Recebido em 17 de abril de 2017
Aprovado em 18 de novembro de 2017





**EXTRAPOLANDO AS CERCAS:
O SENTIDO DE QUINTAL EM ANDRÉ DO MATO DENTRO,
SANTA BÁRBARA – MG¹**

**BEYOND THE FENCES:
THE MEANING OF BACKYARD IN ANDRÉ DO MATO DENTRO,
SANTA BÁRBARA - MG**

**EXTRAPOLANDO EL CERCADO:
EL SIGNIFICADO DE PATIO EN ANDRÉ DO MATO DENTRO,
SANTA BÁRBARA-MG**

Vanessa Dias de Araújo

Mestranda em Geografia pelo Instituto de Geociências (IGC)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista (NPGEOH-UFMG)
E-mail: vanessa.d.araujo@hotmail.com

Virgínia de Lima Palhares

Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista (NPGEOH-UFMG)
E-mail: palhares.vi@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho resulta da admissão do sujeito e objeto enquanto organismo vivo, unitário. Ainda que pareça reducionismo chamar de objeto a Terra e seus personagens - animados e inanimados - cabe aqui concebê-lo enquanto artefato de cobiça, curiosidade e inquietude para o pesquisador. Aqui, o objeto cobiçado admite a forma falhada dos itabiritos – e outrora ondulada sobre dolomitos – da Serra do Gandarela, mais precisamente o André do Mato Dentro, Santa Bárbara-MG. Mesmo inserida no colar metropolitano de Belo Horizonte, ali, a dança das abelhas na época das floradas ainda produz mel; o córrego principal, o Maria Casimira, ainda meandra por entre as casas; morcegos, grilos e sapos ainda orquestram a Missa de domingo. Considerada subalterna pelos olhos da técnica e do capital, a comunidade experimenta ameaças de propagação da lógica capitalista em seu território construído. Buscamos discutir a noção de quintal nesse enredo, e os conceitos de identidade, lugar e imaginação. O movimento elucidativo basilar – exposto pela experiência de campo – consistiu na percepção de que o quintal em André do Mato Dentro extrapola as cercas da morada, da horta e do pomar, para abranger as cristas, os vales, os cursos d'água, as lendas, constituintes do sistema simbólico daquele povoado.

Palavras-chave: habitar; imaginário; ser-que-vive; quintal.

¹ Texto vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, agenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no projeto intitulado: Organização espacial dos quintais: identidade e memória da comunidade rural de André do Mato Dentro – MG.

ABSTRACT:

This paper results from the admission of the subject and object as a living, unitary organism. Although it seems like reductionism to objectify the Earth and its characters - animate and inanimate - it fits here to conceive it as an artefact of greed, curiosity and concern for the researcher. Here, the coveted object assumes the failed form of the itabirites - and sometimes formed in a wave shape form on the dolomites - of the Serra do Gandarela, more precisely the André do Mato Dentro, Santa Bárbara-MG. Although it's inserted in Belo Horizonte's metropolitan zone, there, the dance of the bees in the flowering time still produces honey; the main stream, Maria Casimira, still meanders through the houses; bats, crickets and frogs still orchestrate the Sunday Mass. Considered subaltern by the technique's and capital's eyes, the community experiences threats of propagation of the capitalist logic in their built territory. We seek to discuss the notion of yard in this plot, and the concepts of identity, place, and imagination. The basic elucidative movement - exposed by the field experience - consisted in the perception that the yard in André do Mato Dentro extrapolates the fences of the dwelling, of the garden and of the orchard, to embrace the crests, the valleys, the watercourses, the legends, constituents of that folk's symbolic system.

Keywords: to habit; imaginary; being-that-lives; yard.

RESUMEN:

Este trabajo resulta de la admisión del sujeto y objeto como organismo viviente y unitario. Aunque pueda parecer un reduccionismo llamar de objeto a la Tierra y sus personajes - animados e inanimados - cabe concebirlo como un artefacto de avaricia, curiosidad e inquietud para el investigador. Aquí, el objeto codiciado admite la forma fallida de los itabiritos - y en el pasado ondulada sobre dolomitas - de la Sierra de Gandarela, específicamente de André de Mato Dentro, Santa Bárbara - MG. Introducida en la zona metropolitana de Belo Horizonte, la danza de las abejas en las floradas todavía produce miel; el arroyo principal, María Casimira, divaga entre las casas, murciélagos, grillos y sapos todavía orquestan la misa del domingo. Considerada subalterna por los ojos de la técnica y del capital, la comunidad experimenta amenazas de propagación de la lógica capitalista en su territorio construido. Buscamos discutir sobre la noción del patio en esa trama, y los conceptos de identidad, lugar e imaginación. El movimiento elucidativo basilar - expuesto por la experiencia de campo - consistió en la percepción que el patio de André de Mato extrapola el cercado de la morada, del jardín y de la huerta, para abrazar la cimas, los valles, los cursos del agua, las leyendas, constituyentes del sistema simbólico de aquel poblado.

Palabras clave: habitar; imaginario; ser-que-vive; patio.

1 O DESPERTAR DA INTENÇÃO

“Ainda não me acostumei com o barulho do córrego. Às vezes acordo e acho que tá chovendo”.
O menino de 40 anos.

“Olha esse vento, sente só, olha (abrindo os braços)”.
A catadora de musgo.

A novidade da imagem! O impulso involuntário do verso! Evocando Bachelard (1989), como é possível um *ser-que-mora* tão habituado aos barulhos e cheiros do *lugar*² ainda se distrair, ainda mostrar estranhamento e contemplação imediata frente a uma forma tão comum à paisagem local – o córrego? Ou ainda, como deixar-se abrir (por meio dos braços) para o vento-de-todo-dia?

² Nesse caso, o *lugar* admite a concepção de “ponto de significância” conforme Tuan (1983).



Achar o vento encorpado, suave, importante – querer apalpar, agradecer. “As coisas muito claras me noturnam” (BARROS, 2001, p. 32). Descobrimos em André do Mato Dentro poetas e crianças maiores de sete anos; (re) descobrimos o barulho da água, o comer-direto-no-pé, o andar descalço, o medo/amor de/por montanhas e buracos em barrancos.

No Google Earth, André do Mato Dentro é um povoado, um ponto no mapa de Minas Gerais, mais precisamente no município de Santa Bárbara, franja metropolitana de Belo Horizonte. Mas, para mim, e para os moradores poetas-crianças de lá (ousar dizer), André do Mato Dentro (Figura 1) é casa, rio e montanha; é abelha que faz mel na florada, suco de erva cidreira de manhã, cruz ao lado da igreja e musgo entremeado em campo rupestre nas cristas da Serra.

Figura 1: A comunidade de André do Mato Dentro: percepção e imaginação.



Fonte: ARAÚJO, V. D. de, 2016

No que diz respeito a essa realidade nada clara, nada noturna, Ernst Cassirer (1994) eleva a experiência e o universo particular de cada indivíduo como responsável pelas várias cores e teias da realidade humana. A diversidade da realidade repousaria sua razão de ser na diversidade das

peças-mundo – cada organismo da realidade seria um ser monádico³. “Tem um mundo só seu porque tem uma experiência só sua” (CASSIRER, 1994, p. 46).

Tomando como exemplo a teoria do “Círculo Funcional Animal”, do biólogo e empirista Johannes Von Uexküll, Cassirer (1994) chama a atenção para a especificidade do homem em relação aos outros animais. No domínio das reações orgânicas, os demais animais possuem um sistema receptor de fluxos externos e um sistema efetuator [responsável por elaborar respostas instintivas e imediatas], cujo equilíbrio de ambos permite a sobrevivência do organismo. Os dois sistemas estão vinculados e constituem o Círculo Funcional.

O homem, por outro lado, entre o sistema receptor e o efetuator, admite o *sistema simbólico* - a resposta aos fluxos externos ocorre de maneira diferente da dos demais animais - “é interrompida e retardada por um lento e complicado processo de pensamento” (CASSIRER, 1994, p. 48). A teoria do Círculo Funcional Animal atribui o comportamento do animal, em grande parte, à sua anatomia. No caso do homem, entretanto, a anatomia do corpo se confunde com a anatomia do próprio *ser*; aqui, a realidade simbólica forma uma nova topografia. Como na poesia infantil de Barros (2011), a topografia das palavras se confunde com o contorno das imagens. Em suma, é a capacidade de transcender o real que particulariza a espécie humana frente aos outros animais; encontrar no campo simbólico-imaginativo os contornos da existência.

Nesse aspecto, a figura do homem enquanto *animal rationale* torna-se incapaz de explicar determinados fenômenos, lugares e pessoas. A ciência e a tecnologia são baseadas, *à priori*, em ideias e hipóteses, mas as ideias e hipóteses nada mais são que nomes “racionalizados” para a rainha das faculdades: a *imaginação*. “A modernidade é a imersão cada vez mais profunda na matéria, é a atrofia do espírito e a perda coletiva da rainha das faculdades, a imaginação” (MATOS, 2010, p. 158).

Cassirer esclarece, na *Filosofia das Formas Simbólicas* (2004), que é melhor definir a pessoa humana como *animal symbolicum* quando estabelece sua relação com o mundo do que como *animal rationale*. Esta relação com o mundo é mediada por um sistema de signos constituído por formas simbólicas, entendidas pelo filósofo como a energia do espírito cujo conteúdo espiritual de significado é vinculado a um signo e lhe é atribuído interiormente.

Temos, no caso específico do Círculo Funcional do homem, os elos receptor e efetuator, acrescidos do elo simbólico. É esse elo que irá distinguir o homem do animal, no qual o primeiro terá a possibilidade de viver qualitativamente em uma nova realidade.

³ Do Latin *monas*, unidade; do grego *monas*, solitário, sozinho. Para a biologia: organismo pequeno. Para a filosofia: substância simples, criada desde o princípio, inacessível a quanto existe e incorruptível, mas sujeita a evoluções e desenvolvimento até alcançar o intelecto (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).



Mas, para que servem essas palavras? Servir-me-ão para que? É desse pragmatismo que o princípio utilitarista do “progresso” se nutre e constrói cada bloco de concreto, cada centímetro de pavimento que esconde o marrom da terra e o azul - imaginado - dos rios. Não seria melhor considerarmos a magia da palavra dita, da imagem e da escrita na visão que temos de mundo?

É preciso retomar o demorar-se em uma cadeira ou sofá questionando o movimento das coisas e o movimento de si mesmo. É preciso retomar a contemplação da natureza feita por Humboldt - ao longo de suas viagens - já no final do século XVIII e entender a natureza como um organismo vivo animado por forças internas. Natureza, aqui, apoiada em Alfred North Whitehead quando, na primeira década do século XX dizia que “a natureza é aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos” (WHITEHEAD, 1993, p. 7).

Para que servem esses devaneios? Ora, para nada! Um nada belo e platônico. Uma ode à percolação do espírito no pensamento, na angústia, na saudade do que a geração moderna nem chegou a ter: jardins de Epicuro⁴ - verdes, meros e inúteis jardins de Epicuro. Ecúmenos como André do Mato Dentro só podem ser compreendidos permeando-se o cerne da idiosincrasia humana – o universo simbólico (alicerçado por Cassirer [1994] em quatro pilares: arte, linguagem, mito e religião). Seria um equívoco, contudo, considerar esses pilares como fenômenos isolados. Diferentes na estrutura e no espaço que ocupam, são semelhantes no material e na força que suportam. Sim, o mundo simbólico está ali, exercendo pressão uniforme em cada um deles, mas é preciso considerar o papel estrutural de cada um.

A arte faz-se por meio da necessidade do *Ser* de externalizar-se – transpor para o mundo palpável o cerne do indivíduo, sua essência entranhada. Neste contexto, ela pode ser compreendida como uma linguagem simbólica onde o homem constrói a sua própria realidade. A obra de arte é considerada por Gaston Bachelard (1989) um subproduto “do existencialismo do ser imaginante” (BACHELARD, 1989, p. 317). A arte expressa “os movimentos da alma humana em toda a sua profundidade e variedade” (CASSIRER, 2004, p. 244). A arte, do mesmo modo que o mito, a religião e a linguagem é um dos meios que “levam a uma visão objetiva das coisas e da vida humana” (CASSIRER, 1994, p. 234). Assim, podemos compreender a arte como “uma descoberta da realidade” (CASSIRER, 1994, p. 234), concreta, visível.

A linguagem, - outro pilar do universo simbólico -, situa-se, por sua vez, entre a pessoa humana e as coisas. A linguagem, em Cassirer (1994), parece vir do anseio da pessoa humana pelo *compartilhar*. Heidegger (2003) compactua com o pensamento de Cassirer quando comenta que a

⁴ Para o filósofo grego Epicuro (341-270. a.C), havia uma inquietação: como se manter sereno, feliz, sem sofrimentos? Para se manter feliz diante das crises que nos aparecem, é preciso manter a afetividade entre os amigos vivendo de uma forma simples. Para o filósofo, as condições necessárias para se alcançar a felicidade são: a amizade, a natureza e uma vida simples. É notória a relação necessária entre felicidade e tranquilidade - “hedoné”.

linguagem “(...) é a expressão humana de movimentos interiores da alma e da visão de mundo que os acompanha” (HEIDEGGER, 2003, p. 14). A expressão – em palavra, gesto ou olhar – seria, nesses termos, o suspiro súbito do *ser* na esperança de ser partilhado.

Mito e religião, entretanto, seriam aqueles elos do Círculo Simbólico encarregados de lidar com aqueles que se mostram como os mais “pesados” dos elementos: a origem e a morte. Enquanto a religião se incumba de tratar os preceitos do *post mortem* (pós-morte, âmbito da alma), o mito parece preocupar-se, em maior grau, com as origens, as cosmogonias. Cassirer (1994) comenta que a religião, tanto quanto a arte, é forma simbólica de conhecimento e tornam real o mundo pela experiência. Na religião, a relação com o divino é moral, ligada ao *ser* do homem. São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, esclarece que o homem é um ser que não está pronto; está sempre se construindo. O *ser* do homem, neste sentido, se refere não só ao espírito, como também à alma e ao corpo. Se no homem são encontradas todas as coisas, se o conhecermos estaremos conhecendo o cosmo (AQUINO, 2001).

A religião se manifesta em sua individualidade enquanto o mito se caracteriza por ser um elo coletivo. E, ainda, a religião explica suas crenças apoiada na razão e o mito, por sua vez, utiliza a emoção para esclarecer suas crenças. O mito é real porque se torna uma tentativa de explicar a realidade – que é diversificada – através do sagrado. Mircea Eliade (1991) faz uma alusão à geografia mítica em *Imagens e Símbolos* referindo-se ao espaço sagrado como o espaço real. O mito consiste “muito mais em ações que em simples imagens ou representações” (CASSIRER, 1994, p. 132). No mito, o homem se relaciona com a natureza como se fosse um único organismo; ele conta uma história sagrada; ele revela uma sacralidade.

O antropólogo britânico Edward Burnett Tylor foi responsável por introduzir o termo *animismo* como o primeiro estágio de desenvolvimento das religiões: para o homem primitivo, os seres guardam em si algo transcendental, a alma (do latim *anima*) e, essa crença não só explicaria o culto aos mortos e dos antepassados, mas também o nascimento dos deuses. Para Eliade (1992, p. 42) é o mito, por outro lado, que “revela como uma realidade veio à existência”. Nesse universo, as “coisas” abandonam seu sentido essencial e admitem um sentido construído, preferido - a *imagem*. “Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo”, prossegue Cassirer (1994):

Mesmo na prática, o homem não vive em um mundo de fatos nus e crus, ou segundo suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes em meio a emoções imaginárias, com esperanças e temores, ilusões e desilusões, em suas fantasias e sonhos. ‘O que perturba e assusta o homem’, disse Epíteto, ‘não são as coisas, mas suas opiniões e fantasias sobre as coisas’ (CASSIRER, 1994, p. 96).



Seguindo a trilha pelo pensamento de Cassirer (1994), as nuvens não precisam ser só nuvens, aglomerado de gotas diminutas de água ou de cristais de gelo em suspensão no ar, podem ser redemoinhos do tempo transportando algum viajante curioso de outra época. Ah! E, sem dúvida, as nuvens em André do Mato Dentro são redemoinhos do tempo. Se Dom Quixote acredita na monstruosidade dos moinhos de vento, se Monteiro Lobato fez boneca falar, espiga de milho virar cientista, por que não posso *fazer de conta* que nuvens escondem por entre aerossóis e gotículas de água viajantes do tempo, pequenos príncipes e bichos que, vez ou outra, ousam doar suas formas às próprias nuvens? Como lembra Barros (2003): “porque a maneira de reduzir o isolado que somos dentro de nós mesmos, rodeados de distâncias e lembranças, é botando enchimento nas palavras. É botando apelidos, contando lorotas. É, enfim, através das vadias palavras, ir alargando os nossos limites” (BARROS, 2003, p. 15).

Dar a um córrego o nome de mulher (Maria Casimira, o córrego principal de André do Mato Dentro); reservar funções de cura às folhas de funcho e tanchagem – comumente conhecido como transsagem, cujo nome científico é *Plantago Major* -; atribuir ao vento, à água e ao musgo valores de sobrevivência material e imaterial, sim! Sem dúvida aquelas gentes de André do Mato Dentro alargam limites. E não são só as “vadias palavras” que alargam limites no povoado; os pés e os olhos também o fazem: até onde vai o quintal ali? De qual quintal estamos falando?

Vejamos a origem da palavra quintal. No dicionário Lello Universal, o termo quintal está relacionado ao latim *ãquintanale*, cujo significado é pequeno terreno com jardim ou horta, junto a uma casa de habitação. O dicionário Aurélio, por sua vez, possui a mesma definição, porém acrescida de “atrás da casa”. A própria etimologia da palavra quintal atribui um sentido de produção rural, ainda que em micro escala.

Durante o Brasil Colônia e ainda no século XIX, o quintal se fazia presente nas residências, independentemente de classe social, localização na cidade ou no rural ou região geográfica. O quintal era ocupado por pequenas construções ligadas ao abastecimento alimentar tais como o galinheiro, uma pequena pocilga e ainda, a instalações sanitárias, dentre elas, a fossa. Por isso, os quintais consistiam em um espaço de domínio privado, “em princípio, espaços velados, escondidos da vista da rua” (SILVA, 2004, p. 67).

Lugares de pomares e de hortas, de ervas para temperos e medicinais, de galinheiros e chiqueiros, os quintais se transformam em espaços de trocas, de confidências, de lamentos e celebrações.

Na atualidade, o *quintal-entre-muros*, o do âmbito urbano, compreende, geralmente, a garagem e os espaços fragmentados – lados, frente e parte de trás da casa –; afinal, a alta densidade demográfica das cidades não permite extravagâncias. Ali, a “cerca” existe, e é feita de concreto.

Em contrapartida, o *quintal-entre-ventos*, esse que trato aqui, do âmbito rural de André do Mato Dentro, compreende o universo familiar sim, contorna a morada sim, mas se alarga, escorrega para além das cercas de arame, avança pela serra, pela Igreja, pela escola, acompanha as águas, os zunidos, os gorjeios. É nesse alargar de limites, nesse extrapolar de cercas que nos debruçamos adiante a fim de (re)desenhar o sentido de quintal no contexto da comunidade.

2 EXCEDENDO OS LIMITES DA MORADA

Os preceitos acadêmicos relativos ao trabalho de campo ditam organização e preparação prévia e, o maior símbolo de todo esse “apego ao previsível” talvez resida na prática do pré-campo. Um levantamento geral sobre os elementos físicos e socioculturais da chamada área de estudo. Conhece-se substrato (solos, litologia e topografia), interface (uso e ocupação do solo) e dinâmica climática. O homem entra como componente da interface sob a forma de principais atividades econômicas, “desenvolvimento” socioeconômico, dinâmica demográfica, dentre outros fatores. Vai-se à campo carregado de tais elementos, de tais características; qualquer percepção em campo que fuja da expectativa torna-se um problema, um erro.

Contudo, toda a bagagem de “prés” (pré-campo, pretensões, preconceitos) que levamos para André do Mato Dentro foi deixada aos poucos pelo caminho, pela trilha estreita no meio do mato que se distanciava cada vez mais da casa – para nos mostrar, afinal, que o quintal lá é mais largo do que esperávamos. À medida que o quintal se alargava, ficávamos cada vez mais deliciosamente perdidas, desconstruídas. A pesquisa tomou novo corpo, novo significado, adquiriu propriedades de massinha de modelar e, as mãos assumiram, enfim, contornos infantis. Agora sim, estávamos prontas para acompanhar a fluidez da pesquisa. A “área de estudo” podia se mostrar, então, como era de fato e, não como eu a planejava. Demos abertura para o fenômeno poder se revelar.

A aproximação por meio da experiência de campo lançou luz sobre o paralelismo entre as noções de *lar* e o sentido de quintal no ecúmeno estudado – os dois parecem nutrir uma relação de causa e efeito. Nesse âmbito, o quintal incorpora as seguintes feições: *quintal-casa*, *quintal-comunidade* e *quintal-mata*. As conversas e observações revelaram que nosso objeto de estudo não se restringe apenas aos limites da casa, não admite o conceito do quintal convencional, aquele que abrange a horta, o pomar ou o galinheiro: os quintais de André do Mato Dentro extrapolam as



cercas de arame e confundem-se com a Mata Atlântica, a Floresta Estacional Semidecidual que envolve o povoado, assim como engloba o sentido de comunidade impregnado nas estruturas físicas (a Igreja, a escola, a quadra e o bar) e sociais (laços de parentesco e amizade; demandas associadas à segurança, à educação e à história locais).

O *quintal-mata* compreende os ruídos da água; o barulho da fauna (principalmente o zunir das abelhas, considerando a importância da apicultura como atividade econômica para a comunidade), os espíritos da mata (lendas e mitos) e as vozes do campo rupestre – uma alusão ao musgo colhido para complementar a renda de alguns moradores. O *quintal-casa* e a mulher enquanto protagonista da manutenção da identidade local e dispersora de sabores e saberes: alimentação como meio de ligação com a Terra e matos que curam - o mítico e o místico. E, por conseguinte, as demandas da comunidade (sombras de uma ordem vasta que ameaça as cristas e cabeceiras que abraçam o cotidiano e a história local) sob o olhar do *quintal-comunidade*.

Nesse sentido, o quintal em André do Mato Dentro supera a concepção usual de extensão da casa enquanto estrutura para comportar o contexto do *lar* e sua força simbólica. Assim, o *lar* em André encerra as paredes, portas e janelas das moradias, mas também compreende o Córrego Casimira, as cristas da Serra, as nascentes, a fauna e a flora local, com seus tons, sons e cheiros. Ora, o *ser-que-mora* na comunidade não reduz seu cotidiano às paredes da casa ou às paredes do ambiente de trabalho – como é comum na realidade urbana. Morar e trabalhar esbarram-se no mesmo cenário de vivência. O musgo é coletado no alto da serra, mas é separado e deixado para secar no quintal, ao lado do galinheiro, perto da varanda e do varal. Em cada morada, no mínimo duas nascentes não os deixam esquecer um minuto sequer da primazia do “todo” – casa, quintal, serra, homem, topografia, solos, todos interligados por fios invisíveis de dependência fisiológica e simbólica. A água sente-se à vontade para exfiltrar porque encontra o declive ideal, o solo propício, a vegetação mantenedora, mas, acima de tudo, o quintal - esse microsistema livre da impermeabilização do concreto ou do pavimento.

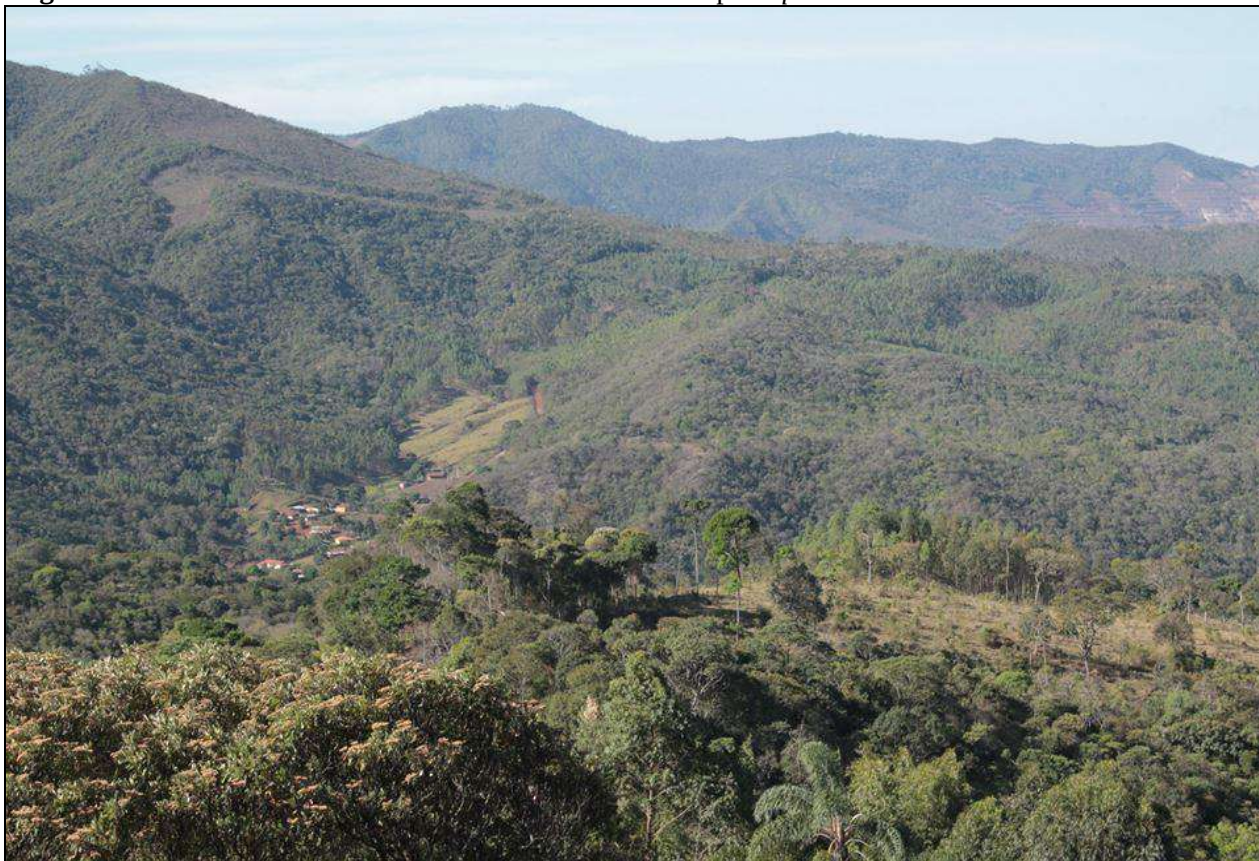
3 QUINTAL-MATA: ATÉ ONDE OS OLHOS (D’ALMA) ALCANÇAM

O domínio do *quintal-mata* pode ser o mais “barulhento” no que se refere à influência na rotina local, assim como no processo de construção da identidade do povoado. Ora, a mata é símbolo do “grande”, da Floresta Estacional Semidecidual que se alastra por vales – formando galerias por sobre os córregos – e cristas. É na mata que as abelhas zunem e produzem o mel -uma

das principais fontes de renda; é na mata que as nascentes encontram as condições ideais de umidade, temperatura e pressão para exfiltrar as águas subterrâneas.

A mesma água que corre na bica do quintal atrás da casa da senhorinha e do senhor da casinha da esquina, é a mesma água subterrânea que um dia encontrou o momento certo para emergir através da serrapilheira e da vegetação rasteira dos estratos inferiores da mata. Abarcar, talvez seja esse o verbo que melhor descreva a interface de contato entre os seres “morantes” do povoado de André do Mato Dentro e a mata (Figura 2). Abarcar, ou seja, envolver com os abraços, guardar em um único abraço aquilo que lhe é caro, desejado. Do mirante de onde a imagem da figura 2 foi capturada, nossos olhos não enxergaram outro gesto, da Serra para com a comunidade, se não esse – do abraço, do afago.

Figura 2: Comunidade de André do Mato Dentro abarcada pelo *quintal-mata*



Fonte: Arquivo pessoal

Não que a mata permaneça intocada como em uma grande redoma, mas, agora, não assume o simples papel de recurso. A extração de lenha, de musgo e demais produtos da mata fazem parte



da reprodução social do povoado enquanto comunidade tradicional⁵. Como Diegues (2000) discorre a seguir:

Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas [...]. Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menos integração, os diversos usos dos ecossistemas (DIEGUES, 2000, p. 50).

Obedecer ao ritmo da mata ao ponto de respeitá-lo em favor da própria sobrevivência; é o que fazem esses indivíduos que coletam o musgo, bebem da água das cabeceiras e promovem a dança das abelhas e do mel. Mas, até que ponto essas atividades, essa rotina permanece no plano do real, do concreto? Há abstração gerada pela mata barulhenta? Ora,

a consciência dispõe de duas maneiras de representar o mundo. Uma, direta, na qual a própria coisa parece estar na mente, como na percepção ou na simples sensação. A outra indireta, quando, por qualquer razão, o objeto não pode apresentar-se à sensibilidade 'em carne e osso, como, por exemplo, nas lembranças da nossa infância, na imaginação das paisagens do planeta Marte. Em todos esses casos de consciência indireta, o objeto ausente é reapresentado à consciência por uma imagem, no sentido amplo do termo (DURAND, 1993, p. 12).

Quando indagados sobre a importância da água, dos bichos, das flores e frutos, respondem com “despalavras” – Manuel de Barros –, com miudezas, com imagens: “A água é vida, né?”; “o rio era bravo, subia até aqui na casa, hoje em dia ele não faz isso mais; acalmou”. A construção do *lugar* em imagens vai além – alcança o mito. “Nesse sentido, a representação do mundo selvagem, do mundo natural, não pode ser apreendida totalmente, se não se recorrer às representações, às imagens e ao pensamento mítico” (DIEGUES, 2000, p. 55). Emergem, assim, vozes e espíritos da floresta, protetores, raivosos, amores, sempre refletindo o comportamento próprio do homem.

Afinal, “o pensamento simbólico não é uma área exclusiva da criança, do poeta ou do desequilibrado; ela é consubstancial ao ser humano; precede a linguagem e a razão discursiva” (ELIADE, 1991, p. 10). Nesse aspecto, o quintal-mata penetra o reino das imagens – construídas pelos “morantes” locais, esses que o comem, cheiram e percorrem suas trilhas.

⁵ De acordo com o Decreto nº 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, comunidades tradicionais são “os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

4 O ALÍVIO REENTRANTE DA EXPIRAÇÃO

A imaginação e o simbolismo na modernidade são “inúteis” aos olhos do lucro e da razão instrumental. Afinal, para que serve a imaginação se a indústria da cultura já oferece seus objetos “esquemmatizados” prontos para consumo? O que resta ao indivíduo é a passividade: passar a vida sentado em uma cadeira de escritório, ônibus, carro e, finalmente, no sofá de casa usufruindo dos bens duráveis e não duráveis que adquiriu graças aos “assentos anteriores”, em frente a uma caixa propagadora de formas de consumir, concebida comumente como televisão – de plasma e de “não sei quantas” polegadas, é claro.

Nesse enredo, o indivíduo se constitui cada vez menos em indivíduo para se reconstruir cada vez mais em componente de uma massa homogênea guiada pela falsa ideia do movimento, do desenvolvimento, da própria história. Há um movimento, sim, mas apático às significações humanas e empático ao bom funcionamento do sistema-mundo moderno e de suas tecnologias, indústrias e capital mantenedores.

Há lugar (enquanto categoria geográfica) para o espírito, para o bucólico? Para o “demorar-se” – nos pensamentos, ideias e devaneios? Estradas pavimentadas, avenidas sanitárias e seus rios canalizados ou trens-bala são capazes de transportar espíritos imaginativos? Qual a utilidade de todo esse desenvolvimento para a complexidade do ser? Todas essas indagações prestam-se a lembrar que a pesquisa não é feita necessariamente de respostas ou “resultados finais”: o que de fato a move é a inquietude reentrante que os fenômenos da realidade provocam nas prateleiras das ideologias arraigadas.

Destarte, como exposto no mapa da comunidade (Figura 1) – produto da experiência de campo e do processo imaginativo aqui empreendido – a disposição das casas e das atividades remete ao cotidiano quase primitivo de valorização do bucólico. A ideia de quintal, então, se viu implodida para, em seguida, explodir seus estilhaços para além das cercas de arame ou de madeira; alçaram voo em direção aos [não] limites do mundo simbólico edificado.

Logo depois da encruzilhada principal (Figura 1) – a que sustenta a placa de Bem Vindo a André do Mato Dentro – um casal de jovens habita as paredes, portões e plantas feitoras de *lar*. Escolheram *permanecer*. A sala da casa, repleta de porta-retratos do casal, da família, os sofás dispostos um de frente para o outro, tapetes e um diploma emoldurado na parede da jovem que recentemente concluíra o ensino médio com muito orgulho.

Ali, em um dos sofás, deixaram escapar nas entrelinhas da fala o porquê da permanência:



Aqui eu cresci com meus irmãos, a gente andava nisso tudo. Brincava. Capinava mato. Meus irmãos foram embora daqui, eu fiquei porque não consigo me acostumar em outro lugar, trabalho em Barão de Cocais, vou e volto pra cá todo dia. Com a moto fica mais fácil agora. Lá é bom, mas não passa rio atrás da casa (O jovem que *permaneceu*).

Minha família é da Bahia. Vim pra Minas Gerais e conheci ele. Ele me trouxe pra cá. Gostei demais, mas não quis parar de estudar. Estudei e formei. Hoje faço meus artesanatos, cuido da casa, da horta, vou à missa. Esse ano o milho demorou pra crescer, acho que é porque a chuva atrasou (A jovem que *permaneceu*).

O gosto do ordinário! A novidade capturada no “mais do mesmo”, daí que brota e se mantém o *permanecer*. O contato com o contexto externo da razão instrumental metropolitana existe sim, invade e pressiona, mas o encantamento pelos movimentos identitários do cotidiano parecem nutrir a escolha de ficar e continuar a construir – novas e velhas vivências. Daqui vem o impulso do *ficar*, do *permanecer*, e, por que não dizer, do *resistir*. Um corpo impregnado por imagens não consegue se afastar da fonte de recordações e, por sua vez, de símbolos identitários.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, B. F. et al. Análise da paisagem a partir da estratificação ambiental: estudo da bacia do córrego Maria Casimira – André do Mato Dentro/MG. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, n. 4, p. 518-529, 2012.

ALMEIDA, M. G. de. Mulheres rurais - a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVII, n. 2, p. 138-161, jul./dez. 2016.

AQUINO, TOMÁS De. Tradução Aimon-Marie Roguet *et al.* **Suma Teológica**, v. I. São Paulo: Loyola, 2001.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A casa. Do porão ao sótão. O sentido da Cabana**. In: Gaston BACHELARD. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARROS, Manoel de. **O fazedor de amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio Sobre o Homem**: uma introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos).

BARROS, Manoel de. **Ensaaios fotográficos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas. O pensamento mítico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Dicionário **Priberam** da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/chave> [consultado em 21-10-2015].

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira. USP. 2000.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1993.

EISLER, R. **O Cálice e a Espada, nossa história, nosso futuro**. Palas Athena: Rio de Janeiro, 2008.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. Tradução de Sônia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EPICURO, **Carta a Meneceu**. Tradução Álvaro Lorencini e Enzo Dell Carratore. São Paulo: Unesp, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano II, nº 3, jul./dez. 1997.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARANDOLA, Eduardo Jr. Saberes dos corpos alimentados: ensaio de geografia hedonista. **Revista geograficidade**. v. 4. Edição especial. Outono 2014.

MATOS, Olgária. Modernidade: o deslimate da razão e o esgotamento ético. In: NOVAES, Adauto. **A experiência do pensamento**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2010. p. 157-176.

MIRCEA, Eliade. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PADUA, Leticia C. T. A Geografia de Yi-Fu Tuan: essências e permanências. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2013.

SILVA, Luís Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom, vol. 1. London: John Murray, Albemarle Street, W. 1920.



WHITEHEAD, Alfred North. **O conceito de natureza**. Tradução Júlio B. Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Recebido em 19 de março de 2018

Aprovado em 21 de abril de 2018



OS PROCESSOS COMUNITÁRIOS DE REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS ALTERNATIVAS NOS VALES DOS RIOS DOCE E JEQUITINHONHA/MG - BRASIL

THE COMMUNITIES' IDENTITY REAFFIRMATION PROCESSES AND THE CONSTITUTION OF ALTERNATIVE CULTURAL LANDSCAPES IN THE RIO DOCE AND JEQUITINHONHA VALLEYS/MG - BRAZIL

LES PROCESSUS DE RÉAFFIRMATION D'IDENTITÉ DES COMMUNAUTÉS ET LA CONSTITUTION DE PAYSAGES CULTURELS ALTERNATIFS DANS LES VALLÉES DES FLEUVES DOCE ET JEQUITINHONHA/MG - BRÉSIL

José Antônio Souza de Deus

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: jantoniosdeus@uol.com.br

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: ludimilardrigues86@gmail.com

Mariana Rodrigues da Costa Neves

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: mariana.costaneves@gmail.com

Liliane de Deus Barbosa

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: lilianededeus@gmail.com

RESUMO:

Este artigo registra o acúmulo de experiências obtido por investigações empreendidas por pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG e desenvolvidas no âmbito de projetos patrocinados pela FAPEMIG, em dois contextos regionais emblemáticos de Minas Gerais: os vales dos rios Doce e Jequitinhonha. Tais pesquisas objetivaram decodificar a problemática de comunidades tradicionais, (re)interpretando-as nas óticas da Geografia Cultural e da Etnopolítica/Etnoambientalismo, por meio de metodologias qualitativas desenvolvidas em trabalhos de campo realizados nos municípios de Santa Maria de Itabira, Carmésia e Resplendor (Vale do Rio Doce); Minas Novas, Capelinha, Turmalina e Angelândia (Vale do Jequitinhonha), nos quais se utilizaram categorias de análise e paradigmas de interpretação explicitamente geográficos. Tais pesquisas viabilizaram a orientação de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado direcionadas aos Estudos da Paisagem, que propiciaram a identificação da gestação de paisagens culturais alternativas. Foram estudadas as comunidades indígenas pataxó e krenak e os núcleos quilombolas de Barro Preto (Vale do Rio Doce), Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão (Angelandia/Vale do Jequitinhonha - MG).

Palavras-Chave: paisagens culturais; comunidades tradicionais; Vales dos rios Doce e Jequitinhonha/MG; índios e quilombolas.

ABSTRACT:

This article records the accumulation of experiences obtained by investigations undertaken by researchers linked to the Postgraduate Program in Geography of the IGC / UFMG and developed within the framework of projects sponsored by FAPEMIG, in two emblematic regional contexts of Minas Gerais: the valleys of the rivers Doce and Jequitinhonha. These researches aimed to decode the problematic of traditional communities, (re) interpreting them in the optics of Cultural Geography and Ethnopolitics/Ethno-environmentalism, through qualitative methodologies developed in field works carried out in the municipalities of Santa Maria de Itabira, Carmésia and Resplendor (River Doce valley); Minas Novas, Chapelinha, Tourmalina and Angelândia (Jequitinhonha Valley), in which categories of analysis and paradigms of explicitly geographical emergence processes in loco interpretation were used. These studies enabled the orientation of Master's Dissertations and PhD Theses directed to Landscape Studies, which allowed the identification of alternative landscapes emergence processes in loco. Patasho and Krenak Indian societies and Maroons communities settled in Barro Preto (Rio Doce valley), Alto dos Bois, Córrego do Engenho and Barra do Capão (Angelândia/ Jequitinhonha valley - MG) were studied in this context.

Keywords: Cultural landscapes; traditional communities; rio doce and jequitinhonha valleys, indians and maroons.

RÉSUMÉ:

Cet article enregistre l'accumulation d'expériences obtenues par les recherches menées par des chercheurs liés au Programme de Troisième Cycle en Géographie de l'Institut de Géosciences de l'Université Fédérale de Minas Gerais et qui ont été développées dans le cadre de projets sponsorisés par FAPEMIG, dans deux contextes régionaux d'état de Minas Gerais: les vallées des fleuves Doce et Jequitinhonha. Ces recherches visaient à élucider la problématique des communautés traditionnelles (les re-interprétant dans l'optiques de la Géographie Culturelle et de l'Ethnopolitique/Ethno-environnementalisme, par des méthodologies qualitatives développées dans les travaux de terrain réalisés dans les communes de Santa Maria de Itabira, Carmésia et Resplendor (Vale do Rio Doce); Minas Novas, Capelinha, Turmalina et Angelândia (Jequitinhonha); et dans lesquelles des catégories d'analyse et des paradigmes d'interprétation géographiques ont été utilisées. Une telle recherche a permis l'orientation des thèses de Maîtrise et de Doctorat dirigées vers les Études du Paysage, ce qui a permis l'identification, là, de la gestation de paysages culturels alternatifs. On a étudié les sociétés indigènes pataxó et krenak et les communautés afro-descendants de Barro Preto (Vale do Rio Doce), Alto dos Bois, Córrego do Engenho et Barra do Capão (Angelândia/ Jequitinhonha - MG).

Mots-Clés: paysages culturels; communautés traditionnelles; vallées des rivières Doce et Jequitinhonha; indiens et afro-descendants.

1 INTRODUÇÃO

Problematiza-se, aqui, a respeito de informações primárias e secundárias obtidas mediante o desenvolvimento dos projetos: *Etnogeografia, Etnossustentabilidade e a Organização e Gestão do Território de Comunidades Tradicionais e Indígenas no Estado de Minas Gerais* (desenvolvido de novembro de 2009 a novembro de 2011, no Vale do Rio Doce/MG) e *Etnogeografia, Paisagens Culturais e Gestão do Território em Comunidades Tradicionais do Vale do Jequitinhonha/MG* (desenvolvido de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2016, no Jequitinhonha)¹.

¹ Tais projetos foram coordenados pelo Dr. José Antônio Souza de Deus e patrocinados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. As pesquisas viabilizaram a orientação de monografias de graduação, dissertações

Os procedimentos metodológicos adotados como formas de operacionalização da investigação compreenderam: pesquisas bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico; trabalhos de campo com realização de entrevistas semi-estruturadas; sistematização e contextualização dos dados; análise e problematização sobre as questões investigadas.

Trabalhos de campo foram realizados nos municípios em que se domicíliam as sociedades pataxó e krenak (respectivamente na Área Indígena Fazenda Guarani - Carmésia/MG; e em Resplendor - Vale do Rio Doce/MG)²; e as comunidades quilombolas de Barro Preto (S. Maria de Itabira/MG), Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão (Angelândia/Vale do Jequitinhonha - MG).

As entrevistas foram teoricamente fundamentadas na perspectiva de Quivy e Campenhout (2008, p. 192), que denominam essa metodologia como semi-diretiva ou semi-dirigida, “no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” como acontece com os questionários. Vale ressaltar que, segundo Triviños (1987), as entrevistas semi-estruturadas além de valorizar a presença do pesquisador, abrem ainda diversas possibilidades para o informante alcançar a liberdade e espontaneidade necessárias para o enriquecimento da investigação.

Tais pesquisas utilizaram categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação nítida e explicitamente geográficas, assumindo caráter interdisciplinar por estabelecerem interlocuções com outras áreas das Geociências (Geografia Política, Percepção Ambiental, Geografia Agrária, Geohistória...). E ressalte-se que obtivemos, previamente, com os atores envolvidos, os termos livres de consentimento esclarecido para participação nas pesquisas assinados pelos representantes comunitários e as cartas de anuência das prefeituras municipais acordando com o desenvolvimento da pesquisa na área-foco de investigação.

2 MARCO TEÓRICO

Em função da crescente mobilidade e globalização da economia, postulava-se até recentemente, uma inevitável uniformização planetária. Atualmente, contudo, a relevância atribuída

de Mestrado e teses de Doutorado direcionadas aos Estudos da Paisagem e desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG.

² Os Krenak são remanescentes dos “botocudos”- família etnolinguística do tronco macro-jê domiciliada na Área Cultural Leste/Nordeste. Os “botocudos” (autodenominados: Borun) habitavam os antigos “Sertões do Leste” e resistiram de forma combativa e aguerrida à invasão de seus domínios territoriais, embora tenham acabado submetidos a processos de desterritorialização que levaram à extinção, grupos como os Pojixá(s), Gyporok, Nakrehê e Nack-Nenuck. Os Pataxó(s) constituem um grupo étnico da família maxakalí, do mesmo tronco.



ao consumo de natureza cultural, às diferenças étnicas e à questão dos valores torna-se visível (DEUS, BARBOSA, TUBALDINI, 2011). E as transformações em curso no Planeta, certamente justificam - como destacou o Comitê Editorial do periódico *Géographie et Cultures* em 1992 -, a atenção renovada que os geógrafos estão atribuindo às dimensões sociocultural e socioespacial, inclusive reconhecendo que as realidades culturais na organização e produção do espaço foram certamente subestimadas no passado. E a Geografia Cultural, como assinala com pertinência Le Bossé (2013), participa desse interesse contemporâneo sobre os fenômenos identitários.

Claval (1999) assinala que embora muitos julgassem que o desaparecimento da maior parte dos traços que promoviam a infinita variedade do mundo tradicional anunciasse a erosão das diferenças culturais, o que se observa hoje são “sociedades onde os problemas de identidade são mais envolventes do que nunca”. Ademais, “dedica-se hoje uma atenção nova à irredutibilidade do fato cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 86) e consequentemente, “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social” (HALL, 2001, p. 7). Emergindo como contra-projetos, refratários à marcha da globalização, a organização e manifestação coletivas de grupos étnicos, culturais e religiosos (por vezes minoritários, mas coesionados em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas), vêm exercendo progressiva influência no cenário sociocultural contemporâneo.

Para Castells (1998, p. 7-8), numerosos setores sociais se refugiam nas trincheiras da identidade construídas em torno de sua experiência e de seus valores tradicionais: “sua religião, sua localidade, sua região, sua memória, sua nação, sua cultura étnica, seu gênero, ou, em algumas ocasiões, sua opção identitária, constitutiva de um sistema de valores alternativo”. A reivindicação da diferença e a emergência das identidades coletivas têm constituído um dos fenômenos mais expressivos dos tempos atuais e um dos grandes desafios explicativos para as ciências sociais. O estudo das diferenças e das alteridades encontra-se remetido à análise mais ampla das relações interculturais e do conjunto de fenômenos coletivos a elas ligados, expresso por formas organizacionais próprias, capazes de rearticular o ideário cultural com a presença ativa e crescente no interior da sociedade mais ampla.

É nesse contexto que adotamos como objetivo essencial investigar a problemática das comunidades tradicionais particularmente na perspectiva da classificação das paisagens culturais dos vales dos rios Doce e Jequitinhonha; procurando rastrear ainda as estratégias que conduziram à emergência de novas territorialidades nesses recortes territoriais do estado e que gestam paisagens culturais particulares. Buscamos compreender os símbolos e signos (elementos que afirmam e ressignificam a identidade desses atores em seus domínios territoriais) que contribuem para a

formação das paisagens culturais regionais. Ressalte-se que o estudo da paisagem cultural está relacionado a um “complexo geográfico específico, no qual são manifestadas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural” (WAGNER, MIKESELL, 2003).

Na perspectiva de Claval (1992³ *apud* CORRÊA, 1995), as paisagens culturais constituiriam uma matriz cultural, expressando diversos aspectos culturais e representando sua dimensão funcional e simbólica. Deste modo, as paisagens culturais serviriam “como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, colaborando para “transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais”. É relevante assinalar, a propósito, que Cosgrove (2012) propõe como principal método para a leitura das paisagens a execução de trabalhos de campo e a elaboração e interpretação de mapas. Além disso, o autor ressalta a importância da linguagem e de seu significado simbólico, o que pode ser instrumentalizado mediante levantamentos toponímicos e da análise de sua relação com as paisagens culturais.

A paisagem cultural poderia ser definida como “[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza, e, reciprocamente, da natureza com o homem” - (SANTILLI, 2009, p. 393). Dessa interação, que subsidia a sobrevivência e reprodução sociocultural desses grupos surge um patrimônio coletivo historicamente herdado da presença/atuação das comunidades em um território ancestral, que se revela, principalmente na paisagem.

E ressalte-se que ao abordar a paisagem como categoria de análise, Cosgrove (2012) tende a visualizar a cultura como uma dimensão intimamente ligada ao estudo do poder. Um grupo dominante, como destaca o autor, procurará impor sua própria experiência de mundo como objetiva e válida para todos. O autor explicita as categorias de análise que ele define como culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas, cada uma das quais exercendo um impacto diferente sobre a paisagem humana.

Cosgrove (2012) entende a paisagem como uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual. E quando define sua noção de poder, Cosgrove (2012) se refere ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias primas e força de trabalho.

Quanto às culturas alternativas, Cosgrove (2012) localiza como elemento residual mais presente na paisagem europeia, o edifício da igreja medieval. Como cultura emergente, apesar de

³ Champs et Perspectives de la Géographie Culturelle. **Géographie et Cultures**, Paris, n. 1, p. 7-38, 1992.



transitória, Cosgrove (2012) elenca a cultura *hippie* dos anos 60 (século XX); e define como manifestação de culturas excluídas, as que são suprimidas, de forma ativa ou não e que destacam os símbolos de grupos como mulheres, crianças, ciganos, mendigos, gangues de rua, *gays* e prostitutas, codificados na paisagem da vida cotidiana e ainda aguardando estudos geográficos mais detalhados e profundos.

Para Cosgrove (2012) há, portanto, culturas dominantes (as que exercem uma hegemonia cultural) e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, faixa etária e etnicidade. No Brasil, os acampamentos dos sem-terra também poderiam ser visualizados como paisagens emergentes, portadoras de uma nova mensagem social. É importante, aliás, destacar o caráter dialético e evolutivo que a paisagem cultural pode exibir (TORELLY, 2008), valendo assinalar que, segundo Cosgrove (2012), está nitidamente na natureza de uma cultura emergente oferecer um desafio à cultura dominante, uma visão de futuros alternativos possíveis.

Como resultado das relações de poder, a paisagem se apresenta como um produto de diferentes momentos históricos que se cristalizam no espaço, consolidando marcas ou rugosidades, às quais são atribuídos valores socialmente construídos a partir das percepções e experiências vividas de um tempo presente. E o conceito de paisagem cultural abarca também as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar (SANTILLI, 2009), interdigitando-se com temas da geografia das representações. Afinal, como registra Torelly (2008), ao vislumbrarmos uma paisagem, sentidos como a visão, a audição e o olfato são estimulados e as sensações são imediatamente processadas por nosso intelecto que utiliza todo o aparato cognitivo que acumulamos para atribuir valores subjetivos e objetivos e formar representações.

A paisagem, desse modo, se constitui com base numa unidade orgânica que congrega natureza e cultura, materialidades e imaterialidades, relatos históricos e histórias de vida, constatações e percepções que, considerados em sua totalidade, configuram uma paisagem cultural. E foi numa perspectiva etnográfica que as pesquisas que empreendemos buscaram investigar o processo de configuração das paisagens culturais de comunidades indígenas e quilombolas domiciliadas nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha, postulando que se trata de segmentos cada vez mais em evidência, no cenário nacional e que possuem maneiras singulares de gestão de seu território tradicional.

3 PROTAGONISMO ETNOPOLÍTICO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MINAS GERAIS

A região sudeste do Brasil, como observa Laraia (1998, p. 265),

[...] tem uma longa história de colonização portuguesa, além de ser a região mais densamente povoada e desenvolvida industrialmente. Assim era de se supor a inexistência de qualquer grupo indígena. Mas, por mais surpreendente que possa parecer, eles estão aí representados.

Os Krenak, cuja população original era estimada em cerca de mil índios, totalizavam em 1984 apenas 92 indivíduos; tendo, contudo, sua população apresentado contínuo incremento desde então, até totalizar 434 pessoas, em 2014 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014). Distribuídos por cinco núcleos, permanecem assentados à margem esquerda do Rio Doce, no município de Resplendor, a 435 km de Belo Horizonte, em área demarcada de 4.039 ha, homologada desde 1996 e de onde os invasores (anteriormente aí instalados), foram removidos em 1997. Em 14/10/1995, em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal garantiu aos Krenak a reconquista de parte de seu território tradicional declarando nulos e sem nenhum valor todos os títulos de propriedade dos fazendeiros aí incidentes até então e que ocupavam indevidamente a área. A decisão foi tomada após realização de perícia histórico-antropológica (RODRIGUES, 2013).

Até então, confinados a uma parcela ínfima de seu território, os Krenak permaneciam lutando “para reaver e recuperar ambientalmente seu território ocupado por fazendeiros e colonos” (KRENAK, 1996, p. 697). Para Paraíso (1998, p. 426):

[...] aldeados compulsoriamente desde 1912, os Krenak são um povo mestiçado, vivendo numa área de 68,25 ha totalmente devastados e insuficientes para uma população de 120 pessoas. As atividades de caça e coleta inexistem, e a pesca encontra-se bastante prejudicada pela poluição do rio Doce. Hoje a sua atividade econômica reduz-se a uma agricultura incipiente, voltada para a subsistência e ainda assim insuficiente, e à criação de algumas cabeças de gado, das quais obtém o leite que vendem para a Cooperativa de Resplendor. Não se assalariam porque não são aceitos pelos fazendeiros como trabalhadores devido à disputa pelo restante das terras que lhes foram doadas em 1920.

Tendo vivenciado um processo violento e prolongado de etnocídio e desterritorialização, eles se aculturaram, parcialmente. Paraíso (1998, p. 426) salienta, a propósito, que eles “moram em casas de modelo nacional, simples e rústicas, construídas pela FUNAI⁴, insuficientes para a

⁴ Fundação Nacional do Índio.



quantidade de famílias”, observando, também, que “seus equipamentos são tipicamente nacionais” (...) “Desde o momento do seu aldeamento, os Krenak sedentarizaram-se, porém continuam a organizar-se em termos de aliança política e solidariedade econômica em famílias extensas”. As enfermidades são hoje tratadas pela medicina alopática, e “das antigas práticas mantêm ainda o conhecimento de algumas ervas” (PARAÍSO, 1998, p. 426-427). O sistema religioso não mais se encontra organizado de forma articulada, e os xamãs não mais existem. Em sua análise da realidade krenak atual, o autor conclui que transformados, lutando para manter a sua identidade, o que constatamos é que os Krenak, além de sua língua,

[...] que é falada com fluidez e regularidade pelos adultos, mantém ainda alguns traços característicos do seu povo. Isto apesar das adaptações exigidas pelo contato para que se garantisse a sobrevivência física e a reprodução social dos Botocudos (PARAÍSO, 1998, p. 428).

Em alguns períodos de sua história, os Krenak foram forçados a se transferir para a área dos Maxakalí (1958) e dos Pataxó (Fazenda Guarani, em 1972), mas sempre retornaram a suas terras de origem. A comunidade também enfrenta problemas de alcoolismo. Seus cultivos de subsistência incluem basicamente lavouras de cereais (arroz, feijão, milho) e mandioca. As tentativas de revitalização ambiental da Reserva, esboçadas mais recentemente, permanecem em estágio incipiente devido a divergências internas e em função da diáspora⁵; envolve primordialmente atividades de reflorestamento da área indígena com espécies nativas. Silva (1998, p. 359), que analisou as novas propostas que surgiram “com a discussão da autodeterminação indígena”, considera que:

[...] ainda é prematuro avaliar os resultados destes projetos, uma vez que estão sendo aplicados há pouco tempo e alguns ainda estão em fase de estudos. Porém, todos têm propostas que parecem muito adequadas à realidade dos grupos a que dizem respeito, reaproveitando atividades já incorporadas pelas sociedades, procurando tirar delas o melhor proveito. Resta aguardar e observar os resultados.

Também assistimos nos últimos anos, à implementação de novas políticas governamentais fomentando uma discriminação positiva de comunidades indígenas, a exemplo dos esforços que a Secretaria de Estado da Educação vem fazendo para implantar a educação indígena ou os Núcleos Integrados de Saúde Indígena com incentivo à criação de serviços municipalizados de atendimento à saúde das comunidades (KRENAK, 1996).

⁵ Dispersão de famílias da tribo por outras áreas indígenas distanciadas do território imemorial como a Fazenda Guarani/ MG, Área Indígena Vanuíre/SP, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os demais grupos indígenas mineiros adquiriram visibilidade recentemente no cenário histórico-cultural regional. Os Pataxó(s) de Carmésia (Vale do Aço - Alto Rio Doce/ leste mineiro), que em 1984 correspondiam a 62 indivíduos apenas, hoje totalizam 350 índios, ocupando área demarcada de 3.270 ha (Fazenda Guarani), homologada e desobstruída de invasores (enquanto o contingente populacional total de índios pataxó no Brasil, compreendendo as comunidades da Bahia e Minas Gerais totalizaria em 2014, 12.326 – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014). Os solos da fazenda já estão bastante exauridos por ter sido a área longamente utilizada para a monocultura de café. Originários de Barra Velha (principal aldeamento e centro de difusão da cultura pataxó, no município de Porto Seguro, ao lado do Monte Pascoal, na “Costa do Descobrimento”), eles mantêm permanente diálogo com os Pataxó(s) do sul da Bahia. Segundo algumas análises, índios como os Xakriabá(s)⁶ e Pataxó(s) encontrar-se-iam em um processo de reaprendizado e reinvenção de seu patrimônio e vivência culturais.

Os Pataxó(s) hoje domiciliados em Carmésia/MG transferiram-se para o estado no final da década de 70 (século XX), depois da criação pelo IBAMA⁷ do Parque Nacional do Monte Pascoal, que teria reduzido as terras disponíveis para a agricultura dos Pataxó(s) no sul da Bahia. Em Minas, eles vivem da piscicultura, apicultura, horticultura e artesanato. Estabeleceram parcerias com a SEE/MG, Prefeitura Municipal de Carmésia e entidades como o CIMI e CEDEFES⁸. Os Pataxó(s) têm se destacado na produção de textos que apresentam sua própria realidade, como material didático e paradidático utilizado nas escolas (DEUS, SILVA, 2015).

Quanto aos segmentos afro-descendentes cujo aporte para a cultura nacional brasileira foi tão significativo (AUBRÉE, 2000), é relevante assinalar que grandes e populosos quilombos surgiram nas regiões mineradoras de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais no século XVIII. Como destaca Paiva (2009, p. 67): “com a descoberta de ouro e de pedras preciosas no sertão a necessidade de braços escravos é abruptamente ampliada, resultando em novas e maciças importações de africanos”.

Os quilombos⁹ constituíram uma das mais completas e complexas formas de reação à escravidão. Eles constituíam redutos de escravos fugidos onde os africanos podiam se organizar e, a

⁶ Os Xakriabás pertencem à família jê do tronco macro-jê que inclui outras famílias etnolinguísticas como as dos botocudos e maxakali(s), às quais já nos reportamos, e outras, como os bororo(s), karajá(s), karirí(s), kamakã(s), puri-coroados(s), fulni-ô(s), guató(s).

⁷ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁸ CIMI - Conselho Indigenista Missionário; CEDEFES - Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva.

⁹ Historicamente: “aldeamento de escravos fugidos” (LOPES, 2006, p. 137), que se refugiavam em regiões de difícil acesso, onde reconstituíam seu modo de vida, em liberdade. A maior parte contava com algumas dezenas de indivíduos apenas. Mas algumas dessas comunidades “chegaram a reunir milhares de habitantes. Nas Guianas e nas Antilhas os quilombolas são conhecidos como *bush negroes* ou *maroons*.”



partir daí, confrontar a opressão escravista, tendo sido consequentemente combatidos com vigor pelos poderes coloniais. “Para que se tenha uma ideia da sua participação na dinâmica social, basta lembrar que para o período compreendido entre os anos de 1710 e 1798”, o acervo documental pesquisado permite confirmar “a descoberta e destruição de, pelo menos, 160 quilombos” na região (REIS, GOMES, 1996, p. 141). Guimarães se refere aos quilombos como umas das mais completas e eficazes “formas de rebeldia” desenvolvidas, contra a escravidão, nas Minas Gerais do século XVIII (GUIMARÃES, 2007, p. 440).

Fiabani (2005, p. 412) descreve a formação dos quilombos como um “fenômeno social e histórico objetivo”, que foi “alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo”. Lourenço (2005) classifica como verdadeiras guerras os conflitos travados com quilombolas no período compreendido entre 1746 e 1767, nos sertões de Minas, à medida que se abria fronteiras para a mineração com a descoberta de novas jazidas auríferas. À época, simultaneamente se combatia, as comunidades quilombolas e as sociedades indígenas¹⁰ sediadas na região. Anjos (2007, p. 213) registra que o sítio geográfico dos antigos quilombos era “geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistemas de vigilância nas áreas mais altas”.

Para muitos escravos fugidos os quilombos representaram nos períodos colonial e imperial “a possibilidade de inserção num sistema de produção e repartição social mais igualitária, sendo, com isso, um modelo alternativo de sociedade que engendrava um confronto com o modelo escravista” (ANJOS, 2007, p. 213).

Wanderley (2011, p. 99) registra que entre tantas alternativas de sobrevivência e enfrentamento à opressão desenvolvidas pelos africanos no Brasil, a constituição dos quilombos constituiu uma das mais ousadas e articuladas ações para quebrar as imposições da administração colonial. O autor enfatiza que “impressiona, na história latino-americana a formação de sistemas de organização social comunitária no campo, constituídos de milhares de fugitivos”. No Brasil Colonial, a denominação quilombola designava os negros que se revoltavam contra a escravização e fugiam das propriedades, refugiando-se em regiões onde reconstituíam seu modo de vida em liberdade, sendo o termo aplicado para caracterizar os sujeitos e coletivos organizados em torno da contestação ao sistema escravagista hegemônico.

Com a Constituinte, em 1988 e as discussões sobre o patrimônio cultural, “o quilombo originado no seio da sociedade escravista, manifestação, sobretudo, do trabalhador escravizado,

¹⁰ Cataguá, Kayapó do Sul, Botocudo, Xakriabá, Puri-Coroado e outras, domiciliadas nas regiões de antiga mineração como o Quadrilátero Ferrífero, Vale do Jequitinhonha, Mato Grosso e Goiás- e as quais reagiram, com determinação, à expansão da economia aurífera no *hinterland* brasileiro.

passou à proteção do Estado, ao se definir a titularização das terras de remanescentes de quilombos” (FIABANI, 2005, p. 421). Cruz acrescenta que:

[...] no Brasil, com o processo de redemocratização e a ampliação do espaço político da sociedade civil na década de 1980, ganhou força a mobilização dos povos indígenas e de quilombolas em torno de reivindicações étnicas ante o Estado. Como resultado dessas lutas, importantes reivindicações territoriais e culturais foram incorporadas na Constituição Federal de 1988, fortalecendo juridicamente a situação fundiária e a identidade coletiva desses grupos (CRUZ, 2012, p. 595).

Em 2003, a ABA¹¹ passou a considerar como quilombo toda comunidade rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado. Como demarcam Sahr *et al.* (2011, p. 49), no decorrer dos últimos anos, vê-se uma substituição progressiva da definição de quilombo como sinônimo de “fuga-resistência” pela de comunidade “que compartilha de um mesmo território e de uma mesma cultura”. Para o CEDEFES, o quilombo corresponderia a um espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores, etnicamente diferenciados da sociedade envolvente (SANTOS, CAMARGO, 2008).

Pode-se dizer que o quilombo, que constituiu no passado um lugar de ruptura com o regime escravista, na atualidade é redefinido como um lugar de mobilização de forças sociais, de matriz africana ligadas às camadas mais carentes da população. O CEDEFES assinala que quilombo se tornou um termo polissêmico, enquanto Ratts (2007) pontua que o conceito vem sendo ressemantizado, ressaltando que isso tem ocorrido a partir da mobilização das comunidades afro-descendentes em defesa de seus direitos, “principalmente fundiários”. Ressalte-se que além de a cultura ser essencialmente dinâmica, ela constitui um instrumento de coesão social uma vez que se trata de uma dimensão da realidade que une os indivíduos em torno de determinados ideais ou valores socialmente constituídos. É assim que evidenciamos hoje um processo vivenciado por comunidades negras rurais que se auto-definem como quilombolas “e que desenvolveram e partilham um modo de vida próprio” (RATTS, 2007, p. 265).

Lopes (2006, p. 139) define como quilombos contemporâneos “as comunidades negras rurais que agrupam descendentes de escravos, vivendo da cultura de subsistência” e onde as manifestações culturais mantêm “forte vínculo com o passado”. Tais comunidades, que vivenciaram prolongada história de exclusão, experimentam hoje, como registra Arruti (1997), um processo de etnogênese, entendido como a construção fraternal de uma autoconsciência e de uma identidade

¹¹ Associação Brasileira de Antropologia.



coletivas de base racial e/ou histórica contra a ação de um Estado Nacional opressor, com o objetivo de obter ganhos políticos, entre os quais pode se encontrar alguma expectativa de autodeterminação.

Trata-se de comunidades que se colocam hoje como protagonistas “na cena dos direitos insurgentes” (CHAGAS, 2001, p. 223) e cuja identidade encontra-se em processo de construção (FERREIRA, 2004). Esta emergência identitária ocorre mediante uma politização dos costumes, viabilizada por meio da construção de uma consciência costumeira do resgate e da ressignificação das identidades, “processo que, ao mesmo tempo as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória, sua força; e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política” (CRUZ, 2007, p. 96).

A identidade cultural de um grupo é construída coletivamente a partir da força do seu passado, na unicidade de uma história partilhada, composta pelas singularidades das representações dos indivíduos, as quais configuram o Todo Cultural capaz de reforçar e reafirmar sua identidade. Marinho (2014, p. 155) se remete, a propósito, às “ressignificações identitárias” ocorridas ao longo da formação da comunidade dos kalungas, as quais teriam se intensificado pelo seu reconhecimento legal como grupo remanescente de quilombolas (no nordeste de Goiás). Como sinalizam Ramos & Almeida (2014, p. 219), em relação a esta comunidade quilombola: “os traços culturais mantidos por gerações são constituintes do arcabouço de elementos” que viabilizam “a manutenção da identidade e da memória”. Ressalte-se que sua identidade é construída e organizada com base não apenas em referências culturais e sociais, mas também, de estratégias e posições políticas configuradas (e ressignificadas) pela sua diferenciação em relação a outras coletividades.

Ferreira (2012, p. 649) assinala que “a afirmação étnica produz uma nova valorização da memória e das próprias histórias vividas”, registrando que:

[...] a memória coletiva traz elementos que testemunham a *pertença territorial* dessas comunidades, como aqueles relacionados à sua ancestralidade e ao período da escravidão: às suas formas peculiares de linguagem presentes nas categorias nativas, aos seus saberes oriundos da observação, leitura e usos do ambiente; às suas práticas de cura; aos seus rituais religiosos e festivos; e às suas redes de parentesco, trocas e solidariedade.

Vale ressaltar que “os Kalunga mantém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura...” (ALMEIDA, 2014, p. 210) e que os mais velhos, em alguns casos, nunca deixaram o quilombo para conhecer as cidades do entorno. Investigações que realizamos nos núcleos quilombolas de Barro Preto e Indaiá (municípios de Antônio Dias e Santa Maria de Itabira/MG) indicaram que, mediante um aprendizado político calcado na reflexão sobre a

experiência recente das lutas indígenas pela demarcação de territórios, as comunidades afro-descendentes hoje vão se inserindo em processos coletivos de reafirmação da identidade cultural, embora o grau de consciência e mobilização seja muito diferenciado nas diferentes comunidades envolvidas (ALVES, DEUS, GOMES, 2013; DEUS, 2011).

Já as pesquisas que realizamos no Jequitinhonha nos permitiram observar que o exercício de protagonismo quilombola, envolve processos coletivos e intersubjetivos de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade vivenciados no cotidiano¹²; a construção de elos topofílicos com o meio físico e social; a preservação das espacialidades festivas (DEUS *et al.*, 2016); a manutenção de saberes tradicionais como práticas alimentares, etnoambientais, etnobotânicas, produção artesanal, etc. - (DEUS, 2012; DEUS & CASTRO, 2014). É sugestivo notar que, como aponta Simão (2001), o passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, o saber fazer local (objetos, alimentos, festas), volta, na atualidade, a ser valorizado.

Verificamos, contudo, em entrevistas que realizamos nas comunidades de agricultores familiares quilombolas do Jequitinhonha e sociedade envolvente¹³, que 56% dos moradores de Alto dos Bois e 71% dos habitantes do entorno¹⁴ avalia, em seus depoimentos, que os afro-descendentes ainda enfrentam significativas limitações na sociedade brasileira, como o racismo, preconceito e discriminação. Foram também localizados desafios no mundo do trabalho por 17% dos moradores de Alto dos Bois e 13% dos integrantes da sociedade envolvente, como maior dificuldade na obtenção de empregos pelos negros. Na percepção dos entrevistados, os afro-descendentes enfrentariam, também, problemas vinculados às questões de saúde, educação e moradia como avaliaram 12% dos entrevistados em Alto dos Bois e 5% na sociedade envolvente.

Mas 51% dos moradores de Alto dos Bois e 66% das pessoas do entorno considera que a cultura afro-descendente permanece viva¹⁵; e um percentual elevado de integrantes dos dois

¹² Traçando-se um paralelo com os quilombolas goianos, vale ressaltar que Almeida (2010, p. 43) se remete a “uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural”.

¹³ O termo sociedade envolvente é recorrentemente utilizado pela FUNAI e antropólogos.

¹⁴ Foram entrevistadas 516 pessoas: 51, nas comunidades quilombolas; e 465 em seu entorno- tanto na zona rural (29), como na zona urbana (436) dos municípios próximos: 94, em Angelândia (zona urbana: 88; e rural: 06); 117, em Capelinha (zona urbana); 127, em Minas Novas (zona urbana: 116; e rural: 11); e 127, em Turmalina (zona urbana: 115; e rural: 12). As “pessoas preconceituosas” foram apontadas por 38% da sociedade envolvente e 14% dos moradores do Alto dos Bois como o segmento que mais prejudicaria os negros. Parte dos entrevistados (59% dos quilombolas e 32% dos habitantes do entorno) preferiu não responder à questão.

¹⁵ Registre-se que alguns entrevistados (15% dos quilombolas e 11% de integrantes da “sociedade envolvente”) não identificaram os problemas que tais comunidades enfrentam ou considerou que os negros já não enfrentam mais, problemas significativos, no país. Para os quilombolas, a manutenção da herança cultural estaria associada à preservação de tradições (43%), com destaque para as festividades (15%) e práticas como a Capoeira, danças e Congado (para 15% dos entrevistados). Para a sociedade envolvente seria a realização de festas (25%); a preservação



segmentos compreendendo 79% dos quilombolas e 87% das pessoas do entorno opinou que a vida dos negros teria melhorado ultimamente. Para 32% dos quilombolas e 38% dos integrantes da sociedade envolvente isto teria ocorrido devido à redução do racismo, preconceito e discriminação. Outra parcela de 30% dos moradores de Alto dos Bois e 23% do entorno considerou que isto teria se dado devido a avanços obtidos pelos afro-descendentes em termos das condições de saúde, educação e moradia. Um terceiro segmento (20% dos moradores de Alto dos Bois e 19% dos integrantes da sociedade envolvente) atribuiu a melhoria nas condições de vida dos negros às políticas governamentais de ação afirmativa destes grupos, historicamente segregados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos caracterizar os Krenak e Pataxó como povos que reúnem atributos relevantes sob a ótica do protagonismo etnopolítico; os primeiros, devido ao relativo crescimento vegetativo da população e ao estabelecimento de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais (FUNAI, SEE/ MG, EMATER¹⁶, CIMI); e os segundos, devido ao contingente populacional expressivo (mais de quatro mil indivíduos, considerando-se à população da etnia como um todo), ao crescimento demográfico significativo, a utilização da reinvenção da identidade cultural como instrumento de inserção no mercado globalizado do turismo (sobretudo na “Costa do Descobrimento”), e às parcerias por eles viabilizadas com órgãos do governo e entidades civis. Ambos os grupos se notabilizam, também, pela projeção de suas lideranças nos cenários intra e extrarregional.

Postulamos que, na ótica da Geografia Cultural, poderíamos classificar como culturas emergentes, as paisagens vinculadas a este protagonismo das populações tradicionais, inclusive aquelas, como os quilombolas, que se encontram em processo de reafirmação de sua identidade cultural e étnica - no Brasil e noutros países da América Latina (BENAVIDES, 2006; PORZECANSKI, SANTOS, 2006; REYNA, 2015) -, e que em nosso país, vivenciam ainda processos (mesmo que embrionários e contraditórios) de reterritorialização. É sugestivo observar que, apesar de que muitos autores se mostrarem céticos e críticos:

das tradições (21%), das bandas de taquara (17%) e da Capoeira, danças e Congado (14% dos entrevistados), os fatores que testemunhariam a resiliência da cultura negra, na atualidade.

¹⁶ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

[...] em relação à implementação e efetivação de modelos de etnodesenvolvimento, relegando-os à categoria de modelos utópicos, muitas ações e iniciativas do poder público, da sociedade civil e de instituições de ensino e pesquisa, entre outros, já foram tomadas tendo como alvo as comunidades indígenas e quilombolas de modo que isso evidencie- mesmo que de forma fragmentada-, aspectos etnodesenvolvimentistas em andamento (LIMA, 2014, p. 41).

Tais iniciativas convergem, a propósito, para as prioridades propostas por Haesbaert (2006) para um reordenamento territorial mais consistente em que num elenco de prioridades, sem dúvida, o combate ao aumento das desigualdades e da exclusão socioespacial deveria constituir o ponto primordial a ser considerado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda. Etnodesenvolvimento e Turismo nos Kalunga do Nordeste de Goiás. In: **Etnodesenvolvimento & Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 195-212.
- ALVES, Aline Neves Rodrigues, DEUS, José Antônio Souza, GOMES, Nilma Lino. Comunidades Quilombolas: Uma Possível Interpretação do Lugar Com o Uso de Mapas Mentais. In: **Cá e Acolá: Experiências e Debates Multiculturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 27-57.
- ANJOS, Rafael Sânzio Araújo. Territórios Étnicos: o Espaço dos Quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato Emerson. **Diversidade, espaço & relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 115-129.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas Para o Diálogo Entre Indígenas e Quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.
- AUBRÉE, Marion. L’Apport Africain dans la Culture Nationale Brésilienne. **Hérodote**, n. 98. Paris: La Découverte, 2000.
- BENAVIDES, Martín; TORERO, Máximo; VALDIVIA, Néstor. **Pobreza, Discriminación Social e Identidad**: El caso de la Población Afrodescendiente en el Perú. Washington D. C.: The World Bank, 2006.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. In: **Geografia Cultural: Um Século (III)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.
- CASTELLS, Manuel. **The Power of Identity**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- CHAGAS, Míriam de Fátima. A Política do Reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – IFCH/ UFRGS, jul. 2001.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.
- COMITÉ EDITORIAL “GÉOGRAPHIE ET CULTURES”. La Culture Dans Tous Ses Espaces. **Géographie et Cultures**, n. 1. Paris: Université de Paris IV/ Laboratoire Espaces, Nature et Culture, 1992.



CORRÊA, Roberto Lobato. A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, v.1, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, out. 1995.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: **Geografia Cultural: Uma Antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 219-237.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais. In: **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz/ Expressão Popular, 2012, p. 594-600.

_____. Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia. In: **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007, p. 93-121.

DEUS, José Antônio Souza de. Identidade, Etnicidade e Paisagens Culturais Alternativas no Vale do Rio Doce/Minas Gerais - Brasil. **Revista Geográfica de América Central** (nº especial/ EGAL 2011). San José (Costa Rica): Editorial de la Universidad Nacional, 2º. sem. 2011.

_____. Paisagens Culturais Alternativas e Protagonismo Etnopolítico de Comunidades Tradicionais no *Hinterland* Brasileiro. In: **Agricultura Familiar, Cultura Camponesa e Novas Territorialidades no Vale do Jequitinhonha**: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DEUS, José Antônio Souza de; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Realidades Culturais na Organização do Espaço: Lutas Pela Terra e Emergência de Identidades Coletivas no Contexto da Amazônia Sul-Americana e Brasileira. **Geografia**, v. 36 (nº especial). Rio Claro (SP): Associação de Geografia Teorética, v. 36 (nº especial), p. 157-167, 2011.

DEUS, J. A. S.; CASTRO, H. M. Protagonismo Político, Etnodesenvolvimento e Processos de Reterritorialização de Comunidades Quilombolas, em Curso, no Vale do Jequitinhonha/ MG. In: **Etnodesenvolvimento e Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 141-153.

DEUS, José Antônio Souza *et al.* Territorialidades de Festas Populares: Espaço/Tempo Cognitivo, Conectivo e Conflitivo. **Revista ANPEGE**, v. 12, n. 18. Rio Claro/SP: Especial GT/XI ENANPEGE, p. 347-362, 2016.

DEUS, José Antônio Souza de; SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. Reinvenção da Identidade Cultural, Protagonismo Etnopolítico e Interações com o Turismo dos Índios Pataxó(s) de Carmésia (Estado de Minas Gerais, Brasil). **Agália** (nº. especial/Turismo em Terras Indígenas). Santiago de Compostela (Galiza): AGAL, p. 203-223, out. 2015.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: Identidade em Construção**. São Paulo: EDUC/Pallas Editora, 2004.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Quilombolas. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* **Dicionário da Educação no Campo**. São Paulo: Expressão Popular/ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz), 2012, p. 645-650.

FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão**. O Quilombo - Da Escravidão às Comunidades Remanescentes (1532/ 2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão e Quilombos nas Minas Gerais do Século XVIII. In: **As Minas Setecentistas** (I). Belo Horizonte: Autêntica Editora/Companhia do Tempo, 2007, p. 439-454.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 1, Goiânia: IESA/UFG, p. 117-124, jan./jun. 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. 2014. "Povos Indígenas no Brasil". Acessado em 02/09/2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt>.

KRENAK, Ailton. Recuperação Física e Ambiental da Terra Krenak. In: **Povos Indígenas no Brasil** - 1991/1995. São Paulo: ISA, 1996, p. 697-699.

LARAIA, Roque B. Nossos Contemporâneos Indígenas. In: **A Temática Indígena na Escola** - Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus. 2 ed. São Paulo: Global Editora/MEC-MARI-UNESCO, 1998, p. 261-287.

LE BOSSÉ, Mathias. As Questões de Identidade em Geografia Cultural - Algumas Concepções Contemporâneas. In: **Geografia Cultural: Uma Antologia** (Vol. II). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 221-232.

LIMA, Ismar Borges. Etnodesenvolvimento. In: **Etnodesenvolvimento & Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 13-46.

LOPES, Nei. **Dicionário Escolar Afro-Brasileiro**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: Escravos, Índios e Homens Livres Numa Fronteira Oitocentista - Triângulo Mineiro (1750/1861)**. Uberlândia (MG), EdUFU, 2005.

MARINHO, Thaís Alves. Cultura Kalunga: Entre a Territorialidade e o Culturalismo. In: **Etnodesenvolvimento & Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 155-177.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII- Estratégias de Resistência Através dos Testamentos**. 3 ed. São Paulo: Annablume Editora/PPGH-UFMG, 2009.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. In: **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPESP, 1998, p. 413-430.

PORZECANSKI, Teresa; SANTOS, Beatriz. **Historias de Exclusión** - Afrodescendientes en el Uruguay. Montevideu: Librería Linardi y Risso, 2006.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências**. M. Rio de Janeiro: Editora Gradiva, 1998.

RAMOS, Laura M. Jaime Ramos; ALMEIDA, Maria Geralda. Lugares de Memória em Trilhas Interpretativas: A Integração Entre Cultura e Natureza na Visitação da Comunidade Kalunga de Engenho II. In: **Etnodesenvolvimento & Gestão Territorial: Comunidades Indígenas e Quilombolas**. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 213-226.



RATTS, Alecsandro J. P. A. Entre Quilombos no Litoral e na Amazônia: Memórias de Negros Migrantes. In: **Coletânea de Textos** - Seminário Internacional: “Migração- Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais”, São Paulo: Editorial Humanitas, 2007, p. 261-270.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REYNA, Citlali Quecha. La Movilización Etnopolítica Afrodescendiente en México y el Patrimonio Cultural Inmaterial. **Anales de Antropología**, v. 49-II. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Antropológicas/Universidad Nacional Autónoma de México, jul. 2015.

RODRIGUES, Ludimila de Miranda. **Paisagens culturais alternativas no Brasil contemporâneo e vivência espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce/MG)**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências, 2013. 307p. (Dissertação, Mestrado em Geografia: Organização do Espaço).

SAHR, Cicilian Luíza Löwen *et al.* **Geograficidades Quilombolas: Estudo Etnográfico da Comunidade de São João - Adrianópolis/ Paraná**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2011.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SANTOS. M. E. G.; CAMARGO, P. M. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Século XXI - História e Resistência**. Belo Horizonte: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/Autêntica Editora, 2008.

SILVA, J. A. F. Economia de Subsistência e Projetos de Desenvolvimento Econômico em Áreas Indígenas. In: **A Temática Indígena na Escola - Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus**. 2 ed. São Paulo: Global Editora/MEC-MARI-UNESCO, 1998, p. 341-361.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

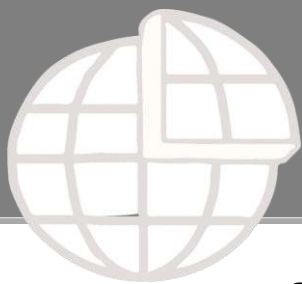
TORELLY, L. P. P. Paisagem Cultural: Uma Contribuição ao Debate. **Minha Cidade**, v. 9, n. 4. São Paulo: ARLA, nov. 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WAGNER, Philip L., MIKESELL, Marvin W. Temas da Geografia Cultural. In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p. 27-62.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A Questão Social no Contexto da Globalização: o caso Latino-Americano e o Caribenho. In: **Desigualdade e Questão Social**. 3 ed. São Paulo: EDUC, 2011, p. 55-166.

Recebido em 22 de setembro de 2017
Aprovado em 01 de abril de 2018



O MOVIMENTO DAS CATADORAS DE MANGABA DE SERGIPE: ENTRE FINALIDADES E AVANÇOS

THE MOVEMENT OF THE WOMEN GATHETERS OF MANGABA CHERRY FROM SERGIPE: BETWEEN PURPOSES AND ADVANCES

EL MOVIMIENTO DE LAS CATADORAS DE MANGABA DE SERGIPE: ENTRE FINALIDADES Y AVANCES

Patricia Santos de Jesus

Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) -
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Membro do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial –
GEOPLAN - UFS/CNPq

E-mail: patricia.ecoturismo@gmail.com

Hudson Jorge de Souza Santos

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Email: hudson.ufs@hotmail.com

RESUMO:

O objetivo deste artigo consiste na análise dos elementos centrais que influenciaram a constituição do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), bem como suas finalidades, além da discussão das principais conquistas e avanços referente às catadoras de mangaba. O Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) foi criado em 2007 diante da necessidade de defesa do extrativismo da mangaba no litoral. A finalidade de organização desse segmento de comunidade tradicional foi pautada em virtude da diminuição dos ecossistemas em que as catadoras de mangaba se utilizam para o desenvolvimento de suas práticas extrativistas. Posterior a formação do MCM, foi dado enfoque ao autorreconhecimento enquanto catadora de mangaba. Outro destaque também se deve a auto-organização deste movimento social que consiste na luta pela permanência das áreas remanescentes de mangabeiras, ambientes estes considerados pelas extrativistas da mangaba como fonte de renda e reprodução de conhecimentos singulares fruto da interdependência com o meio ambiente. Para o desenvolvimento deste artigo teve-se como base pesquisas bibliográficas por intermédio de documentos primários e secundários que retratam a fundação e as concepções do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe.

Palavras-chave: auto-organização; catadoras de mangaba; autorreconhecimento.

ABSTRACT:

The objective of this article is to analyse the contextualisation of the central elements that influenced the constitution of the Mangaba Collection of Sergipe (MCM), as well as its purposes, besides the discussion of the main achievements related to the mangaba pickers. The Mangaba Collection of Sergipe (MCM) it was created in 2007 on the need to defend the extraction of mangaba on the coast. The organizational purpose of this traditional community segment was determined by the reduction of the ecosystems in which the mangaba collectors are used for the development of their extractive practices. After the MCM training, self-recognition as a mango picker was highlighted. Another highlight is the self-organization of this social movement, which consists in the struggle for the remaining areas of mangabeiras, which are considered by extractors of mangaba as source of income and reproduction of unique knowledge due to the interdependence with the environment. For the development of this work was based on bibliographical

research through primary and secondary documents that depict the foundation and the conceptions of the Mangaba Collection of Sergipe.

Keywords: self-organization; collectors of mangaba; self-recognition.

RESUMEN:

El objetivo de este artículo consiste en el análisis de la contextualización de los elementos centrales que influenciaron la constitución del Movimiento de las Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), así como sus finalidades, además de la discusión de las principales conquistas y avances referentes a las recolectoras de mangaba. El Movimiento de las Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM) fue creado en 2007 ante la necesidad de defensa del extractivismo de la mangaba en el litoral. La finalidad de organización de ese segmento de comunidad tradicional fue pautada en virtud de la disminución de los ecosistemas en que las recolectoras de mangaba se utilizan para el desarrollo de sus prácticas extractivistas. Posteriormente la formación del MCM, se destacó el autorreconocimiento como recolectora de mangaba. Otro destaque también se debe a la autoorganización de este movimiento social que consiste en la lucha por la permanencia de las áreas remanentes de mangabeiras, ambientes considerados por las extractivistas de la mangaba como fuente de renta y reproducción de conocimientos singulares fruto de la interdependencia con el medio ambiente. Para el desarrollo de este trabajo se tuvo como base investigaciones bibliográficas a través de documentos primarios y secundarios que retratan la fundación y las concepciones del Movimiento de las Catadoras de Mangaba de Sergipe.

Palabras clave: auto-organización; catadoras de mangaba; autorreconocimiento.

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto de outras organizações em defesa das populações extrativistas, o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe pode ser considerado recente. A composição deste movimento social é constituída praticamente por mulheres que praticam o extrativismo animal e vegetal em matas de restinga, manguezais, nos estuários, nos rios, lagoas e no mar, ou seja, em pleno domínio da planície costeira e da interface marinha e continental.

Nos últimos quinze anos, as catadoras de mangaba passaram a ter visibilidade das suas práticas extrativistas. Este novo cenário teve contribuições resultantes de instituições de pesquisas envolvendo as catadoras de mangaba e também é resultado da auto-organização deste segmento de comunidade tradicional.

O Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe teve sua fundação em 2007, num momento posterior à realização do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, liderado pelo discurso de defesa do extrativismo da mangaba, modos de vida e biodiversidade costeira e marinha.

As conquistas advindas da organização das mulheres extrativistas da mangaba têm-se destacado no autorreconhecimento como catadora de mangaba e na defesa das áreas territoriais nativas de mangabeiras, fonte de renda e reprodução de conhecimentos singulares fruto da interdependência com o meio ambiente.

Diante disto, o objetivo deste artigo baseia-se na análise dos elementos centrais que influenciaram a constituição do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe, bem como suas finalidades, além da discussão das principais conquistas e avanços referentes às catadoras de mangaba.

Em termos metodológicos, o trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas por meio de documentos primários e secundários que retratam a fundação e as concepções do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe. Elencou-se resoluções, convenções, políticas, planos e decretos que de forma cronológica puderam influenciar na autodefinição das catadoras de mangaba e na auto-organização do grupo social em defesa do extrativismo da mangaba.

A elaboração desse estudo ocorreu durante o levantamento de dados bibliográficos nas etapas iniciais da dissertação de mestrado intitulada *Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros - SE* (JESUS, 2017) que se atentou, como principal discussão, analisar as novas territorialidades constituídas pelas catadoras de mangaba a partir da inserção do PRODETUR no município de Barra dos Coqueiros - SE.

Além disso, outra relevante contribuição para construção desse artigo deveu-se as discussões provenientes de lideranças de catadoras de mangaba do município de Barra dos Coqueiros, no período de 2015-2017.

Este trabalho está subdividido em etapas. Inicialmente, com os antecedentes que contribuíram para constituição do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM). O momento seguinte incidiu em elucidar finalidades e as influências do Movimento das Catadoras de Mangaba como também remeteu a necessidade de autorreconhecimento e a defesa das áreas nativas de mangabeiras pelas catadoras de mangaba. Por último, tem-se estratégias de conservação e avanços do MCM.

2 ANTECEDENTES DO MOVIMENTO DAS CATADORAS DE MANGABA

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o reconhecimento social das Comunidades Indígenas e Tribais remota ao período pós Segunda Guerra, com a convenção nº 107, assinada em 1957 (OIT, 2011). Tais tratativas conduziram os esforços para a construção de um marco legal internacional que regulasse os direitos essenciais, como acesso à saúde, condição de trabalho e acesso às terras dos povos indígenas e tribais.



Todavia, no bojo das transformações socioculturais na sociedade moderna ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 se intensificaram as discussões, proporcionando maior clareza e consistência jurídica a respeito da composição de marcos regulatórios que pudessem oferecer caminhos para que fossem assegurados os direitos dos povos tradicionais.

Contudo, é só a partir das convenções internacionais do trabalho, no final da década de 1980, que se observa a revisão da convenção de nº 107/1957 e é definida então na 76ª Convenção da OIT o estabelecimento da convenção nº 169, margo regulatório essencial para a definição de políticas públicas para os povos mantenedores de tradições ancestrais no seu modo de vida. Segundo a OIT (2011, p. 09),

A Convenção dedica uma especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece o direito de posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência.

A partir de então, na formulação de suas ações, o Estado passa a dispor de um documento regulador e norteador para o estabelecimento e materialização de políticas voltadas às comunidades enquadradas nessa classificação. Países signatários de tal convenção passam a ratificar o acordo supranacional mediante decretos institucionais para a elaboração e institucionalização dos programas que deveriam garantir os direitos dos povos tribais.

No Brasil, conforme Decreto Nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, as comunidades tradicionais são definidas como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Este reconhecimento das populações tradicionais, proporcionado pela instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tornou-se bastante relevante para evidenciar uma maior diversidade de povos e comunidades tradicionais existentes nos estados brasileiros, como também contribuiu para a formação de movimentos sociais reafirmando a necessidade de garantias plenas aos segmentos de comunidades

tradicionais no Brasil em defesa dos seus modos de vida, da biodiversidade local e da pluralidade cultural que envolve também a questão de gênero.

Porém, no que diz respeito à criação da PNPCT, o fato de não citar cada um dos segmentos de povos e comunidades tradicionais torna vulnerável o cumprimento de ações que garantam demarcação ou a permanência de acesso aos territórios por esses grupos sociais que mantêm relações tão peculiares com os entornos territoriais.

Outro processo relevante que merece registro relacionado ao reconhecimento para as populações tradicionais no Brasil foi o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), criado no ano de 2009. O objetivo do Plano é desenvolver a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Assim,

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

Nesse contexto de geração de produtos sustentáveis, a mangaba passa a ter valor integrado à sociobiodiversidade, devido à relação das catadoras com a fruta, com a árvore e por gerar sustento para milhares de famílias. Entretanto, por mais que o PNPSB vise à promoção da conservação dos produtos da sociobiodiversidade, em determinados territórios não dá garantias efetivas do uso e do acesso ao território e de seus recursos pelas comunidades tradicionais.

O autorreconhecimento por populações tradicionais nas diversas regiões do Brasil representa um mecanismo essencial para a autodefinição de outros grupos que se encontram no mesmo processo de luta na busca pela garantia do território e de seus recursos materiais e imateriais. Nesse contexto, grupos sociais que tem realidades parecidas, mas que alçaram visibilidade e reconhecimento em defesa dos seus modos de vida e da biodiversidade, contribuem de maneira significativa para a organização de novos segmentos de comunidades.

3 O MOVIMENTO DAS CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE: INFLUÊNCIAS, AMEAÇAS E AUTORRECONHECIMENTO

O surgimento do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), na qualidade de organização em defesa das áreas nativas de mangabeiras, está associado ao objetivo de manter as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais das catadoras de mangaba no litoral do estado



de Sergipe. Diante da complexidade do movimento não se pretende aqui elaborar um detalhamento aprofundado ou esgotar todas as ações do MCM e demandas da organização, mas sim, conduzir de forma breve e introdutória os principais objetivos, conflitos e conquistas envolvendo o grupo, num olhar histórico e territorial sobre o movimento.

O MCM é uma organização não-governamental composta praticamente por mulheres que, assim como outros grupos sociais, viram a necessidade de auto-organização em defesa dos seus direitos que muitas vezes a Constituição Federal, a base infra legal em seus vários níveis e as ações de extensão do meio acadêmico não conseguem assegurar.

Mesmo considerando a Constituição Federal de 1988 um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da titularidade de terras aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, outros segmentos de populações extrativistas e povos ciganos e faxinalenses não foram introduzidos nesse processo, e por isso o autorreconhecimento de comunidade tradicional acontecerá somente em momento posterior. Vale ressaltar que muitos desses direitos foram conquistados por meio das manifestações de movimentos sociais das várias regiões do Brasil com apoio de instituições nacionais e inclusive de organismos internacionais.

Embora de forma tardia em relação a outros movimentos sociais, o MCM teve sua formação imediatamente após a autodefinição das catadoras de mangaba como comunidade tradicional extrativista em Sergipe, no ano de 2007. A constituição do MCM apresentou algumas particularidades que aqui merecem destaque. Nascido posteriormente ao I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe (ECMS), o movimento em defesa das mulheres extrativistas da mangaba contou com apoio de pesquisadores de instituições renomadas para sua concepção, a exemplo da Embrapa Tabuleiros Costeiros, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

A finalidade do I ECMS (Figura 1 e 2), realizado em novembro de 2007, na Embrapa Tabuleiros Costeiros, na cidade de Aracaju, foi discutir os problemas enfrentados pelas mulheres extrativistas da mangaba nos territórios costeiros do estado de Sergipe, e também, delimitar ações para mobilização em defesa dos modos de vida, biodiversidade e pluralidade cultural para essas comunidades tradicionais extrativistas (EMBRAPA, 2007).

O referido encontro contou com a participação de aproximadamente noventa pessoas, que tem suas atividades socioeconômicas e ambientais em áreas de mangabeiras e manguezais, em domínios da planície costeira. A participação desse grupo social no evento foi marcada pela necessidade de ouvir e dar voz as extrativistas da mangaba que durante muito tempo tiveram suas

formas de vida relegadas socialmente, praticamente despercebidas perante a sociedade sergipana em geral.

Figuras 1 e 2: I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, Aracaju/SE, 2007



Fonte: JESUS, P. S. de. Acervo pessoal, 2007

Assim, com o objetivo de dar voz às catadoras de mangaba e na tentativa de defender as formas de vida tradicionais desenvolvidas por este grupo extrativista foi estruturado o I ECMS. Como resultado, o MCM foi criado diante da urgência de organização, reconhecimento e manutenção do sustento de várias famílias ameaçadas por fatores externos que agredem os campos nativos das matas de restinga, principalmente das mangabeiras e do manguezal.

Nessa configuração, o I ECMS foi primordial para consolidação da identidade das catadoras de mangaba para a autodefinição de mais um segmento de comunidade tradicional no litoral sergipano e para o reconhecimento de uma atividade marcada pela força do gênero que nem sequer as próprias catadoras imaginavam que poderia acontecer (SCHMITZ *et al.*, 2011).

Nesse sentido, a estruturação do evento foi pensada para diagnosticar particularidades na perspectiva de demonstrar semelhanças na fala das pessoas e as realidades vivenciadas pelas mulheres mangabeiras. Nesse diapasão e como parte do processo construtivo do MCM, o discurso da liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), relatando a trajetória das quebradeiras de coco babaçu, pôde contribuir para exemplificar a extrema semelhança com a realidade vivida por quem depende da retirada direta de produtos da natureza, detalhar as dificuldades conflituosas enfrentadas por mulheres extrativistas e, principalmente, contribuir como motivação no contexto de construção da luta das catadoras de mangaba no litoral sergipano.

As catadoras de mangaba praticam o extrativismo do fruto da árvore que é símbolo do Estado de Sergipe, a mangabeira (JESUS, 2010). Este segmento de população tradicional foi



identificado por serem em sua maioria mulheres negras que exercem a pluriatividade e se alternam entre atividades de pesca, coleta de frutos, artesanato, turismo e agricultura nos municípios do litoral sergipano (MOTA *et al.*, 2011; JESUS, 2017).

A atividade caracterizada como extrativismo da mangaba é praticada há séculos por cerca de 7.500 pessoas no litoral sergipano (SCHMITZ *et al.*, 2011; MOTA *et al.*, 2011). Mota e Pereira (2008) destacam que as populações tradicionais do estado de Sergipe mantêm uma relação de intimidade com os recursos naturais da zona costeira, áreas remanescentes de restinga, várzeas, matas e manguezais. É possível também identificar um número expressivo de comunidades rurais dedicadas ao extrativismo de produtos vegetais e animais no litoral sergipano que por se tratar de um espaço de transição apresenta atividades concernentes tanto ao continente quanto ao oceano, configurando um território bastante híbrido.

As famílias residentes e que desenvolvem práticas extrativistas alternam suas atividades como garantia de renda, e, como resultado, perpetuam seus saberes tradicionais. A relação com o meio ambiente nos tipos diversos de processos de trabalho, ricos em saberes sobre espécies nativas, ressaltam o aproveitamento de diferentes aspectos ambientais evidenciando suas multidimensionalidades, potencialidades e adversidades. Nesse sentido, as extrativistas da mangaba do litoral sergipano exercem práticas de pesca, por meio da coleta do caranguejo e outros crustáceos, cata da mangaba e de outras frutas, e o exercício do artesanato como uma das principais fontes de renda para sobrevivência de vários grupos familiares (MOTA *et al.*, 2008). Muitas vezes essas práticas estão associadas à agricultura convencional, e garantem certas particularidades relacionadas à identidade cultural e territorial dessas comunidades (SANTOS, 2007).

No decorrer do I ECMS foi elaborada a I Carta Aberta das Catadoras de Mangaba. Nesse documento foi redigido um importante instrumento para conduzir a luta desse grupo social recentemente identificado e em processo de organização. Assim, dentre os problemas relacionados ao extrativismo da mangaba, foram elencadas as seguintes ameaças:

A construção de viveiros de camarão; Expansão dos cultivos de coco e cana-de-açúcar; Corte das mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares; Expansão das construções e loteamentos nas áreas de mangabeiras (EMBRAPA, 2007, p. 30).

Ainda na referida carta, as reivindicações do grupo foram estabelecidas na perspectiva de resumir os problemas enfrentados e evidenciar as relações tão íntimas com o meio ambiente costeiro.

1. Garantia de livre acesso às áreas de mangabeiras (compra de áreas nativas pelo governo e direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram).
2. Proibição do corte e queima das mangabeiras.
3. Participação das catadoras nas discussões sobre a comercialização (“as catadoras querem ser ouvidas”).
4. Formação de um grupo de representantes das catadoras.
5. Garantia de salário na entressafra da mangaba.
6. Políticas para conservação da natureza (mangaba, murici, ouricuri, cajueiros, manguezais).
7. Estimular as catadoras que já têm terra a plantarem mais mangabeira (EMBRAPA, 2007, p. 30).

A apresentação da carta demonstra uma série de preocupações, para além das áreas de mangabeiras, ressaltando interesses em ecossistemas presentes no Litoral do estado de Sergipe. Segundo Mota *et al.* (2011), o MCM teve como estratégia inicial a continuação do extrativismo da mangaba e por isso foi direcionada para vários órgãos e instituições governamentais, inclusive para o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), com o intuito de pactuar um compromisso dos gestores envolvidos.

Segundo Sousa, Liberato e Jesus (2012), alicerçado na formatação do MCM, o grupo de mulheres extrativistas da mangaba no litoral sergipano, na sua forte tentativa de proteção do território das mangabeiras para a atividade extrativa, passaram a reivindicar a

Criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe; Estudo de áreas para a preservação e criação da Reserva Extrativista do litoral Norte de Sergipe; Criação de Políticas Públicas para que possam ter acesso ao território, alimentação, saúde, educação, moradia, abastecimento de água dentre outros direitos humanos básicos; Parceria para Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAPs das Extrativistas da Mangaba; Propiciar e fortalecer o acesso das Catadoras de Mangaba ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Inserir os produtos relativos ao trabalho das mulheres extrativistas Catadoras de Mangaba e Pescadoras, como peixes, mariscos e frutos do mar, na cadeia da sociobiodiversidade; Criação do Defeso da Mangaba (MCM, 2012).

Conforme a primeira demanda da Carta Aberta, existe a necessidade de demarcação do território para as catadoras de mangaba. Esta reivindicação pode ser considerada como o pedido mais latente deste segmento de comunidade tradicional devido a fonte de renda, saberes e práticas oriundos dos ecossistemas de restingas, manguezais, mar, estuários e rios. Nesse sentido, o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe traz reivindicação para criação da reserva extrativista (Figura 3 e 4) como forma mantenedora do extrativismo pelas catadoras de mangaba, visto que tem havido diminuição dos locais propícios para o desenvolvimento desta prática.



Figuras 3 e 4: Reivindicação do MCM para criação da Reserva Extrativista (RESEX), Estância/SE 2013 e Brasília/DF, 2011



Fonte: JESUS, P. S. de. Acervo pessoal, 2011 e 2013

Embora a elaboração da I Carta Aberta traga em seu bojo delimitações claras e específicas sobre os problemas enfrentados pela atividade extrativa e pelas mulheres desse então “novo” segmento da comunidade tradicional, o Movimento das Catadoras de Mangaba, junto com diversas instituições parceiras, construiu outro documento intitulado “Estratégias Interinstitucionais para a Conservação da Atividade Extrativista da Mangaba em Sergipe”, em 2008 (MCM, 2008), com uma série de propostas de encaminhamento no sentido de conduzir a permanência de toda uma comunidade tradicional extrativista, no caso, as catadoras de mangaba do litoral.

O documento demonstrava em seu teor alguns princípios básicos e norteadores da condução de políticas efetivas e benéficas à preservação dos territórios nativos de mangabeiras em Sergipe, como também a permanência do extrativismo da mangaba pelas catadoras de mangaba.

Contudo, ao mesmo tempo em que houve a valorização da mangaba ocorreu também o aumento dos conflitos socioambientais envolvendo a cata da fruta (SCHMITZ *et al.*, 2011). Verificou-se tanto a titularidade da terra não adquirida pela maioria das catadoras como o envolvimento de áreas em que o foco de desenvolvimento está voltado para a valorização imobiliária e turística. Nesse contexto, a proliferação de conflitos socioambientais pelo acesso à terra e pela possibilidade de coleta do fruto foram inevitáveis (SANTOS; VILAR, 2014; JESUS, 2017).

Parece não existir dúvidas que os conflitos territoriais entre catadoras, donos de terra e o acesso aos recursos naturais tornaram mais intensificados por meio da valorização do espaço costeiro de Sergipe. Outro fator a se ter em conta e que aumenta a complexidade do estudo das territorialidades da mangaba nos municípios litorâneos sergipanos é a existência entre as próprias extrativistas da mangaba de mulheres que possuíam pequenas propriedades de terra ou não

destacam reivindicações. Segundo Schmitz *et al.* (2011), revelam-se considerações ambíguas, pois enquanto algumas dessas mulheres falavam em livre acesso às áreas remanescentes de mangabeiras e na criação de reserva para uso coletivo, outras insistiam na necessidade de áreas particulares e individuais para o plantio e coleta.

Dessa forma, estas e outras demandas trouxeram para o próprio Movimento das Catadoras de Mangaba certo desconforto, diante da necessidade de ter que lidar com solicitações distintas de um mesmo grupo social com diferentes concepções, variadas de município para município. Para Jesus (2010; 2017), as mulheres extrativistas da mangaba no litoral sergipano possuem expressivos problemas e conflitos de ordem coletiva. A necessidade de organização e de novos mercados para a comercialização dos frutos *in natura* ou processados são apenas alguns deles.

A organização das mulheres na geração de renda passava necessariamente, pela unidade das mesmas, pelo seu reconhecimento enquanto grupo e por novas aprendizagens que lhes possibilitassem continuar vivendo do extrativismo (JESUS, 2010, p. 11).

Assim, por mais que as catadoras de mangaba enfrentem várias questões conflituosas, a referida autora evidencia a auto-organização do grupo considerado o mais relevante e o que merece maior destaque. Tal questão, aliada ao fato que nas últimas décadas o litoral sergipano tem passado por crescente incremento de investimentos imobiliários e turísticos, trouxe para as catadoras de mangaba inúmeros problemas. O turismo predatório e a especulação imobiliária são as principais atividades que têm ameaçado seus modos de vida, pelo fato de dependerem do desmatamento que leva ao corte das plantas (MOTA; PEREIRA, 2008), principalmente em Barra dos Coqueiros que sofre a influência direta dos processos de urbanização de Aracaju e da sua região metropolitana (JESUS, 2017).

A autodefinição de catadora de mangaba, a criação do MCM e a visibilidade adquirida por esse segmento de população extrativista permitiu algumas conquistas, elencadas no Quadro 1, que demonstram uma diversidade de acontecimentos pertinente às catadoras de mangaba, porém nenhum garantiu a permanência de acesso ou demarcação do território das áreas remanescentes de mangabeiras.



Quadro 1: Principais conquistas relacionadas às catadoras de mangaba no Litoral de Sergipe, 2007 a 2017

Principais Conquistas das Catadoras de Mangaba
Identidade das catadoras de mangaba (SCHMITZ <i>et al.</i> , 2011)
Divulgação na mídia local e nacional (MOTA <i>et al.</i> , 2011)
Criação do Movimento das Catadoras de Mangaba (SCHMITZ <i>et al.</i> , 2011)
Capacitações solidárias com trocas de experiências (MOTA <i>et al.</i> , 2008)
Produção de doces, processamento das frutas, em 2008 (JESUS, 2010; JESUS, 2010)
Participação do MCM na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) (MOTA <i>et al.</i> , 2011)
Reconhecimento das Catadoras de Mangaba enquanto grupo culturalmente diferenciado (SERGIPE, Decreto Lei N.º 7.082 de 16 de dezembro de 2010)
Projeto: Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (SOUSA, LIBERATO e JESUS, 2012)
Capacitação das lideranças das catadoras de mangaba realizada pelo Embrapa em 2010 (SCHMITZ <i>et al.</i> , 2011)

Fonte: Elaborado por JESUS, P. S. de, 2016

4 O MOVIMENTO DAS CATADORAS DE MANGABA: AVANÇOS E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As populações tradicionais em Sergipe mantêm a biodiversidade das espécies de frutos, com suas práticas extrativistas, mesmo diante das ameaças dos manejos predatórios incentivados pela valorização econômica da terra. A sobrevivência de tais comunidades tradicionais está intimamente ligada à forma de utilização dos recursos naturais, uma vez que as atividades exercidas influenciam no modo de vida dessas populações, essencialmente extrativistas. Essa dependência além de contribuir para o sustento de muitas famílias leva à acumulação de valores, saberes e práticas constituindo assim, uma identidade cultural e de gênero que vem exercendo influência na tentativa de preservação das áreas nativas de mangabeira.

Os estudos de Mota *et al.* (2011), Santos e Vilar (2014) e Jesus (2017) demonstram que a melhor forma de conservação das áreas remanescentes de mangabeiras foi encontrada em áreas de livre acesso e mesmo nas áreas em que tem donos e o acesso é restrito. Assim,

[...] a gestão coletiva de bens comuns (nesse caso, das mangabeiras) demonstre um forte elemento conservacionista, quando as catadoras dominam todas as etapas do ciclo produtivo, e se relacionam intensamente com as plantas em todas as etapas de sua reprodução (SCHMITZ *et al.*, 2011, p. 266).

Porém, mesmo com a evidência de estudos apontando os cuidados peculiares da coleta do fruto feito pelas catadoras de mangaba, isto não foi suficiente para mudança na realidade de acesso aos territórios pelas mulheres extrativistas da mangaba. Diante dessa situação de não manutenção dos territórios para essa população, também não se processou a salvaguarda das diversas formas de transmissão dos conhecimentos e de sobrevivência em condições sustentáveis e dignas.

Os territórios das catadoras de mangaba estão relacionados às práticas socioculturais desenvolvidas para sua sobrevivência. Nesse contexto, as ameaças à pesca, à coleta de frutos e à pequena produção da agricultura tornam-se fatores preponderantes e determinantes que influenciam diretamente a configuração do território, a formação de territorialidades e a dinâmica dessas comunidades. Em consequência, é fundamental a defesa dos territórios tradicionais, considerados “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, o território é fundamental para a manutenção das relações das comunidades tradicionais e locais, tornando-se essencial a sua existência. Para Souza (1995), o território constitui-se como espaço concreto e que tem sua apropriação por um grupo social e gera raízes e identidade, e um não pode se constituir sem o outro. Assim, o território da mangaba é parte intrínseca dessas comunidades costeiras sergipanas contribuindo decisivamente para a formação de seus valores por meio da inserção na compreensão da dinâmica ambiental local, expressa nos modos de vida, na proteção da cultura e dos fenômenos naturais e humanos como também da sociobiodiversidade da planície costeira.

Corroborando outras comunidades tradicionais, as extrativistas da mangaba de Sergipe veem-se na necessidade de manutenção de determinados ecossistemas para o desenvolvimento de suas práticas extrativistas. Estes ambientes no decorrer dos anos tornaram-se territórios fecundos de saberes e fonte de sustento.

Nesse sentido, a auto-organização atribuída pelas mulheres catadoras de mangaba pode ser considerada como forma mantenedora dos conhecimentos adquiridos ao utilizar-se da coleta direta dos recursos naturais que resultaram na construção de relações simbólicas determinando valores e crenças para estes grupos.

Dessa forma, parte-se do argumento que o MCM tem grande relevância na busca pela defesa dos modos de vida, reprodução social, econômica e ambiental praticados pelas mulheres extrativistas de áreas costeiras sergipanas.



Ao analisar a premissa de auto-organização das catadoras de mangaba é importante salientar que o MCM teve significativos avanços e ao mesmo tempo retrocessos durante os últimos dez anos de constituição.

Nesta parte do artigo atribuíram-se destaques descritivos dos avanços relevantes à organização das mulheres mangabeiras. Por conseguinte, é imprescindível a afirmação que alguns pontos já foram descritos no decorrer desta pesquisa. Em relação a este estudo não se pretende com esta análise o esgotamento da trajetória oriunda da composição organizativa das mulheres que catam a mangaba.

Nesse contexto, conforme as conquistas das catadoras descritas no Quadro 1, foram elencados determinados avanços do MCM durante o período de 2007 a 2017, subdivididos em grupos relacionados à Identidade, Reverberação Social, Marco Legal, e à Estruturação do MCM.

Em relação à Identidade evidenciou-se que as extrativistas da mangaba têm alcançado significativa repercussão social. A autodefinição catadora de mangaba foi estabelecida durante o I ECMS em 2007 e posterior a esta época houve o autorreconhecimento como segmento de comunidade tradicional.

É conveniente destacar que a autodeclaração catadora de mangaba se repercute na fala de várias mulheres coletoras do litoral sergipano mesmo pelas extrativistas que praticam a pesca artesanal como principal atividade econômica.

As características identitárias desta população extrativista estão inseridas na autodefinição, nos conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo dos anos, nas práticas extrativistas, na rotina diária durante os meses de janeiro a julho que envolve a coleta da mangaba, no uso de tecnologias sociais como ganchos, cestos, baldes, chapéus, rudias que facilitam o acesso à fruta, entre outras.

Nessa perspectiva, e no que concerne a reverberação social, esta forma de identificação dessa população tradicional local é vista pela própria comunidade extrativista como também por outros grupos da sociedade dentro e fora do estado sergipano.

Outro aspecto interessante a se considerar é que o reconhecimento perante as mulheres que desenvolve o extrativismo nas matas de restinga não necessariamente garantiu políticas específicas de permanência aos territórios. Assim, a visibilidade deste grupo tornou-se notória, porém não determinante para assegurar a permanência nos campos nativos das áreas remanescentes de mangabeiras.

O vídeo *Mulheres Mangabeiras*, lançado em 2011 como parte das ações do projeto intitulado Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe, realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba, patrocinado pelo Programa Petrobras

Desenvolvimento & Cidadania e com apoio do Movimento das Catadoras de Mangaba e da Universidade Federal de Sergipe, tornou-se ferramenta determinante de propagação das vozes e dos modos de vida dessas extrativistas. Este documentário teve sua vinculação em emissoras de TV sergipana resultante em consolidação do trabalho desempenhado pelas coletoras de mangaba.

Relativo ao marco legal, o Decreto nº 12.723, de 20 de janeiro de 1992 (SERGIPE, 1992), pode constituir-se como correlação direta em defesa da espécie arbustivo-arbórea em que as catadoras de mangaba possuem interdependência. A instituição da mangabeira como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe apresenta-se como simbolismo determinante para além da sergipanidade, pois demonstra formas de reprodução econômica e peculiaridades no modo da vida extrativista e ainda contribui para a conservação da planta (JESUS, 2010).

Entretanto foram necessários aproximadamente 20 anos do decreto da árvore símbolo de Sergipe para que o Decreto Lei N.º 7.082, de 16 de dezembro de 2010, que reconhece as Catadoras de Mangaba enquanto grupo culturalmente diferenciado, fosse então publicado (SERGIPE, 2010).

Nesse seguimento, os avanços alusivos às leis que marcam referências a árvore mangabeira e as catadoras de mangaba foram concebidas devido às articulações com outros segmentos de comunidades tradicionais, movimentos sociais em defesa ao acesso à terra e instituições parceiras favoráveis aos reconhecimentos.

No período de 2009 a 2017, a participação da organização relativa às extrativistas da mangaba na CNPCT e na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Costeiras e Marinhas (CONFREM) considerou-se significativos em termos de estruturação do MCM. A inserção em comissões nacionais com grupos diversificado de povos e comunidades teve entre os objetos o intuito de construir políticas públicas específicas para as populações tradicionais e resultou em processos estruturantes e fortalecedores para maior visibilidade das demandas das extrativistas catadoras.

Ainda como ponto edificante, pode-se aferir a ocorrência de nove Encontros das Lideranças do MCM nos municípios de Barra dos Coqueiros, Aracaju, Indiaroba, Estância, Japarutuba, Itaporanga D'Ajuda, Japoatã e Pirambu, entre os anos de 2012 a 2013, realizado pelas próprias catadoras. Estes encontros possuíam pautas extensas e as discussões permeavam sobre o regimento da organização, Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe, encontros estaduais, articulação com outras organizações e movimentos sociais, oficinas e formações, demarcação e acesso ao território e mapeamento das organizações ligadas ao MCM.

Assim, esses processos organizativos vinculados ao MCM tornaram-se um valor relativamente significativo para o entendimento das extrativistas da mangaba no que diz respeito ao



direito a voz em defesa do extrativismo praticado pelas próprias catadoras e a necessidade de conservação dos ecossistemas das matas de restinga, manguezais, rios, estuários e do mar. Em síntese, estão apresentados no Quadro 2 os avanços provenientes da forma organizacional do MCM.

Quadro 2: Avanços relativo a organização do MCM no período de 2007 - 2017

Conquistas	Avanços
Identidade	• Autorreconhecimento comunidade tradicional; • Autodefinição catadora de mangaba; • Estratégias de conservação das áreas remanescentes de mangabeiras; • Extrativismo da mangaba e a importância social, econômica e ambiental.
Estruturação do MCM	• Discussões sobre o acesso ao território; • Encontros de lideranças e oficinas de beneficiamento dos produtos; • Articulação com povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e instituições parceiras; • Participação na CNPCT e CONFREM; • Discussões sobre Reserva Extrativista, demarcação e acesso ao território.
Reverberação Social	• Veiculação na mídia local e nacional sobre o extrativismo da mangaba, produção artesanal de doces e defesa das áreas nativas de mangabeiras; • Documentário: Mulheres Mangabeiras; • Visibilidade das práticas relacionada ao extrativismo da mangaba; • Repercussão social.
Marco Legal	• Decreto 12.723/92: Institui a Mangabeira, como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe (SERGIPE, 1992); • Decreto Lei N.º 7.082/2010: Reconhecimento das Catadoras de Mangaba enquanto grupo culturalmente diferenciado (SERGIPE, 2010).

Fonte: Elaborado por JESUS, P. S. de; SANTOS, H. J. de S. (2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autorreconhecimento e a relação identitária que as catadoras de mangaba mantêm com espécies endêmicas e com o “chão” da planície costeira no estado de Sergipe reforçam aspectos importantes para construção de defesa de seus modos de vida mediante a representação social do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM). As particularidades exercidas por esse grupo social destacam conflitos e demandas ainda não solucionados, fazendo-se necessário então, uma maior organização e a formatação de políticas específicas que garantam a permanência de acesso aos recursos naturais.

Nesse sentido, mesmo com a auto-organização das mulheres catadoras de mangaba e das conquistas obtidas por este segmento de população extrativista, acredita-se que os desafios a serem enfrentados pelo grupo serão inúmeros visto que as políticas voltadas para acesso e demarcação do território por comunidades tradicionais são poucas e requer forte articulação política.

Contudo, na busca pela permanência aos territórios extrativistas para as catadoras de mangaba, desde 2007, o MCM baseia-se fundamentalmente em demandas de criação de Reserva Extrativista e assentamento agroextrativista. Ambos modelos podem ser considerados basicamente como formas de permanência no território, visto que as catadoras de mangaba não possuem as mesmas garantias dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Assim, diante da diminuição de ecossistemas essenciais e das extrativistas da mangaba, torna-se imprescindível o papel de fortalecimento da organização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

_____. **Decreto Lei. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../_Ato2007.../2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, jul. 2009. Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.



EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Relatório do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe 2007**. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental. Aracaju, SE, 2007. 39p.

JESUS, P. S. de. **Catadoras de mangaba**: produtos artesanais, identidade e turismo. Aracaju: Coordenadoria de Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2010, 20p. (Monografia do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo).

_____. **Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros – SE**. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, 2017, 184p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

JESUS, S. M. A. **Produção de saberes e práticas de trabalho das mulheres catadoras de mangabas de Sergipe**. Relatório para o CNPq. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe: Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais, 2010. Disponível: <http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/Relatorio_Final_Praticas_das_Catadoras-1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016.

MCM. Movimento das Catadoras de Mangaba. **Carta de reivindicações e demandas das catadoras de mangaba entregue a presidente Dilma Rousseff**, em 23 de abril de 2012 na cidade de Rosário do Catete.

MCM. Movimento das Catadoras de Mangaba. **Estratégias interinstitucionais para a conservação da atividade extrativista da mangaba em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. Aracaju/SE: jul, 2008.

MOTA, D. M. da; PEREIRA, E. O. Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida. In: **Raízes**, v. 27, n. 1. Campina Grande, 2008. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_203.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. **A mangabeira as catadoras e o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

_____. **Capacitação solidária das catadoras de mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. 57 p.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.

SANTOS, J. V. dos. **O Papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (Hancorniaspeciosa Gomes) em Sergipe**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Estudos e Recursos Naturais da Universidade Federal de Sergipe, 2007, 103p. (Dissertação, Mestrado em Agroecossistemas).

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. As repercussões territoriais do imobiliário-turístico na produção de derivados da mangaba no litoral sergipano – Brasil. **Revista GeoNordeste**, Ano XXV, n. 2. São Cristóvão: UFS, 2014. p. 107-123.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A.; BATISTA, N. de J.; PEREIRA, E. O. Conflitos e movimento social: ameaças e reações das

catadoras de mangaba. IN: **A mangabeira, as catadoras o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 251-287.

SERGIPE. **Decreto Lei. 12.723, de 20 de janeiro de 1992**. Institui a Mangabeira como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe. Disponível em: <<http://www.semarh.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=32>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

_____. **Lei 7.082, de 16 de dezembro de 2010**. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.segov.se.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUSA, T. R.; LIBERATO, R. S.; JESUS, P. S. Mangaba na Rede: o papel das redes sociais para a promoção do discurso das Catadoras de Mangaba em Sergipe. In: 4º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 2012, Recife. **Anais...** Eletrônicos. Recife: NEHTE/UFPE, 2012, v. 4, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2012/TaniaSousa&RitaLiberato&PatriciaJesus-Mangabanarede.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

Recebido em 29 de setembro de 2017
Aprovado em 12 de março de 2018





ESCRAVIDÃO RURAL E AGRONEGÓCIO NA BAHIA NO SÉCULO XXI

RURAL SLAVERY AND AGRIBUSINESS IN BAHIA IN THE 21ST CENTURY

ESCLAVITUD RURAL Y AGRONEGOCIO EN BAHIA EN EL SIGLO XXI

Aurelane Alves Santana

Graduada em Geografia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Especialista em Análise do Espaço Geográfico -

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Mestre em Geografia - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: aurelanesantana@gmail.com

RESUMO:

A escravidão contemporânea, denominada também de trabalho análogo ao de escravo, trabalho forçado por dívida, degradante, obrigatório ou peonagem (OIT, 1930), aparece na sociedade como a atividade laborativa mais deprimente do século XXI e deve ser entendida, principalmente, à luz do movimento concentrador, excludente e violento da (re)produção capitalista. No meio rural, o modelo brasileiro de modernização da agricultura trouxe junto às benesses da ciência, a intensificação da recriação dessas relações anacrônicas de trabalho e, conseqüentemente, o aumento dos níveis de precarização dos trabalhadores livres. Nesse sentido, busca-se, a partir da análise de dados da Comissão Pastoral da Terra sobre o trabalho escravo na Bahia (2003-2016), compreender a relação da ocorrência desse fenômeno com o avanço do agronegócio no estado.

Palavras-chave: trabalho análogo ao de escravo; agronegócio; capital.

ABSTRACT:

Contemporary slavery, also called labour analogous to slavery, debt forced labour, degrading, compulsory or peonage (ILO, 1930), appears in society as the most depressing labour activity of the twenty-first century and must be understood mainly in the light of the concentrating, excluding and violent movement of capitalist (re)production. In rural areas, the Brazilian model of modernization of agriculture brought with it the benefits of science, the intensification of the recreation of these anachronistic relations of work and, consequently, the increase of levels of precariousness of free workers. In this sense, the aim is, from the data analysis of the Pastoral Commission of the Land about slave labour in Bahia (2003-2016), to understand the relation of the occurrence of this phenomenon with the advancement of agribusiness in the state.

Keywords: labour analogous to slavery; agribusiness; capital.

RESUMEN:

La esclavitud contemporánea, denominada también de trabajo análogo al de esclavo, trabajo forzado por deuda, degradante, obligatorio o peonado (OIT, 1930), aparece en la sociedad como la actividad laboral más deprimente del siglo XXI y debe ser entendida, principalmente, a la luz del movimiento concentrador, excluyente y violento de la (re)producción capitalista. En el medio rural, el modelo brasileño de modernización de la agricultura trajo junto a los beneficios de la ciencia, la intensificación de la recreación de esas relaciones anacrónicas de trabajo y, conseqüentemente, el aumento de los niveles de precarización de los trabajadores libres. En ese sentido, se busca, a partir del análisis de datos de la Comisión Pastoral de la Tierra sobre el trabajo esclavo en Bahía (2003-2016), comprender la relación de la ocurrencia de ese fenómeno con el avance del agronegocio en el estado.

Palabras clave: Trabajo análogo al de esclavo; agronegocios; capital.

1 INTRODUÇÃO

Pensar as relações de produção no campo brasileiro, hoje, é refletir sobre a complexidade dos processos de trabalho incorporados pelo sistema do capital ao longo da sua acumulação. Tal tarefa exige, no entanto, um esforço que transcenda a realidade aparente da modernidade e desmascare a essência trágica de um desenvolvimento que tem em suas bases a reprodução ampliada da miséria e da desigualdade social.

Em face das contradições factuais inerentes ao modo de produção capitalista, a escravidão contemporânea, denominada também de trabalho análogo ao de escravo, trabalho forçado por dívida, degradante, obrigatório ou peonagem (OIT, 1930), aparece como a atividade laborativa mais deprimente do século XXI, regida pela impunidade de quem a comete e pela indigência dos que dela sofrem - uma prática fundamentalmente arcaica e ilegal, reconfigurada pelo capital para garantir, através da superfluidade e degradação do trabalho, uma maior exploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a ampliação da mais valia.

É nesse sentido que o panorama da escravidão na atualidade deve ser entendido, sobretudo à luz do movimento concentrador, excludente e violento da (re)produção capitalista, que cria e recria as condições necessárias para a sua utilização mesmo quando seu fulcro central é o trabalho livre assalariado. Ademais, no meio rural, o modelo brasileiro de modernização da agricultura, designado por Silva (1981) de “modernização dolorosa”, trouxe junto às benesses da ciência, a intensificação dessas relações anacrônicas de trabalho, díspares da escravidão dos tempos pretéritos por estarem diretamente relacionadas ao desemprego estrutural e por não fazerem distinção da cor da pele.

Mediante essa diferenciação, busca-se nesse texto a compreensão da reprodução da escravidão na Bahia¹ no contexto econômico, político e social atual, levando em consideração a estruturação desse fenômeno dentro do sistema capitalista, que redefine antigas relações de produção para subordiná-las à sua reprodução (OLIVEIRA, 2007). Em outras palavras, propõe-se a análise das ocorrências do trabalho análogo ao de escravo nesse estado intrínseco ao desenvolvimento e avanço do agronegócio no país, ou seja, de um trabalho degradante, precário e subumano que se reproduz nas entranhas do discurso modernizador de “*Agro é tech, agro é pop*,”

¹ O estado da Bahia é o recorte espacial de nossa pesquisa de Doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS).



*agro é tudo*² e que mascara a realidade do uso desigual e concentrado das terras, da (re)produção da injustiça, violência, dos alimentos envenenados e da miséria do trabalhador.

Nessa perspectiva de entendimento do agronegócio enquanto atividade econômica altamente excludente e concentradora, se discute também os ataques dos poderes executivo, legislativo e judiciário sobre os trabalhadores rurais nos últimos anos, agravados no período pós-golpe político/parlamentar/jurídico/midiático de 2016, pela instituição e aprovação de leis que visam eliminar direitos históricos da classe trabalhadora através de medidas e projetos de alteração do conceito de trabalho escravo, da suspensão da Lista Suja, da Terceirização irrestrita, da reforma da Previdência e da reforma Trabalhista - esta última perversamente denominada pelo governo de Michel Temer de Lei de Modernização do Trabalho.

Os elementos teóricos e dados apresentados no decorrer do texto versarão sobre a qualificação e quantificação da ocorrência dessa prática nos espaços rurais, de modo que possam fomentar discussões que contribuam para a construção do pensamento crítico sobre o alastramento da escravidão contemporânea no campo baiano. Para tanto, serão utilizadas bibliografias sobre a temática, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Censo Agropecuário (2006), Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (2004) e do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, além de consultas a notícias publicadas pela mídia nacional e local.

2 TRABALHO ESCRAVO X TRABALHO LIVRE: EXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A raiz do trabalho degradante tem a sua origem no enorme contingente de trabalhadores pobres sem-terra no país (SUTTON, 1994). Com vasta extensão territorial e recursos naturais em abundância, a história social e econômica do campo brasileiro é marcada pela expulsão e expropriação de camponeses, bem como pela imposição da precarização, desigualdade, miséria e desemprego à classe trabalhadora - elementos essenciais para a criação das condições ideais de desenvolvimento e manutenção da exploração da força de trabalho pelo capital.

Não bastasse isso, estas características socialmente instituídas deram lugar para a (re)constituição de um tipo de exploração do trabalho ainda mais perversa na contemporaneidade: o trabalho análogo a de escravo. No meio rural, essa prática trata-se do reflexo da conjuntura neoliberal e de uma política agrícola que prioriza, sobretudo, a produção de alimentos em grande

² A campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo” foi desenvolvida pela Rede Globo e mostra explicitamente a relação existente entre a grande mídia e os setores hegemônicos da economia do país. Trata-se de uma estratégia de fortalecimento do agronegócio e, consequentemente, dos ruralistas – fundamentais na arquitetura e execução do golpe político/parlamentar/jurídico/midiático de 2016.

escala para a exportação. O agronegócio e a produção de *commodities* passaram a determinar a lógica econômica rural brasileira abrindo espaço para a territorialização e monopolização do capital no campo através da concentração de terras para a expansão das fronteiras agrícolas e dos grandes complexos agroindustriais pelo território. Tal processo teve como resultado o alastramento da riqueza nas mãos das elites agrárias e da miséria na vida dos trabalhadores.

Ao se analisar a abolição da escravidão ocorrida no país com a instituição da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, mais conhecida como Lei Áurea, tem-se a compreensão de que a libertação dos escravos visou atender mais aos interesses da lógica econômica capitalista em via de expansão mundial na época do que os próprios direitos dos indivíduos em si. A imposição da privação das condições concretas de reprodução digna da vida do trabalhador (educação, saúde, acesso e posse da terra) que a acompanhou trouxe em seu bojo rebatimentos sociais que perduraram ao longo da história e que compuseram a base estrutural da economia capitalista, conjunto de relações que sustentam a manutenção das classes sociais até os dias de hoje.

Em meio a este processo de transição em que o trabalho passa a ser livre e a terra cativa (MARTINS, 1979), ocorreu, ao mesmo tempo, a consolidação do conflito existente entre capital e trabalho, o qual se fundamenta, essencialmente, na privação dos meios de produção aos trabalhadores. Em outras palavras, como aponta Oliveira (2007, p. 36),

as relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.

Uma vez destituídos dos meios de produção, menos da sua força de trabalho, os trabalhadores devem estar livres para vendê-la aos capitalistas, tornando-se, assim, não mais escravos para os seus senhores, mas escravos para o capital. E a liberdade propagada pelo capital se assenta apenas no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e na realização de um contrato de compra e venda da força de trabalho.

O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem (ibidem).

A liberdade se expressa, assim, na realização da compra e venda da força de trabalho pelos capitalistas, os possuidores dos meios de produção. Nesse sentido, o trabalho livre no sistema do capital não significa que os trabalhadores terão o controle sobre suas vidas e muito menos que se



apropriarão daquilo que produzem. Ao contrário disso, os trabalhadores tornam-se sujeitos alienados que não se reconhecem no produto de seu próprio trabalho: ao invés de se libertarem, tornam-se escravos do seu trabalho e estabelecem uma relação de estranhamento com o mesmo.

Sobre essa alienação, Vázquez (1968, p. 273) ratifica:

o homem, longe de se afirmar, nega a si mesmo, pois não se reconhece nem nos produtos de sua atividade, nem em sua própria atividade, nem em suas relações com os demais homens. Na medida em que o homem não se reconhece em seus produtos, nem reconhece a si mesmo como sujeito criador, também ele – uma vez perdida a sua essência humana – torna-se objeto, coisa. Em suma, sua existência se coisifica, se torna instrumento, meio ou mercadoria.

Em pleno século XXI, a coisificação do trabalhador ganha maior dimensão quando materializada em formas arcaicas e não capitalista de exploração da força de trabalho, recriadas pelo capital no intuito de ampliar as taxas de extração da mais valia. Como resultado, há uma tendência desenfreada de precarização e degradação do trabalhador, que em momento predominante de reestruturação produtiva do capital se justifica pelo desemprego estrutural e disponibilização aos capitalistas de um contingente incomensurável de trabalhadores miseráveis, dispostos a venderem a sua força de trabalho simplesmente para salvaguardarem a própria existência, isto é, para terem apenas o que lhes é necessário para viver.

Diante do exposto por Marx (1964), em os “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, de que as indústrias empregavam um contingente de trabalhadores com baixíssimo grau de especialização e salários suficientes apenas para sobreviverem e continuarem reproduzindo a força de trabalho, o universo laboral na atualidade encontra-se muito mais complexo do ponto de vista da exploração dos trabalhadores, pois, com a reconfiguração da escravidão e a sua imposição na contemporaneidade, o que se tem é o alastramento da prática de um trabalho altamente precário e degradante que não assegura sequer um salário que seja satisfatório para garantir a reprodução do trabalhador. O aumento do uso do trabalho morto na produção, acentuado pelo processo de reestruturação produtiva do capital iniciada no final do século XX, contribui diretamente para isso, pois desemprega cotidianamente milhares de trabalhadores tornando-os supérfluos para a acumulação capitalista.

Diante da grande massa de desempregados que se instaura, o capital não se preocupa em manter um nível médio de exploração do trabalhador que garanta a sua reprodução mínima. Para o capital, em tempos de crise, interessa apenas a exploração máxima da força de trabalho, pois a mesma, diante da estrutura agrária do país e do quadro de desemprego estrutural, dentre outros aspectos, pode ser substituída em qualquer tempo e espaço. Desse modo, o trabalho análogo ao de

escravo aparece como a própria materialização dessa exploração máxima, instrumento fundamental para a ampliação das taxas de lucros através do aumento da retenção do trabalho não pago pelos capitalistas³.

Para Oliveira (2016), a escravidão contemporânea no Brasil consiste na precarização e barbárie, violência, pressão e cerceamento da liberdade do trabalhador. Além disso, apresenta maior incidência no meio rural, onde trabalhadores de diversas regiões do país são mais facilmente aliciados, levados para áreas de difícil acesso e submetidos a condições desumanas de trabalho.

Sob essa perspectiva de trabalho escravo contemporâneo enquanto prática geradora de superlucros aos capitalistas será apresentada no próximo tópico desse texto a leitura sobre a realidade laborativa escrava no campo da Bahia no século XXI, que mantém uma gama de trabalhadores em situação de trabalho e moradia degradante, sem equipamentos de segurança, sem remuneração e sem a garantia de direitos trabalhistas.

3 ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E AGRONEGÓCIO NO CAMPO DA BAHIA (2003-2016)

A incidência do trabalho análogo ao de escravo no campo da Bahia está diretamente associada ao avanço do agronegócio no estado. Entre os anos de 2003 e 2016, a CPT registrou em seus arquivos cerca de 90 casos de escravidão contemporânea, com pelo menos 4.121 trabalhadores envolvidos nas denúncias e 3.126 trabalhadores resgatados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e/ou Polícia Federal.

Dentre as mazelas associadas ao avanço do capitalismo no campo, o elevado índice de ocorrência de trabalho escravo em pouco mais de dez anos escancara a contradição que paira sobre o discurso que defende o agronegócio como uma atividade econômica vinculada ao que há de mais moderno para o campo - espaço este visto e concebido historicamente como lugar de atraso.

A expansão da monocultura, da produção em larga escala e do pacote tecnológico incentivado pelo Estado, vinculados à agropecuária brasileira no final do século XIX, trouxe em seu bojo um conjunto de contrassensos que caminhou rumo à concretização de um processo modernizador e, ao mesmo tempo, à (re)produção de relações sociais e econômicas arcaicas, altamente desastrosas para a classe trabalhadora, já tradicionalmente calejada pela privação dos meios de produção e concentração de terras pelos capitalistas.

³ Como aponta Marx (1964, p. 159): “O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz”.



O trabalho análogo ao de escravo no campo da Bahia, bem como em todo o país, aparece, assim, como o resultado do desenvolvimento desigual e combinado do capital e se mantém através das articulações do complexo de reestruturação produtiva, que implementa a reorganização dos processos de produção de mercadorias e aumenta exponencialmente o número de trabalhadores supérfluos disponíveis para a exploração capitalista. Com o contingente de desempregados em expansão, para acrescer as taxas de lucro, o capital amplia os níveis de exploração dos trabalhadores e recria antigas relações de trabalho que contribuem para a prossecução da precarização da classe trabalhadora, para a elevação da extração da mais valia e, conseqüentemente, do lucro.

Nos arquivos da CPT, as notificações de ocorrência de trabalho escravo no campo do Brasil tiveram início em 1997. Neles, os casos de escravidão na Bahia só começaram a aparecer a partir de 2003, quando cinco propriedades rurais foram autuadas pelo MPT/MTE envolvendo 1.094 trabalhadores e o resgate de 1.089 deles. Todos os casos verificados ocorreram em municípios do Oeste do estado (São Desidério, Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães), importante região produtora de grãos.

Apesar de o Brasil ser considerado pela Organização Internacional do Trabalho (2014) referência mundial no combate à escravidão contemporânea, as ocorrências dessa relação laboral no campo da Bahia, nos últimos treze anos, mostraram-se bastante expressivas. Os dados expostos na tabela 1 delineiam, de acordo com o número de casos, número total de trabalhadores nas denúncias e de trabalhadores libertos, o panorama quantitativo da incidência desse tipo de relação de trabalho no estado.

Conforme a Tabela 1, os anos de 2005, 2006 e 2011 atingiram os maiores índices de casos de trabalho análogo ao de escravo no estado, com 10, 16 e 10 notificações, respectivamente. Já os números mais elevados de trabalhadores envolvidos nas denúncias aconteceram em 2003, com 1.094 trabalhadores, em 2006, com 1.045, e em 2015, com 360. Em relação ao número de trabalhadores libertos, a Tabela 1 destaca 2003, 2006 e 2009 com as quantidades mais expressivas: o primeiro ano apresentando 1.089 pessoas resgatadas, o segundo, 586, e o terceiro, 285.

Tabela 1: Ocorrências do trabalho análogo ao de escravo na Bahia (2003-2016)

Ano	Nº de casos	Nº total de trabalhadores nas denúncias	Nº total de trabalhadores libertos
2003	5	1094	1089
2004	6	150	150
2005	10	314	314
2006	16	1045	586
2007	5	175	175
2008	6	106	106
2009	6	265	285
2010	4	117	101
2011	10	162	110
2012	6	132	52
2013	5	131	89
2014	1	32	32
2015	2	360	
2016	8	38	37
Total	90	4121	3126

Fonte: CPT (2003-2016)

Organização: SANTANA, A. A (2017)

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), São Desidério possui a maior área territorial plantada do país (600 mil hectares) e é o maior produtor nacional de algodão, com cerca de 110 mil hectares destinados ao cultivo. Além da cotonicultura, o município produz, ainda, 350 mil hectares de soja, 74 mil hectares de milho e 14 mil hectares de café. Muitas das fazendas desse município são administradas por grupos nacionais e internacionais, tornando a realidade do trabalho escravo contemporâneo intrínseco ao desenvolvimento da cadeia mundial do agronegócio e vinculada à concentração da estrutura fundiária brasileira.

Assim como São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentaram quantidades significativas de trabalhadores libertos na agricultura e pecuária nesse início de século. Isso se deve ao fato de o Oeste baiano apresentar, desde 1980, uma agricultura avançada do ponto de vista capitalista, o que cria as possibilidades para a superexploração do trabalho e uma estrutura fundiária altamente concentrada, baseada no monocultivo (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Duas das ocorrências de trabalho análogo ao de escravo compiladas pela CPT no ano de 2003 aconteceram no município de São Desidério, em propriedades cafezeiras. A primeira, na Fazenda Roda Velha, com um contingente de 745 trabalhadores - maior número de trabalhadores escravos já notificado pela CPT em propriedades agrícolas na Bahia – e, a segunda, na Fazenda Laranjeiras, envolvendo 39 trabalhadores. Nesse período, a safra de 2002/2003 de café do Oeste



baiano registrou, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (2004), o maior crescimento da história da cafeicultura na região: para aquela safra houve a expansão de 24% da área plantada de café (10.532 hectares de terras foram destinados para o cultivo) e 630 mil sacas de 60 kg foram colhidas (aumento de 43% em relação à anterior).

Em Luiz Eduardo Magalhães, as fazendas de soja Santo Antônio e Tabuleiro também foram acusadas de submeter trabalhadores em situações laborativas análogas à de escravidão em 2003. Entre os anos de 1996 e 2006, o crescimento da produção da sojicultura⁴ no Oeste do estado foi equivalente a 284% e a área plantada passou de 433.263 para 870.000 hectares (FERNANDES et al., 2010). Em 2003, ano em que os casos de trabalho escravo foram delatados, com o aumento dos incentivos do Governo Federal para as exportações de grãos do país, a região Oeste da Bahia produziu safras recordes de 1.556.000 toneladas de soja (PAM-IBGE, 2008).

Já em Barreiras, a ocorrência de situação de escravidão contemporânea em 2003 se deu na cotonicultura, na Fazenda Cassol/Santo Antônio, e envolveu 46 trabalhadores. Spínola e Xavier (2006) apontam que o algodão apresentou um acréscimo de 147% na safra de 2003 em relação à de 2002. Além disso, afirmam que, nesse mesmo período, a área de cultivo algodoeira teve um aumento de 96,7 mil, totalizando 163,5 mil hectares de algodão plantados na região. Conforme Celito Eduardo Breda (2004), consultor da Associação Baiana de Produtores de Algodão (ABAPA), a produção da safra de 2003 alcançou as 107 arrobas por hectare, um recorde em relação à média nacional que foi de 86 arrobas⁵.

A partir da análise dos dados sobre a cafeicultura, sojicultura e cotonicultura no Oeste da Bahia em 2003, torna-se patente a relação entre a ocorrência de trabalho escravo no campo e o avanço do agronegócio no país, pois os três cultivos mencionados flagrados com práticas semelhantes à da escravidão apresentaram aumentos significativos na produção, área plantada e/ou produtividade, atingindo recordes produtivos para a economia agrícola regional. Nesse sentido, a expansão da agricultura no Oeste baiano nesse período se sustentou em pilares da escravidão contemporânea, submetendo milhares de trabalhadores a condições laborativas degradantes em prol da acumulação e concentração de riquezas nas mãos dos empresários rurais.

De acordo com a plataforma do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, em 2003, São Desidério ocupou o primeiro lugar no *ranking* nacional dos municípios com maior prevalência de resgates de trabalhadores em situação análoga a de escravidão: um total de 784 pessoas foi libertado. Em 2006, foi a vez de Barreiras aparecer em quarto lugar no *ranking*. Das

⁴ O crescimento nacional da produção da soja para esse mesmo período correspondeu a 226%.

⁵ "Produção de algodão na Bahia aumenta 121%". Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/producao-de-algodao-na-bahia-aumenta-121-_18683.html>. Acesso em: 24 de setembro de 2017.

libertações realizadas no Brasil esse ano, 156 trabalhadores estavam em propriedades rurais desse município.

Conforme a Tabela 1, assim como em 2003, o ano de 2006 também aparece com uma quantidade significativa de trabalhadores sob o risco da escravidão contemporânea no campo do estado, com um total de 1.045 pessoas envolvidas. A maioria dos casos relatados nessa ocasião ocorreu mais uma vez, majoritariamente, em municípios da região Oeste, sendo eles: Baianópolis, Barreiras, Cocos, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Tabela 2).

Tabela 2: Ocorrência de trabalho análogo a de escravo na Bahia (2006)

Municípios	Nº de casos	Nº total de Trabalhadores nas denúncias	Nº total de trabalhadores resgatados
Baianópolis	1	20	20
Barreiras	3	164	156
Cocos	2	70	46
Correntina	1	23	23
Formosa do Rio Preto	3	451	51
Jaborandi	1	111	111
Riachão das Neves	1	30	30
Santa Rita de Cássia	1	74	74
São Desidério	1	17	18
Ipiaú	1	25	
Jandaíra	1	60	60
Total	16	1045	589

Fonte: CPT (2006)

Organização: SANTANA, A. A (2017)

Como mostra a Tabela 2, a maioria dos casos registrados em 2006 se deu em propriedades rurais dos municípios de Barreiras e Formosa do Rio Preto, cada um com três ocorrências. Seguindo a tendência das relações laborais análogas à de escravo do ano de 2003, as ocorrências de 2006 prevaleceram nos cultivos de grão da região, no algodão e na soja, havendo, também, delações e resgates em fazendas de pecuária e em quatro carvoarias. Nos dados verifica-se, ainda, que, embora o município de Formosa do Rio Preto tenha apresentado o maior contingente de trabalhadores envolvidos nas denúncias (451 trabalhadores), houve apenas o resgate de 51 pessoas pelo MTE. Já Barreiras, que foi notificado com 164 trabalhadores sendo submetidos ao trabalho escravo, liderou, com 156 libertos, o número de resgates realizados no estado. De acordo com o Censo Agropecuário (2006), nesse mesmo ano, o Oeste baiano se tornou um importante polo de produção de algodão herbáceo, apresentando um rendimento médio 17,8% superior ao de Mato Grosso, maior produtor



do país, além da produção de cerca de 2.295,000 toneladas de soja em uma área de 850,0 mil hectares (AIBA, 2013).

Outros números importantes representados na tabela 1 referem-se aos anos de 2014 e 2016. Nessas duas ocasiões, os casos de trabalho análogo ao de escravo apresentou uma significativa diminuição quando comparados ao panorama geral das ocorrências no campo da Bahia (2003-2016), com 2014 relatando apenas um caso e, 2015, somente dois. Em contrapartida, no que concerne ao número de trabalhadores envolvidos nas denúncias, 2015 foi notificado com 360 trabalhadores, terceira maior quantidade de pessoas sendo submetidas a condições degradantes de trabalho no campo do estado no período 2003-2016, enquanto 2014 obtiveram 32. Para o número de libertações, o ano de 2014 foi marcado pelo resgate de todos os trabalhadores que estavam envolvidos nas denúncias. Já em 2015, no entanto, nenhuma libertação foi notificada pela CPT. Para 2016, apesar de ter ocorrido uma queda no número de trabalhadores envolvidos nas denúncias (38 pessoas), a quantidade de casos relatados pela CPT apresentou um aumento de 75%, isto é, oito casos de escravidão rural foram registrados em todo o estado nesse ano.

Uma análise superficial da redução dos números de casos de trabalho análogo ao de escravo e do número de libertações de trabalhadores realizadas em 2014 e 2015 poderia levar à compreensão de que as ocorrências de escravidão contemporânea no estado estão em processo de decaimento. Todavia, para além de interpretações rasas dos fatos, é preciso considerar que o processo de fiscalização pelo MTE, MPT e/ou Polícia Federal na identificação desse tipo de crime é bastante complexa, pois, além das estratégias de camuflagem utilizadas pelos infratores, os órgãos responsáveis pelas inspeções vêm sofrendo sucessivos cortes orçamentários. Segundo Melo e Silva (2015), em 2015, as equipes de combate ao trabalho escravo que integram o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) caíram de 10 para 4 (MELO E SILVA, 2015), o que justificaria, em parte, a diminuição de casos apurados no estado da Bahia para esse período.

Com as equipes de fiscalizações minguadas e com o aumento das restrições orçamentárias impostas pelo governo de Michel, de cada 10 denúncias recebidas pelo MPT, o GEFM é capaz de atender apenas uma. Não bastasse isso, de modo a favorecer os interesses das classes dominantes, a Bancada Ruralista e as empreiteiras têm buscado incessantemente, por meio de projetos de lei, alterar o conceito de trabalho escravo e sabotar as ações e campanhas que visam a sua erradicação e o enquadramento da prática no âmbito judicial penal.

Em 2014, a Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição aprovou a regulamentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Trabalho Escravo, indicada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), para retirar do

conceito de trabalho análogo ao de escravo e de sua caracterização enquanto crime os quesitos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho”. Segundo Mitidiero Jr. (2015), o delineamento dessa proposta revela, sobretudo, a intensificação da onda de ataques encabeçada por deputados e senadores contra os direitos históricos dos trabalhadores e, conseqüentemente, do comprometimento da reprodução social desses sujeitos.

Ademais, para proteger as grandes empresas do agronegócio, mineradoras, construtoras, indústria têxtil, etc. das sanções de mercado, o Supremo Tribunal do Brasil e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) também vêm tentando constantemente atravancar a publicação da Lista Suja do trabalho escravo, com a primeira suspensão ocorrida em 2014, determinada pelo ministro Ricardo Lewandowski, e, a segunda, deferida em 2017, pelo presidente do TST, Ives Gandra Filho, a pedido de Michel Temer.

No panorama econômico e social atual, instaurado no Brasil pós-golpe político/parlamentar/jurídico/midiático de 2016, os trabalhadores rurais vêm sofrendo, ainda, com as mudanças provocadas pela reforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Federal e sancionada por Temer no dia 13 de julho de 2017. As novas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o campo preveem o fim do pagamento pela hora de deslocamento (perda de 10% a 20% do salário do trabalhador), a retirada dos prêmios e gratificações e de outros adicionais do salário, o que afeta diretamente nos cálculos do 13º salário, das férias remuneradas, do Fundo de Garantia de Serviço, das contribuições do Instituto Nacional do Seguro Social e do seguro-desemprego, e a substituição dos contratos fixos por contratos temporários ou intermitentes, os quais o trabalhador não conseguirá completar o salário mínimo se não trabalhar dias suficientes para isso durante o mês⁶.

Nessa onda de ataques aos trabalhadores do campo, a Terceirização irrestrita, também aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer no dia 31 de março de 2017, podem dificultar o combate do trabalho escravo no que concerne à responsabilização dos criminosos. De cada dez trabalhadores escravos, nove são terceirados, como afirma Tiago Muniz Cavalcanti, procurador do trabalho e coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do MPT⁷.

Para completar o pacote de perversidades contra os trabalhadores rurais, outro projeto de lei, o PL 6442, de autoria do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), líder da Frente Parlamentar da

⁶ “Como a reforma trabalhista pode impactar a vida do trabalhador rural”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/20/como-a-reforma-trabalhista-impacta-a-vida-do-trabalhador-rural.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso: 26 de setembro de 2017.

⁷ “De cada dez denúncias de trabalho escravo, o MPT só tem condições de investigar uma”. Disponível em: <<http://amazonia.inesc.org.br/de-cada-10-denuncias-de-trabalho-escravo-mpt-so-tem-condicoes-de-investigar-uma/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.



Agropecuária (FPA), foi recentemente apresentado ao plenário da Câmara e traz em seu bojo propostas que, se aprovadas, legitimarão novamente a escravidão no país.

Entre os principais pontos – e na mesma linha da reforma trabalhista – destacam-se: predominância do negociado sobre o legislado, ou seja, acordos entre as partes sem o devido respaldo das garantias legais; pagamento do trabalhador com moradia ou alimentação como parte do salário, incluindo também a possibilidade de pagamento com parte da produção ou concessão de terras; autorização do trabalho aos domingos e feriados sem necessidade de laudos; fim das horas *in itinere* (tempo de deslocamento em veículos da empresa, onde não há transporte público); extensão da jornada de trabalho por até 12 horas; substituição do repouso semanal por contínuo, com até 18 dias de trabalho seguidos; possibilidade de venda integral das férias; revogação da NR-31, norma que regulamenta os procedimentos de segurança e saúde no campo e instituição da jornada intermitente no campo (em que o funcionário pode trabalhar em horários específicos do dia, quando houver demanda, sem uma jornada contínua) (PEREIRA; OLIVEIRA, 2017).

Segundo Pereira e Oliveira (2017), o que o Congresso e o Senado objetivam com a apresentação desses projetos de lei e reformas é transferir o risco da produção para os empregados, colocando o agronegócio como um ramo da economia pouco lucrativo e frágil ao ponto de não conseguir sustentar as oscilações e quedas na produção. Para essas autoras, essa incapacidade trata-se apenas de uma falácia utilizada para mascarar as desigualdades (re)produzidas no campo por esse setor, dentre elas, a forte concentração fundiária e de renda e um sistema de financiamento agrícola que privilegia os grandes empresários agrícolas em detrimento da classe trabalhadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a CPT (2016), 70% dos casos de prática de trabalho escravo ocorrem no campo e estão vinculados ao agronegócio, que, ao expandir a grande propriedade e o uso das tecnologias na produção, provoca a diminuição do uso de força de trabalho permanente e temporária e, conseqüentemente, o aumento da pobreza no meio rural sujeitando os trabalhadores a atividades laborativas cada vez mais degradantes.

Com essa relação intrínseca existente entre o trabalho análogo ao de escravo e a expansão do capitalismo no campo, as ocorrências verificadas na Bahia entre os anos de 2003 e 2016 são o reflexo da complexidade das relações que se formam a partir da monocultura e da consolidação da agricultura enquanto atividade avançada do ponto de vista capitalista. Nesse sentido, em meio ao avanço do agronegócio, assiste-se a um alargamento das desigualdades sociais, da vigência da injustiça e da reprodução de formas arcaicas de trabalho que visam explorar e precarizar ainda mais a classe trabalhadora para a obtenção de maiores lucros pelos capitalistas.

Trata-se de trabalhadores vítimas de um processo de acumulação de capital que se sustenta, principalmente, na concentração de terras e na detenção dos meios de produção pelos empresários agrícolas, retirando dos trabalhadores as possibilidades de reprodução digna da vida ao subordiná-los à escravidão contemporânea.

Os números apresentados nesse texto revelam um panorama bastante precário para as relações de trabalho no campo da Bahia e estão permeados por contradições que visam o mascaramento da realidade dessa prática no estado e em todo o país. A redução da quantidade de casos de trabalho escravo nos últimos anos, por exemplo, está longe de significar e indicar o fim da escravidão contemporânea na Bahia, estando diretamente relacionada aos sucessivos ataques à classe trabalhadora pelo governo e às novas estratégias de ocultamento desse tipo crime para a sociedade civil.

Desse modo, os recentes ataques engendram um panorama em que o neoliberalismo vem assumindo de maneira expressiva o domínio sobre o controle social. O projeto de desenvolvimento que se propõe pleiteia-se no alargamento das desigualdades, violência e, principalmente, na regressão e eliminação de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. O caminho que se trilha segue, portanto, o rumo da institucionalização do trabalho análogo ao de escravo no Brasil, ou seja, segue a direção da constituição de uma espécie de segurança jurídica que permitirá ao explorador/escravagista reproduzir práticas perversas de exploração e precarização do trabalho sem ser criminalizado por isso.

REFERÊNCIAS

AIBA. **Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia**. 2013. Disponível em: <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/12/evolucao-soja-oeste-bahia.pdf>>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

ANGELO, Maurício. **De cada 10 denúncias de trabalho escravo, MPT só tem condições de investigar uma**. 2017. Disponível em: <<http://amazonia.inesc.org.br/de-cada-10-denuncias-de-trabalho-escravo-mpt-so-tem-condicoes-de-investigar-uma/>>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário (2006)**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de março de 2017.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/colheita-de-cafe-bate-recorde-no-oeste-da-bahia_7472.html>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. 2003-2016.



FERNANDES, Raony Chaves; LOBÃO, Jocimara Souza Britto; VALE, Raquel de Matos Cardoso. **Oeste baiano: da agricultura familiar à agroindústria.** Disponível em: <http://www.bahiaflaneur.net/blog2/wp-content/uploads/2010/08/agroindustrie.pdf> 2010. Acesso em: 26 de setembro de 2017.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** Ed. Contexto, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964.

MELO E SILVA, Cristiane Passos. Seria o Estado a besta fera da vez? In: **Conflitos no Campo Brasil, 2015.** Comissão Pastoral da Terra – CPT.

MITIDIERO JR., Marco Antônio. Ataque aos direitos dos povos do campo. In: **Conflitos no Campo Brasil, 2015.** Comissão Pastoral da Terra – CPT.

ODTEB. Observatório **Digital do Trabalho Escravo no Brasil.** 2017.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho.** 1930.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo, Iãnde Editorial, 2016.

_____, **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo, FFLCH/Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, G.; GUIOMAR, I. G.; BORBA, L. S. B. Trabalho escravo na Bahia. Superintendência de estudos econômicos e sociais na Bahia. Bahia: **Revista Análise de Dados: Trabalho docente.** p. 255-274, 2010.

PEREIRA, Caroline Nascimento. OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. Reforma trabalhista no campo e suas consequências para o trabalhador rural. 2017. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/reforma-trabalhista-no-campo-e-suas-consequencias-para-o-trabalhador-rural/>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

SILVA, José Graziano da. **Modernização dolorosa – estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

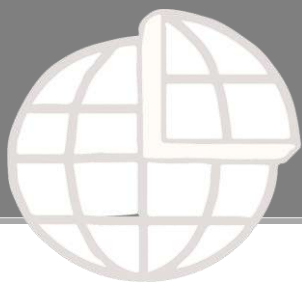
SPÍNOLA, Vera. XAVIER, Marcelo. **Desafios ao Fortalecimento da Cadeia do Algodão: o Caso da Região Oeste.** Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/publitao/arquivos/arquivos/b1879eb7c9c64b7bbcdc5f2342c62cde.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: Um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje.** São Paulo. Ed: Loyola, 1994.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **As Idéias Estéticas de Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Recebido em 29 de setembro de 2017

Aprovado em 10 de maio de 2018



DO REFERENCIAL GEOCÊNTRICO AO HELIOCÊNTRICO: CIÊNCIA, MODERNIDADE E ENSINO

FROM THE GEOCENTRIC REFERENCE TO THE HELIOCENTRIC: SCIENCE, MODERNITY AND TEACHING

DEL REFERENCIAL GEOCÉNTRICO AL HELIOCÉNTRICO: CIENCIA, MODERNIDAD Y ENSEÑANZA

Fernando Roberto Jayme Alves

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: fernandorja@gmail.com

RESUMO:

Desde a Antiguidade, inúmeras teorias foram elaboradas para explicar a morfologia do universo. Vários autores apontam que há uma continuidade nas cosmologias desde Aristóteles até Copérnico. A substituição do referencial geocêntrico de Ptolomeu pelo referencial heliocêntrico de Copérnico percorreu um caminho linear no Século das Luzes, provocando o abandono do geocentrismo pela ciência moderna. O objetivo do presente artigo é evidenciar a importância do referencial geocêntrico, ao abordar temas que envolvem a relação Terra/céu, e como conciliar as visões ptolemaica e copernicana no ensino de Geografia. Trata-se de dois modelos de linguagem que se referem a uma mesma realidade. A revolução copernicana legitimou o heliocentrismo, mas é preciso compreender que o sistema ptolemaico está relacionado à percepção sensorial do mundo observado pelo aluno. Torna-se necessário validar o referencial geocêntrico para associá-lo ao heliocêntrico, no ensino de Geografia.

Palavras-chave: geocentrismo; heliocentrismo; modernidade; ensino de geografia.

ABSTRACT:

Since the classical antiquity, numerous theories have been elaborated to explain the morphology of the universe. Several authors point out that there is a continuity in cosmologies from Aristotle to Copernicus. The substitution of Ptolemy's geocentric reference for Copernicus's heliocentric reference has taken a linear path in the Century of Lights, leading to the abandonment of geocentrism by modern science. The purpose of this article is to highlight the importance of the geocentric reference, when addressing issues involving the relationship Earth/Sky, and how to reconcile the Ptolemaic and Copernican views in the teaching of Geography. These are two models of language that refer to the same reality. The Copernican revolution legitimized heliocentrism, but we must understand that the Ptolemaic system is related to the sensory perception of the world observed by the student. It becomes necessary to validate the geocentric reference to associate it with the heliocentric, in the teaching of Geography.

Keywords: geocentrism; heliocentrism; modernity; geography teaching.

RESUMEN:

Desde la Antigüedad, inúmeras teorías han sido elaboradas para explicar la morfología del universo. Varios autores apuntan que hay continuidad en las cosmologías desde Aristóteles hasta Copérnico. La sustitución del referencial geocéntrico de Ptolomeo por el referencial heliocéntrico de Copérnico recurrió un camino lineal en el Siglo de las Luces, provocando el abandono del geocentrismo por la ciencia moderna. El objetivo del presente artículo es evidenciar la importancia del referencial geocéntrico, en abordar temas que involucran la relación Tierra/cielo, y cómo conciliar las visiones ptolemaica e copernicana en la enseñanza de Geografía. Se trata de dos modelos de lenguaje que se refieren a una misma realidad. La revolución copernicana legitimó el heliocentrismo, pero es necesario comprender que el sistema ptolemaico está relacionado a la percepción sensorial del mundo observado por el alumno. Es necesario validar el referencial geocéntrico para asociarlo al heliocéntrico, en la enseñanza de Geografía.

Palabras clave: geocentrismo; heliocentrismo; modernidad; enseñanza de geografía.

1 INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, diversas teorias cosmológicas foram criadas com o intuito de descrever o funcionamento do universo. Barrio (2002) afirma que, nos últimos milênios, não houve grandes alterações provocadas pelos fenômenos celestes (escala astronômica), mas que as teorias elaboradas pela mente humana, para explicar a morfologia do universo, mudaram consideravelmente.

Foi na Grécia clássica que surgiu uma produção mais sistemática do conhecimento envolvendo a relação entre fenômenos celestes e terrestres. Os pensamentos científicos e filosóficos tornaram-se mais abstratos e as primeiras tentativas de explicar o universo racionalmente começaram a aparecer, em contraposição às explicações míticas elaboradas até então (GATTI; NARDI, 2010).

Por volta do século III a.C., o modelo geocêntrico e a esfericidade terrestre se consolidaram na Grécia com as contribuições dos filósofos Platão e Aristóteles, mais notadamente. No início da Era Cristã, Claudio Ptolomeu (~90 a 170 d.C.) aperfeiçoou o modelo geocêntrico e sua obra passou a dominar o cenário astronômico e científico até o aparecimento do sistema copernicano no século XVI.

Durante este longo interregno, é possível identificar uma continuidade entre as estruturas de universo desde Aristóteles até Nicolau Copérnico¹. Segundo Pereira (1999), a obra de Copérnico pode ser considerada, simultaneamente, revolucionária e conservadora, uma vez que sua nova astronomia desloca a Terra do centro do universo, por meio de uma hipótese heliocêntrica, ao mesmo tempo que conserva o princípio do movimento circular uniforme dos planetas (princípio este tão defendido por Aristóteles²).

Copérnico não questionou a validade do movimento circular na trajetória dos corpos celestes e, por conseguinte, o astrônomo não foi capaz de desenvolver uma nova física que sua proposta heliocêntrica exigia. Entretanto, a passagem do referencial geocêntrico para o heliocêntrico desmanchou a ordem medieval cristã, ao retirar o homem e a Igreja do centro do universo, e, nesse sentido, a obra copernicana é totalmente moderna.

Os impactos provocados pela modernidade, no que se refere às mudanças dos modelos cosmológicos, principalmente ao longo do Século das Luzes, geraram um sistema de valores

¹ Vale lembrar que são quase dois milênios que separam o filósofo grego do astrônomo polonês.

² “Não existe, talvez, outro exemplo na história do pensamento de persistência tão obstinada, tão obcecada no erro, como a ilusão do círculo que emperrou a astronomia durante dois milênios. [...] foi Aristóteles que promoveu a ideia do movimento circular a dogma da astronomia” (KOESTLER, 1989, p. 31).

segundo o qual o referencial geocêntrico de Ptolomeu estava “errado” e o referencial heliocêntrico de Copérnico estava “correto”, sendo que este modelo era novo, contemporâneo e moderno, enquanto aquele era antigo, obsoleto e ultrapassado.

A consolidação do heliocentrismo de Copérnico, consagrado pela ciência moderna, criou basicamente dois problemas: primeiro que o abandono do sistema ptolomaico desconsidera quase todo o conhecimento construído desde a Antiguidade até meados do século XVII; e segundo que a legitimação do referencial heliocêntrico criou um ponto de vista externo ao planeta Terra, provocando confusões tanto no ensino quanto na aprendizagem de conteúdos astronômicos e geográficos.

Temas, como a origem da vida, a formação do Sistema Solar, os movimentos da Terra, a sucessão dos dias e das noites, o ciclo das estações do ano, as fases da Lua, entre outros, são de competência da Astronomia e possuem grande valia para os estudos geográficos, uma vez que astros, como o Sol e a Lua, bem como as constelações, são utilizados para a localização e a orientação espaciais desde a Antiguidade. Aliás, o sistema de coordenadas geográficas surgiu a partir da observação celeste e dos movimentos dos astros (ALMEIDA, 2006).

Pretendemos, assim, demonstrar que a substituição da cosmologia geocêntrica de Ptolomeu pela cosmologia heliocêntrica de Copérnico percorreu um caminho unidirecional, impactando diretamente o ensino nos séculos XIX e XX. O objetivo desse texto é evidenciar a importância do referencial geocêntrico, ao abordar temas que envolvem a relação Terra/céu, e como conciliar as visões ptolomaica e copernicana no ensino de Geografia.

As escolas e universidades europeias seguiram fielmente o caminho traçado pela ciência moderna. Lanciano (1989) afirma que as escolas apresentam os modelos ptolomaico e copernicano de maneira linear, de modo que uma ideia mais precisa da realidade sucede uma ideia mais antiga e menos precisa que, substituída pela nova, desaparece dos currículos. Trata-se, na verdade, de dois modelos de linguagem diferentes que se referem a uma mesma realidade, a partir da qual cada um possui seu ponto de vista particular.

Seja no campo filosófico, científico e/ou astronômico, toda a discussão que permeou as mudanças nas concepções de universo ao longo do tempo influenciou direta ou indiretamente a construção do conhecimento geográfico, pois a contribuição da Astronomia para a Geografia é muito significativa, de maneira que diversos temas geográficos estão envolvidos com os fenômenos celestes. Afinal, céu e Terra se encontram nas coordenadas geográficas, na constelação infinita dos lugares, no traçado dos fusos horários, na representação das massas de terras e águas dos continentes e oceanos (MOREIRA, 2002).



2 O SISTEMA DE MUNDO PTOLOMAICO

Foi entre os anos de 127 e 151 d.C. que Ptolomeu propôs seu modelo geocêntrico de universo. Segundo Boczko (1984, p. 258), a “ordem de colocação dos planetas e [da] Lua a partir da Terra levava em consideração o período que cada astro apresentava para dar uma ‘volta’ na esfera celeste: os mais lentos eram supostos mais distantes”. Ptolomeu aprimorou o sistema geocêntrico por meio de pequenos círculos chamados *epiciclos*, cujo centro se moveria em um círculo maior em torno da Terra, nomeado *deferente*. Delimitando o universo, haveria uma grande esfera composta pelas estrelas fixas.

A teoria do deferente-epiciclo foi adotada para explicar o movimento retrógrado dos planetas ao longo do ano³. Boczko (op. cit., p. 260) explica que Ptolomeu verificou

[...] que a posição ocupada pelos planetas na realidade nem sempre coincidia com a posição prevista pela teoria do movimento circular uniforme. Para não contradizer a noção arraigada de movimento circular, foi sugerida a *Teoria dos Epiciclos*: cada planeta giraria em movimento circular uniforme em torno de um ponto que por sua vez giraria em movimento circular uniforme em torno da Terra. A circunferência descrita pelo planeta recebia o nome de *Epiciclo* e a circunferência descrita pelo centro do epiciclo recebia o nome de *Deferente* (Grifo do autor).

Com todo o legado dos gregos que o antecederam, juntamente com os conhecimentos adquiridos ao longo de séculos por diferentes povos da Antiguidade⁴, Ptolomeu elaborou sua principal obra intitulada *Almagesto*. Trata-se de uma coleção de 13 livros que contém o mais completo catálogo de estrelas da Antiguidade, além de conter os fundamentos básicos do geocentrismo e do movimento aparente das estrelas. O termo *Almagesto* vem do árabe e significa “o maior”.

Barrio (2002, p. 85) explica que Ptolomeu realizou

[...] un estudio sistemático del cielo, catalogando 1022 estrellas, y alrededor del 140 d.C. escribe su principal obra con trece libros, *Mathematiks Sintaxis*, de donde aparece más tarde el término árabe *Al Magisti*, *Almagesto*. Puesto que Europa conoció la obra de Ptolomeo en gran medida a través de las traducciones medievales árabes, eso explica que prácticamente todas las estrellas visibles en el hemisferio norte tengan nombres en árabe antiguo.

³ Segundo Sobreira (2005), tal teoria foi elaborada por Hiparco de Niceia (séc. II a.C.) e adaptada posteriormente por Ptolomeu.

⁴ Lima Neto (2017, p. 83) alerta que “não podemos esquecer que foram as observações acumuladas por séculos pelos povos da Mesopotâmia e do Egito que possibilitaram de maneira fundamental o desenvolvimento da astronomia como ciência na Grécia clássica”.

Portanto, foi graças às traduções do grego para o latim, realizadas pelos árabes, que grande parte da Europa Ocidental conheceu a obra de Ptolomeu ao longo da Idade Média. Conforme Barrio (op. cit.), o título original da obra era “A Coleção Matemática” (*Mathematiks Sintaxis*), mas, em decorrência das traduções árabes, o título ficou conhecido como “O Grande Astrônomo”, ou melhor, o *Almagesto*.

Peduzzi (1998, *apud* GATTI; NARDI, 2010) afirma que o *Almagesto* é um tratado matemático que sintetiza as tentativas anteriores de descrição do céu e possui amplo poder preditivo do movimento dos corpos celestes. Tal obra elevou Ptolomeu ao *status* de um dos maiores astrônomos da Antiguidade clássica, quiçá o maior. Sua concepção geocêntrica de universo aprimorou e condensou diversos modelos de mundo concebidos até então.

O sistema ptolomaico constitui um modelo de universo baseado e interpretado na realidade observada. Trata-se de uma cosmologia bastante adequada do ponto de vista experimental, isto é, da observação direta do céu a partir da superfície terrestre. Tal perspectiva considera os ensinamentos da Astronomia de Posição⁵ que, desde os primórdios da humanidade, construiu diversos conhecimentos valiosos acerca dos movimentos celestes e suas relações com os ciclos da natureza.

A abordagem do céu pela superfície da Terra possui um referencial denominado *topocêntrico*. Bisch (1998, p. 12) argumenta que se trata do “nosso ponto de vista local, do chão, do ponto particular em que estamos sobre a superfície desta esfera imensa, em relação ao nosso próprio tamanho, que é a Terra, que gira sobre si mesma e em torno do Sol”. Etimologicamente, o termo *topocêntrico* significa “centrado no lugar” (BOCZKO, 1984).

O referencial *topocêntrico* encontra-se diretamente relacionado à concepção geocêntrica de universo. Os referenciais *topocêntrico* e *geocêntrico* estão tão próximos que geram confusões, pois são tomados como sinônimos em diversas ocasiões. Entretanto, há uma diferença elementar na posição central que caracteriza cada um desses sistemas de referência. Lima Neto (2017, p. 10-1) explica que

A escolha do ponto central do sistema de coordenadas é arbitrária e depende do problema astronômico em questão. Se o centro do sistema coincide com o centro da Terra, dizemos que o sistema de coordenadas é *geocêntrico*; [...] se o centro do sistema de coordenadas for um ponto na superfície da Terra, este sistema será *topocêntrico* (Grifo do autor).

⁵ Também conhecida como Astronomia Fundamental ou Astrometria. São áreas do conhecimento astronômico cujo sistema de referência encontra-se centrado na superfície da Terra. Segundo Lima Neto (2017, p. 02), o “objetivo da *astronomia de posição* ou *astrometria* é o estudo das posições dos astros na esfera celeste e de seus movimentos. Sem dúvida, a astronomia de posição é a mais antiga das ciências. Desde a pré-história, as sociedades têm um grande interesse pela posição e movimento dos astros. Estes movimentos, ligados aos ciclos naturais (dia e noite, estações do ano, etc.), regiam as atividades econômicas (plantação e colheita, criação de animais, etc.)” (Grifo do autor).



Logo, os dois referenciais diferem entre si por meio da posição central que cada um possui, mas, por outro lado, torna-se importante dizer que ambos formam uma *unidade*, tendo em vista que, ao abordar o céu, por meio do referencial topocêntrico, assume-se o olhar e a perspectiva geocêntrica de universo.

Sabe-se que esta foi a concepção cosmológica predominante ao longo da Idade Antiga, principalmente na Grécia, o que significa dizer que o geocentrismo não era unânime entre os pensadores antigos⁶. A questão é que as contribuições de Aristóteles, a partir do século IV a.C., foram substanciais para a consolidação do modelo geocêntrico. O objetivo do universo aristotélico é encontrar a natureza das coisas e a Terra ocupa o lugar central do cosmos que, por sua vez, está dividido em duas regiões: a terrestre (sublunar) e a celeste. A partir desta constatação, Aristóteles formulou o modelo dual de universo⁷.

A ideia de movimento em Aristóteles é marcada pela concepção de *movimento natural*. Para o filósofo, a Terra está dirigida para o centro do universo, sendo que os corpos pesados se movem para o centro da Terra incidentalmente, pois seu centro está no centro do mundo. Portanto, a Terra não se move. A razão para o repouso do planeta está em sua própria natureza de se mover de todos os lados para o centro.

Influenciado por tais ideias, Ptolomeu aperfeiçoou posteriormente o sistema geocêntrico defendido por Aristóteles. Gatti e Nardi (2010) evidenciam que há uma continuidade entre as visões de mundo de Aristóteles e Ptolomeu. Segundo os autores,

A cosmologia de Ptolomeu é perfeitamente coerente com a doutrina aristotélica, o que evidencia que não existe a necessidade de uma nova física para explicar os fenômenos. Três pontos fundamentais estão presentes: 1) todo movimento no céu é circular uniforme; 2) os corpos celestes são constituídos de um material imutável; 3) a Terra é o centro do universo (op. cit., p. 184).

Tal continuidade aponta para uma ausência de rupturas na construção do saber, haja vista que Ptolomeu avançou no desenvolvimento da cosmologia geocêntrica que já havia sido proposta por outros filósofos anteriores a ele. Assim, a teoria geocêntrica desenvolvida e divulgada por Ptolomeu, através de sua obra *Almagesto*, dominou expressivamente o cenário astronômico e científico até o aparecimento do sistema copernicano no século XVI.

⁶ Sobreira (2005) demonstra que na Grécia clássica, por exemplo, existiram modelos cosmológicos que explicavam o universo a partir de outros referenciais, como o sistema pirocêntrico – fogo central – de Filolau de Crotona (séc. V a.C.), o sistema heliocêntrico primitivo de Aristarco de Samos (séc. III a.C.), e alguns modelos híbridos como o geo-heliocêntrico de Heráclides do Ponto (séc. IV a.C.).

⁷ Cf. Sobreira (2005), Gatti e Nardi (2010).

3 O AUGUE E O DECLÍNIO DO GEOCENTRISMO: A TRANSIÇÃO DA ORDEM MEDIEVAL PARA A MODERNIDADE

Alguns séculos após a morte de Ptolomeu, por volta de 470 d.C., a Idade Antiga chega ao fim com a queda do Império Romano na Europa Ocidental. O esfacelamento deste império provocou divisões regionais responsáveis pela origem espacial do poder autônomo dos feudos, predominante na Idade Média.

Diversos autores apontam que o conhecimento científico e filosófico desenvolvido pelos gregos, na Antiguidade, sofreu uma forte estagnação (ou até mesmo retrocesso) ao longo deste período histórico. A astronomia ptolomaica continuou sendo a grande referência, pois o *Almagesto* se consolidou como a maior obra astronômica até meados do século XVII.

Koestler (1989) conta que o *Almagesto* se tornou uma espécie de “Bíblia da Astronomia” durante este período, uma vez que quase não houve progresso científico no campo da Astronomia neste interregno. Na verdade, desde a ascensão do Império Romano, no início da Era Cristã, a construção do saber, em geral, sofrera uma considerável paralisação, conforme relatado por Barrio (2002, p. 85-6):

[...] la llegada del imperio romano, preocupado en consolidar su estructura política y económica, provocó un estancamiento de la ciencia, llegando varias veces a destruir parcial o totalmente los focos de la cultura griega. Las preocupaciones en Roma se centraban tan solo en la tecnología capaz de ofrecerles una producción bélica con el fin de aumentar sus conquistas.

A la vez, la progresiva concentración del poder y de las riquezas en manos de unos pocos, el empobrecimiento de los comerciantes, artesanos y demás personas de la sociedad, y como no, el aumento de las grandes masas de esclavos, creó *un ambiente donde no había lugar para el conocimiento*. Los dioses vuelven a llenar el vacío del pensamiento, las religiones vuelven a fortalecerse y una nueva, el cristianismo, aparece con fuerza (Grifo nosso).

A partir de então, a religião cristã, com seus pensamentos místicos e supersticiosos, baseados em interpretações literais da Bíblia Sagrada, passou a habitar o imaginário dos povos europeus ao longo da Idade Média. Concomitantemente, os conhecimentos celestes produzidos pelos gregos foram se perdendo com o passar dos séculos.

A hipótese grega da esfericidade terrestre foi amplamente abandonada pela Igreja Católica, ignorando-se diversos conhecimentos construídos anteriormente pelos gregos. Sobreira (2005) afirma que os pensadores europeus desta época não tinham interesse sobre os estudos celestes e



terrestres, pois a cosmografia medieval europeia se baseava no livro Gênesis da Bíblia cristã, em busca de uma ordenação do mundo e da negação da esfericidade tanto do céu quanto da Terra.

A visão de mundo dos europeus medievais, segundo Koestler (1989), era dominada principalmente por duas ideias centrais: primeiro que a Terra tem o formato do Santo Tabernáculo⁸; e segundo que o firmamento está envolto em água. Tal formato terrestre encontra-se na topografia cristã – *Topographica Christiana* –, escrita no século VI d.C. pelo monge Cosmas Indicopleustes.

Portanto, a concepção geocêntrica que prevaleceu durante a Idade Média era de cunho religioso, tendo em vista o expressivo domínio exercido pela Igreja no Ocidente. Martins, Godoi e Mascarenhas (2010, p. 139) explicam que

[...] o argumento mais forte do Geocentrismo, após o século XIII, seria de natureza religiosa (e, portanto, política, já que a influência política do clero perdurou por séculos): Deus habitara o centro do Universo; Cristo, o filho do próprio Deus, habitou a Terra; o homem, feito à sua imagem e semelhança de Deus, habitaria o centro do Universo e, conseqüentemente, este centro seria a Terra (a morada do homem), tornando os demais astros, as estrelas, por exemplo, apenas como enfeites, sendo imutáveis.

Criou-se uma espécie de dogma geocêntrico no qual a Igreja Católica ditava os preceitos da doutrina. A concepção geocêntrica do universo ptolomaico se tornou num mero proselitismo cristão propagado pelo clero ao longo deste período. Trata-se, na verdade, de uma perspectiva *teocêntrica* da ordem medieval.

A Terra “voltou a ser plana” por meio de uma adaptação retrógrada do modelo de Tales de Mileto (séc. VI a.C.) e o mundo ficou dividido em duas esferas (adaptação do modelo dual de Aristóteles). O movimento uniforme dos astros em círculos também fazia parte do dogma geocêntrico e, segundo Boczko (1984), a teoria de tal movimento estava atrelada à ideia de que o céu era um local perfeito e, portanto, o movimento dos astros deveria ser perfeito. A única figura capaz de materializar este movimento era a circunferência⁹.

Apesar da dominação dogmática sobre os conhecimentos científicos e filosóficos elaborados na Grécia antiga, o homem continuava habitando o centro do universo, mas por razões distintas daquelas elaboradas por Ptolomeu. Enquanto o dogma geocêntrico era estabelecido no Ocidente, os árabes aprimoravam seus conhecimentos terrestres e celestes por meio das heranças gregas. De acordo com Sobreira (2005, p. 37),

⁸ Descrito no livro Êxodo, o segundo do Antigo Testamento, o Santo Tabernáculo tinha um formato retangular, no qual o comprimento era duas vezes maior que a largura.

⁹ Ideia esta que os europeus medievais herdaram dos gregos.

A Cosmografia Antiga do Mundo na Ásia, entre os árabes, se baseava nos conhecimentos da Grécia Clássica, porém, entre os intelectuais deste período, a Astronomia e os conhecimentos geográficos se separaram. Aos conhecimentos terrestres, os árabes se dedicaram em medir as dimensões da Terra – califa Al-Mamun (813-839) – e em elaborar mapeamentos mais precisos e com linhas geométricas imaginárias como limites territoriais, enquanto os europeus se dedicavam à “topografia cristã”, que era extremamente simplista e alegórica. *Quanto aos conhecimentos celestes, este foi o auge da Astronomia Islâmica fundamentada na Astronomia Ptolomaica.* Havia observatórios astronômicos no Oriente Médio e Próximo, onde se aperfeiçoaram instrumentos tais como o astrolábio e a bússola (Grifo nosso).

A astronomia de Ptolomeu foi fundamental para o desenvolvimento dos conhecimentos árabes durante a Idade Média. As traduções, realizadas pelos árabes, das obras gregas para o latim – a exemplo do *Almagesto* – proporcionou uma redescoberta do conhecimento grego na Europa Ocidental. Com o início das grandes navegações europeias, na virada do século XV para o século XVI, a Cartografia e a Náutica se fortaleceram na Europa devido à aplicabilidade de tais ramos do conhecimento nas expedições marítimas.

Além das grandes navegações, que proporcionou a colonização das Américas, houve uma série de eventos que agitaram a Europa¹⁰ durante os séculos XV, XVI e XVII, tais como o movimento cultural da Renascença (ou Renascimento), a Reforma Protestante na Inglaterra, a derrocada do Império Bizantino no leste europeu, entre outros. O alvoroço causado por tais episódios na Europa proporcionou o que muitos consideram ser o início da *modernidade*.

Ao romper com a ordem medieval, a Renascença proporcionou novos horizontes para a construção do conhecimento ocidental. Numa Broc (1980 *apud* GOMES, 2003) afirma que no campo da geografia, durante a Renascença, houve uma redescoberta de Ptolomeu e Estrabão. Logo, o movimento renascentista possibilitou o reencontro dos europeus com a obra de Ptolomeu ao adotar a Antiguidade clássica como fonte primordial de sua inspiração.

A retomada da geografia ptolomaica conduziu à emergência, na pesquisa geográfica, de um modelo fundamental que perdurou até o advento da geografia científica. Este modelo era composto de uma cosmografia, a *Almageste*, e de uma *Geografia*. Esta última reagrupava um conjunto de mapas e de comentários relativos à dimensão e à forma da Terra, uma série de dados concernentes à localização rigorosa dos lugares e um conjunto de princípios gerais (chamado *Taxis*, que significa colocar em ordem) dando as regras do traçado dos mapas. A finalidade da geografia de Ptolomeu era a cartografia. [...] Segundo Ptolomeu, o céu se dá ao nosso conhecimento, visto que ele gira ao nosso redor; a Terra, ao

¹⁰ Torna-se importante, pois, explicitar que não há nenhuma pretensão de análise eurocêntrica. Trata-se apenas de um recorte analítico sobre a construção do saber dentro da tradição intelectual do Ocidente (uma espécie de síntese das tradições grega, romana, judaica e cristã). Portanto, estamos de acordo com Santos (2002, p. 15) ao afirmar que: “muito do que se cantou como novidade absoluta e resultante da genialidade da Europa, hoje sabemos tratar-se de conhecimento mais que consolidado em outras culturas”.



contrário, apenas se dá a conhecer por sua imagem representada nos mapas (GOMES, 2003, p. 128, grifo do autor).

As obras renascentistas de inspiração ptolomaica provocaram uma repercussão na Geografia, que enalteceu as representações terrestres por intermédio do uso e aprimoramento das técnicas cartográficas, uma vez que os interesses dos pensadores se voltaram para a superfície da Terra no século XVI (SOBREIRA, 2005).

A Geografia se tornou, nesta época, um tratado descritivo e cartográfico que auxiliava a administração mercantil efetuada por especialistas em Astronomia aplicada à Geografia, isto é, pelos cosmógrafos. De acordo com Sobreira (op. cit.), existiam coleções de mapas portulanos europeus que eram elaborados a partir de dados astronômicos de posição e dos conhecimentos de geografia matemática relacionados à Cartografia. Tais coleções formaram os primeiros “Atlas”.

Por outro lado, a Renascença “fez nascer a necessidade de um novo modelo cosmológico, a fim de substituir o sistema geocêntrico, o único então aceito pela Igreja” (GOMES, op. cit., p. 127), uma vez que tal sistema ficou reduzido à condição de um dogma teocêntrico na Europa medieval. Neste contexto, o primeiro modelo cosmológico importante que surgiu foi o copernicano, cujo referencial é heliocêntrico.

4 O ADVENTO DA MODERNIDADE E A REVOLUÇÃO COPERNICANA

Mapear a origem da modernidade, com precisão, não é tarefa fácil. Aliás, se existe algum consenso entre pensadores a respeito do assunto é que, paradoxalmente, há um grande impasse quanto ao principal marco que estabelece o aparecimento da modernidade.

Pereira (1999) comenta que a modernidade se inicia, para os historiadores, com a Renascença que abalou a hegemonia da ordem medieval. Já para a Filosofia, a modernidade é inaugurada com René Descartes (1596-1650), que estabelece um grande modelo de ruptura no qual introduz um novo princípio para o saber ao colocar o homem como fundamento deste saber. E para Foucault, segundo Pereira (op. cit.), o início da modernidade coincide com o surgimento das ciências humanas que transformaram o homem em objeto de pesquisa.

Gomes (2003) argumenta que, além da dificuldade de pontuar com exatidão o advento da modernidade, este período inaugurou um novo sistema de valores que interferiu profundamente na formação da dita “sociedade moderna”. Segundo o autor,

[...] considera-se que este período começa, a despeito de todas as controvérsias em torno das questões relativas às suas origens, no momento em que *um novo código de valorização intervém em diversas esferas da vida social*, sendo, pois, impossível identificar um evento ou uma data histórica precisa que demarcaria sua eclosão. Trata-se de uma mudança sutil e gradual que toma diferentes formas e que possui uma dinâmica espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, ainda que uma época moderna seja facilmente identificada. (op. cit., p. 28, grifo nosso).

Um dos traços marcantes da modernidade, para o autor, é o novo lugar conferido à ciência. Ou seja, a “nova ciência é, portanto, um dos fundamentos, talvez o mais importante, do que normalmente se identifica como sendo o novo código de valores da modernidade” (op. cit., p. 28). O binômio *novo/tradicional* adquire um verdadeiro sistema de valores a partir do que se convencionou chamar de modernidade.

A Idade Moderna, em seu princípio, se caracterizou por uma “busca de explicações mais profundas para as relações entre a Terra e os astros, entre as condições naturais e as sociedades” (PEREIRA, 1999, p. 53). Os novos sistemas de universo elaborados nesta época acompanhavam, em certa medida, as mudanças expressivas no campo das ideias filosóficas e científicas, proporcionadas pela Renascença.

O primeiro modelo cosmológico importante, que surge nesta perspectiva, foi elaborado pelo polonês Nicolau Copérnico (1473-1543). Com um referencial heliocêntrico e sete esferas concêntricas, incluindo o Zodíaco, tal modelo conseguiu explicar com simplicidade os movimentos retrógrados dos planetas.

Sobreira (2005) conta que a ideia de um sistema heliocêntrico não é nova, pois o primeiro modelo com o Sol no centro do universo foi proposto por Aristarco de Samos no século III a.C. Como os gregos da Antiguidade clássica foram a principal inspiração dos europeus renascentistas, certamente o modelo de Aristarco influenciou a obra de Copérnico. Martins, Godoi e Mascarenhas (2010, p. 139) afirmam que Copérnico utilizou

[...] argumentos de trigonometria, estimou a distância da Terra até a Lua e o espaço que separa a Terra e o Sol. Na época do Renascimento, a produção de vidro, que levaria à produção de lentes e às futuras montagens de óculos para leitura e do telescópio, já ocorria com significativo domínio. Foi neste ambiente de transformação rápida, que Copérnico revisitou Aristarco e propôs sete axiomas principais para sustentar sua teoria.

Tais axiomas estavam contidos em um manuscrito chamado *Commentariolus*. Os três primeiros axiomas já deixavam clara a ruptura provocada por este modelo em relação ao sistema



geocêntrico, pois Copérnico colocara que os corpos celestes não se movem todos em torno do mesmo centro e que a Terra não é o centro do universo, e sim o Sol.

Ao deslocar o homem do centro do mundo, Copérnico atingiu não apenas as teorias científicas e filosóficas, mas também os dogmas da Igreja Católica. Gatti e Nardi (2010) afirmam que Copérnico relutou por muito tempo em publicar sua grande obra – *De Revolutionibus Orbitum Coelestium* – em razão do temor que tinha em não ser capaz de provar e defender sua tese, e não por causa de uma possível perseguição religiosa.

Para alguns autores, o livro *De Revolutionibus* não possui tanta novidade científica quanto parece. Sobreira (2005) comenta que o fundamento matemático do modelo heliocêntrico de Copérnico pouco difere do fundamento do modelo geocêntrico de Ptolomeu, pois eles “utilizaram os mesmos artifícios geométricos, sendo que a diferença estava na mudança do referencial para os movimentos dos planetas” (op. cit., p. 42).

Outra semelhança entre os dois sistemas está na utilização da teoria dos epiciclos e deferentes na descrição dos fenômenos. O uso dessa teoria por parte de Copérnico ocorreu porque ele “*não questionou a validade do movimento circular na trajetória dos corpos celestes, e assim, alguns detalhes do movimento planetário não podiam ser explicados sem o auxílio de tais artifícios*” (GATTI; NARDI, op. cit., p. 188, grifo dos autores). Assim como no modelo ptolomaico, o universo copernicano também é finito e possui as mesmas esferas celestes, inclusive a esfera das estrelas fixas.

Complementando tal linha de raciocínio, Martins (1994 *apud* GATTI; NARDI, op. cit., p. 188) afirma que Copérnico “*não foi capaz de desenvolver a física que sua proposta de modelo heliocêntrico exigia, e algumas de suas explicações sobre o movimento ainda são impregnadas com a noção aristotélica de lugar natural*”, o que evidencia uma continuidade nas estruturas de universo desde Aristóteles até Copérnico.

A grande inovação introduzida por Copérnico em atribuir ao planeta Terra a mesma posição hierárquica ocupada pelos demais planetas, reservando o centro do universo ao Sol, provocou uma forte mudança no *pensamento filosófico*, além de atingir diretamente o dogma geocêntrico da Igreja. Pereira (1999, p. 59-60) explica que

[...] Copérnico ao publicar, em 1543, o seu *De revolutionibus orbium coelestium* produziu, a partir da leitura dos antigos, as bases de uma revolução por tirar a Terra do seu “*lugar natural*”. Sua obra, no entanto, pode ser considerada simultaneamente revolucionária e conservadora. A nova astronomia exposta por Nicolau Copérnico desloca a Terra do centro do universo e explica o movimento dos planetas por uma hipótese heliocêntrica, ao mesmo tempo que conserva o princípio da circularidade dos movimentos e da perfeição das esferas. O significado filosófico desta nova teoria é profundo. [...] O verdadeiro significado da obra deste

astrônomo polonês vai além e consiste não tanto em deslocar o centro do universo da Terra para o Sol, mas em implicitamente negar que o mundo tivesse um centro. [...]. É importante considerar ainda que, ao tirar a Terra do centro do universo, na verdade Copérnico está tirando a Igreja do centro do mundo, já que até então fora o centro do planeta Terra em torno do qual girava todo o universo. Com ele se inicia lentamente a derrubada da explicação teológica. A verdade não estaria mais apenas nas Sagradas Escrituras (Grifo da autora).

Logo, a passagem do modelo geocêntrico de Ptolomeu para o modelo heliocêntrico de Copérnico desmanchou a ordem medieval cristã ao deslocar o homem do centro do universo e, neste sentido, a obra copernicana é totalmente moderna. Gomes (2003) explica que a rejeição de uma teleologia divina constitui um dos elementos centrais da modernidade.

A consolidação do modelo heliocêntrico, a partir do século XVII, provocou uma ruptura epistemológica na construção do saber ocidental. À luz do filósofo Michel Foucault, Pereira (op. cit.) explica que a visão moderna de mundo não pode ser entendida de forma linear e progressista, isto é, como um mero aprimoramento de todas as visões cosmológicas elaboradas anteriormente.

Abandonando a pretensão de considerar o conhecimento atual como o ponto alto e o resumo ideal das culturas antigas, é possível perceber que não há uma mera continuidade no avanço do conhecimento humano, mas que, por vezes ele se dá através de mudanças radicais, verdadeiras revoluções sobre o modelo anterior. A imagem de um conhecimento adquirido gradativamente, num crescendo em busca da “verdade”, não corresponde à realidade onde uma história de lutas, rupturas, idas e vindas fizeram com que o saber humano atingisse o nível em que se encontra atualmente. Sob a aparente evolução *natural* do conhecimento abriram-se, por vezes, brechas que representaram golpes definitivos na estrutura do corpo de conhecimentos anterior (op. cit., p. 58, grifo da autora).

Dessa forma, o heliocentrismo de Copérnico provocou mudanças muito mais substanciais nos campos filosófico e religioso do que propriamente no campo científico. De acordo com Koestler (1989), a obra de Copérnico teve muito mais relevância nas discussões teológicas e filosóficas do que lhe é atribuído verdadeiramente em ciência.

A questão é que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o modelo heliocêntrico, proposto por Copérnico, foi sendo paulatinamente aprimorado por outros astrônomos que o adotaram como a hipótese mais plausível para explicar a morfologia do Universo. Johannes Kepler (1571-1630) contribuiu profundamente para este processo, uma vez que ele foi o responsável pelo fim da separação entre a Física e a Astronomia¹¹ (GATTI; NARDI, 2010).

¹¹ Até então os sistemas de universo eram basicamente descritivos e não possuíam um questionamento sobre as causas físicas dos movimentos celestes.



Kepler buscou durante anos a concordância entre a teoria heliocêntrica e os dados observacionais¹², concluindo posteriormente que a *órbita elíptica* se mostrava mais adequada com os resultados da experiência. Segundo Cohen (1967 *apud* GATTI; NARDI, 2010, p. 190),

Kepler deu, por fim, o passo revolucionário de rejeitar inteiramente os círculos, experimentado uma curva oval, e, finalmente, uma *elipse*. Para apreciar quão revolucionário era na realidade esse passo, lembremo-nos de que tanto Aristóteles como Platão insistiram em que as órbitas planetárias tinham que ser combinadas a partir de círculos, e que este princípio era lugar comum, tanto no *Almagesto* de Ptolomeu quanto no *De Revolutionibus* de Copérnico (Grifo nosso).

Logo, o princípio do movimento circular uniforme foi desmantelado por Kepler ao introduzir a órbita elíptica. Com os resultados dos experimentos e a elaboração das três leis dos movimentos planetários, Kepler proporcionou uma verdadeira revolução científica no conhecimento físico e astronômico de sua época. Com a introdução do telescópio como instrumento científico, realizado por Galileu Galilei (1564-1642), e posteriormente com a lei da gravitação universal de Isaac Newton (1642-1727), a hipótese heliocêntrica de universo estava legitimada pela ciência do século XVIII.

Ironicamente, a chamada “revolução copernicana” não se efetivou com Copérnico, e sim com seus sucessores (MOSCHETTI, 2004). Por meio das contribuições posteriores de Galileu Galilei, Kepler e Newton, o referencial heliocêntrico tornou-se consagrado pela ciência moderna como a nova teoria a ser seguida, em substituição ao velho e antigo modelo geocêntrico de Ptolomeu.

A popularização do modelo heliocêntrico nas universidades europeias provocou o declínio do referencial geocêntrico e a concepção ptolomaica de universo foi praticamente abandonada pela ciência nos séculos ulteriores. Tais mudanças geraram implicações que recaíram sobre o ensino de Geografia. Segundo Sobreira (2010, p. 55),

Após a ampla divulgação do modelo Heliocêntrico no Renascimento, concebido matematicamente por Copérnico, aperfeiçoado por Kepler e explicado, posteriormente, por Newton ao utilizar a Lei da Gravitação Universal, o referencial Topocêntrico/Geocêntrico foi praticamente abandonado no ensino nos séculos XIX e XX. [...] O referencial Geocêntrico foi fundamental nos modelos cosmográficos desde a Antiguidade até os séculos XVII e XVIII. O referencial Topocêntrico é ideal para ilustrar o Movimento Anual Aparente do Sol no céu¹³, por isso, este é um referencial importantíssimo para o ensino.

¹² Kepler herdou diversos dados preciosos do observatório astronômico de Tycho Brahe (1546-1601), instalado na cidade de Uraniemburgo. Brahe se destacou pela fundação dos primeiros observatórios astronômicos na Europa, antes mesmo da invenção do telescópio.

¹³ Trata-se das estações do ano a partir da superfície terrestre (referencial topocêntrico). Tal abordagem está diretamente ligada aos diferentes ângulos de incidência dos raios solares ao longo do ano, às variações nas paisagens climáticas e

A substituição da teoria geocêntrica pela heliocêntrica percorreu um caminho linear ao longo do Século das Luzes. Gomes (2003) explica que a Física foi a base do modelo científico preconizado no século XVIII, sendo que a razão cartesiana se transformou em instituição – Ciência – no final deste século. Constituída por modelos experimentais, esta nova ciência teve nos fundamentos newtonianos sua principal inspiração, caracterizando a Física moderna e suas leis mecânicas sobre o movimento da matéria inanimada.

Assim, a ciência se estabelece enquanto o elemento fundador da modernidade, haja vista que o “discurso do saber é sem dúvida a interface que atravessa o conjunto de discussões da modernidade” (op. cit., p. 28). Tal discurso, segundo o autor, possui três elementos fundamentais que o apresenta como *fato moderno*: a imposição do novo, o caráter de ruptura e a ideia de totalidade.

A revolução copernicana validou o modelo heliocêntrico como o novo e correto sistema de mundo a ser seguido pela ciência, em substituição ao velho e antigo modelo geocêntrico de Ptolomeu. Com a imposição da nova teoria, a ruptura com o universo ptolomaico já estava estabelecida pela ciência moderna. Em suma, a concepção geocêntrica – juntamente com o seu referencial topocêntrico – praticamente desapareceu com o advento da modernidade no mundo ocidental.

5 POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ENTRE OS REFERENCIAIS TOPOCÊNTRICO E HELIOCÊNTRICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Autores, como Lanciano (1989), Bisch (1998), Sobreira (2002, 2010), Leite (2006), Primack e Abrams (2008), Barrio (2010), Langhi (2010), entre outros, abordam as vantagens do referencial topocêntrico na análise do céu e a importância desta perspectiva na compreensão da relação entre fenômenos terrestres e celestes.

Lanciano (op. cit.) discute esta questão e afirma que não se trata de uma eleição entre dois modelos supostamente opostos, a partir do qual um seria adotado por estar “correto” e o outro, excluído por estar “errado”. Não há nenhuma razão prática que justifique o abandono do sistema geocêntrico. Segundo a autora,

botânicas, às variações nos comprimentos das sombras de objetos e pessoas etc. Os antigos observaram que a trajetória anual aparente do Sol descreve uma declinação no céu e foram os gregos que elaboraram, por meio de tais observações, os conceitos de *trópico*, *equador* e *polo* (e ainda dividiram o globo em zonas climáticas). Toda a base do sistema de coordenadas geográficas possui definições de ordem astronômica, onde os conceitos de *paralelo*, *meridiano*, *latitude* e *longitude* possuem importância capital para a Cartografia, uma vez que estão intimamente envolvidos ao significado de *mapa* (ALMEIDA, 2006).



Me parece que se puede afirmar, a partir sobre todo de reflexiones sobre el lenguaje y el pensamiento adulto, que no se trata de realizar una elección que elimine una hipótesis para admitir otra: *nadie deja de ser completamente tolemaíco para hacerse simplemente copernicano*. Se trata, más bien, de ser capaz y consciente de aceptar la posibilidad de mantener dos modelos diferentes, dos modelos de lenguaje para hablar de lo mismo: mantener la visión tolemaíca cotidiana y su relatividad con respecto a un sistema del mundo en el que todo se mueve y no existen centros locales relativos. Se trata de descubrir la ductibilidad de nuestra mente y de ser capaces de hacer coexistir pensamientos diversos ante una misma realidad, por parte de nuestro pensamiento de adultos, alentados por la extraordinaria capacidad, que en este sentido, tienen los niños (op. cit., p. 175, grifo da autora).

Os dois sistemas de universo apresentados constituem, na verdade, dois modelos de linguagem diferentes que se referem a uma mesma realidade, na qual cada um possui seu ponto de vista particular. É preciso, portanto, articular tais modelos e descobrir a nossa capacidade cognitiva de fazer coexistir as diferentes formas de pensamento diante a realidade mundana. Daí a ideia da autora em *Ver e Falar como Ptolomeu e Pensar como Copérnico*.

A linguagem comum e a percepção sensorial sobre os eventos astronômicos estão relacionadas à visão ptolomaica. Devem-se utilizar os sentidos para o conhecimento e a observação direta do céu, a fim de constatar, segundo Lanciano (op. cit.), os elementos da tridimensionalidade do espaço, da esfericidade dos objetos, do caráter contínuo dos movimentos, da verdadeira duração dos fenômenos etc.

Uma prática fundamental relacionada ao referencial topo/geocêntrico, por exemplo, está na Cartografia e na Náutica, tão utilizadas pelos europeus durante as grandes navegações. Langhi (2010, p. 17) comenta que, nos dias atuais, “o geocentrismo [...] é amplamente utilizado para a navegação tanto aérea como marítima e espacial, pois funciona perfeitamente em nosso cotidiano”, uma vez que condiz com nossa percepção sensorial do céu.

Viglietta (1986 *apud* BARRIO, 2010), por sua vez, após identificar algumas concepções de estudantes sobre o movimento dos astros, aconselha não indicar a visão heliocêntrica como “correta” e a geocêntrica como “errada”. Ao invés disso, o autor propõe situações de movimento relativo para compreender a equivalência entre os dois sistemas.

Em uma perspectiva semelhante, Leite (2006) defende a articulação entre o ponto de vista local e um ponto de vista exterior ao planeta Terra, equivalente ao referencial heliocêntrico. Baseando-se em tal articulação, a autora lança mão da ideia “ver com os olhos e ver com a mente”.

Com o objetivo de desenvolver elementos da espacialidade cósmica, tais como a proporção entre os astros e as mudanças de perspectiva no espaço, Leite (op. cit.) realizou um estudo com

professores da Educação Básica e detectou que a maior dificuldade dos docentes está na coordenação de diferentes pontos de vista; condição esta primordial para a construção do conceito de espaço. Segundo a autora,

[...] torna-se imprescindível a compreensão da articulação existente entre o ponto de vista local, na superfície da Terra, no qual realizamos nossas observações do céu, e o ponto de vista do “espaço”, de onde se observaria a Terra vista de fora da mesma e que é comumente utilizado na explicação dos fenômenos mais presentes na mídia (op. cit., p. 35-36).

Este ponto de vista do espaço, exterior à Terra, é chamado por Bisch (1998) de referencial “espaçocêntrico”, isto é, um ponto de vista do espaço cósmico de onde seja possível visualizar o planeta Terra como um todo. Segundo o autor, a “perspectiva ‘espaçocêntrica’ é essencial e indissociável da representação conceitual da Terra. O distanciamento obtido por esta perspectiva é fundamental à sua compreensão como um corpo cósmico” (op. cit., p. 116).

É como olhar para uma foto da Terra retirada do espaço ou observar um pequeno globo terrestre sobre uma mesa. Tais situações ilustram o distanciamento entre o ponto de vista do observador e o objeto observado. Logo, a visão espaçocêntrica equivale ao referencial heliocêntrico, uma vez que seu ponto de vista também está localizado fora da Terra.

A articulação entre os referenciais topocêntrico e heliocêntrico está condicionada ao aprendizado da coordenação dos diferentes pontos de vista no espaço. Bisch (op. cit.) argumenta que o uso do referencial heliocêntrico relacionado ao ponto de vista local para explicar fenômenos básicos da Astronomia, como as estações do ano, as fases da Lua e os movimentos da Terra, tão importantes para a Geografia, devem ser realizados nas séries finais do Ensino Fundamental devido à complexidade deste tipo de atividade¹⁴. O autor indica

[...] a realização de atividades práticas e experimentais, envolvendo o uso de modelos tridimensionais, acompanhadas de uma discussão que enfoque prioritariamente a necessidade de relativização do próprio ponto de vista. Nessas atividades é importante a consideração de sua adequação ao estágio de desenvolvimento dos estudantes, sobretudo com relação à representação do espaço, à coordenação de distintos pontos de vista (op. cit., p. 260, grifo nosso).

Logo, a prática de atividades pedagógicas com modelos tridimensionais é fundamental neste processo de aprendizagem acerca da relativização dos pontos de vista, uma vez que tais modelos

¹⁴ Vale lembrar que a Astronomia, na Educação Básica, aparece nas disciplinas de Geografia, Física e Biologia (ciências). Segundo Cavalcanti (2007, p. 09), a “matéria de ensino Geografia corresponde ao conjunto de saberes dessa ciência, e de outras que não têm lugar no ensino fundamental e médio como Astronomia, Economia, Geologia, convertidos em conteúdos escolares a partir de uma seleção e de uma organização daqueles conhecimentos e procedimentos tidos como necessários à educação geral”.



(ou maquetes) permitem visualizar o transporte do referencial “espaçocêntrico” ao ponto de vista local, situado na superfície terrestre.

A capacidade de coordenar diferentes pontos de vista no espaço é essencial para a articulação entre os referenciais topocêntrico e heliocêntrico. As explicações dos vínculos entre os astros no sistema Sol-Terra-Lua, bem como as relações entre os eventos terrestres e celestes, utilizam frequentemente o referencial heliocêntrico ao longo da Educação Básica sem maiores esclarecimentos sobre a relação desse ponto de vista com a visão local do aluno. Acreditamos que o desenvolvimento da relação espacial projetiva (PIAGET, 1978) é primordial neste processo cognitivo, para conciliar os dois referenciais.

Diversos tópicos de geologia, meteorologia, climatologia, cartografia, entre outros, possuem fundamentos astronômicos e encontram-se dentro da “Geografia Escolar”, isto é, do componente curricular da Educação Básica brasileira. Torna-se necessário trazer para o ensino de Geografia a relevância desta discussão, que busca validar o referencial geocêntrico para, posteriormente, associá-lo ao modelo cientificamente correto: o heliocentrismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oposição criada pela ciência moderna entre os referenciais heliocêntrico e geocêntrico constituiu um sistema de valores por meio de uma relação antagônica entre o *novo* e o *tradicional*, respectivamente. No entanto, Gomes (2003) nos lembra que existem “tradições no novo e novidades no tradicional”, haja vista que o sistema geocêntrico de Ptolomeu continua atualíssimo para atividades práticas de navegação, orientação e localização espaciais, além de constituir o referencial mais adequado para a compreensão do céu. Do outro lado, existe a tradição heliocêntrica de Aristarco de Samos¹⁵ (século III a.C.), por trás da nova e moderna teoria cosmológica de Copérnico.

É preciso compreender que a visão ptolomaica está relacionada à linguagem comum e à percepção sensorial dos eventos astronômicos. Trata-se de uma importante perspectiva construída a partir da visão humana que observa a natureza que nos envolve. Tal compreensão torna-se condição necessária para superar o antagonismo, criado pela modernidade, entre os modelos geocêntrico e heliocêntrico. Como se sabe, a articulação entre estes referenciais está condicionada ao aprendizado da coordenação dos diferentes pontos de vista no espaço.

¹⁵ Não é por acaso que Koestler (1989) o chama de “Copérnico grego”.

A divergência entre os referenciais geocêntrico e heliocêntrico criou uma contradição entre o mundo científico e o mundo observado pelo aluno, no qual este vive cotidianamente o referencial topocêntrico que se encontra em oposição à visão heliocêntrica, considerada como cientificamente correta (BARRIO, 2010). Torna-se, portanto, necessário evidenciar a importância da concepção geocêntrica de universo e conciliá-la com o referencial heliocêntrico no ensino de Geografia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do Desenho ao Mapa: iniciação cartográfica na escola**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BARRIO, Juan Bernardino Marques. A investigação educativa em Astronomia: os planetários como espaço de ensino e aprendizagem. In: LONGHINI, Marcos Daniel. (Org.). **Educação em Astronomia: experiências e contribuições para a prática pedagógica**. Campinas: Átomo, 2010. p. 159-178.

_____. **El Planetario: un recurso didáctico para la enseñanza de la Astronomía**. Valladolid: Facultad de Educación y Trabajo Social de la Universidad de Valladolid, 2002. 342 p. (Tesis, Doctorado en Didáctica de las Ciencias).

BISCH, Sérgio Mascarello. **Astronomia no Ensino Fundamental: natureza e conteúdo do conhecimento de estudantes e professores**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998. 301 p. (Tese, Doutorado em Educação).

BOCZKO, Roberto. **Conceitos de Astronomia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1984.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

GATTI, Sandra Regina Teodoro; NARDI, Roberto. Algumas considerações sobre a evolução dos modelos de mundo e o conceito de atração gravitacional. In: LONGHINI, Marcos Daniel. (Org.). **Educação em Astronomia: experiências e contribuições para a prática pedagógica**. Campinas: Átomo, 2010. p. 179-208.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

KOESTLER, Arthur. **O Homem e o Universo: como a concepção do universo se modificou através dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1989.

LANCIANO, Nicoletta. Ver y hablar como Tolomeo y pensar como Copérnico. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, v. 7, n. 2, p. 173-182, 1989.

LANGHI, Rodolfo. Astronomia observacional para professores de ciências: uma introdução ao reconhecimento do céu noturno. In: LONGHINI, Marcos Daniel. (Org.). **Educação em Astronomia: experiências e contribuições para a prática pedagógica**. Campinas: Átomo, 2010. p. 15-36.



LEITE, Cristina. **Formação do Professor de Ciências em Astronomia**: uma proposta com enfoque na espacialidade. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. 274 p. (Tese, Doutorado em Educação).

LIMA NETO, Gastão Bierrenbach. **Astronomia de Posição**. São Paulo: Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.astro.iag.usp.br/~gastao/astroposicao.html>>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

MARTINS, Débora Coimbra; GODOI, Neiva; MASCARENHAS, Yvonne Primerano. Ensino de Astronomia no nível fundamental por meio da informática: relato de uma experiência. In: LONGHINI, Marcos Daniel. (Org.). **Educação em Astronomia**: experiências e contribuições para a prática pedagógica. Campinas, SP: Átomo, 2010. p. 117-141.

MOREIRA, Ruy. A invenção da modernidade. In: SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 9-11.

MOSCHETTI, Marcelo. Crises e Revoluções: a revolução copernicana segundo Thomas Kuhn. **Analecta**, Guarapuava, v. 5, n. 1, p. 45-54, 2004.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

PIAGET, Jean. **A Epistemologia Genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

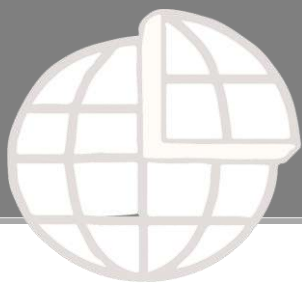
PRIMACK, Joel R.; ABRAMS, Nancy Ellen. **Panorama Visto do Centro do Universo**: a descoberta de nosso extraordinário lugar no cosmos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo. **Cosmografia Geográfica**: a Astronomia no ensino de Geografia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005. 239 p. (Tese, Doutorado em Geografia Física).

_____. Estações do ano: concepções espontâneas, alternativas, modelos mentais e o problema da representação em livros didáticos de Geografia. In: LONGHINI, Marcos Daniel. (Org.). **Educação em Astronomia**: experiências e contribuições para a prática pedagógica. Campinas: Átomo, 2010. p. 37-57.

Recebido em 06 de junho de 2017
Aprovado em 29 de dezembro de 2017



CAJUCULTURA CEARENSE: A PRODUÇÃO FAMILIAR EM BEBERIBE - CE¹

CEARENCES CASHEW CULTURE: THE FAMILY PRODUCTION IN BEBERIBE - CE

LA CULTURE DU CAJOU AU CEARÁ: LA PRODUCTION FAMILIALE À BEBERIBE - CE

Denise Cristina Bomtempo

Professora Adjunta dos cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários, Urbanos e Populacionais (LEAUP- UECE)
Doutora em Geografia pelo PPGG/UNESP/Presidente Prudente
E-mail: autor2017@uece.br

Elder Batista da Silva

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Universidade Estadual do Ceará
E-mail: autor2017@gmail.com

RESUMO:

A agricultura do Ceará sofreu metamorfoses marcantes, principalmente durante as décadas que interligam os séculos XX e XXI. Dentre as principais culturas agrícolas desenvolvidas no Ceará, a cajucultura tem grande destaque e ocupa o segundo lugar em exportações, além de proporcionar ao estado o posto de maior produtor de castanha-de-caju do país, responsável por aproximadamente 50% de toda produção nacional. Diante do exposto, o artigo objetiva discutir o limiar e o desenvolvimento da cajucultura cearense e apresentar os avanços e as permanências vinculadas aos produtores da agricultura familiar de caju no município de Beberibe no estado do Ceará. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados para a construção deste trabalho foram segmentados em três etapas: pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundário e trabalho de campo, este último, foi realizado na zona rural de Beberibe com aplicação de questionários nas unidades da agricultura familiar. Os resultados preliminares apontaram para a inserção parcial de novidades importantes capazes de aumentar a produtividade da cajucultura desenvolvida por essa categoria de produtores.

Palavras-chave: Ceará; Beberibe; cajucultura; agricultura familiar.

ABSTRACT:

The agriculture of Ceará suffered significant metamorphosis, especially during the XX and XXI century. The cashew culture was one of the main agricultural cultures developed in Ceará, it is featured as second place on exportation, and it has given the estate a space as the biggest cashew nuts producer of the country, responsible for almost 50% of all the national production. The main point of the article is to discuss the beginning and the development of cearenses cashew culture and to introduce the advances and permanence linked to cashew family producers of Beberibes county in the estate of Ceará. For such, the methodological procedures adopted for the construction of this work were segmented in three steps: bibliographic research, secondary data survey and fieldwork, this last one, was realized at the countryside of Beberibe with quiz

¹ Parte das discussões são advindas da Pesquisa intitulada “Dinâmica territorial e indústria: os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação do setor industrial alimentício instalado no Ceará”. Realizada através do Edital Ciências Humanas (n. 18/2012, processo: 406048/2012-6), com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

applications in family farming units. The preliminary results pointed to the partial insertion of important novelties capable of increasing the productivity of cashews grown by this category of producers.

Keywords: Ceará; Beberibe; cashew culture; family agriculture.

RÉSUMÉ:

L'agriculture du Ceará a connu des métamorphoses remarquables, principalement pendant les décennies qui relient les XX et XXI siècles. Parmi les principales cultures agricoles développées au Ceará, la culture du cajou est un point fort et occupe la deuxième place en exportation, et donne à l'État la place de plus grand producteur de noix de cajou du pays, responsable d'environ 50% de la production nationale. Compte tenu de ce qui précède, l'article vise à discuter le seuil et le développement de la culture du cajou et de présenter les avancées et les permanences liées aux producteurs de noix de cajou de la ville de Beberibe dans l'État du Ceará. Pour ce faire, les procédures méthodologiques adoptées pour la construction de ce travail ont été segmentées en trois étapes: la recherche bibliographique, la collecte de données secondaires et le travail de terrain, ce dernier a été réalisé dans la zone rurale de Beberibe avec l'application de questionnaires dans les unités d'agriculture familiale. Les résultats préliminaires ont mis en évidence l'insertion partielle de nouveautés importantes susceptibles d'accroître la productivité de la culture du cajou développée par cette catégorie de producteurs.

Mots-clé: Ceará; Beberibe; culture du cajou; agriculture familiale.

1 INTRODUÇÃO

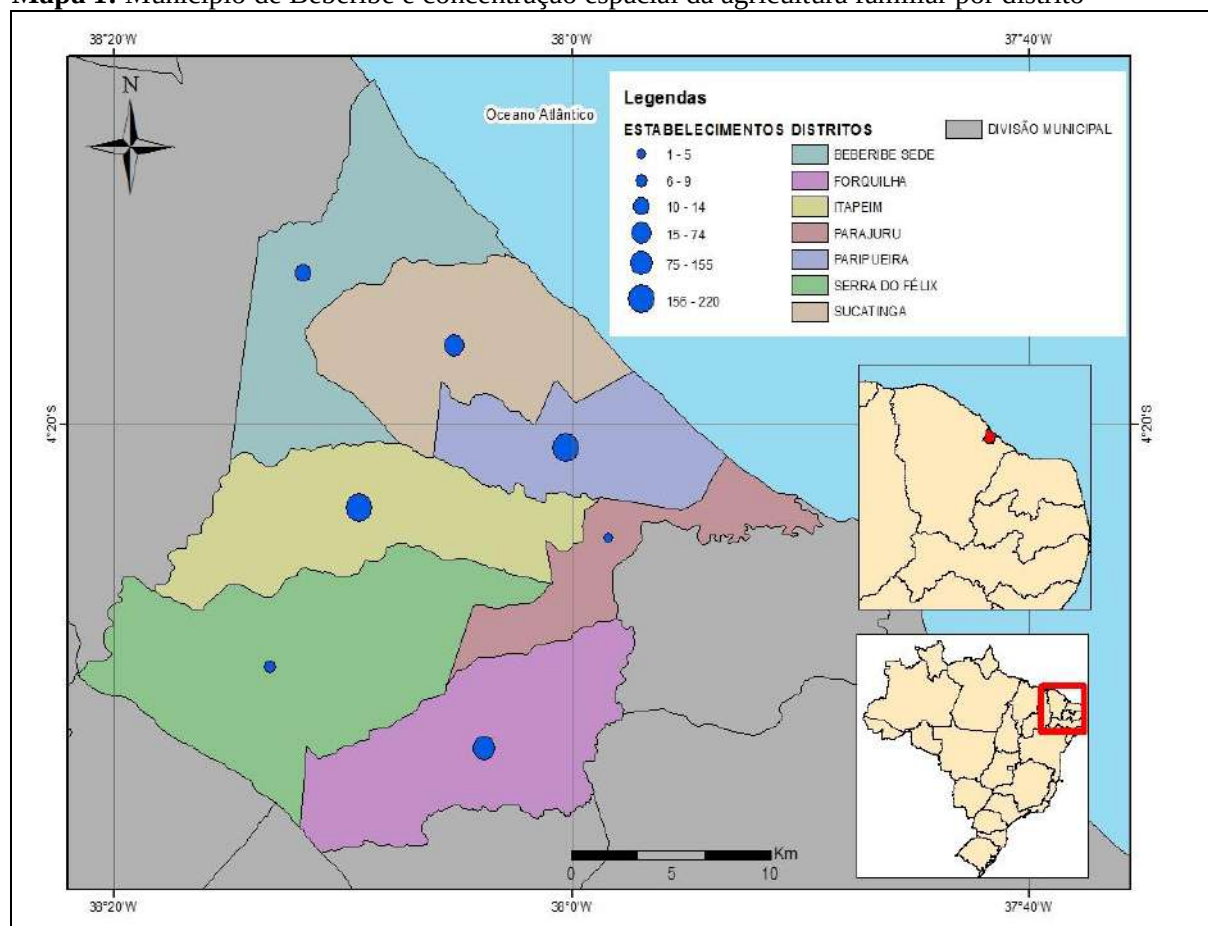
A partir das últimas décadas do século XX algumas áreas do Nordeste foram incorporadas a nova lógica do capital globalizado e, portanto, atingidas pelo processo de reestruturação produtiva da agricultura. Foi nesse contexto que o espaço agrícola cearense iniciou sua modernização e passou por diversas metamorfoses. Dentre as principais atividades no estado que modernizou seu sistema produtivo, o ramo da fruticultura foi o que mais teve destaque. Entretanto, ao passo que algumas culturas e porções do território foram atingidas pelo que há de mais moderno, outras foram alcançadas parcialmente e muitas permaneceram arraigadas nos moldes tradicionais de produção.

Diante do contexto, este texto tem como objetivo discutir a respeito das origens e desenvolvimento da cajucultura cearense, bem como compreender as mudanças e permanências atreladas à produção, realizada pelos produtores de caju familiar, especificamente aqueles cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do município de Beberibe (Mapa 1) no Estado do Ceará.

Atualmente o Ceará é destaque no cenário nacional no que tange à cultura do caju. O estado é responsável por concentrar os agentes que dinamizam a cadeia produtiva da cultura, bem como detém aproximadamente 50% de toda produção de castanha-de-caju do Brasil. A produção estadual é extremamente concentrada na faixa litorânea, sobretudo nos municípios localizados a leste de Fortaleza, com destaque para o município de Beberibe. Dentre as categorias de produtores presentes em Beberibe se destacam os produtores patronais, os produtores independentes que geralmente desenvolvem uma produção presa aos moldes tradicionais e os produtores familiares cadastrados no

Pronaf, que por sua vez possuem apoio dos programas governamentais que contempla a agricultura familiar.

Mapa 1: Município de Beberibe e concentração espacial da agricultura familiar por distrito



Fonte: EMATECE. **Org.:** Os Autores, 2017. **Cartografia:** BELARMINO, 2017.

Atualmente, segundo dados da produção agrícola municipal (2016) do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Beberibe é o principal município produtor de castanha-de-caju do Ceará. O município é formado por seis distritos, além da sede municipal, ocupando uma unidade territorial de 1.623,878 km² e possui em seu território mais de 3.000 agricultores cadastrados no Pronaf, dos quais apenas 668 mantêm contatos frequentes com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATECE), sendo estes últimos o foco dessa pesquisa.

Os procedimentos metodológicos adotados para realização deste artigo foram divididos em três etapas principais: levantamento bibliográfico e documental, levantamentos de dados secundários e trabalho de campo.

O levantamento bibliográfico e documental foi realizado através de consultas em acervos *online* e/ou em bibliotecas públicas e privadas de diversas instituições, na busca principalmente de desvendar o limiar e como se desenvolveu a cajucultura cearense. Entre os órgãos de maior

destaque onde as buscas de materiais se concentraram temos: a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O levantamento de dados secundários se consistiu na busca de informações, realizadas em diversos órgãos com o intuito de averiguar os dados quantitativos da produção da cajucultura cearense, bem como os números referentes aos agricultores familiares de Beberibe. Entre as bases estatísticas pesquisadas, destacam-se: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE); Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (EMATECE).

O Trabalho em campo foi conduzido no mês de maio de 2017, em um percurso de aproximadamente 820 km realizado na zona rural de Beberibe. Na ocasião foram visitados 67 estabelecimentos rurais de um total de 668 produtores e aplicados questionários em 10% das unidades rurais familiar de cada distrito municipal. Os distritos de Parajuru, Serra do Felix e Beberibe Sede não atingiram o perfil do percentual desejado, em razão disso os mesmos não foram incluídos nessa etapa da pesquisa. Portanto, a divisão dos estabelecimentos rurais que foram visitados foi delimitada nas seguintes quantidades: 8 no distrito de Sucatinga, 16 em Forquilha, 21 em Itapeim e 22 em Paripueira.

Com objetivo de apresentar os resultados da pesquisa, este artigo está organizado em duas partes principais. Na primeira, foram discutidas as origens e a evolução da cajucultura cearense, e na segunda foram abordadas as evoluções e permanências, vinculadas aos cajucultores da agricultura familiar do município de Beberibe.

2 O LIMIAR E O DESENVOLVIMENTO DA CAJUCULTURA CEARENSE

O cajueiro é uma planta do gênero *Anacardium*, da família *Anacardiaceae* e seu nome científico é *Anacardium occidentale* L. (BARROS *et al.*, 1993). Seu nome original é derivado da língua indígena tupi que significa “acá-íu”. Sua tradução oral se refere à palavra ano, uma vez que os índios brasileiros a referenciavam temporalmente de acordo com a floração frutífera, onde cada safra iniciava um novo ciclo, que correspondia a um novo ano (GOMES, 2010).

O argumento de que o cajueiro é uma planta originária do Brasil e que tem a região Nordeste como âmagô de sua origem e dispersão é corroborado por diversos autores que se dedicam ao seu estudo. De acordo com Lima (1988), inúmeros fatores fortalecem tal afirmação, quais sejam: quando os europeus chegaram às terras brasileiras já existiam grandes quantidades da frutífera no litoral do Nordeste; em diversos países do mundo onde o cajueiro é cultivado, não se encontram

outras espécies (*Anacardium*) em estado nativo, bem como se desconhece em qualquer parte do mundo ou em alguma outra língua relatos de conhecimento do cajueiro que anteceda ao descobrimento do Brasil.

Além disso, durante a ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, inúmeros autores como, Guilherme Piso, Joan de Laet e Jorge Marcgrave, também se referiram a planta e destacaram a importância da fruta para a região, em especial apontando suas virtudes farmacêuticas (LIMA, 1988). Tamanho era o prestígio do cajueiro para a época que já na primeira metade do século XVII o também holandês Maurício de Nassau estabeleceu uma lei para sua proteção, que determinava uma multa de 100 florins para cada cajueiro derrubado (MARTINEZ & BARREIRA, 1982 *apud* LEITE, 1994). Portanto, “com tantos argumentos favoráveis e nenhum contra torna-se tarefa inglória querer negar a nacionalidade brasileira para o cajueiro [...]” (LIMA, 1988, p. 8).

No Brasil, as áreas litorâneas localizadas no Nordeste setentrional são as que apresentam melhores condições edafoclimáticas para o desenvolvimento da cajucultura, visto que possuem índices pluviométricos e solos que apesar de arenosos atendem as condições básicas exigidas pelo cajueiro, proporcionando melhor desenvolvimento da planta no litoral nordestino que em outras regiões do país.

Entretanto, apesar de o Brasil ser o possuidor da origem genética do caju, a exploração do mesmo, como atividade econômica ficou adormecida por vários séculos. Logo, é possível afirmar que “os produtos do cajueiro tinham mais valor de uso do que de troca. Seus frutos representavam mais uma fonte alimentícia no período entressafra das lavouras de subsistência do que uma mercadoria com valor comercial” (CUNHA, 2002, p. 112).

Portanto, como todas as atividades econômicas desenvolvidas ao longo da história do Brasil, a cajucultura também teve seu propósito vinculado a um período de expansão capitalista via escala internacional. Esta cultura, praticada atualmente na agricultura brasileira, sobretudo na região Nordeste, com destaque para o estado do Ceará, atravessou um período em que a produção era para atender a uma escala local e regional, mas que ao longo do século XX, essa atividade passou a fornecer mercadorias ao mercado em múltiplas escalas.

Assim, a cultura do caju só veio deslancar no cenário econômico nacional e internacional a partir do desenvolvimento da industrialização do Ceará, sobretudo no período de efervescência da Segunda Guerra Mundial, a partir da necessidade de abastecer o mercado norte americano com o Líquido da Castanha de Caju (LCC), importante componente utilizado como isolante na fabricação de cabos de alta tensão, muito utilizado na estratégia de defesa estadunidense durante a guerra (LEITE, 1994).



Com o final da Segunda Guerra Mundial a demanda por LCC contraiu rapidamente. Porém, a cajucultura cearense ganhou novo fôlego quando a região Nordeste foi inserida na política desenvolvimentista brasileira iniciada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), sobretudo, na década de 1970 com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), particularmente através da utilização de dois mecanismos de incentivos fiscais, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), utilizado para desenvolver a indústria processadora de castanha, e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), voltado para o plantio de cajueiros (CARNEIRO, 2010).

Foi amparado sobremaneira nesses dois incentivos (FINOR, FISSET) que no início dos anos de 1970 foram implantadas aproximadamente 300.000 hectares de cajueiros e mais 10 grandes indústrias processadoras. Ambos os investimentos distribuídos entre os três principais estados produtores do Brasil: Piauí, Rio Grande do Norte e principalmente o Ceará (BNB, 2009). A aplicação de capitais que se concentrou nas três unidades da federação citados acima justifica a atual situação desses estados no que tange a área plantada e a quantidade produzida de castanha-de-caju frente à produção nacional (Tabela 1.).

Tabela 1: Nordeste - Área plantada de cajueiro (2015) e média produtiva anual (1991-2015)

Unidades da Federação (UF)	Área plantada (ha) 2015	Percentual %	Média anual (t) 1991-2015	Percentual %
Ceará	389.358	63%	69.977	47%
Rio Grande do Norte	96.120	16%	32.075	22%
Piauí	87.474	14%	27.997	19%
Bahia	21.434	3%	4.278	3%
Maranhão	11.968	2%	5.152	3%
Paraíba	4.139	1%	4.278	3%
Pernambuco	3.821	1%	4.069	3%
Total (Brasil)	614.314	100%	147.826	100%

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2016. **Organização:** Os autores, 2017.

Não é por acaso que os três estados, liderados sobremaneira pelo Ceará, seguidos pelo Rio Grande do Norte e Piauí, concentraram aproximadamente 93% de toda área plantada de cajueiro no ano de 2015 e foram responsáveis por em torno de 88% de tudo que foi produzido de castanha-de-caju no Brasil entre os anos de 1991 e 2015. Contudo, vale destacar que apenas o Ceará no ano de 2015 correspondeu com 63% de toda área plantada no Brasil, bem como no intervalo averiguado (1991-2015) foi responsável por quase 50% da produção nacional, conforme se observa na Tabela 1.

Além da notoriedade em área plantada e quantidade produzida, o estado do Ceará também é destaque no que há de mais moderno quando o assunto é cajucultura. Dois órgãos têm exercido

papeis fundamentais no desenvolvimento da cultura do caju cearense. A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), com sede em Fortaleza, através da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cajucultura, une os órgãos públicos, as entidades privadas e as organizações não-governamentais envolvidas com o setor, afim de discutir e encontrar soluções para os entraves da cadeia produtiva e que sejam de interesse comum (ADECE, 2017). Além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que possui três unidades de pesquisa no estado, uma em Fortaleza, uma no município de Pacajus e outra em Paraipaba, todas voltadas essencialmente para a produção e difusão de tecnologia, criando o que há de mais novo para a cultura do caju (EMBRAPA, 2017).

Nos últimos anos, a EMBRAPA por meio de seu programa de melhoramento genético, através de cruzamento utilizando polinização controlada desenvolveu uma grande variedade de clones de cajueiro anão-precoce de alta produtividade e que são classificados de acordo com suas características e categorias de comercialização. Dentre essas variedades criadas, existem os clones ideais para a exploração da castanha, outros com melhor aproveitamento do caju como fruto de mesa, e alguns que atendem simultaneamente as duas funções, além dos clones adaptados às condições de sequeiro e os de cultivo irrigado (PAIVA, 2010).

Na Tabela 2 é possível verificar as potencialidades de algumas variedades de clones de cajueiro criados pela EMBRAPA, com destaque para os clones CCP76, EMBRAPA51, BRS274, BRS275, por conseguirem alcançar produtividades superiores a 1.200 quilogramas de castanha por hectare e serem ideais tanto para extração da amêndoa como para a comercialização do caju como fruto de mesa para consumo *in natura*.

Tabela 2: Clones de cajueiro anão-precoce, suas características de comercialização e produtividade por hectare

Nomenclatura do clone	Ideal para comercialização da castanha	Ideal para comercialização do caju	Produtividade (kg/ha)
CCP 09	X	X	712
BRS 189		X	1.960
CCP 76	X	X	1.237
BRS 226		X	469
EMBRAPA 51	X	X	1.255
BRS 265	X	X	654
BRS 253	X		1.509
BRS 274	X	X	1.248
BRS 275	X	X	1.225

Fonte: PAIVA, João Rodrigues (2010). **Org.:** Os Autores, 2017.



Diante do que foi apresentado, o estado do Ceará pode ser considerado como o território produtivo da cajucultura industrial no Nordeste, pois nele ocorre a concentração dos agentes da produção, de pesquisa e de equipamentos técnicos voltados para cultura do caju (RODRIGUES, 2016).

Isso se torna mais claro quando as normatizações do território produtivo do caju partem do Ceará e irradiam para os demais estados nos quais apresentam produção significativa, a saber Piauí e Rio Grande do Norte, formando assim um território contínuo da cajucultura industrial no Ceará (RODRIGUES, 2016, p. 90).

Esse desenvolvimento com maior tecnificação científica na cajucultura do Ceará se desenvolveu imbricado com o processo de reestruturação produtiva da agropecuária do estado a partir de 1990. Dentre as principais atividades que modernizaram seus sistemas produtivos, o ramo da fruticultura foi o que mais teve destaque. O crescimento no setor foi amparado pela ação estatal associado à política de mercado voltado para a comercialização de frutas frescas, ou processadas na forma de polpa e suco. Dentre as instituições governamentais que mais tem contribuído para difusão e tecnologia desse setor, temos a EMBRAPA. Esta possui um centro de pesquisa em Fortaleza dedicado principalmente à agroindústria tropical em especial no ramo da fruticultura, com destaque para as pesquisas dedicadas à cadeia produtiva do caju (ELIAS, 2001).

Essa unidade de pesquisa de temas básicos se localiza em Fortaleza - CE, dentro do campus da Universidade Federal do Ceará (UFC), e foi criada originalmente para atender às demandas do agronegócio do caju. Atualmente, segundo a instituição, seu trabalho abrange: segurança dos alimentos, melhoramento e biologia vegetal, proteção e sistema de produção de plantas, pós-colheita, gestão ambiental e processos agroindustriais (EMBRAPA, 2017).

Entretanto, apesar da relevância cearense no cenário da cajucultura nacional, os números quanto à produtividade do estado revelam apenas parcialmente o volume da produção. Ao avaliar a área destinada à colheita e o rendimento médio da produção, percebe-se que no estado do Ceará, entre os anos de 2001 e 2015, sua produção em quilogramas por hectares não alcança metade da produtividade de alguns clones desenvolvidos pela EMBRAPA (CCP09, CCP189, CCP76, EMBRAPA51, BRS253, BRS274, BRS275), bem como apresentam oscilações muito grandes, com variações que chegaram a aproximadamente 300% de um ano para outro e a quase 400% no intervalo de 14 anos, como são exemplificados nos anos 2010, 2011 e 2012, e 2006, 2010 e 2012, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3: Área destinada a colheita (hectares) e rendimento médio da produção (quilograma por hectare ao ano), 2001 a 2015

Ano	Área plantada (hectares)	Produtividade (kg/ha)
2001	356.053	198
2002	362.226	282
2003	364.601	296
2004	366.583	236
2005	368.911	179
2006	371.032	351
2007	376.141	142
2008	386.757	312
2009	396.538	263
2010	401.527	98
2011	402.255	278
2012	403.373	96
2013	405.466	131
2014	378.146	135
2015	389.358	139

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2016. **Organização:** Os autores, 2017.

Portanto, cabe destacar que no atual contexto da agricultura do Ceará existem estudos e tecnologias capazes de fomentar e manter a produtividade da cajucultura cearense em índices superiores aos da última década. No entanto, como foi apresentado na Tabela 3, embora a variação de área plantada não tenha sofrido mudanças radicais, ocorreram variáveis significativas quanto ao seu rendimento em produtividade por hectares, mesmo estando a capacidade técnica e científica da produção sob o comando humano.

3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIA NA CAJUCULTURA CEARENSE: OS AGRICULTORES FAMILIARES (PRONAF) DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE - CEARÁ

A inserção da ciência aliada à técnica e à informação na agricultura cearense, sobremaneira a partir da década de 1990, foram fatores que contribuíram para a reestruturação da produção agrícola no Ceará, em especial no setor da fruticultura do estado (ELIAS, 2002). A industrialização do campo, a utilização de insumos e da biotecnologia se fez presente na expansão de áreas agrícolas no território cearense bem como alavancou a produção em áreas cada vez menores.

Entretanto, conforme Santos (2012), cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Segundo o autor, o novo não chega a todos os lugares ao mesmo tempo, bem como o velho às vezes resiste. E quando chega, não significa necessariamente que tudo passará a ser novo. Muitas vezes o velho é logo expulso, mas às vezes consegue resistir por muito tempo. De acordo Santos (2012, p. 106),



[...] os lugares se diferenciam pela maneira como os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre as organizações preexistentes. A partir desse choque, impõe-se uma nova combinação de variáveis, um outro arranjo, destinado a se manter em constante movimento (SANTOS, 2012, p. 106).

Ao tomar como exemplo a cajucultura desenvolvida pelos agricultores familiares (Pronaf) do município de Beberibe, percebe-se o quanto essa afirmação é corroborada.

Portanto, com o propósito de averiguar a modernização na produção da cultura do caju desenvolvida por essa categoria de agricultores, bem como identificar o que permanece arraigado de atividades tradicionais na cajucultura, apontando os avanços e permanências, nos dedicamos em analisar através de questionário aplicado em campo, três características principais pertinentes à agricultura, quais sejam: as inovações mecânicas, as inovações físico-químicas e as inovações biológicas.

No que concerne à mecanização da produção, a Tabela 4 destaca que atualmente 100% dos estabelecimentos visitados já realizaram de alguma forma o uso de tratores no trato cultural do cajueiro. Se for verificado detalhadamente percebe-se que a maioria, em torno de 97%, emprega o trator para o arado da terra e 78% também usa para a limpeza de rotina com a manipulação de roçadeiras rotativas, que conseguem se aproximar e limpar o tronco do cajueiro sem danificar a planta. Todavia, poucos produtores têm seu próprio maquinário e a grande maioria contrata o serviço daqueles que possuem o equipamento.

Tabela 4: Número de estabelecimentos que usam inovações técnicas e tratos culturais na cajucultura praticada pelos produtores da agricultura familiar (Pronaf) de Beberibe

Inovações mecânicas	Sucatinga	Forquilha	Itapeim	Paripueira	Total	%
	Número de estabelecimentos					
Trator	8	16	21	22	67	100%
Poda o cajueiro	8	15	21	22	66	99%
Arado	6	16	21	22	65	97%
Roçadeira	3	12	17	20	52	78%
Pulverizador	6	7	0	11	24	36%
Acompanhamento técnico	5	5	8	2	20	30%
Equipamentos de irrigação	0	1	0	0	1	1%
Colheitadeira	0	0	0	0	0	0%

Fonte: Trabalho de campo, 2017. **Organização:** Os autores, 2017.

Outro dado relevante na Tabela 4 se refere à poda do cajueiro, uma medida que parece simples, mas que traz grandes resultados se feita anualmente da maneira adequada; 99% dos entrevistados afirmaram realizar essa técnica de manejo rotineiramente, onde alguns já utilizam

aparelhos motosserras movidos à gasolina, entretanto a proporção daqueles que desenvolvem o trabalho com serras manuais é superior. Em contrapartida, o número dos que utilizam equipamentos de pulverização, que possuem acompanhamento técnico e que detêm equipamentos de irrigação e colheitadeira, é inferior e representa apenas 36%, 30%, 1% e 0%, respectivamente.

No que tange às inovações físico-químicas, conforme se observa na Tabela 5, é possível evidenciar que 87% dos estabelecimentos utilizam adubos orgânicos e pouco mais de 50% aplicam fertilizantes químicos e corretivos ao solo. Face ao uso de agrotóxico, apenas 36% ratificaram sua utilização, podendo ser através da aplicação de algum tipo de fungicida (27%), inseticida (24%) ou herbicida (3%). Dificilmente, um produtor anunciou aplicar as três variações simultaneamente. O baixo índice de aplicação desses insumos químicos foi justificado por vários produtores pela falta de conhecimento quanto à necessidade e forma de aplicação. Informação que confirma a falta de acompanhamento técnico verificado na Tabela 4, visto que 70% dos produtores cadastrados no Pronaf não possuem acompanhamento técnico e realizam os tratos culturais com base no conhecimento empírico adquirido.

Tabela 5: Número de estabelecimentos que usam insumos na cajucultura praticada pelos produtores da agricultura familiar (Pronaf) de Beberibe

Inovações físico-químicas	Sucatinga	Forquilha	Itapeim	Paripueira	Total	%
	Número de estabelecimentos					
Fertilizantes orgânicos	8	8	21	21	58	87%
Corretivos do solo	6	11	15	6	38	57%
Fertilizantes químicos	7	11	8	8	34	51%
Agrotóxicos	6	7	0	11	24	36%
Fungicidas	6	7	0	5	18	27%
Inseticidas	5	4	0	7	16	24%
Herbicidas	1	1	0	0	2	3%

Fonte: Trabalho de campo, 2017. **Organização:** Os autores, 2017.

No que se refere às inovações biológicas, a Tabela 6 apresenta as principais variedades de cajueiro que são cultivados pela agricultura familiar de Beberibe. Como pode ser observado, o cajueiro tradicional (gigante) ainda é encontrado em 19% dos estabelecimentos rurais. Porém, o clone CCP 76, variedade genética desenvolvida pela EMBRAPA, teve grande destaque e o mesmo já é uma realidade presente em 100% dos pomares visitados. Esse tipo de cajueiro ganhou espaço em substituição ao cajueiro tradicional. Em muitos casos, foi realizada a substituição de copa, técnica que consiste na remoção da parte aérea da planta por meio de um corte no tronco do cajueiro gigante, onde surgirão novas brotações e será realizada a enxertia com o clone desejado.



Tabela 6: Principais variedades de cajueiro identificado entre os produtores familiar (Pronaf) de Beberibe

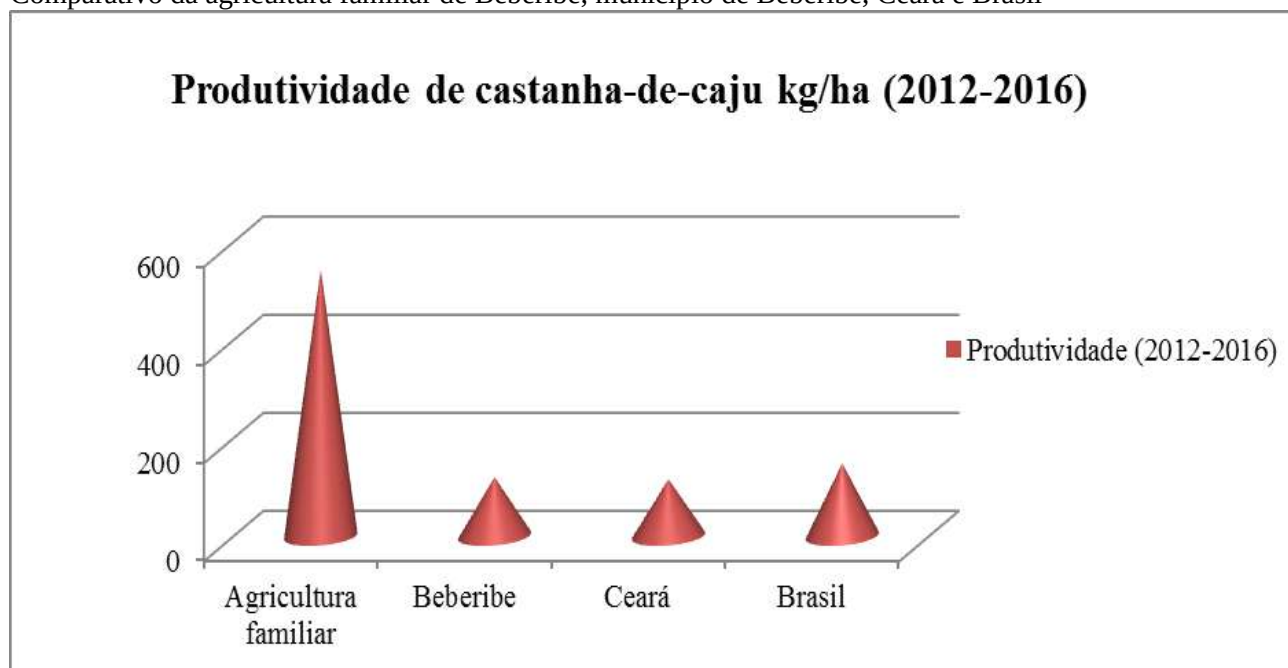
Inovações biológicas/ Tipo de cajueiro	Sucatinga	Forquilha	Itapeim	Paripueira	Total	%
	Número de estabelecimentos					
CCP 76	8	16	21	22	67	100%
Tradicional (gigante)	0	3	7	3	13	19%
CCP 09	0	3	0	0	3	4%
BRS 275	2	0	0	0	2	3%

Fonte: Trabalho de campo, 2017. **Organização:** Os autores, 2017.

As características genéticas desse cajueiro (CCP 76), segundo Paiva (2010), pode atingir uma produtividade de 1.237,4 kg por hectares no sexto ano de cultivo de sequeiro. Portanto, é ideal para as condições climáticas de Beberibe, mas também é recomendado para a exploração do cultivo irrigado. Essa variedade de cajueiro anão-precoce (CCP 76) é indicada para a comercialização da amêndoa, pois a mesma depois de despelculada tem bom rendimento, bem como, é de excelente qualidade para o aproveitamento do pedúnculo para o mercado de mesa de consumo *in natura*. Quanto às demais variedades a participação foi inexpressiva, o CCP 09, esteve presente em três unidades produtivas e o CCP 275 em duas, de um total de 67 visitadas.

Apesar das mudanças no modo de produção terem atingido parcialmente a cajucultura familiar de Beberibe, as modificações foram suficientes para alavancar sua produtividade em índices superiores ao próprio município e até mesmo ao estado do Ceará e ao Brasil. Ao confrontar os dados coletados em campo (produção Pronaf) com as informações gerais da cajucultura do município de Beberibe, do estado do Ceará e do Brasil, na média anual de (2012-2016) fornecidos pelo IBGE (2017), foi verificado que os produtores da agricultura familiar obtiveram produtividade de aproximadamente 544 kg/ha, enquanto o município de Beberibe, o estado do Ceará e o Brasil atingiram respectivamente, apenas 120, 116 e 148 kg/ha, como é possível observar na amostragem exposta no Gráfico 1.

Gráfico 1: Produtividade de castanha-de-caju em kg/ha, média anual (2012-2016).
Comparativo da agricultura familiar de Beberibe, município de Beberibe, Ceará e Brasil



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2016. **Organização:** Os autores, 2017.

De acordo com entrevista realizada com o Sr. Francisco de Assis, produtor familiar do distrito de Forquilha, o rendimento por hectares poderia ser ainda maior, caso o manejo praticado pelos agricultores utilizasse mais tecnologia na produção. Entretanto, além dos agricultores que mantêm forte resistência à modernização, existe aqueles, principalmente os mais descapitalizados, que não conseguem se inserir nos programas de créditos oferecidos pelo Pronaf.

Ainda assim, mesmo com os pomares não alcançando toda a potencialidade que uma atividade moderna pode oferecer, essa diferença de produtividade aponta para o desenvolvimento de uma cajucultura muito desigual tanto na escala nacional, estadual e, sobretudo, entre os produtores do próprio município.

A principal evidência que explica essas disparidades no que tange a produtividade da cajucultura cearense é que grande parte dos produtores não possuem acesso ao desenvolvimento técnico, físico e biológico que já existem disponíveis nos manuais. Dessa forma, grande parte da agricultura permanece arraigada aos moldes tradicionais de produção, semelhante à produção extrativista de décadas passadas. Esse fato, portanto, reflete na baixa produtividade da cajucultura brasileira que ainda depende principalmente dos recursos naturais para conseguir boas colheitas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível constatar que a produção da cajucultura familiar (Pronaf) de Beberibe foi contemplada por inovações físico-químicas, capazes de modificar as condições naturais do solo, por inovações mecânicas que aumentam a produtividade da jornada de trabalho e por inovações biológicas com a inserção de plantas melhoradas geneticamente. Portanto, não foi por acaso que os agricultores cadastrados no Pronaf conseguiram produtividades superiores ao município de Beberibe, ao Ceará e ao Brasil. Todavia, vale ressaltar que a difusão das novas tecnologias desenvolvidas não atingiu os produtores da agricultura familiar de Beberibe com toda sua capacidade de modificação do modo de produção, que ainda depende sobremaneira das forças da natureza, principalmente dos efeitos relacionado ao clima, em especial da quantidade de precipitação anual.

Dessa forma, nos anos em que a estiagem atinge as localidades produtoras os pomares sofrem déficit hídrico prejudicando a produtividade. Nos intervalos em que as chuvas alcançam os meses de floração e frutificação da cultura, as plantas são afetadas pela disseminação de pragas que se propagam com maior facilidade na presença de umidade e também afetam a produção. Ou seja, o meio natural ainda é o principal responsável por boas safras, que por sua vez é complementado pela inserção parcial do meio técnico-científico-informacional. Em outras palavras, a modernização parcial que atingiu os produtores da cajucultura familiar de Beberibe atua em consórcio com as práticas rudimentares da agricultura tradicional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ (ADECE – CADEIA PRODUTIVA, 2017). Disponível em: < <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/cajucultura>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais/Banco do Nordeste do Brasil**. Fortaleza CE: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. 152 p.

BARROS, L. M *et al.* **Recomendações técnicas para a cultura do cajueiro-anão- precoce**. Fortaleza: EMBRAPA/CNPAT, 1993. 65 p.

CARNEIRO, Wendell Márcio Araújo. Cadeia produtiva do caju no Nordeste brasileiro. In: _____. **Análises e considerações sobre a economia e setores produtivos do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. cap. 3, p. 67-121.

CUNHA, Maria Soares da. Cajueiro que esparrama pelo chão: formação e limites de expansão da região do caju. In: _____. ELIAS, Denise; FURTADO, J. L. S. (Org.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 100-135.

ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: O baixo Jaguaribe-CE**. Fortaleza: Funece, 2002. 366 p.

_____. Denise. Globalização, Fragmentação e Reorganização do Espaço Agrário. **GeoNordeste**, Sergipe, v. 1, n. 2, p. 79-99, 2001.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ (EMATECE-2017). Disponível em: < <http://www.ematerce.ce.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA – 2017). Disponível em: < <https://www.embrapa.br/agroindustria-tropical>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Sistema de produção do caju (2016): Disponível em: < https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportle>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GOMES, Jeter. **Os frutos sociais do caju**. São Paulo: N T Mendes Editora, 2010. 203p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2016). Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE-CIDADES, 2016). Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=2302206>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LEITE, Lucas Antônio de Sousa. **A agroindústria do caju no Brasil: Políticas públicas e transformações econômicas**. Campinas: Faculdade de Economia, da Universidade Estadual de Campinas, 1994. 176p. (Tese, Doutorado em Economia).

LIMA, Vicente de Paula Maia Santos. Origem e distribuição geográfica. In: _____. **A cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988. cap. 1, p. 2-13.

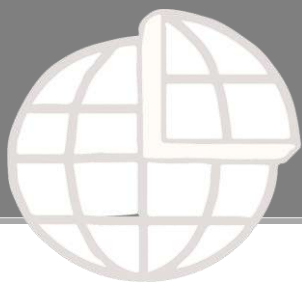
PAIVA, João Rodrigues de. **Indicadores agroindustriais de clones de cajueiro-anão precoce**. Fortaleza: EMBRAPA, 2010.

RODRIGUES, Kailton Jonatha Vasconcelos. **Os circuitos especiais da produção e os círculos de cooperação da cajucultura industrial do estado do Ceará**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 132 p.

Recebido em 19 de outubro de 2017
Aprovado em 24 de abril de 2018





ECONOMIA CRIATIVA SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA: AVANÇOS E A REORIENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CRIATIVAS CORRELACIONADAS AO ESPAÇO GEOGRÁFICO

CREATIVE ECONOMY UNDER GEOGRAPHY: ADVANCES AND THE REORIENTATION OF CREATIVE ACTIVITIES CORRELATED TO THE GEOGRAPHICAL SPACE

ECONOMÍA CREATIVA BAJO LA ÓPTICA DE LA GEOGRAFÍA: AVANCES Y LA REORIENTACIÓN DE LAS ACTIVIDADES CREATIVAS CORRELACIONADAS AL ESPACIO GEOGRÁFICO

Crisley Tatiana Dias Mota

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

E-mail: crisleytati@yahoo.com.br

Dean Lee Hansen

Doutor em Geografia pela Universidade de Washington (EUA)

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: dean.edu@gmail.com

RESUMO:

Este artigo teve como principal objetivo analisar as questões referentes às complexas interações entre o local e as economias criativas. Para tanto, foi realizada uma revisão teórica que trata a temática da economia criativa sob uma perspectiva geográfica, com ênfase em autores como Richard Florida, Amaral Filho, Ana Fani Carlos e Milton Santos. Foi dada especial atenção às abordagens que tratam a problemática sobre como o modo de produção, a história e demais características associadas à identidade do lugar afetam o desenvolvimento das economias criativas. Bem como aquelas abordagens que tratam das formas dos empreendimentos da economia criativa e as correlatas relações de trabalho que se manifestam no espaço geográfico. Também se destacam os estudos da Geografia Econômica que buscam compreender as relações entre economia criativa e sociedade baseados em princípios que ressaltam a importância do local. Por fim, defende-se a relevância de estudos que tratem a problemática da economia criativa a partir de uma perspectiva geográfica, sobretudo por sua capacidade para explicar como as diferentes realidades ou manifestações deste tipo de economia refletem as desigualdades de condições que ao mesmo tempo caracterizam o local e marcam as diferenças entre as localidades.

Palavras-chave: lugar; geografia; economia criativa, trabalho.

ABSTRACT:

The main objective of this article is to raise questions regarding the complex interactions between local and creative economies. To do so, a review of the literature dealing with the creative economy from a geographical perspective is carried out, with emphasis on authors such as Richard Florida, Amaral Filho, Ana Fani Carlos and Milton Santos. Special attention is given to approaches that address the issues of mode of production, trajectories and other characteristics associated with the identity of the place that affect the development of creative economies. Also treated are those approaches that deal with the many ventures associated with the creative economy and how labour relations manifest themselves in geographic space. Also noteworthy are the studies of Economic Geography that seek to understand the relations between creative economy and society based on principles that emphasize the importance of local. Finally, given the importance of factors such as the structure and spatial dynamics of networks, territoriality and locality, the relevance of studies that address the creative economy from a geographic perspective is explored, especially

by its capacity to explain how the different realities or manifestations of this type of economy reflect in inequalities and conditions that at the same time characterize the place and mark the differences between the localities.

Keywords: place; geography; creative economy, work.

RESUMEN:

Este artículo tiene como principal objetivo plantear cuestiones referentes a las complejas interacciones entre el local y las economías creativas. Para ello, se realiza una revisión de la literatura que trata la temática de la economía creativa desde una perspectiva geográfica, con énfasis en autores como Richard Florida, Amaral Filho, Ana Fani Carlos y Milton Santos. Se presta especial atención a los enfoques que tratan la problemática de cómo el modo de producción, la historia y demás características asociadas a la identidad del lugar afectan el desarrollo de las economías creativas. Así como aquellos enfoques que tratan de las formas como los emprendimientos de la economía creativa y las relaciones de trabajo se manifiestan en el espacio geográfico. También se destacan los estudios de la Geografía Económica que buscan comprender las relaciones entre economía creativa y sociedad basadas en principios que resaltan la importancia del local. Por último, dada la importancia de factores, tales como la estructura y dinámicas espaciales de las redes, territorialidad y localidad, se defiende la relevancia de estudios que traten la problemática de la economía creativa desde una perspectiva geográfica, sobre todo por su capacidad para explicar cómo las diferentes realidades o manifestaciones de este tipo de economía reflejan las desigualdades de condiciones que al mismo tiempo caracterizan el local y marcan las diferencias entre las localidades.

Palabras clave: lugar; geografía; economía creativa, trabajo.

1 INTRODUÇÃO

A análise geográfica a partir da categoria lugar permite examinar o espaço produzido pela sociedade com o suporte da economia criativa. A compreensão das atividades econômicas encaminha ao estudo da organização da sociedade que gera uma identidade e se materializa historicamente. Neste sentido, a investigação mostra as multiplicidades de análise que perpassam pela existência de lugares com ganhos produtivos reprimidos por não considerarem o seu potencial. O artigo em questão problematiza a discussão acerca da relação entre a economia criativa sob a ótica da geografia juntamente com seus avanços a partir de uma perspectiva teórica tomando como horizonte as discussões apresentadas por estudiosos tanto da economia criativa como da Geografia. O objetivo do mesmo é proporcionar um debate teórico e a construção de reflexões sobre a emergência da economia criativa como elemento do sistema produtivo, da organização da sociedade atual e do entendimento do papel do lugar como membro deste processo.

A formulação dos princípios da esfera criativa em um sistema produtivo são iniciativas acumuladoras que ocorrem através das atividades de valorização do potencial de fomentar a criação de empregos e a inclusão social, acompanhadas de conexões e dinâmicas espaciais. Os avanços e a reorientação das atividades criativas estão extremamente correlacionados e se interligam no espaço geográfico, caracterizando um reordenamento da organização espacial. O lugar deixa de ser invisível e



passa a se projetar como agente estratégico. O redimensionamento da criatividade tem no seu espaço de produção o agrupamento de pessoas que incentivam o desenvolvimento de práticas vinculadas a uma estrutura de conhecimentos e experiências para superar as desigualdades existentes, fazendo com que estas especificidades não se tornem obstáculos, mas sim aliados na realização dos propósitos da sociedade.

A busca de outras formas de economia e as possibilidades dos modelos não-governamentais, anti e pós capitalista, para o desenvolvimento econômico de um lugar ou de uma região são fatores de crescimento discutido por teóricos e proposto por diferentes grupos e organizações sociais. Alguns geógrafos políticos e econômicos têm respondido com hostilidade a tais ideias e sugerem que se preste mais atenção em assuntos considerados por eles mais pertinentes, tais como a desigualdade econômica. Outros, no entanto, tem se convencido da necessidade de se criar novas perspectivas teóricas que consideram questões levantadas na “virada cultural” (HELEY; GARDNER; WATKIN, 2012).

Este artigo está embasado na revisão teórica sobre economia criativa e sua relação com a Geografia. Foi feita uma pesquisa das contribuições dos autores que discutem o tema, entre eles podem ser citados: a) John Anthony Howkins (2002), pesquisador inglês de economia criativa que desenvolveu seus estudos sobre as formas de como a criatividade deve ser trabalhada e reconhecida pelo mercado, onde muitos teóricos e, entre eles os economistas, ainda não reconhecem essa realidade que se manifesta em diferentes lugares; b) Richard Florida (2011), norte-americano, com contribuições sobre a classe criativa e as implicações provocadas pelos trabalhadores ao lugar; e c) Jair do Amaral Filho (2009), brasileiro, da área de economia, com contribuições sobre cultura, criatividade e desenvolvimento, onde explora a possibilidade de conceber o desenvolvimento contemporâneo contextualizando o tema a realidade brasileira.

Para se discutir as ideias e constatações principais do estudo através da Geografia com suas categorias de análise e a fim de estabelecer um diálogo com economia criativa, tem-se principalmente, as reflexões de: a) Ana Fani Carlos (2007), geógrafa, brasileira, com estudos sobre as mudanças ocorridas no espaço, que analisa e contribui sobre as questões que envolvem os elementos de um lugar e as transformações derivadas do reconhecimento das dimensões vividas, como são cada vez mais rápidas e influenciam o cotidiano; b) Milton Santos (2000; 1994), brasileiro, contribui com seu aporte sobre a Geografia e suas categorias de análise e conceitos propagados e investigados em diferentes esferas do conhecimento.

Outros conceitos também foram verificados sobre a economia criativa junto ao Ministério da Cultura a partir do Plano da Secretaria da Economia Criativa apresentando suas políticas, diretrizes e ações (2012a) e do Relatório de Economia Criativa (2012b).

A crescente manifestação desses fenômenos no espaço social e econômico tem levado um aumento do número de estudiosos a se debruçarem sobre a economia criativa e mais precisamente sobre a capacidade que a sociedade tem demonstrado em prevê possibilidades de trabalho e inclusão social em harmonia com as características sociais e históricas do lugar.

2 CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DA ECONOMIA CRIATIVA

O mundo na atualidade vem buscando novidades tecnológicas e para isso, o mercado precisa de constante reciclagem. Nas discussões mundiais sobre o futuro, uma palavra que não falta é a criatividade. Para entender as transformações recentes do setor capitalista da economia é preciso mencionar um padrão de concorrência norteado pelas exigências demandadas pelas empresas. O trabalho foi fortemente impactado pela introdução de mudanças na oferta de serviços e o trabalhador que pretende se inserir neste mercado deve atingir um mínimo de qualificações profissionais que foram redesenhados pelo aumento da concorrência.

Desde os finais da década de 1990, o que tem sido constatado é que a chamada economia criativa não permite que se subestime sua importância em relação a questões econômicas, pois ela não se confunde com nenhuma outra economia do passado, o que significa dizer que sua emergência pode ser datada e identificada nos finais do século XX. Nesse período, confluem fenômenos dos quais a globalização é o mais evidente, e já no século XXI houve avanços significativos na estruturação de políticas e sistemas públicos no campo da abertura econômica que colocaram em primeiro plano a temática da competitividade e da inovação. Enquanto atividade produtiva, a economia criativa é de suma importância para o processo de desenvolvimento seja do lugar ou do país.

Sobre a econômica criativa e suas transformações, Florida (2011) argumenta que teve raízes nas décadas de 1940 e 1950 e alcançou seu pleno despertar nos anos 1980 e 1990, sendo que os seus principais sistemas surgiram em resposta aos limites criativos da Era Organizacional. Amaral Filho (2009) defende a ideia de que a economia criativa emergiu sem que houvesse planejamento e que se completa com vários elementos como o marketing.

O termo economia criativa foi usado pela primeira vez no livro de John Howkins (2002) sobre a relação entre criatividade e economia. Para este autor, nem a criatividade nem a economia são novidades, mas o novo é a natureza e a extensão da associação entre elas e a combinação para



criar valor e riqueza. A diferença da economia criativa está no processo de compra e venda, principalmente de elementos das experiências, da indústria criativa que envolve a produção. Sendo assim, todo mundo é criativo, mas a criatividade deve ter liberdade para se desenvolver e ser exercida por mercados preparados para esta realidade. Segundo um estudioso desta área:

Ao mesmo tempo, vemos despontar à criatividade e estimular pessoas criativas a desenvolver novas ideias e produtos - exemplos disso são os gastos sistemáticos com pesquisa e desenvolvimento, o crescente número de empresas de alta tecnologia e os investimentos de risco (FLORIDA, 2011, p. 5).

Para entender o conceito da economia criativa é necessário reconhecer a sua associação com os componentes que a favorecem, o que leva a compreender como se distingue da economia tradicional por enfatizar a importância da inovação, aprendizagem e do conhecimento para o avanço econômico. Seus componentes têm um caráter distinto e se revelam como um capitalismo contemporâneo ou do conhecimento, alimentado por situações práticas de inovação e aprendizagem baseadas em redes, como as dos cérebros.

Nos esforços de construção de um referencial econômico é possível reconhecer a ampliação do potencial do conhecimento e a multiplicação das tecnologias intensivas em informação e ferramentas digitais para os segmentos econômicos. Na economia criativa, os principais meios de difusão deste referencial necessitam reconhecer que mesmo sendo atividades diferenciadas os interesses são comuns, logo é preciso um pensamento compartilhado com ações focadas nestes princípios.

A compreensão da economia criativa perpassa pela definição da UNESCO (2002) que a apresenta como o conjunto de atividades que incluem as indústrias culturais e toda a produção artística e cultural. Essa abordagem aproxima os espetáculos ou bens produzidos individualmente sendo possível afirmar que a economia criativa é aquela atividade cultural intensiva em criatividade ou atividades criativas intensivas em cultura.

A definição da UNCTAD (BRASIL, 2012b) para economia criativa a ratifica como um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma extensão para o desenvolvimento que abrange os níveis macro e micro da economia, podendo incentivar a geração de emprego e renda e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. A economia criativa engloba aspectos econômicos, culturais e sociais que compartilham os objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo, sendo uma opção de desenvolvimento factível que busca respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares.

A economia criativa parece ser uma opção viável não estagnada por se basear nos ativos criativos, potencialmente geradores de crescimento socioeconômico. De acordo com a definição adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento UNCTAD (BRASI, 2012b), a economia criativa tem o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Duisenberg (2008) afirma que ao abranger aspectos econômicos, culturais, tecnológicos e sociais, a economia criativa tem ligações entrelaçadas com a economia geral nos níveis macro e micro. A criatividade é a força motriz principal e não o capital. Isso implica dizer que esse fenômeno é responsável por tornar a economia criativa uma estratégia de desenvolvimento mais orientada a resultados para os países em desenvolvimento.

3 ECONOMIA CRIATIVA E A REORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A economia criativa é baseada no simbólico e nutrida por talentos que podem estar organizados de forma individual ou coletiva tendo como resultado bens e serviços resultantes do trabalho criativo (BRASIL, 2012a). Outra característica é que a abundância da sua produção não é a marca de uma crise econômica, além de considerar a sustentabilidade social e dos recursos naturais. Florida (2011) mostra que o tempo é um elemento a ser considerado na economia criativa em diferentes situações.

Na economia criativa, tempo é o único recurso não renovável. Além da necessidade de criatividade, outros três fatores que movem a economia são: prevalência da mudança, necessidade de flexibilidade e importância da rapidez (FLORIDA, 2011, p. 147).

Ao reconhecer a complexidade nas organizações da economia criativa em um ambiente dinâmico que envolve as organizações, apresenta-se como uma forma de fazer com que sejam melhor compreendidos e melhor direcionados a novas fontes de crescimento permitindo maior adaptação e desempenho. Para Amaral Filho (2009), o poder público deve oferecer garantias dos direitos autorais e dos direitos intelectuais no incentivo a geração de novas ideias, assegurando a renovação e a reprodução da economia criativa. Neste sentido, cabe aos governos orientar os autores e as áreas de criação, com marcos regulatórios, agências reguladoras e implementando fiscalizações eficazes.

O Reino Unido apresenta-se como líder mundial no reconhecimento e desenvolvimento da economia criativa (BRITISH COUNCIL, 2010). Desde 1997, o setor criativo se apresenta como



meta das políticas públicas e uma das suas ações foi a criação do Ministério da Criatividade, que desenvolve estratégias para a compreensão do potencial criativo e busca reagir aos desafios culturais, econômicos, sociais e tecnológicos que são apresentados. Neste contexto, a economia criativa tem se expandido e o Reino Unido tem desenvolvido parcerias com diversos países, como forma de captar e aproveitar o potencial criativo de cada grupo.

Setores criativos nucleares são essencialmente criativos, “setores cujas atividades produtivas tem como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica” (BRASIL, 2011a, p. 26).

A classificação dos setores criativos conduz a uma síntese do conjunto de características que tenta definir os grupos sociais e os setores que englobam os diferentes elementos. As definições apresentadas no Quadro 01 sobre os Setores Criativos proposto pela Unesco em 2009 mostram proximidades dos eixos que transcorrem por diversas escalas.

Quadro 01: Setores Criativos – Unesco - 2009

Setor	Características	Elementos
Setores Criativos Nucleares	- Natureza essencialmente criativa - Ato criativo gerador de valor simbólico	- Patrimônio Natural e Cultural - Espetáculos e Celebrações - Artes visuais e artesanato - Livros e periódicos - Design e Serviços Criativos - Audiovisual e Mídias Interativas
Setores Criativos Relacionados	- Não fazem parte dos setores criativos, mas estão relacionados.	- Turismo: roteiros de viagens e serviços turísticos. Serviços de hospitalidade - Esporte e Lazer: esportes, preparação física e bem-estar, parques temáticos e diversão
Setores Transversais: Imaterial e Vivo	- Setores tradicionais transmitidos por gerações - Pode ser recriado e ampliados pelas comunidades - Servem de apoio aos setores criativos nucleares e relacionados	- Expressões e tradições orais, rituais, línguas e práticas sociais - Educação e capacitação - Registro, memória e preservação - Equipamentos e materiais de apoio

Fonte: Adaptado do Brasil, 2011a

Os processos econômicos que envolvem os setores criativos possibilitam em todos seus elementos a geração de emprego e renda. Além das possibilidades de abertura de postos de trabalho em setores da economia criativa, apresentados no Quadro 1, desenvolve-se vários elementos que ocasionam possibilidades de trabalho associadas a outros setores como a área de incrementos tecnológicos que elevam as taxas de oferta de emprego, empoderando uma parcela significativa da

população para os setores criativos. Em prol da eficiência, a criatividade vem a ser uma diretriz do processo de contratação de pessoas pelas empresas.

Por mais que as pessoas possam ser contratadas e despedidas, sua criatividade não pode ser comprada ou vendida, [...]. Contratar tendo em vista a diversidade não é mais uma obrigação legal, mas uma questão de sobrevivência econômica, pois a criatividade vem em todas as cores, gêneros e preferências pessoais. Horários, regras e códigos de vestimenta foram flexibilizados para atender o processo criativo. A criatividade deve ser promovida por diversas formas pelos empregadores, pelos próprios indivíduos criativos e pelas comunidades onde vivem. Não é de se espantar que o éthos criativo transponha o mundo do trabalho e penetre em todas as esferas da vida (FLORIDA, 2011, p. 5).

Florida (2011) afirma ainda que essa nova organização capitalista desencadeou uma reviravolta do sistema de contratação de mão de obra, onde é dada uma atenção quase exclusiva ao agente criativo e ao resultado da interação dos pensamentos, quando aqueles que eram vistos como excêntricos ou rebeldes se tornam o centro do processo de inovação e crescimento econômico.

O capitalismo também expandiu seus horizontes para abarcar talentos de grupos marginais e inconformistas que até agora eram excluídos. Com isso, desencadeou outra reviravolta impressionante: levou os que eram vistos como rebeldes excêntricos atuando à margem para o centro do processo de inovação e crescimento econômico. Essas mudanças na economia e no ambiente de trabalho, por sua vez, ajudariam a propagar e a legitimar transformações semelhantes na sociedade como um todo. O indivíduo criativo não é mais encarado como um iconoclasta; ele – ou ela – faz parte da nova cultura predominante (FLORIDA, 2011, p. 5-6).

As engenharias, a arquitetura, a educação, as artes plásticas, a música e o entretenimento são formados por indivíduos da classe criativa, cuja função econômica é criar novas ideias, novas tecnologias e novos conteúdos criativos. Este setor também inclui um grupo amplo de profissionais que trabalham com negócios, finanças, leis, saúde e outras áreas. O trabalho dessas pessoas envolve a solução de problemas complexos, o que exige experiência e instrução.

4 O TRABALHO SOB A ÓTICA DA ECONOMIA CRIATIVA

Florida (2011) enumera dez fatores considerados fundamentais e que são mais valorizados diante do desempenho do trabalho criativo: desafio e responsabilidade, quando o trabalhador tem consciência que seu trabalho faz a diferença; flexibilidade, com horários e ambientes flexíveis com possibilidades de adaptação, sem códigos de vestimenta que demonstrem a identidade de cada um além da flexibilidade para trabalhar em outros projetos que podem estar relacionados a profissão ou



não; ambiente de trabalho estável e com certa segurança, ou seja, nem a monotonia da estabilidade, nem a incerteza; remuneração consciente e benefícios que permitam a harmonia dos interesses financeiros com os interesses de crescimento e qualidade de vida; desenvolvimento profissional com oportunidades de aprendizado e expansão; reconhecimento pelos pares diante da competência o que os fazem sentir-se bem sucedidos; colegas e gerentes estimulantes, porque pessoas criativas gostam de trabalhar com pessoas criativas; trabalho estimulante, com o desenvolvimento de projetos e resultados instigantes; cultura organizacional, onde o indivíduo se sinta amparado e compreendido; localização e envolvimento com a comunidade, considerado um dos fatores mais importantes, pois os trabalhadores criativos escolhem o trabalho diante das possibilidades de lugares que gostariam de viver e que normalmente são ambientes criativos e estimulantes e que tende a oferecer uma boa qualidade de vida.

As oportunidades de trabalho são interpretadas de formas diferenciadas. Para os mais confiantes, são possibilidades de libertação da dependência do trabalho formal. Para os incrédulos, seria uma alternativa para as possibilidades de desemprego. De certa forma, todos concordam que é uma mobilidade de trabalho flexível e com possibilidades de aumentar a renda pessoal ou familiar. Contudo, essa forma de trabalho requer muito mais estudos, debates e ações para a supervisão e as formas de intervenção.

Isso não significa que a criatividade levou a melhor e agora está por trás de tudo o que fazemos. O novo sistema econômico criativo ainda está longe de atingir a maturidade e continua a evoluir. Sem falar que ele não é o remédio que vai curar todos os males sociais e econômicos da sociedade moderna. Ele não vai, como num passe de mágica, erradicar a pobreza, acabar com o desemprego, sobrepujar o ciclo econômico e trazer felicidade e harmonia para todos. Sem supervisão e meios apropriados de intervenção, é bem possível que esse sistema baseado na criatividade agrave alguns problemas atuais (FLORIDA, 2011, p. 23).

O trabalho criativo pode ser visto, aparentemente, como um trabalho tranquilo, mas de fato as pessoas que desempenham este trabalho precisam acompanhar a velocidade incorporada à realidade atual. A precisão das informações, a constante necessidade de superação e atualização, e a resolução de problemas são fundamentais e presentes nas práticas do trabalho criativo, no entanto, são profundamente estressantes. O trabalho criativo apresenta-se com uma elasticidade porque não são controlados por uma única pessoa. O trabalhador tem a liberdade de propor significados novos, alterando e resgatando ideias, mas é claro que há um limite para essa elasticidade, e esse limite está justamente na produtividade, na rapidez na solução dos problemas, redução dos custos e aumento dos proventos.

Os trabalhadores criativos estão mais inclinados a ter mais horas de trabalhos semanais. Também são os trabalhadores que tem mais predisposição a ter problemas relacionados ao stress, devido às pressões relativas às mudanças. “Isto porque a economia criativa está calcada na novidade, variedade e personalização” (FLORIDA, 2011, p. 148).

O trabalho criativo aponta para uma tendência ao trabalho autônomo. Nessa perspectiva também é interessante para a empresa o aumento do número de trabalhadores autônomos por não ter tantas obrigações com seus funcionários. Essa nova forma de organização do trabalho que ainda está em processo de instalação tem consequências complexas que já podem ser observadas e que não favorecem o trabalhador como o aumento dos riscos e responsabilidades, principalmente, em economias em crise.

5 CATEGORIAS GEOGRÁFICAS E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES

Existem ganhos produtivos reprimidos quando não se aproveita o potencial do lugar para o desenvolvimento de uma economia criativa, que poderia ser recuperado pelo estímulo ao desenvolvimento das ações de cooperação entre os agentes e instituições, para que o aprendizado passasse a caracterizar as relações, aumentando os fluxos de inovação e, consequentemente, aumentando os níveis de competitividade. Nesses lugares que, mesmo não sendo impregnados por atividades empresariais de alta tecnologia, têm na criatividade coletiva e no fruto da cooperação de talentos uma importante reserva econômica.

As especificidades de um lugar viabilizam oportunidades que podem superar as desigualdades entre os grupos sociais. Cada lugar tem sua base criativa, onde seus símbolos variam entre aspectos técnicos e tradicionais. Um lugar criativo pode ser um espaço onde são produzidas inovações na medida em que as ações da sociedade vão se tornando coletivas.

Diferenças nacionais, econômicas, históricas, institucionais e culturais tornam-se vantajosas na competição entre localidades obtendo êxito em setores específicos da economia. Porter (1999) observa que a combinação das condições nacionais com as condições sociais do lugar estimula vantagens competitivas. Esses elementos fizeram com que o fator distância ou custo de transporte se tornasse um fator adicional, e não único, para explicar e apoiar o desenvolvimento sustentável, ou para explicar a desconstrução dos espaços constituídos.

Ao considerar a natureza dos recursos humanos como um dos fatores fundamentais para a competitividade, os lugares se destacam quando há a valorização das ações que visem o desenvolvimento das potencialidades desses recursos e o aperfeiçoamento das suas habilidades. A



participação direta da força de trabalho no processo de inovação é indispensável. Cada vez mais são maiores as responsabilidades envolvidas com os resultados do processo produtivo. O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação. Neste sentido, o lugar não é definido pela escala, mas se apresenta como totalidade espacial resultante do desenvolvimento desigual (CARLOS, 2007).

O espaço tem a dimensão de muitos lugares e nele se dá uma diferenciação da distribuição socioeconômica da sociedade. Por outro lado, não é possível dissociar esse fenômeno de reprodução da organização espacial. Na verdade, o primeiro termo é condicionado pelo segundo, de acordo com Lefebvre (2001). A totalidade do espaço se converte no lugar onde acontece a reprodução das relações de produção. Tais relações concentram-se no centro da sociedade estruturada em classes sociais distintas.

O espaço geográfico é um espaço produzido. É um ente social com características próprias, modificado pelo homem ao longo da história. Contém um passado histórico, transformado pela organização da sociedade, por suas técnicas e pela organização econômica dos seus habitantes. Em todos os discursos geográficos o espaço está presente, assim:

O espaço é o objeto de Geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio do qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica (MOREIRA, 2007, p. 63).

Com a intensificação do processo de globalização na década de 1980 pensou-se que as especialidades dos lugares iriam desaparecer, mas a valorização do lugar aumentou a responsabilidade da ciência geográfica sobre as mudanças ocorridas no espaço nesse período, onde as distâncias foram “reduzidas” devido ao aperfeiçoamento dos sistemas de informações. Esse processo favoreceu o lugar a se relacionar com outros, espalhados pelo mundo sem necessitar da contínua interferência do Estado-Nação.

Não é incomum ouvir que, na atual era da alta tecnologia, ‘a geografia morreu’ e a noção de lugar não é mais relevante. Para ver que isso não é verdade, basta observar que as empresas de alta tecnologia estão concentradas em pontos específicos como a área da Baía de São Francisco, Austin ou Seattle. O lugar geográfico se tornou o principal elemento organizador da nossa era, assumindo muitas funções que antes eram exercidas por empresas ou organizações (FLORIDA, 2011, p. 6).

Neste sentido, a geografia está envolvida nestas questões, pois o conjunto das relações é caracterizado pela extensão do espaço. O exame mais profundo da dimensão geográfica torna-se extraordinariamente potente como meio de análise dos aspectos contidos na economia criativa.

O espaço geográfico é o conjunto indissociável de sistemas e objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não (SANTOS 1994). A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto na forma quanto na essência. O espaço pode ser a dimensão de muitos lugares e, neste contexto, se dá uma diferenciação da distribuição socioeconômica da sociedade. A localização, distribuição, conexão, delimitação e escalas seriam subcategorias do espaço que ao se manifestarem no território dão origem à região, ao lugar e à rede (MOREIRA, 2007).

Os sistemas espaciais são evidenciados na conjunção da organização de redes distintas. O lugar veio se modelando historicamente graças ao processamento do sistema de informação e de sua diversificação.

6 O PAPEL DA GEOGRAFIA ECONÔMICA NA ESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA

Um questionamento que integre os elementos geográficos ao se fazer uma análise social sobre o uso do território e sua identidade levanta os princípios em que Santos *et al* (2000) afirma que o território usado é formado por um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes o que convida a pensar no processo das relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócioespacial e o mundo.

A Geografia Econômica, em especial, continua a apresentar forte continuidade de estudos de temas emergentes. Neste sentido, Reimer (2009) afirma que as avaliações sobre o conhecimento, aprendizagem, inovação e redes permanecem na Geografia Econômica.

Os geógrafos que desenvolvem trabalhos sobre a economia criativa como uma estratégia do capitalismo entram em contato com parâmetros que definirão as tomadas de decisões sobre quais procedimentos devem ser seguidos na busca da diminuição das disparidades sociais. O desenvolvimento de uma economia fundada no saber, tem na economia criativa uma fonte de estudo ao atrair a atenção por causa da sua caracterização como conhecimento intensivo e atividades de inovação. Tendo isso em vista, a Geografia econômica tem que reconhecer esse novo movimento que inclui um novo foco de estudo.



O segredo para entender a nova geografia econômica da criatividade e seu impacto sobre os resultados econômicos está ligado ao que chamamos de 3 Ts do desenvolvimento econômico: tecnologia, talento e tolerância. Cada uma dessas condições é necessária, mas sozinha é insuficiente; para atrair os indivíduos criativos, gerar inovação e estimular o crescimento econômico, um lugar precisa reunir os três (FLORIDA, 2011, p. 249).

Os economistas consideram que o cotidiano econômico está baseado no ato de produzir, troca de produtos, acumulação de riqueza, nível de preços, emprego, PIB, taxa de inflação, comércio exterior, consumo, crescimento econômico e na satisfação das necessidades. No entanto, a Geografia, em seus diversos meandros, tem desenvolvido uma relação com a criatividade gerando uma infinidade de situações que envolvem o cotidiano, e com a organização do espaço é possível verificar que estão relacionadas de tal maneira que se pode falar em novos elementos nos estudos dos últimos anos.

Segundo Amin e Thrift (2007), uma vez expostos, esses conceitos abordam e compartilham as ideias com a economia política em termos de um interesse comum na historicidade e multiplicidade dos aspectos sociais, de poder e das relações institucionais.

No conjunto das ideias e conceitos compartilhados entre os processos que influenciam a economia criativa, estão propostas formas de trabalho que contemplam elementos dessa organização econômica e que valorizam a identidade do lugar que ela se manifesta. Neste contexto, desenvolve-se o trabalho que se baseia em um modo de produção atual com elementos da história e características associadas ao lugar. Sendo assim, a Geografia tem forte referência com as relações de trabalho, os empreendimentos da economia criativa e sua manifestação no espaço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual vive em uma era de desenvolvimento tecnológico sem fronteiras. Na última metade do século XX as transformações do cotidiano e as regras de organização do espaço se estruturaram com valores e condutas diferentes. No trabalho são novas formas de se vestir, novos horários e novas regras. A ocupação de altos cargos não exige mais vestimentas padronizadas. A mulher vem ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho e a diferenciação por etnias também é um fator que vem se modificando ao longo do tempo, além de mudanças no comportamento pessoal. Outro fator é a quantidade de tempo disponibilizado para o trabalho, algo questionável, no entanto as pessoas parecem nunca parar de trabalhar. A sociedade atual vive em um período em que os estilos de vida e as visões de mundo apresentam grandes mudanças no cotidiano.

Os desafios são ampliados e as perspectivas tornam-se confusas no mundo real dos espaços econômicos e políticos. O trabalho é estruturante do modo e do padrão de organização de cada

sociedade, por isso é relevante a discussão que aponta para a necessidade de se enfrentar e qualificar o debate sobre o paradoxo presente na atual dinâmica do mercado. O desafio se manifesta diante de lugares com ganhos produtivos reprimidos por não considerarem o potencial do lugar para uma economia criativa. As ações de cooperação entre os agentes e instituições já existem, mas podem ser melhor estimuladas visando o aumento de fluxos de inovação, propulsor do crescimento de uma economia criativa.

A economia atual é em essência uma economia criativa. O meio ideal que favorece o seu desenvolvimento seria o meio social que garante apoio a geração de novas formas de se lidar com o mundo artístico, cultural, tecnológico e econômico. Facilitar o intercâmbio de ideias entre membros dos grupos locais e entre grupos de diferentes localidades também é uma necessidade. Nota-se que houve uma grande evolução em todos os indicadores de incentivo e apoio a uma sociedade com grande diversidade e com alto potencial de talentos. Contudo, essa conciliação ainda que tensa exige cuidados entre a sociedade, criatividade e economia, assim como as novas tendências das organizações sociais e espaciais no século XXI.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. Cultura, Criatividade e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (2), p. 4-19, 2009 - www.politicasculturaisemrevista.ufba.br. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3727/2792>. Acesso: 23/09/2011.

AMIN, Ash. THRIFT, Nigel, Cultural economy and cities, **Progress in Human Geography**, Vol. 31, n. 2. U.S.A. SAGE Publications, 2007.

BRASIL, **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014, Brasília, Ministério da Cultura, 2012a. Acesso: 24/04/2018.

_____. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma, opção de desenvolvimento – Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012b. Acesso: 24/04/2018.

BRITISH COUNCIL. **A Economia Criativa**: Um guia introdutório. Série Economia Criativa e Cultural/1, publicado pelo British Council, London, 2010. Último acesso julho, 2017. http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf

CARLOS, Ana Fani Alessandri, **O lugar no/do mundo**, São Paulo: FFLCH, 2007.

DUISEMBERG, Edna dos Santos. A economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável? In: FONSECA REIS, Ana Carla (Org.). **Economia criativa**: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 52-72.

FLORIDA, Richard, **A Ascensão da classe criativa**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre-RS: L&PM, 2011.



- HOWKINS, John. **The Creative Economy**: How People Make Money from Ideas. Penguin Books Limited, 2002.
- HELEY, Jesse; GARDNER, Graham; WATKIN, Suzie. Cultures of local economy in a Celtic fringe region, **European Urban and Regional Studies**, Eur. SAGE, 2012.
- LEFEBVRE, Henri, **A Revolução Urbana**, Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MOREIRA, Ruy, **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTER, M. E. **Competição**: Estratégias Competitivas Essenciais. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- REIMER, Suzanne. Geographies of production III: knowledge, cultural economies and work (revisited) **Progress in Human Geography** 33(5), pp. 677–684, 2009.
- SANTOS, Milton. et al. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 12. Florianópolis: AGB, 2000.
- SANTOS, Milton, **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SCOTT, Allen J., Cultural economy and the creative field of the city. **Geografiska Annaler**, Series B, Human Geography 92 (2): 115–130, 2010.
- UNESCO, **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural**, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> Acesso: 24/04/2018.

Recebido em 19 de julho de 2017
Aprovado em 07 de maio de 2018



**SER MÓVEL-SER FIXO-SER MÓVEL - UMA QUASE CANÇÃO EM SURDINA:
PROF. HEINZ DIETER HEIDEMANN**

**BEING MOBILE-BEING STAADY-BE MOBILE - A ALMOST UNKNOWN SONG:
PROF. HEINZ DIETER HEIDEMANN**

**SER MÓVIL-SER FIJO-SER MÓVIL - UNA CASI CANCIÓN EN SURDINA:
PROF. HEINZ DIETER HEIDEMANN**

Alexandrina Luz Conceição

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais
(GPECT - UFS)

E-mail: aluzcon@hotmail.com

RESUMO:

Falar do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann é estabelecer uma caminhada de uma vida marcada em duas dimensões: como um andarilho, sua condição intrínseca de imigrante; e sua paixão pela literatura de Guimarães Rosa. Pequenas e grandes marcas sinalizam sua singularidade. Embora abraçasse uma diversidade de disciplinas, o seu objeto de paixão da teoria e pesquisa de campo sempre foi o tema migração. Migrante fixo, mas sempre móvel, desde criança sente a dor dos que são movidos pela avidez do capital. O ponto de encontro do seu pensar tem eco nos escritos analíticos de Robert Kurz: possibilitando um pensar diferenciado pela crítica radical da negação de qualquer perspectiva emancipatória iluminista da modernidade. Dieter Heidemann, em todas suas publicações, expõe à crítica a visão utópica iluminista do caráter emancipatório do Estado. O que mais apaixona da e na sua capacidade de Ser e Pensar é sua condição do diferente, com diversas marcas que indicam a sua singularidade, despertando o desejo de o conhecer.

Palavras-chave: imigração; crítica radical; diferença; singularidade.

ABSTRACT:

To talk about Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann it is needed to establish a two dimensions life journey: As a drifter, his intrinsic alien condition, and his Passion for Guimarães Rosa's literature. Small and large details show his uniqueness. Even though he'd embraced a diversity of disciplines, his passion has always been the subject of Migration. He was a steady drifter, but once he had always moved, since childhood he felt the pain of those who are moved by the greed of capital. The matching point of his thinking echoes in Robert Kurz's analytical writings: enabling a differentiated thinking by the radical critique of the negation of any enlightening emancipatory perspective of modernity. Dieter Heidemann have exposes the criticism the Utopian Enlightenment vision of the emancipatory character of the State in all his publications. What is most passionate about him is the ability to be and think is own condition of the different, with several eminences that indicate his uniqueness, arousing the desire of knowing him.

Keywords: immigration; radical snipe; difference; singularity.

RESUMEN:

Hablar del profesor Dr. Heinz Dieter Heidemann es establecer un caminar de una vida marcada en dos dimensiones: como un caminante, su condición intrínseca de inmigrante, y su pasión por la literatura de Guimarães Rosa. Pequeñas y grandes marcas señalan su singularidad. Aunque abrazó una diversidad de disciplinas, su objeto de pasión teórica y por la investigación siempre fue el tema migración. Migrante fijo,

pero siempre móvil, desde niño siente el dolor de los que son movidos por la avidez del capital. El punto de encuentro de su pensamiento tiene eco en los escritos analíticos de Robert Kurz: posibilitando un pensamiento diferenciado por la crítica radical de la negación de cualquier perspectiva emancipadora iluminista de la modernidad. Dieter Heideman en todas sus publicaciones expone a la crítica la visión utópica iluminista del carácter emancipador del Estado. Lo que más apasiona en su capacidad de Ser y Pensar es su condición de lo diferente, con diversas marcas que indican su singularidad, despertando el deseo de conocerlo.

Palabras clave: inmigración; crítica radical; diferencia; singularidad.

Ao tomar posse, no dia 20 de dezembro de 1945, no cargo de sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em seu pronunciamento, Guimarães Rosa afirma:

Devo explicar-me. De início, o amor da Geografia me veio pelos caminhos da poesia – da imensa emoção poética que sobe da nossa terra e das suas belezas: dos campos, das matas, dos rios, das montanhas; capões e chapadões, alturas e planuras, ipuêiras e capoeiras, caatingas e restingas, montes e horizontes; do grande corpo, eterno, do Brasil. Tinha que procurar a Geografia, pois. Porque, «para mais amar e servir o Brasil, mistér se faz melhor conhecê-lo»; já que, mesmo para o embevecimento do puro contemplativo, pouco a pouco se impõe a necessidade de uma disciplina científica¹.

Estas palavras expressas por Guimarães Rosa dão a medida exata para que se possa falar do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. Talvez possa ajudar a entender o porquê, ao se aposentar da Universidade de São Paulo/USP, ele decide residir definitivamente no Morro da Garça, atendendo ao “Recado do Morro”². Sinal de proximidade e carinho que permite ser conhecido por Nhô Dito pela comunidade local.

O Povoado Morro é também conhecido como o Morrão, denominação dada pelos moradores da localidade por ser a maior elevação rochosa da região. “[...] serviu ao longo dos últimos três séculos como um guia para os viajantes, tropeiros e comitivas de gado. A fazenda da Garça servia de local de descanso aos viajantes, e era último reduto de repouso no caminho entre Bahia e as minas de ouro de Sabará”³.

¹ <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300002> Guimarães Rosa toma posse, no dia 20 de dezembro de 1945, no cargo de sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Em seu pronunciamento, publicado originalmente na **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro (Tomo LIII, 1946, p. 96-7).

² **O Recado do Morro** é um dos contos que compõe o segundo livro *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa. Narrativa que descreve uma viagem de ida e volta pelo sertão, partindo de uma região central de Minas em direção ao norte até o Rio São Francisco. “A história ilustra o mundo sem lei. No sertão, vigora a regra, e não a lei - a regra da aliança e da vingança. Para o autor, estão em jogo ali novamente os destinos da civilização e da cidadania brasileira”. <http://www.passeiweb.com/estudos/livros/o_recado_do_morro_conto>

³ História do Morro da Garça. <<http://www.circuitoguimaraesrosa.com.br/novo/historico-de-morro-da-garca/>>

Sua Paixão pelo Morro da Garça é traduzida em palavras poéticas: “Chegar por meio da literatura, buscando um morro que é personagem de um conto, de uma estória inventada, ou nascer ali: visões diferentes, fortes, emocionantes, que geram amizades, projetos e brincadeiras”⁴.

Nhô Dito deixa a cidade de São Paulo para fugir do capitalismo de consumo, da paisagem do espetáculo, com seus cafés, restaurantes, gás neon, teatro e purpurina, onde a festa diária esconde a miséria cada vez mais transparente.

Como um autêntico roseano, sua Paixão foi se tornando intensa ao participar ativamente do Grupo de Estudos sobre Guimarães Rosa, e no convívio com a Companheira Marily da Cunha Bezerra, que possibilitou uma maior afinidade afetiva e eletiva de encantamento de vida e da obra de Guimarães Rosa.

É encantado como Marily, que juntos afirmam: “Aquele lugar nos esperava? ... Lá estava o Morro da Garça, solitário, sob o olhar de uma população de três mil pessoas que nunca tinham lido Guimarães Rosa e nem sabiam que seu morrão era famoso. Mas o morrão é deles, os viu nascer e acompanha a vida daquele lugar desde sempre”⁵.

Mas ele questiona a condição do seu morar: “E o morro que nos encanta, que vemos da janela da nossa casa sertaneja é o mesmo que vêm os vizinhos morrogarcenses?”⁶

Como um andarilho, tem a consciência de ser migrante e tem a resposta do seu questionamento: “Sabemos que não, que a paisagem é dentro de nós, enquadrada por nosso olhar particular, por nossa memória individual, por mais coletiva que possa ser”⁷.

O antigo migrante nascido no dia 19/04/1946, em Mülheim-Ruhr, no grande centro industrial do “Vale de Ruhr”, onde se situam as minas de carvão, e a presença das grandes Siderúrgicas (Krupp, Thyssen, Stinnes) atende ao Recado do Morro por duas dimensões: sua condição intrínseca de imigrante e a paixão por Guimarães Rosa.

Vivendo desde pequeno no Vale do Ruhr, Heinz Dieter Heidemann conviveu com vários imigrantes, principalmente Poloneses, em um período marcado pela reconstrução do pós-guerra até o “milagre econômico”. Após a Segunda Guerra, o Vale ficou sob o controle dos americanos, britânicos e franceses, que impõem uma política de restrições da produção e controle de preços. Os mineradores viviam em situação de moradia e alimentação de péssimas condições. O objetivo era o de eliminar as indústrias bélicas do Vale com o objetivo de transformar a Alemanha em um país agrícola (Plano Morgenthau), colocando a reconstrução da Alemanha a passos muito lentos.

⁴ <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300002>

⁵ <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300002>. Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta: **Estudos Avançados**, vol. 20. nº 58. São Paulo, Sept./Dec. 2006.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.



Devido às perdas sofridas com a Segunda Guerra, sobretudo no sistema de transporte, foi necessário repor a produção de carvão, aço e ferro. Só a partir do ano de 1848 é que inicia o processo de recuperação através das reformas, monetária e de liberação dos preços e salários⁸, intensificando a migração para o Ruhr, com a vinda de Poloneses, Italianos, Turcos, Espanhóis e Portugueses. Este convívio marcará sua vida na luta pelo imigrante, situação de exploração da sua força de trabalho.

Entre 1952 e 1966 frequentou a Escola Fundamental e o Colégio Humanística, no Vale do Ruhr. Depois de cumprir o serviço militar e trabalhar na Marinha Mercante, em 1969, entra na Universidade de Marburg, nos cursos de Geografia e Letras (Germanística).

As Minas Gerais, nas suas veredas, realizou o prazer do amante estudioso da Paisagem, aproximando-se e enraizando-se na Comunidade do Morro. Nhô Dito⁹ é talvez a melhor forma pela qual os moradores locais conseguem demonstrar seus afetos e pronunciar o seu nome. Fato que ficou claro quando o vi pela primeira vez no I Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, realizado em Aracaju-Sergipe, no qual aquele Professor Alemão que eu não conseguia pronunciar o nome corretamente trazia para mim o diferencial que, em uma década e meia, desde a minha entrada no curso de geografia, eu esperava encontrar, desde os tempos da “dor” de um corte estabelecido nos tempos sombrios que frequentei a Faculdade de Ciências Humanas no Curso de Geografia/SE, no período da ditadura militar, nos anos de 1970.

Ao vê-lo, em 1985, no Encontro Nacional de Prática de Ensino/UFS, contrapondo-se à leitura neopositivista da geografia, com seu jeito aparentemente simples, mas por convicções da crítica, ele representou a primeira chamada da possibilidade de meu possível retorno à Academia. Ao final do evento, tivemos um encontro muito rápido no qual ele convidou-me para conversar. Nessa direção, o resultado foi, embora lento, a busca da certeza e a concretização de meu retorno à Academia.

Entre o conhecer e o reconhecer, fomos aos poucos encontrando identidades que fortaleceram nossa amizade eletiva e afetiva. Através do seu olhar, fui aos poucos apresentada a uma nova dimensão do pensar a geografia, com o mix dos ingredientes dos condimentos do prazer que me passou, o de ter de cozinhar, que eu me opunha. Dieter Heidemann ensinou-me a dar um outro significado aos temperos e condimentos através da narrativa do amor à cozinha das lembranças do seu Avô (sua grande Paixão). Desses bons papos descontraídos, resultou o meu primeiro e único Caderno de Receitas, ilustrado com frases de Marx. Da(s) Afinidade(s) Eletiva(s), foi-se consolidando uma relação de afeto como Amigo, Professor, Orientador no Mestrado e Doutorado.

⁸ <https://mises.jusbrasil.com.br/noticias/126537213/como-se-deu-o-milagre-economico-alemao-do-pos-guerra>

⁹ **Nhô:** Forma reduzida de sinhô; ioiô, senhor.

Fez sua graduação em Geographie, Germanistik - Philipps-Universität, Marburg (1975). Em 1971, estudante de graduação, foi bolsista um ano na América Latina, particularmente no Brasil, em São Paulo, na USP. Realizou, em 1977, viagens e participou de Congressos em Cuba e México. Além disso, realizou seu Doutorado na Philipps-Universität, Marburg, em Geografia (tendo a Sociologia e Romanística como áreas complementares), concluindo em 1980. Durante seu Doutorado, passou um ano (1976) como bolsista no Departamento de Economia do “Instituto Joaquim Nabuco”, preparando a pesquisa de campo da sua Tese, onde terminou seus estudos com a Monografia sobre Migrações Portuguesas para Alemanha.

Depois da conclusão do Doutorado, aceitou, em 1981, o Convite do Prof. Manuel Correia de Andrade para atuar como professor visitante na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, lecionando as disciplinas História do Pensamento Geográfica, Migrações e Relação Campo-Cidade. Orientou quatro Dissertações de Mestrado, sendo três em Geografia e uma na Sociologia.

Durante o período que viveu em Pernambuco, é marcante o seu diferencial ao escolher residir em Olinda, e não Recife. Pequenas e grandes marcas me deram a certeza dessa sua singularidade.

Nascido, como sempre dizia, sob o signo da Paixão, Dieter Heidemann contrapõe-se à visão da normalidade do cotidiano nordestino, rompendo, sem apresentar sectarismos, em seus passos lentos de grande observador, na cadência do seu cachimbo, a marca indelével do migrante.

Paixão. [...] não apenas como um acontecimento – simples complemento do mundo - ou fonte de prazer e angústia, alegria e tristeza [...], mas como ‘também afirmação de liberdade’. [...] com a paixão, pode-se realizar uma reflexão por inteiro, uma vez que ‘espírito e corpo são uma só e mesma coisa’ (NOVAES, 2006, p. 12).

Quanto te entenderam? Quanto compreenderam a identidade dos seus afetos e das suas ideias? De certa forma, essa responsabilidade não é apenas do Outro, mas também do próprio Professor Dieter, que tinha como preferência conhecer pelo Olhar. “Olho poderoso”. Olhar que “expõe no e ao visível nosso íntimo e o de outrem”. [...] “Porque cremos que a visão se faz em nós pelo fora e, simultaneamente, se faz de nós para fora” (CHAUÍ, 2003, p. 33).

Olhava mais do que falava. Perscrutava com o sentimento do querer dar ao Outro a certeza de que esse era capaz. Ou por omissão, talvez por preferir secar as palavras das tempestades da indiscrição. Olhar que observa, que “[...] recebe passivamente, com prazer ou desprazer, contanto que estejam abertos” (BOSI, 2003, p. 67).



Entre 1970 a 1980, ministrou aulas na Universidade Popular na área de “Alemão para Estrangeiros”, para alunos trabalhadores de Portugal, Turquia e Itália. Paralelamente, coordenou o “Centro Cultural Português” na vizinha Stadt Allendorf, organizando seminários, excursões e diversas atividades culturais, teatrais e cinematográficas.

Fez concurso na Universidade Federal de Sergipe/UFS, em 1983, onde permaneceu até 1989. Assumiu a direção da Revista GeoNordeste, de 1984 a 1985. Foi professor na Graduação, marcando o debate da crítica marxista, o que possibilitou o surgimento de contraposições ao fechamento acadêmico enquadrado naquele contexto pela forte influência da militarização que as Universidades viviam face às fortes determinações impostas pela Ditadura Militar. No Núcleo de Pós-Graduação de Geografia da UFS orientou quatro Dissertações de Mestrado, entre as quais fui uma privilegiada.

Em 08 de novembro de 1985, foi designado diretor do Centro de Atividades de Extensão (CECAC) da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Sergipe (UFS), através da portaria de nº 431, de 08/11/1985, até 24 de novembro de 1988. No período em que foi diretor do CECAC, substituiu o Pró-Reitor de Extensão em algumas ocasiões. As substituições ocorreram entre janeiro de 1986 e agosto de 1988.

Entre 22/08/1986 e 12/09/1986 esteve afastado das atividades da Universidade Federal de Sergipe, devido à viagem para conferência Regional dos Países Mediterrâneos em Barcelona – Espanha com ônus do CNPQ.

Ainda enquanto foi professor na UFS, ministrou o curso em História do Pensamento Geográfico na Alemanha, por duas vezes, na Pós-Graduação de Geografia da USP, no período de outubro, novembro e dezembro de 1988 e entre 16 de dezembro de 1988 a 15 de janeiro de 1989.

Durante o período que foi docente na UFS, esteve à frente do Núcleo de Cultura Alemã (NUCA), oferecendo cursos de língua alemã e multidisciplinares em Cursos de Férias para Estrangeiros. Após concurso na USP, parte para São Paulo, em 1989, para assumir outros ares, deixando o lado nordestino alemão e uma grande ausência do debate marxista.

De 1989 a 2016, foi professor até sua aposentadoria, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo/USP. Tendo sido Professor de várias disciplinas. Das quais, na Pós-Graduação: História do Pensamento Geográfico; Migração e Mobilidade do Trabalho; Geografia e Literatura; e Paisagem. Na Graduação: Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia; Geografia da População; Geografia Humana e Econômica; Geografia Humana, Geral e do Brasil; Geografia Regional do Brasil; Geografia Social; Geografia Social e Política; História do Pensamento Geográfico; Iniciação à Pesquisa em

Geografia; Técnicas de Campo e de Laboratório em Geografia; Teoria e Método em Geografia I e II; Trabalho de Campo I e II; Migrações e Trabalho.

Embora abraçasse essa diversidade de disciplinas, o seu forte, o seu objeto de paixão da teoria e pesquisa de campo sempre foi o tema Migração. Migrante fixo, mas sempre móvel, desde criança sente a dor dos que foram movidos pela avidez do capital. Como intelectual, sente a obrigação de colocar no papel a dor da humilhação, da luta dos deserdados.

Um dos textos que tenho forte lembrança no mestrado e que foi marcante para minha aproximação aos estudos de Migração foi escrito em 1984, na visão crítica e na reflexão do fato, a partir da totalidade das relações capitalistas de produção, afastando-se do estudo de caso e compreendendo a situação da força de trabalho no campo nas diferentes escalas geográficas. “A volta do Pau-de-Arara como veículo de homogeneização do mercado mundial. A Contribuição da Migração de Retorno para o Desenvolvimento Regional do Sertão Nordestino”. Em um contexto em que falar sobre a crítica do valor era exceção, a sua análise dialética indicava a leitura das contradições. Como ele afirma (1984, p. 47): “Mas o Sertão nordestino, ‘campo de concentração’ da propriedade da terra, de posse d’água e de renda, é também uma área de migração de retorno”. Motivos como analisava “induzidos pelo fetiche da mercadoria podem esclarecer questões da ‘ideologia’ da volta e da ‘seletividade’ da migração de retorno” (ibid, p. 49).

A clareza da sua análise no entendimento da totalidade foge do senso comum analítico da migração como consequência da seca no sertão, e afirma: o migrante de retorno “desenvolve as suas ambições cada vez mais em torno de dinheiro, afastando-se desta maneira dos valores de uso e orientando-se pelo valor de troca” (ibid).

O DIFERENTE

Sempre estive à frente de uma Guerrilha silenciosa da desobediência, favorecida talvez pelo direito à diferença da sua condição de migrante. Está no entendimento do Professor Dieter que “o caráter destrutivo não está nem um pouco interessado em ser compreendido. Considera esforços, nesse sentido, superficiais. Ser mal compreendido não o afeta”. (BENJAMIM, 1995, p. 236).

É nas passagens benjaminianas que encontra eco a sua aproximação na crítica radical por ter clareza que o caráter destrutivo é “[...] a necessidade de que o ar fresco e espaço livre é mais forte que todo ódio” (BENJAMIM, 1995, p. 236).

Mas o ponto de encontro do seu pensar tem eco nos escritos analíticos em Robert Kurz:



A crítica não pode, porém, deixar-se levar apenas pelo ‘ódio visceral’; deve legitimar-se novamente em seus fundamentos e do ponto de vista intelectual. Mesmo quando se serve do conceito teórico, isso não significa nenhum vínculo retrogressivo com os padrões do próprio esclarecimento, senão que, inversamente atende apenas à necessidade de destruir sua autolegitimação intelectual. Não se trata de dar, à maneira esclarecida e em nome de uma abstrata razão repressiva (ou seja, em oposição ao bem estar do indivíduo) rédeas curtas aos afetos, mas ao contrário, de rebentar a legitimação intelectual dessa moderna autodomesticação do ser humano” (KURZ, 2010, p. 39).

Nessa perspectiva, Dieter vai escavando o diferente. “O caráter destrutivo deixa que o interpretem mal. Ele não fomenta o mexerico. **O caráter destrutivo tem a consciência do homem histórico**¹⁰. “Esta “certeza” o faz aproximar-se com fraternidade do Robert Kurz e do Grupo Krisis. Assim é que nos anos de 1990 dá início sua participação ativa no “Grupo de Estudos Permanente” sobre a obra de Robert Kurz do qual resultaram orientações de várias dissertações e teses¹¹. Dessa longa caminhada, reproduzo em síntese a sua fala¹²:

Somos um grupo de estudos dedicado à obra do autor ao longo dos últimos dezenove anos, desde 1993, não podemos deixar de lado uma sensibilidade e empatia pessoal. Tivemos diversas oportunidades de partilhar com Robert Kurz, no Brasil e na Alemanha, a experiência do debate vivo e isso agora não pode mais ser feito. Os seus textos ainda podem ser lidos e podem nos trazer muitas questões conforme discutiremos abaixo, mas fica a sensação de grande vazio para quem pôde experimentar a vivacidade com que Kurz respondia à realidade em nossos diálogos. Com Kurz estivemos em alguns seminários dos grupos Krisis e Exit!, fizemos trabalhos de campo pela Alemanha e pelo Brasil.

Experiência que foi e continua possibilitando um pensar diferenciado presente pela crítica radical, rompendo com esquemas fechados de leituras, tendo como fundamento os escritos de Roberto Kurz, subsumidos nos fundamentos da negação de qualquer perspectiva emancipatória iluminista da modernidade.

Ao chegar para cursar meu Doutorado na USP, em 1996, minha frequência no Laboratório de Urbana (LABUR) torna-se obrigatória, com o brilho da possibilidade do aprofundamento teórico, e neste, à tarde, principalmente da quarta feira, era reservada à leitura em grupo do livro O Colapso da Modernização de Robert Kurz. Acompanhei a leitura deste livro com a certeza da

¹⁰ Destaque nosso.

¹¹ Em abril de 2004, o grupo Krisis sofre uma cisão, e Robert Kurz, Roswitha Scholz e Claus Peter Ortlieb criam um novo grupo, em torno da revista EXIT! – Kritik und Krise der Warengesellschaft.

¹² Entrevista com Ricardo Antunes, da Unicamp, e Dieter Heidemann, junto com membros do Grupo de Estudos de Crítica ao Valor-Cisão, da USP, sobre o legado da obra e do pensamento de Robert Kurz. <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4598&secao=400>

necessidade premente da crítica radical da evolução do sistema capitalista, do limite do capital face ao novo padrão de produção. Estava óbvio o entendimento de que: “Na economia de mercadorias capitalista, em que a força de trabalho é uma mercadoria entre muitas, a anarquia da vida econômica conduz a situação de que a força de trabalho fica paralisada com seus proprietários primitivos, os trabalhadores: acontece um aumento do desemprego” (KURZ, 1993, p. 121).

A crítica radical trouxe o debate da crise do socialismo da União Soviética e dos países do leste Europeu, desfetichizando a ideia da libertação da ilusão da sociedade de trabalho, como definição positiva, do colapso dos mercados planejados. Para o referenciado autor: “socialismo real tinha que fracassar em sua própria irracionalidade interna, na forma-mercadoria levada ao extremo do absurdo e na relação insustentável com o exterior, na qual esta se realizava de forma negativa” (ibid, p. 152).

Por duas gestões, foi Coordenador do Laboratório de Geografia Urbana/LABUR/FFLCH/USP/DG, 1/1991 - 1/1992; 2/1998 - 2/2000, e de 1/1996 - 1/1998 foi Vice-Coordenador do LABUR.

O “Bola na Sexta”, durante o período que esteve na frente do LABUR, foi intensamente vivido com a mistura do entendimento de que, como afirmou Guimarães Rosa, dava-se pelos caminhos da poesia, da emoção poética¹³. Assim é que nos deleitávamos lendo em alta voz, no grupo, o livro “Afinidades Eletivas”, de J. W. Goethe.

É no LABUR que seus participantes, sob a coordenação de Dieter Heidemann, fizeram a tradução e publicação do livro: “O Manifesto Contra o Trabalho” (1999). Ali, pautam reflexões sobre a crítica do valor e discussões teóricas da produção fetichizada do espaço, a partir das análises do Grupo Krisis, no debate da superação do fetichismo trabalho.

Robert Kurz esteve presente em várias ocasiões na USP e no LABUR. É no LABUR que foram desenvolvidos diversos debates da crítica do trabalho, do poder totalitário na sociedade moderna em crise. A crítica radical ao Estado e ao mercado está presente em todos os escritos das publicações do Grupo Krisis.

Dieter Heidemann, em todas suas publicações, expõe à crítica a visão utópica iluminista do caráter emancipatório do Estado. Debate que ele irá trazer pela primeira vez para dentro da geografia no Encontro Nacional dos Geógrafos/ENG/1996, em Recife. Estado e Mercado são postos como um sistema híbrido, no qual “o mercado é o responsável pela sujeição dos homens “a ‘ditadura muda’, do dinheiro e da rentabilidade econômica” (KURZ, 1997).

¹³ Referencio as palavras de Guimarães Rosa citadas na Introdução do texto.



Foi também nos anos de 1990, Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB seção São Paulo, assumindo como editor de 1994 a 1996, o Boletim Paulista de Geografia.

Na frente do Departamento de Geografia da USP, foi Membro do Conselho e Vice-chefe do DG, esteve à frente na Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH) e Presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FFLCH.

Teve ativa integração no Serviço Pastoral de Migrantes (SPM/CNBB), participando como membro do Conselho Editorial da Revista “TRAVESSIA”. E em 1999, organizou o Congresso “Mobilidade, Migrações” com a União Geográfica Internacional (UGI), no FFCLH/USP.

Destaco a sua atuação como Vice-Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) entre 2002 e 2006, principalmente pela investigação e organização do “Dossiê AGB” do acervo de Caio Prado Jr., constituído por trezentos documentos relativos ao período de 1934 a 1935. “Além do livro de Atas consiste de correspondências, originais dos primeiros quatro números da Revista Geografia.” (INUMATTI; SEABRA; HEIDEMANN, 2008). O Dossiê foi complementado pela reprodução integral dos Documentos em CD, conjunto documental organizado, descrito e comentado para pesquisas, reflexões críticas da produção do conhecimento¹⁴. Resultou também na publicação do livro: Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (2008).

Com Marily da Cunha Bezerra, sua companheira e estudiosa, apaixonada por Guimarães Rosa, Dieter Heidemann publica o Ensaio: “Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta!”¹⁵ (BEZERRA, HEIDEMANN, 2006), coordenando a “Oficina Guimarães Rosa” e o Seminário Internacional “50 anos Grande Sertão: Veredas”.

Além dos trabalhos registrados neste referente texto, vários outros podem ser identificados no seu currículo lattes: Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5563544748991538>.

Destaco as publicações: “Os Migrantes e a Crise da Sociedade do Trabalho. Humilhação secundária resistência e emancipação” (HEIDEMANN, 2004). Texto apresentado no III Fórum Social Mundial/2003. Fica explícita a intensa preocupação com o crescimento das migrações no Brasil e no mundo, “[...] Estamos vivendo em um mundo repleto de migrantes e refugiados, numa atmosfera de precariedade e cinismo, oportunismo e medo” (ibid, p. 25).

Afirma o autor:

Paradoxalmente, essa parcela crescente da humanidade nem pode imaginar uma outra forma de existência. No atual estado das relações globais, a maior parte do mundo torna-se supérflua. Em várias das antigas economias nacionais, as

¹⁴ Ibid, p. 11.

¹⁵ <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300002>.

populações ganham **status**¹⁶ de mendigos e vagabundos, que nem vivem nem morrem. Mas apesar disso, essas populações, mobilizadas e flexibilizadas na famigerada globalização, permanecem presas à forma moderna do sistema produtor de mercadorias e à sua própria forma de sujeito sujeitado (ibid, p. 27).

Sustentado no debate teórico da crise e crítica da sociedade do trabalho, do colapso da modernização, afirma:

[...] o ímpeto do capital de valorizar toda a força de trabalho não-rentável se cansou; de outro, milhões e milhões de 'supérfluos' desenvolvem seu ímpeto de migrar para os centros que provocaram sua miséria. [...] Os migrantes não constituem mais um 'exército industrial de reserva', mas sim, integram um 'lixo social de difícil reciclagem humanística (ibid, p. 28).

Dieter Heidemann tem a clareza de que modernizar é mobilizar. A mobilização forçada é resultado da modernização: “[...] Qualquer tentativa de modernizar tardiamente traz consigo mais processos de mobilização forçada” (ibid, p. 36).

Dos textos publicados, considero a expressão de sua história *Eppur-si-muove* (HEIDEMANN, 2015). No seu artigo *EPPUR SI MUOVE*, Heidemann afirma:

Apesar de tudo isso: a terra está em constante movimento, "eppur se muove". Os migrantes têm informações sobre todos os horrores e ódios, mas a avalanche de migrantes desesperados (mas com esperança) não cessa. Contam com sorte individual e subjetiva. São negativamente livres dentro de um invólucro destrutivo de um sistema social.

Por que tudo isso? Será que basta dizer que o ser humano é inquieto por natureza? Podemos falar de uma mobilidade humana (para diferenciar as migrações do voo das andorinhas? Ou para dizer que migrantes também são seres humanos? É para lembrar uma condição humana trans-histórica ou para rever os conceitos do humanismo renascentista?) ou trata-se de mobilizados por uma "mão invisível" das regras do mercado e da concorrência? Humano ou social, universal e global? Nem as ondas de movimentos migratórios, nem as guerras geopolíticas contemporâneas de controle sobre o mundo podem ser explicadas a partir de princípios de uma "essência humana", mas apenas a partir de uma análise concreta do desenvolvimento global social que produziu essas calamidades.

Como já foi afirmado, para Dieter Heideman, o fundamento da sociedade moderna está implícito na relação: modernizar é mobilizar, em que cada indivíduo sujeitado às regras da economia de mercado se torna cada vez mais flexível. “Em tempos de colapso, esta situação mostra a sua cara mais cruel. [...] Todas as destruições e toda a barbárie são produtos ‘apenas’ colaterais da busca cega por valorização do capital, núcleo duro da modernização”¹⁷.

¹⁶ Destaque do autor.

¹⁷ Ibid.



Mas o que mais apaixona da/e na sua capacidade de Ser e Pensar é, como afirmei anteriormente, a sua condição do diferente. Na sua singularidade, podemos encontrar a sua relação com a literatura infantil. Dieter Heidemann nos dá uma nova faceta como tradutor dos livros infantis:

1. O Beijo (Valérie d'Heur) - Tradução em parceria com Heloísa Jahn;
2. O urso que queria ser pai (Wolf Erlbruch);
3. Da pequena toupeira que queria saber quem tinha feito cocô na cabeça dela. (Wolf Erlbruch);
4. Quando as Cores Foram Proibidas (Monica Feth);
5. Vô, Eu sei Domar Abelhas (Monika Feth);
6. O Ovo que veio do Céu (Angelika Glitz);
7. HEIDEMANN, Dieter; BORATYNSKI, A, F. M. /. O pintor, a cidade e o mar. 1997 (Tradução);
8. HEIDEMANN, Dieter; BORATYNSKI, A, F. M. /. O limpador de placas. 1997 (Tradução);
9. HEIDEMANN, Dieter; ROEHL, R. K. /. Nas nuvens. 1999 (Tradução);
10. HEIDEMANN, Dieter; ROEHL, R. K. /. Orelha de limão. 1999 (Tradução);
11. HEIDEMANN, Dieter; SWOBODA, A, G. A. /. O monstruoso segredo de Lili. 1998 (Tradução).

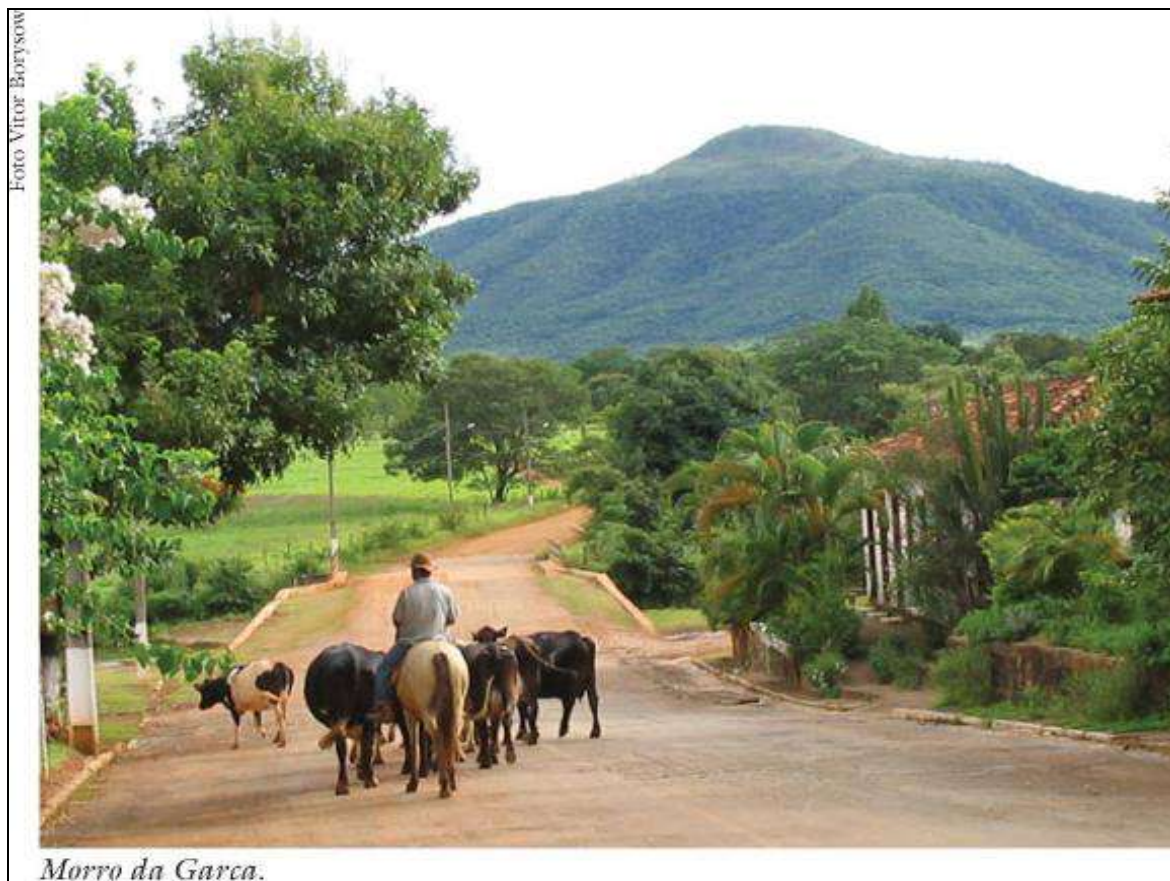
Na USP, Dieter Heideman dirigiu 23 orientações de Mestrado e 24 orientações de Doutorado, tendo como foco central suas linhas de Pesquisa em: História de Pensamento Geográfico; Mobilidade do Trabalho; Geografia e Literatura e Paisagem. Ver link: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300002.

Quisera ter aproveitado um pouco mais desse diferencial, como ele afirma em uma dedicatória que escreveu para mim em 1988, “DE IGUAL PARA IGUAL, DESARMADO”, penso que poderemos desfrutar dessa caminhada no chão do Morro da Garça. Em um bom *conversé*, apreciando a paisagem no Morrão.

Digo: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”¹⁸.

¹⁸ FC II p. 46. Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Inté mais ver no Morro da Garça, Nhô Dito.



BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

BENJAMIN, Walter. **O Caráter Destrutivo**. In: Rua de Mão Única, Obras Escolhidas II, 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1995, pp. 236 e 237.

BEZERRA, Marily da Cunha; HEIDEMANN, Heinz Dieter. Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta. In: **Estudos Avançados**, vol. 20, nº 58. São Paulo, Sept./Dec. 2006.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In: NORVAES, Adalto. et al. (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 65-87.

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NORVAES, Adalto. et al. (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 31-62.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. A volta do Pau-de-Arara como veículo de homogeneização do mercado mundial. A Contribuição da Migração de Retorno para o Desenvolvimento Regional do Sertão Nordestino. In: Revista **GeoNordeste**, março, Ano I, número 1, 1984.



_____. **Bem-me-quer, malmequer. Alemanha. Esquentam os debates sobre a nova legislação para estrangeiros.** Foco - Economia e Negócios. São Paulo: Contraplano, 03 maio de 2004, p. 66-68.

_____. Os migrantes e a crise da sociedade de trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.). **Migrações: discriminação e alternativas.** São Paulo: Paulinas, 2004, p. 25-40.

_____. EPPUR SI MUOVE (apesar das mortes, dos muros, das cercas de arame farpado, das políticas restritivas, da crescente xenofobia, do ódio e da hostilidade violenta contra imigrantes). **Boletim SPM Informa.** Ano 7, Edição 35, setembro 2015.

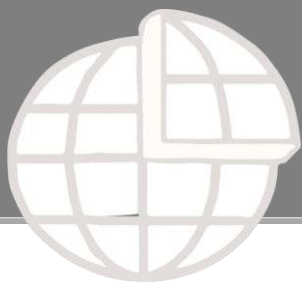
INUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Dieter (Orgs.). **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo: EDUSP, 2008, v. 1. 355p.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa, 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Para além de Estado e Mercado.** In: Os Últimos Combates. Petrópolis: Ed Vozes, 1997.

_____. **Manifesto contra o Trabalho** - sob o título original Manifest Gegen die Arbeit. Zeitschrift em junho de 1999.

NOVAES, Adauto. Por que tanta Paixão. In: CARDOSO, Sérgio. *et al.* **Os Sentidos da Paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11-13.



**BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA:
CAMINHOS DE DEDICAÇÃO E COMPROMISSO COM A GEOGRAFIA**

**BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA:
PATHWAYS OF DEDICATION AND COMMITMENT TO GEOGRAPHY**

**BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA:
VOIES DE DÉDICACE ET ENGAGEMENT EN MATIÈRE DE GÉOGRAPHIE**

Maina Pirajá Silva

Doutora em Geografia

Pós-doutoranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL)

E-mail: mainapiraja@yahoo.com.br

Silvana Sá de Carvalho

Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e

Desenvolvimento Social (UCSAL)

Doutora em Geografia

E-mail: silvana.carvalho@ucsal.br

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é descrever a trajetória de compromisso e dedicação à Geografia da docente e pesquisadora Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva. Esta é uma das mais importantes geógrafas atuantes na Bahia e uma das mais influentes pesquisadoras da Geografia teórico-quantitativa no Brasil. Do ponto de vista metodológico, foram utilizados na pesquisa questionário aberto com a professora e análise de seu currículo lattes, bem como revisões históricas e comparativas de algumas de suas produções intelectuais, e depoimentos e agradecimentos em teses e dissertações de alguns de seus ex-alunos. Assim, os resultados mostraram que durante quase cinco décadas, a professora Barbara-Christine vem deixando um legado de ensinamentos e conhecimentos para a Geografia, o que serve de inspiração para os presentes e futuros geógrafos.

Palavras-chave: Barbara-Christine Nentwig Silva; geografia; docência; pesquisa.

ABSTRACT:

The objective of this research is to describe the trajectory of commitment and dedication to the Geography of the teacher and researcher PhD. Barbara-Christine Nentwig Silva. This is one of the most important working geographers in Bahia and one of the most influential researchers of theoretical-quantitative Geography in Brazil. From the methodological point of view, they used the open questionnaire research with the teacher and analysis of their curriculum lattes, as well as historical and comparative revisions of some of their intellectual productions, and testimonials and thanks in thesis and dissertations of some of his former students. Thus, the results showed that for almost five decades, Professor Barbara-Christine has been leaving a legacy of teachings and knowledge for Geography, which serves as an inspiration for present and future geographers.

Keywords: Barbara-Christine Nentwig Silva; geography; teaching; research.

RÉSUMÉ:

L'objectif de cette recherche est de décrire la trajectoire d'engagement et de dévouement à la géographie de l'enseignant et chercheur Dr Barbara-Christine Nentwig Silva. C'est l'un des géographes les plus importants de Bahia et l'un des chercheurs les plus influents de la géographie théorique et quantitative au Brésil. Du

point de vue méthodologique, un questionnaire ouvert a été utilisé avec le professeur et l'analyse de son curriculum latte, ainsi que des révisions historiques et comparatives de certaines de ses productions intellectuelles, et des témoignages et remerciements dans les thèses et dissertations de certains de ses anciens étudiants. Ainsi, les résultats ont montré que pendant près de cinq décennies, la professeure Barbara-Christine a laissé un héritage d'enseignements et de connaissances pour la géographie, qui sert d'inspiration pour les géographes actuels et futurs.

Mots-clés: Barbara-Christine Nentwig Silva; géographie; enseignement; recherche.

1 INTRODUÇÃO

Durante quase 50 anos, a professora e pesquisadora alemã Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva vem dedicando seus estudos e práticas para a formação de professores e pesquisadores na área da Geografia e ciências afins.

Com conhecimento amplo, a professora é considerada uma das mais expoentes pesquisadoras da Geografia baiana e uma das mais importantes geógrafas na linha teórico-quantitativa no país.

Como pesquisadora, possui uma vasta produção acadêmica-científica de livros, artigos e capítulos de livros, bem como consultorias e palestras em eventos nacionais e internacionais. Seus estudos fornecem, sobretudo, reflexões sobre os desequilíbrios e desigualdades regionais, e dinâmicas demográficas e socioeconômicas no Brasil, Estado da Bahia, Região Metropolitana de Salvador e da metrópole Salvador, recebendo o auxílio das áreas da cartografia temática, análise de dados e da quantificação em Geografia. Ao mesmo tempo, a professora também publicou diversos estudos sobre a evolução dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Como docente, possui várias orientações de trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações, teses, cursos de extensão etc.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo mostrar um pouco da trajetória docente e de pesquisadora da professora Barbara-Christine, apontando suas contribuições à ciência e, em especial, à Geografia.

Como metodologia, foi analisado o currículo lattes da professora e utilizado um questionário aberto que foi respondido pela mesma. Além disso, foram colhidos depoimentos e agradecimentos em teses e dissertações de alguns de seus ex-alunos, e feitas revisões históricas e comparativas de algumas de suas produções intelectuais.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA BIOGRAFIA

Filha de pai advogado e mãe assistente técnica de laboratório clínico, Barbara-Christine nasceu em plena Segunda Guerra Mundial, no verão de 1940, em Breslau, na Silésia (antigo território alemão).

Por causa da guerra, teve uma infância muito difícil, como pode ser observado em seus relatos:

Fomos expulsos da Silésia onde nasci e onde moramos. Chegamos com outros refugiados perto de Bremen, no norte da Alemanha. Não podíamos escolher para onde ir. Fomos mandados para uma pequena vila e recebemos um quartinho no sótão de uma fazenda (DEPOIMENTO DE BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017).

Nessa vila, Barbara-Christine foi alfabetizada em uma sala com alunos de três diferentes turmas. Eles não tinham papel para escrever e utilizavam um pedaço de lousa escolar em pedra e lápis de pedra para fazer o dever. Segundo a professora, “[...] foram anos de muito trabalho para toda a população, escassez, angústia e muita fé para reconstruir o que foi perdido.” (DEPOIMENTO DE BARBARA-CHRISTINE NENTWIG SILVA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017).

Completo o ensino fundamental e médio em Bremen, na Alemanha. Pensou em fazer graduação em Arquitetura, mas, na época, exigia-se um estágio de seis meses na construção. Porém, por ser mulher, fazer estágio em uma construção no meio de homens seria muito difícil e ela não conhecia ninguém que havia feito isso. Dessa forma, optou por estudar Geografia, na Universidade de Freiburg, na Alemanha, pois havia lido muitos livros com relatos sobre diferentes países e suas culturas. Também se sentia atraída pela Climatologia e pela Biogeografia, por causa de um professor que ensinou esses assuntos e despertou o seu interesse. A professora ainda é graduada em Francês, pela mesma universidade.

Logo depois, Barbara-Christine fez doutorado também na Universidade de Freiburg. Sua tese foi intitulada *A região de cultura fumageira do Recôncavo da Bahia/Brasil*. Segundo a professora, foi realizada muita pesquisa de campo, mas obteve ajuda de diretores dos institutos de fumo no recôncavo e apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de ter conseguido uma bolsa do Itamaraty, por nove meses, para ficar em Salvador.



No entanto, com a tese já entregue para defesa, seu orientador faleceu. De acordo com a professora, foi difícil achar um novo orientador depois de tudo pronto e que tivesse familiaridade com a temática.

Barbara-Christine também foi casada com o renomado geógrafo brasileiro Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva, o qual ela conheceu na França. Casou-se na Alemanha, tendo como padrinho de casamento o ilustre geógrafo brasileiro Dr. Milton Santos. Os professores tiveram dois filhos (André e Maurício) e três netos (Tiago, Gabriel e Luíza). Infelizmente, o professor Sylvio Bandeira faleceu em março de 2017.

3 A TRAJETÓRIA DOCENTE E DE PESQUISA

3.1 As atividades docentes

A professora Barbara-Christine começou sua carreira no Brasil em 1971, na Universidade Federal da Bahia. Nessa época, foi pesquisadora do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geofísica e, em 1975, trabalhou como professora no Departamento de Geografia. Foi ainda coordenadora do Mestrado em Geografia no período de 1995 a 1999 e ajudou a construir o Laboratório de Cartografia (LACAR) na mesma instituição. Em 2002, após 31 anos de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, se aposentou, mas continua atuando como professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Geografia, com orientações no mestrado e doutorado.

Após sua aposentadoria na UFBA, continuou sua carreira acadêmica na Universidade Católica do Salvador (UCSAL) durante o período de 2003 a 2017, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Barbara-Christine foi ainda professora colaboradora de diversos programas de pós-graduação, como o Mestrado Profissional em Planejamento Territorial na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi também voluntária e orientou alunos no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *campus* Rio Claro, e professora visitante da Universidade Estadual de Maringá/PR. Ressalta-se que a mesma ajudou na criação da pós-graduação de quase todos esses cursos nestas universidades.

Em sua trajetória docente, a professora ministrou 14 diferentes disciplinas. Estas estavam ligadas às temáticas: cartografia, análise de dados e de informações geográficas, e metodologia e técnicas de pesquisa.

As disciplinas foram oferecidas na graduação em Geografia e na pós-graduação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, como pode ser evidenciado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Disciplinas ministradas pela professora ao longo de sua carreira

Disciplina	Nível superior	Curso	Instituição
Cartografia	Graduação	Geografia	UFBA
Cartografia I	Graduação	Geografia	UFBA
Cartografia II	Graduação	Geografia	UFBA
Cartografia III	Graduação	Geografia	UFBA
Leitura e interpretação de cartas	Graduação	Geografia	UFBA
Metodologia e técnicas de pesquisa em Geografia	Graduação	Geografia	UFBA
Prática e pesquisa de campo I	Graduação	Geografia	UFBA
Prática e pesquisa de campo II	Graduação	Geografia	UFBA
Análise de informações geográficas	Pós-graduação	Geografia	UFBA
Aplicativos computacionais na pesquisa geográfica	Pós-graduação	Geografia	UFBA
Cartografia geográfica	Pós-graduação	Geografia	UFBA/UFS
Análise de dados	Pós-graduação	Arquitetura e Urbanismo	UFBA
Análise de dados e Cartografia Temática	Pós-graduação	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social	UCSAL
Oficina de projetos ambientais	Pós-graduação	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social	UCSAL

Fonte: Silva, B. (2016). **Elaboração:** Autoras.

Do ponto de vista acadêmico, Barbara-Christine contribuiu de forma significativa ao orientar 11 teses de doutorado e 36 dissertações de mestrado, até o momento. Variadas temáticas foram trabalhadas por seus orientandos, como: atividades agrícolas — cultivo de cacau, abacaxi, açúcar, banana, feijão, fumo e hortaliças, bem como a modernização da agricultura. Outras temáticas estão ligadas à população, aos serviços de educação, saúde, turismo, transporte aéreo e comércio varejista, entre outros.

No geral, essas teses e dissertações analisaram a produção do espaço, planejamento e desenvolvimento urbano e regional, gestão, organização espacial, transformações e impactos socioespaciais, socioambientais e socioterritoriais, permanências, mudanças e tradições, em diversas escalas territoriais, sobretudo do Estado da Bahia. Muitos desses trabalhos também se apropriaram do uso da cartografia temática e das geotecnologias.



Sua primeira orientação de dissertação foi em 1995, de Sandra Santo, intitulada *A água em Feira de Santana: uma análise do bairro Rocinha*, na UFBA. Já a primeira tese foi em 1997, de Edilson Carvalho, com o tema *A cartografia e os aparelhos (ideológicos) de Estado no Brasil*, na UNESP.

A professora também participou de 69 bancas de mestrado, 13 bancas de doutorado e orientou 20 trabalhos de conclusão de curso (TCC) e oito alunos de iniciação científica.

Barbara-Christine ainda realizou diversos cursos de extensão e especialização, e foi membro de banca de seleção pública e de progressão funcional de docentes de diversas universidades.

3.2 As atividades de pesquisas

Em relação à pesquisa, Barbara-Christine tem uma larga e relevante produção intelectual. Grande parte dessa produção foi o resultado de projetos de pesquisas em parcerias com professores e pesquisadores renomados, com ênfase ao professor Sylvio Bandeira de Mello e Silva. Além disso, diversos trabalhos científicos foram realizados com seus orientandos.

Nesse sentido, no decorrer de sua carreira, foram publicados, até outubro de 2017, 61 artigos acadêmicos em revistas científicas, como autora ou coautora, em sua maioria, com conceito A1, A2 ou B1 (Qualis Capes) nacional e em revista A1 internacional. A professora também publicou 17 livros e 14 capítulos de livros.

Como resultado desses diversos trabalhos científicos importantes, Barbara-Christine foi bolsista de nível 1B de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Também foi líder de dois grupos de pesquisa *Glocal* (por 22 anos) e *Socioterritorial* (por 11 anos), junto com o professor Sylvio Bandeira de Mello e Silva.

Fez-se presente em debates de diversos eventos científicos pelo mundo e foi membro do comitê científico de distintos eventos. Em relação aos trabalhos completos e resumos publicados em anais de eventos, foram 56 os registrados. Foi ainda consultora *ad hoc* das agências de fomento Capes e CNPq, realizou diversos pareceres técnicos científicos para diferentes universidades do Brasil, foi membro da Comissão Estadual de Cartografia (CECAR) do Governo do Estado da Bahia, representante da Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, e compõe o corpo editorial de sete periódicos científicos: revista Geografia (UNESP/Rio Claro), Panorama Acadêmico (UNEB), Revista de Desenvolvimento Econômico-RDE (UNIFACS), Sitientibus (UEFS), Revista do Departamento de Geografia (USP), GeoNordeste (UFS) e a GeoTextos (UFBA).

Assim, todo esse cenário exposto serviu para estimular questionamentos sobre o perfil da sua trajetória intelectual e mostrar suas influências e concepções. Nesse sentido, este trabalho irá ponderar, a seguir, algumas obras publicadas pela professora Barbara-Christine com diferentes autores e em diferentes períodos.

Então, no período de 1971 a 1990, a professora publicou 16 artigos que tinham suas pesquisas mais centradas, principalmente, em assuntos sobre geoestatística, cartografia e demografia, como pode ser observado no Quadro 2, que traz um breve resumo de algumas de suas obras desse tempo.

Quadro 2: Breve resumo de alguns artigos publicados pela pesquisadora - 1971/1990

Autoria	Revista/ano	Título do artigo	Breve resumo
Silva, B. (1982)	Geografia/Rio Claro	Cartografia da concentração ou diversificação da precipitação no Estado da Bahia: uma aplicação do índice de Oliver	Trabalha com uma técnica matemático-estatística (“Índice de Oliver”). Esta permite definir a concentração/diversificação da periodicidade das precipitações durante o ano no Estado da Bahia. Os resultados são representados em um mapa de isolinhas que destaca regiões sensíveis às secas ou enchentes periódicas.
Silva, B. (1986)	GeoNordeste/São Cristóvão-SE	Uma medida do crescimento urbano e rural no Estado da Bahia	Estuda o crescimento da população urbana e rural no Estado da Bahia entre os anos de 1940 e 1980, através das taxas geométricas de crescimento anual. O trabalho indica também o modelo de crescimento (linear ou exponencial) da população dos municípios e faz uma predição de crescimento para o ano de 1990.
Silva, B. (1988)	Geografia/Rio Claro	Áreas de influência urbana no Estado da Bahia segundo o modelo de pontos limítrofes	Traz uma contribuição teórica para a delimitação de áreas de influência hipotética dos maiores centros urbanos do Estado da Bahia, considerando a população e a distância entre as cidades vizinhas, através de uma adaptação de um modelo gravitacional, estabelecendo, assim, a estimativa dos pontos limítrofes, que são representados por meio de um mapa.
Silva, B. (1989)	Cadernos de Geociências/Rio de Janeiro	Educação cartográfica: problemas e perspectivas de solução	Analisa os problemas que ocorrem no processo de ensino da cartografia e mostra que esses problemas estão relacionados com as várias etapas do processo ensino-aprendizagem, começando pela definição do objetivo do mapa, passando pelo tratamento das informações, até as técnicas de representações. O trabalho ainda faz propostas para a redução do “analfabetismo cartográfico”.

Elaboração: Autoras.



Nessa época, a professora Barbara-Christine e o professor Sylvio Bandeira ganharam expressão no país com relação aos trabalhos que desenvolviam na linha teórico-quantitativa (SOUZA, A., 2015). Com ênfase, em 1981, a mesma publicou o primeiro livro na Geografia com abordagem quantitativa no Brasil, intitulado *Quantificação em Geografia*, em parceria com a também geógrafa Lucia Helena de Oliveira Gerardi. O objetivo das autoras foi:

[...] escrever um livro destinado aos estudantes brasileiros dos cursos de graduação e de pós-graduação de Geografia e aos interessados na pesquisa geográfica. Queremos [...] tentar tirar a barreira do medo que muitas vezes é a responsável pelo desinteresse e incentivar a aplicação da quantificação na Geografia com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa geográfica no Brasil (GERARDI; SILVA, 1981, p. 2).

Dessa forma, além desse livro, foram publicados mais nove livros, com destaques para aqueles publicados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em parceria com os professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Sônia de Oliveira Leão — *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*, em 1985, e *O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna*, em 1987. Essas obras analisam as características e o funcionamento dos subsistemas urbano-regionais, a fim de apresentar subsídios ao planejamento. Ao mesmo tempo, apresenta uma apreciação teórico-conceitual sobre sistemas, cidades e região. Outro destaque é a obra *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*, de 1989, que foi o resultado de um projeto de pesquisa sobre a Região Metropolitana de Salvador e da SUDENE. Seu objetivo foi analisar o processo de urbanização e metropolização, bem como fazer uma relação entre a metrópole e as outras cidades do estado.

Porém, entre os anos de 1991 e 2000, a professora Barbara-Christine teve seus trabalhos mais ligados às temáticas sobre globalização e território em Salvador e no Estado da Bahia, e estudos mais avançados de geoinformação e cartografia, utilizando programas computacionais e Sistemas de Informação Geográfica (SIG), ainda de forma elementar. Nesse momento da pesquisa, foram publicados 14 artigos. Alguns deles podem ser evidenciados no Quadro 3.

Quadro 3: Breve resumo de alguns artigos publicados pela pesquisadora com diferentes colegas - 1991/2000

Autoria	Revista/ano	Título do artigo	Breve resumo
Silva, B. (1991)	Revista Brasileira de Geografia/Rio de Janeiro	Análise comparativa da posição de Salvador e do Estado da Bahia no cenário nacional	Mostra o dinamismo demográfico e as mudanças recentes ocorridas nas sedes das principais empresas privadas e públicas, destacando as posições dirigentes de Salvador, Região Metropolitana de Salvador e do Estado da Bahia em nível nacional.
Souza, J. e Silva, B. (1994)	Revista Brasileira de Geografia/Rio de Janeiro	Mapeamento automatizado: experiências com o programa "SURFER"	Testa o programa computacional SURFER e descreve detalhadamente os passos de sua utilização, com o intuito de facilitar, na época, a entrada de novos usuários na cartografia automatizada. Esta experiência se mostrou bastante satisfatória e o programa revelou-se de grande importância para o desenvolvimento da análise espacial com base no mapa automatizado.
Silva, B. e Souza, J. (1995)	Bahia Análise & Dados/Salvador	Sistemas de Informação Geográfica: uma ferramenta para o planejamento e ação	Faz uma análise do conceito e princípios de funcionamento do SIG, seu desenvolvimento, articulações históricas que conduziram e possibilitaram sua criação, a eficiência funcional, potencialidades e exemplos de aplicações.
Silva, S. e Silva, B. (1996b)	Revista de Geografia/Recife	Lugares e regiões em um contexto de dinâmica global	Analisa dois conceitos da Geografia — lugar e região — discutindo suas relevâncias e seus comportamentos diante da aceleração da dinâmica global.
Silva, S. e Silva, B. (1996a)	Geografia/Rio Claro	Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia	Discute as mudanças nas relações econômicas do Estado da Bahia e seus esforços para uma maior inclusão no contexto nacional e nos mercados globais, acarretando novas territorialidades no estado.
Silva, S. e Silva, B. (1998)	Conjuntura & Planejamento/Salvador	Salvador e os novos processos de globalização	Contribui para pensar sobre o futuro de Salvador no contexto da globalização, trazendo alguns pontos: conceito, vantagens e estratégias de combate à perversidade da globalização.

Elaboração: Autoras.

Outro trabalho de igual importância nesse período foi a obra *Cidade e região no Estado da Bahia*, de 1991, que analisa as transformações recentes do Estado da Bahia na área urbana e na área de regionalização, sua organização e reorganização espacial. Este livro foi o resultado do agrupamento de artigos anteriormente publicados pela professora e pelo professor Sylvio Bandeira.



Já entre os anos de 2001 a 2010, Barbara-Christine realizou diversas publicações ligadas às temáticas de três grandes projetos de pesquisa: *Desequilíbrios regionais no mundo: um estudo comparativo*, que tinha como objetivo analisar os desequilíbrios regionais em diferentes escalas territoriais com base em indicadores econômicos e sociais; *Desequilíbrios regionais nos estados brasileiros*, que visou discutir e ampliar a análise da questão regional no Brasil na escala estadual (microrregional) relacionando esses desequilíbrios aos problemas de planejamento e de desenvolvimento regional; e *Mudanças regionais recentes no Brasil e suas perspectivas*, onde trabalhou com as mudanças estruturais recentes da economia brasileira, tentando identificar padrões comuns e diferenciados, sobretudo em termos do balanço entre concentração e desconcentração das atividades econômicas e dos sistemas urbano-regionais em diferentes níveis territoriais, e faz comparações entre as principais políticas em nível nacional e estadual buscando conhecer formas de integração e de diversificação. Ressalta-se que, como nas outras décadas, muitos trabalhos da professora empregavam os Sistemas de Informações Geográficas como ferramentas de auxílio à pesquisa. Assim, o Quadro 4 apresenta um breve resumo de cinco artigos de 19 que foram publicados nesse período.

Quadro 4: Breve resumo de alguns artigos publicados pela pesquisadora com diferentes colegas - 2001/2010

Autoria	Revista/ano	Título do artigo	Breve resumo
Silva, B. e Coelho (2006)	RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico/Salvador	Macrocefalia urbana em Roraima e sua repercussão nos serviços de saúde	Avalia a macrocefalia urbana em Boa Vista do ponto de vista demográfico e de saúde. Demonstra que a concentração dos serviços de saúde em Boa Vista é muito maior, em termos relativos, que a concentração demográfica, e indica que há graves problemas de acessibilidade aos serviços de saúde no interior do estado e que há grande necessidade de se implantar políticas públicas de descentralização.
Silva, B., Silva, S. e Silva, M. (2008)	RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico/Salvador	Rede urbana e educação em Roraima	Pondera sobre o estado atual da organização espacial do sistema educacional no Estado de Roraima, relacionando-o com a sua rede urbana e discute questões de centralização e descentralização. O artigo aponta ainda a necessidade do planejamento integrado na educação em Roraima, valorizando sua perspectiva espacial para a otimização dos recursos.
Carvalho, S. e Silva, B. (2009)	Geografia/Rio Claro	Elaboração do mapa de zonas de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador através de modelagem cartográfica	Mostra a importância do geoprocessamento na análise espacial, trazendo uma técnica cartográfica, álgebra de mapas, mapeando, assim, as zonas de desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Silva, B. e Silva, M. (2010c)	Mercator/Fortaleza	Reunificação e evolução recente dos desequilíbrios regionais na Alemanha	Analisa a evolução, entre 1995 e 2006, dos desequilíbrios regionais na Alemanha. Os resultados mostraram que os desequilíbrios aumentam quando se divide a Alemanha em unidades (NUTs) menores. A análise permite afirmar que os desequilíbrios regionais na Alemanha pós-reunificação são e foram relativamente reduzidos, mas que é preciso percorrer ainda um caminho para se obter resultados mais expressivos.
Silva, S., Silva, B. e Silva, M. (2010b)	RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico/Salvador	Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese da convergência do desenvolvimento	Mensura os desequilíbrios regionais no Brasil, confrontando seus índices com a possibilidade da emergência da redução dos desníveis regionais, proposta na hipótese e na metodologia de Williamson (Índice de Williamson).

Elaboração: Autoras.

Outro trabalho de igual importância nesse tempo foi o livro *Estudos sobre globalização, território e Bahia*, em parceria com o professor Sylvio Bandeira, que traz uma série de resultados de pesquisas que aborda conceitos importantes como território, territorialização, região, lugar e globalização, bem como estudos sobre a regionalização do Estado da Bahia e versa sobre vários campos da Geografia: regional, econômica, urbana, população, agrária, política, turismo e sobre o Sistema de Informação Geográfica. Ressalta-se que o prefácio desse livro, que se encontra em segunda edição (2003), foi escrito pelo professor Dr. Pedro Vasconcelos, um dos grandes nomes da Geografia brasileira.

Além disso, Barbara-Christine publicou a obra *Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros*, junto com os professores Sylvio Bandeira de Mello e Silva e Araori Silva Coelho, em 2008, que trouxe também resultados de pesquisas sobre os desequilíbrios e desigualdades sociais em diferentes escalas territoriais do país, ressaltando, por conseguinte, a necessidade da busca da equidade social e econômica no Brasil. Este livro teve o prefácio escrito por um grande economista, o professor Dr. Fernando Pedrão, que atuou em organismos internacionais como a Organizações das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nesse período, a professora ainda teve o artigo *Brasil e Europa: uma análise comparativa das estruturas etárias* publicado em 2010, em parceria com a professora Maina Pirajá, na revista A1 internacional *Scripta Nova* da Universidade de Barcelona/Espanha. O trabalho teve como objetivo comparar a estrutura demográfica de países europeus com o Brasil e os estados brasileiros, onde foram realizadas classificações e comparações de indicadores de população. Com isto, foi possível



comparar a realidade brasileira diante dos países europeus, com o propósito de compreender as razões da disparidade entre os países.

No último período analisado (2011-2017), os principais temas estudados versaram sobre as regiões metropolitanas brasileiras, principalmente a Região Metropolitana de Salvador, e sobre demografia. Nesse momento, a professora era integrante de dois projetos de pesquisa – *Metrópoles na atualidade brasileira: a Região Metropolitana de Salvador*, ligado ao Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (PRONEX). O projeto analisou a realidade metropolitana de Salvador no contexto da rede metropolitana do país. Este estudo priorizou fenômenos, como: segregação socioespacial, problemas habitacionais, vulnerabilidade social, expansão do turismo, impactos dos grandes equipamentos e investimentos. O segundo projeto *Padrões demográficos no Brasil: diversidade e tendências recentes* trouxe a análise da evolução recente (1991-2010) da população brasileira em diferentes escalas, identificando seus principais padrões e tendências.

Nesse período, foram publicados três livros, quatro capítulos de livros e 12 artigos. Entre os artigos, foram publicados em 2013 e 2014, na revista anteriormente citada *Scripta Nova*, dois trabalhos com os títulos *População e meio ambiente no umbral do século XXI na cidade de Feira de Santana (Bahia-Brasil)*, junto com as professoras Sandra Santo, Rosângela Santos e Rosali Fernandes, onde analisaram a organização da população da cidade Feira de Santana e os seus impactos ambientais no início do século XXI, e o artigo *A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna*, que avaliou a posição de Salvador e de sua região metropolitana no contexto metropolitano nacional e a estruturação e dinâmica da Região Metropolitana de Salvador no Estado da Bahia e seus problemas de gestão, em parceria com os professores Sylvio Bandeira e Maina Pirajá.

Assim, seguindo o que foi realizado na pesquisa, o Quadro 5 traz um breve resumo de alguns artigos publicados.

Quadro 5: Breve resumo de alguns artigos publicados pela pesquisadora com diferentes colegas - 2011/2017

Autoria	Revista/ano	Título do artigo	Breve resumo
Silva, B. e Silva, M. (2011a)	GeoTextos/Salvador	Crescimento demográfico no Estado da Bahia, 2000 a 2010: uma Contribuição estatístico-cartográfica	Expõe a diversidade da população urbana e rural no Estado da Bahia e em suas diferentes escalas intraestaduais, entre os anos 2000–2010, priorizando uma análise cartográfica.
Silva, B. e Silva, M. (2011b)	Geografia/Rio Claro	Desequilíbrios na Região Metropolitana de Salvador e no Estado de Roraima: visualização através de anamorfoses e de mapas temáticos convencionais	Apresenta uma proposta de representação cartográfica através de anamorfoses e mapas temáticos convencionais, fazendo comparações com as disparidades regionais que ocorre na Região Metropolitana de Salvador com o Estado de Roraima, tentando identificar questões comuns e específicas, e permite mostrar a macrocefalia de Salvador em sua região metropolitana e de Boa Vista no Estado de Roraima.
Silva, B. e Silva, M. (2012)	Geografia/Rio Claro	Transformações na composição da população por idade nas maiores regiões metropolitanas nordestinas: 1991/2010	Emprega técnicas estatísticas e cartográficas para estudar as mudanças na estrutura da população por idade nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, as maiores e mais antigas da região Nordeste. É feito também um estudo da diversidade da estrutura etária nos municípios que compõem as regiões metropolitanas, segundo diferentes classificações.
Silva, S., Silva, B. e Silva, M. (2017)	GeoTextos/Salvador	Capital socioterritorial e indicadores de desenvolvimento: um estudo comparativo no Brasil	Analisa a organização social no Brasil, através da comparação entre a distribuição espacial das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) com os indicadores socioeconômicos, mostrando, assim, os desequilíbrios em diferentes escalas geográficas no país.

Elaboração: Autoras.

Destacam-se ainda os capítulos de livros em parceria com os professores Sylvio Bandeira e Maina Pirajá, intitulados *Regiões metropolitanas na atualidade brasileira: um estudo comparativo*, de 2014, que analisa a configuração urbano-regional do país através do papel da metropolização no sistema urbano, trazendo questões estratégicas a partir da relação tamanho-hierarquia e desenvolvimento regional, e *Governança urbana e governança metropolitana: desafios para o futuro*, de 2016, que discute o planejamento urbano de Salvador inserido em sua região metropolitana.



4 DEPOIMENTOS E AGRADECIMENTOS DE EX-ALUNOS

Após a análise das atividades docentes e de pesquisas da professora Barbara-Christine, foram incorporados agradecimentos retirados de dissertações e teses de alguns de seus ex-orientandos, com o objetivo de mostrar a importância do seu papel como orientadora na vida acadêmica de seus ex-alunos.

- Agradeço “[...] à professora [...], pela orientação firme e humana, permitindo que eu caminhasse à vontade, porém trazendo-me à realidade quando meus devaneios começavam a se tornar sérios.” (ROCHA, 2006, p. 5).
- “À professora [...], pelo alto nível de orientação que muito contribuiu para o engrandecimento do meu aprendizado”. (BAPTISTA, 2007, p. 6).
- “[...] a minha orientadora, [...] pelo exemplo de profissionalismo com o qual conduziu os trabalhos acadêmicos sob sua responsabilidade, além das sugestões, críticas e incentivos dados ao desenvolvimento da pesquisa.” (SANTOS, C., 2009, p. 5).
- “A minha orientadora, [...], com quem aprendi que além da competência profissional, é preciso ter outras qualidades que fazem das pessoas coerentes e sábias. Suas orientações vão para além da construção da dissertação, serviram para continuar minha caminhada.” (SANTOS, A., 2010, p. 6).
- “À professora [...], pois demonstrou a mim o rigor científico e eu percebi nela a criatividade, o compromisso, o conhecimento, a alegria pela pesquisa e a atenção ao outro.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, p. 6).
- “Meu especial agradecimento à minha orientadora, [...], pela valiosa orientação acadêmica, pelos conhecimentos adquiridos nas reuniões de orientação e compreensão nos momentos difíceis.” (CRUZ, 2015, p. 5).
- “Em 2003, apenas tomando conhecimento do título do meu projeto de mestrado, sem maiores informações sobre minha vida acadêmica, aceitou me orientar. Hoje, finalizamos mais um degrau, sem o conhecimento e incentivo da senhora esta tese não teria se concretizado.” (TELES, 2017, p. 5).

Ainda no sentido de mostrar a relevância da professora no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus alunos, foram inseridos depoimentos de três ex-alunas que são professoras em universidades no Estado da Bahia:

Para mim a professora Dra. Barbara-Christine Marie Nentwig Silva, a qual prefiro chamar de Christine, se resume em minha mãe acadêmica adotiva.

Mãe é aquela que educa. Educar não é uma profissão, é um dom, somente quem ama ensina, mesmo parecendo que o trabalho é o mesmo de professora, mas na verdade não o é. A professora só o é durante o período que está na Universidade, a educadora é em tempo integral.

Toda mãe amiga direciona seus filhos nos caminhos para a vida, com esperança, amor e determinação. Ela me auxiliou a diminuir minhas fraquezas e fortificar o que existe de mais belo dentro de mim dentro da vida profissional. Afinal, ela como orientadora no mestrado da Universidade Católica de Salvador me ensinou de forma objetiva a escrita e a linguagem acadêmica (algo que não sabia fazer, pois estava acostumada com a linguagem empresarial), bem como as questões cartográficas, em especial mapas e o geoprocessamento, o que me deu uma visão diferente sobre a gestão territorial.

Mãe é mãe, e todo mundo sabe que é insubstituível, inigualável, incomparável, simplesmente cuida e direciona a novas chances; e poucos são os que têm o privilégio de viver essa verdade, mesmo que haja distância física a proximidade sempre existirá, pois o que importa são as questões espaciais e de conexão em rede aprendidas nas aulas de Territorialidade.

Agradeço pelos conselhos e amizade e por ser uma das suas filhas acadêmicas. (Sua ex-Orientanda “Vapt-Vupt”, como a Professora Christine sempre me chamou). (DEPOIMENTO DE ALIGER DOS SANTOS PEREIRA, PROFESSORA DA UNEB E DO IFBA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2017).

No mestrado e doutorado tive fecundas oportunidades de aprender a ser pesquisadora a partir das significativas orientações da professora Barbara-Christine. Com ela aprendi que disciplina e compromisso são constructos fundamentais do sucesso profissional.

Sempre me impressionou a vitalidade demonstrada em seu trabalho cotidiano, o que me impulsionava a querer fazer sempre o melhor. Marcante também o rigor de suas orientações, no entanto acompanhado de respeito às minhas condições objetivas de produção científica.

Agradecerei sempre pelo exemplo de responsabilidade, seriedade e de busca incessante pelo conhecimento, elementos que tenho perseguido na consolidação da minha trajetória acadêmica. (DEPOIMENTO DE JOSEMARE PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO, PROFESSORA DA UNEB E DIRETORA ACADÊMICA DA FACULDADE MARIA MILZA, EM 26 DE DEZEMBRO DE 2017).

Quando recebi a solicitação de Maina e Silvana para fazer um breve relato sobre a influência da querida professora Christine em minha vida, fiquei honrada e preocupada... Como colocar tantas memórias em poucas palavras? Afinal, só para começar, além de ter sido uma das melhores mestras que já tive (e olha que a lista é imensa!), ela foi a responsável direta pela minha inserção no mundo da pesquisa, através do convite para participar do importante Laboratório de Cartografia da Universidade Federal da Bahia.

Após muita reflexão, surgiu uma grande ideia! Na verdade, TUDO pode ser resumido em duas palavras: MÃE ACADÊMICA! Ela deu a partida e conduziu os meus primeiros passos com firmeza e doçura (como fez com inúmeros outros profissionais) e ensinou, como uma MÃE MARAVILHOSA, que é possível ser forte, justa e amorosa simultaneamente! (DEPOIMENTO DE ROSALI BRAGA FERNANDES, PROFESSORA DA UNEB E UCSAL, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre os caminhos de dedicação e compromisso com a Geografia da docente e pesquisadora Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva, mesmo de forma bem resumida, revelou sua importância para o fortalecimento da ciência geográfica, sobretudo, do Estado da Bahia.

Suas contribuições resultaram na formação de centenas de alunos da graduação, bem como da pós-graduação com a formação de mestres e doutores, muitos dos quais ocupam hoje cargos relevantes em universidades e empresas. Sua produção intelectual também resultou no desenvolvimento de diversas pesquisas importantes.

Assim, os resultados deste trabalho mostraram que durante quase cinco décadas, a professora vem deixando um legado de ensinamentos e conhecimentos para a Geografia, o que serve de inspiração para os presentes e futuros geógrafos.

Com ênfase, por suas contribuições, a professora foi homenageada pela Pós-graduação em Geografia das Universidades Federais dos Estados de Sergipe e da Bahia.

Infelizmente, após o falecimento do professor Sylvio Bandeira no começo do ano de 2017, a professora Barbara-Christine atualmente diminuiu sua atuação como pesquisadora, mas ainda continua orientando alunos no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria Aura Seixas Pamponet. **Uma análise da agricultura familiar no semiárido da Bahia: o cultivo do abacaxi no município de Itaberaba**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, 2007.

CARVALHO, Edilson Alves de. **A cartografia e os aparelhos (ideológicos) de Estado no Brasil**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1997.

CARVALHO, Silvana Sá de; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Elaboração do mapa de zonas de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador através de modelagem cartográfica. **Geografia**, Rio Claro - SP, v. 34, p. 131-140, 2009.

CRUZ, Claudia Anastácio Coelho. **Mobilidade espacial da população para Vitória da Conquista, políticas públicas e dinâmica econômica na cidade e região no período de 1970 a 2015**. 2015. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

OLIVEIRA JUNIOR, Israel de. **O processo de desertificação: a vulnerabilidade e a degradação ambiental no polo regional de Jeremoabo-Bahia**. 2014. 273 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica**. 2006. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2006.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana - Bahia (1940-2010)**. 1995. [? f.]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTO, Sandra Medeiros et al. **População e meio ambiente no umbral do século XXI na cidade de Feira de Santana (Bahia-Brasil)**. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 17, n. 425, 01 jan. 2013. Não Paginado. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-425.htm>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SANTOS, André Gustavo Pinheiro dos. **A implantação da indústria de beneficiamento de couro Mastrotto Reichert S/A e as implicações socioespaciais no município de Cachoeira-BA**. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Claudio Ressurreição dos. **Interações espaciais e as redes entre o comércio de hortaliças do centro de abastecimento e os supermercados da cidade de Feira de Santana-BA**. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Cartografia da concentração ou diversificação da precipitação no Estado da Bahia: uma aplicação do Índice de Oliver**. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 137-146, 1982.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Uma medida do crescimento urbano e rural no Estado da Bahia**. **GeoNordeste**, São Cristóvão - SE, v. 3, n. 1, p. 1-16, 1986.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Áreas de influência urbana no Estado da Bahia segundo o modelo de pontos limítrofes**. **Geografia**, Rio Claro - SP, v. 13, n. 25, p. 139-143, 1988.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Educação cartográfica: problemas e perspectivas de solução**. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 71-78, 1989.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Análise comparativa da posição de Salvador e do Estado da Bahia no cenário nacional**. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 49-79, 1991.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 08 set. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5208385042617832>>. Acesso em: 02 out. 2017.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; COELHO, Araori Silva. **Macrocefalia urbana em Roraima e sua repercussão nos serviços de saúde**. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 8, n. 13, p. 28-34, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/73/77>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. **Brasil e Europa: uma análise comparativa das estruturas etárias**. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 14, n. 314, fev. 2010a. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-314.htm>>. Acesso em: 03 out. 2017.



SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese da convergência do desenvolvimento. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 22, p. 5-18, dez. 2010b. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1216/1178>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Reunificação e evolução recente dos desequilíbrios regionais na Alemanha. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 29-42, set./dez. 2010c. Não paginado. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/449>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Crescimento demográfico no Estado da Bahia, 2000 a 2010: uma contribuição estatístico-cartográfica. **GeoTextos**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 179-208, dez. 2011a.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Desequilíbrios na Região Metropolitana de Salvador e no Estado de Roraima: visualização através de anamorfoses e de mapas temáticos convencionais. **Geografia**, Rio Claro - SP, v. 36, p. 503-518, 2011b.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Transformações na composição da população por idade nas maiores regiões metropolitanas nordestinas: 1991-2010. **Geografia**, Rio Claro - SP, v. 37, p. 493-508, 2012.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Cidade e região no Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Maina Pirajá. Rede urbana e educação em Roraima. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 10, n. 18, p. 5-14, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1033/811>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SOUZA, Jaimeval Caetano de. Sistema de Informação Geográfica: uma ferramenta para o planejamento e ação. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 43-50, 1995.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: UFBA, 1989.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Globalização e reestruturação territorial no Estado da Bahia. **Geografia**, Rio Claro - SP, v. 21, n. 2, p. 67-85, 1996a.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Lugares e regiões em um contexto de dinâmica global. *Revista de Geografia*, Recife, v. 12, n. 2, p. 79-93, 1996b.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Salvador e os novos processos de globalização. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, v. 53, p. 4-9, 1998.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; COELHO, Araori Silva. **Desequilíbrio e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; LEÃO, Sônia de Oliveira. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE, 1985.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; LEÃO, Sônia de Oliveira. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE, 1987.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese da convergência do desenvolvimento. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 22, p. 5-18, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1216/1178>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 18, n. 479, 10 jun. 2014a. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-479.htm>>. Acesso em: 06 out. 2017.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Regiões metropolitanas na atualidade brasileira: um estudo comparativo. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; PEREIRA, Gilberto Corso. (Org.). **Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014b. p. 23-43.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Governança urbana e governança metropolitana: desafios para o futuro. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (Org.). **Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 205-231.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Capital socioterritorial e indicadores de desenvolvimento: um estudo comparativo no Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 29-51, jul. 2017. Disponível em: <<https://portal.seer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/20496/14740>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SOUSA, André Nunes de. **Percorso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo**: contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo. 2015. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Jaimeval Caetano de; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Mapeamento automatizado: experiências com o programa "SURFER". **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 165-201, 1994.

TELES, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira de Santana (BA) – permanências e mudanças**. 2017. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2017.





ENCONTROS E CAMINHADAS COM MARIA GERALDA DE ALMEIDA

ENCOUNTERS AND WALKS WITH MARIA GERALDA DE ALMEIDA

ENCUENTROS Y CAMINOS CON MARIA GERALDA DE ALMEIDA

Maria Augusta Mundim Vargas

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)

da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: guta98@hotmail.com.br

RESUMO:

O texto traz a trajetória de Maria Geralda de Almeida pelo olhar subjetivo de quem a descreve. O alinhamento acadêmico de sua produção é exposto em duas partes que se entrecruzam: a primeira trata dos “encontros” que demarcaram os rumos de sua caminhada e, a segunda, as direções que tomou decorrentes de seus “encontros e caminhadas”. Acadêmicos e gentes são sinalizados tanto quanto instituições e lugares com a intenção de mostrar sua produção geográfica e a singularidade do seu fazer.

Palavras-chave: geografia cultural; etnogeografia; Maria Geralda de Almeida.

ABSTRACT:

The text brings the trajectory of Professor and Geographer Maria Geralda de Almeida through the subjective look of those who describe it. The academic alignment of his production is exposed in two intertwining parts: the first deals with the "meetings" that marked the course of his "walk", and the second, the directions he took from his "meetings and walks". Scholars and people are signaled as much as institutions and places with the intention of showing their geographical production and the uniqueness of their do.

Keywords: cultural geography; ethnogeography; Maria Geralda de Almeida.

RESUMEN:

El texto trae la trayectoria de Maria Geralda de Almeida por la visión subjetiva de quien la describe. El alineamiento académico de su producción es expuesto en dos partes que se entrecruzan: la primera trata de los “encuentros” que demarcan los rumbos de su caminata y, la segunda, las direcciones elegidas decurrentes de sus “encuentros y caminatas”. Académicos y personas son señaladas tanto como instituciones y lugares con la intención de mostrar su producción geográfica y la singularidad de su quehacer.

Palabras clave: geografía cultural; etnogeografía; Maria Geralda de Almeida.

1 INTRODUÇÃO

Em textos comemorativos predomina a ideia de que o autor conheça o homenageado suficientemente para expor sua vida, no caso, a vida acadêmica, em que pese a produção na pesquisa, no ensino, na extensão e nos múltiplos vieses que o tripé universitário proporciona àqueles de mente fértil. Não tenho a pretensão, aqui, de traçar a trajetória acadêmica de Maria Geralda de Almeida, mas sim pincelar pelos encontros e caminhadas compartilhadas desde 1985, sobretudo, a importância de seus comportamentos e atitudes.

Ao aceitar a produção deste artigo, espero despertar nos leitores a importância de se observar os detalhes tais como os gestuais suaves, a fala pausada em tom baixo, o ritmo vigoroso das passadas e a constante anotação, aparentemente, de tudo que está em volta. Mais e para além dos registros pessoais de fatos passados, perceberão que Maria Geralda é exposta para o futuro, nas entrelinhas e nos detalhes de sua caminhada.

Entre os encontros e as caminhadas compartilhadas, observadas, respeitadas e compreendidas, o futuro esperado é apercebido pelas múltiplas dimensões do sentido de lealdade de quem não falta às promessas que faz; que é proba, honesta, honrada. E assim, de pronto, já delimito que não tenho a pretensão de traçar uma análise rigorosa da produção e da contribuição de Maria Geralda para a Geografia brasileira, mas apresentar a exposição da dimensão de sua honestidade para com a vida, para com a Geografia e para com os geógrafos.

Destarte, estabelecer um alinhamento acadêmico seria tarefa inglória ao tratar de alguém que se mostra e se joga de forma tão singular na vida que me encorajou a arriscar essa produção em duas partes que se entrecruzam. Tanto em uma como na outra, procurei expor pelo alinhamento do tempo, porém como não há encontros sem caminhadas e tampouco caminhadas sem encontros, busco expor na parte que segue essa introdução – Encontros –, pessoas que, se não moldaram, colaboraram com suas decisões e clareamentos em sua caminhada. Na parte seguinte – Encontros e Caminhadas –, as pessoas são importantes, mas já amadurecida pela vida, elas são encontradas nas instituições, nos grupos de pesquisa e nos encontros acadêmicos que reconhecem sua Geografia.

2 ENCONTROS

A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.
(‘Poetinha’ Vinicius de Moraes)

Nos primeiros anos da década de setenta do século passado (referência intencional e chocante), eu concluía meu curso de Geografia e pouco observei a moça loura de cabelos longos que vinha de outra instituição e que frequentou algumas disciplinas com ‘minha’ turma. Sim! Minha turma, seriada, era aquela que havia ingressado na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, e Maria Geralda passou pela turma anterior de Ceres e Júlio Cesar, pela minha e pela posterior, de Manuela e Zeneide, para conseguir os créditos suficientes e concluir o curso de Geografia. Tempos difíceis politicamente, tempos de turmas, grupinhos e falas contidas.

Quando nos encontramos, em 1985, já na Universidade Federal de Sergipe, eu mestranda e ela professora, lembramos uma da outra e até nos encontramos em fotos do I Encontro Nacional de



Geógrafos em Presidente Prudente (1972!). Infelizmente não cursei disciplina com Maria Geralda, por já haver concluído os créditos, e, logo em 1987, ela se transferiria para a Universidade Federal do Ceará.

Em Sergipe nos cruzamos em reuniões de planejamento urbano e regional dos governos estadual e municipal, mas, principalmente, nas reuniões festivas e intelectuais em nossas casas, com destaque para o especial acolhimento de Dieter Heidemann, meu orientador. Desses encontros, ela aceitou compor a banca de defesa de minha dissertação e inesquecível foi a forma como me acalmou desde a véspera sem, contudo, avançar em consolos de conteúdo acadêmico, o que me fez admirá-la ainda mais.

A Maria Geralda foi contratada como professora visitante da Universidade Federal de Sergipe pelo frescor de sua formação, recém-doutora, e pela experiência na Universidade Federal do Acre, com passagem rápida pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Acre e pela Universidade Federal de Rondônia. Ora, em menos de uma década, encara desafios acadêmicos e de gestão da realidade amazônica e se gradua em Mestre e Doutora na França, pela Universidade de Bordeaux. Sua vinda deu-se pela postura visionária de José Alexandre Felizola Diniz que, ao criar e assumir a coordenação do curso de mestrado em Geografia, primeira pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, procurou criar uma ambiência de produção diversa, temática e epistemologicamente. Assim, Maria Geralda se inseriu e se posicionou juntamente com positivistas clássicos e neoclássicos e materialistas históricos que contribuíram com disciplinas e seminários, para a minha formação e, certamente, para as pegadas futuras de minha amiga que ora homenageio, dentre eles, Dieter Heidemann, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva e sua esposa Barbara-Christine Nentwig Silva, ambos colaboradores da Universidade Federal da Bahia, Manoel Correa de Andrade e Tânia Bacelar de Araújo da Universidade Federal de Pernambuco, Rosa Ester Rossini da Universidade de São Paulo, Paul Claval da França e Silvana Levi de Lopes da Universidade Autônoma do México.

A Maria Geralda ‘que não encontrei’ mostra, em seu *curriculum*, que sua chegada em Sergipe se deu um mês após defender a Tese de Doutorado em Geografia Tropical em maio/1985, intitulada *Experiências de colonização rural no Estado do Acre, na Amazônia brasileira*. Antes da dedicatória, apresenta-se um extrato do poema de Bertolt Brecht *A exceção e a regra*, coincidentemente o mesmo trecho que extrai para o meu convite de casamento: Que tudo que seja dito habitual cause inquietação; na regra é preciso descobrir o abuso e, sempre que o abuso for encontrado, é preciso encontrar o remédio. Já a dedicatória, que ocupa o espaço superior da página aos encontros do Acre, diz: *Aos meus amigos do Acre dedico essa lição de Geografia, resultado da*

lição de vida que souberam me dar. E, o espaço inferior da mesma pagina àqueles que soltaram suas mãos pelo caminho: Aos pobres de espírito, de sua mesquinhez fiz meu desafio e alento; É de vocês também este trabalho.

Ela ainda conta casos desses tempos, em que a boca grande se abre em sorrisos largos ao falar de muitos: Dagoberto, Lu de Souza, Joaquim Caixeta, Mário Lima, Núbia Cavalcanti, Hélio Costa, Ricardo Ramires, Acyr Jorge, Sandra da Rosa, Ailton Luchiari, Luis Eduardo Pedroso, Lila e Francisco Carlos Cavalcanti. São esses os amigos da dedicatória que se mantêm presentes, seja pelos encontros, seja pelas lembranças.

Porém, a envergadura de seu caráter perseverante, persistente, detalhista e teimoso está assinalada nos conteúdos, na estrutura e na formatação dos textos depositados no Centro de Estudos de Geografia Tropical da Universidade de Bordeaux, objetivando a obtenção do título de *Doutora em Geografia Tropical: ecologia, organização do espaço e desenvolvimento*. Assim sendo, considerando o memorial apresentado para a obtenção do Diploma de Estudos Aprofundados, o leitor já se dá conta da coragem da mineira, nascida em Campo Azul, cuja toponímia e localização fazem jus à sua inserção na ‘área mineira da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)’, ou seja, na porção do Estado de Minas Gerais pertencente à região semiárida brasileira. O texto se desenvolve em três partes demonstrativas dos constitutivos do ambiente florestal tropical - meio físico, utilização dos solos e estudos cartográficos e metodológicos - que, encadeantes, justificam os argumentos finais de proposição da tese, pela diversidade dos ambientes tropicais florestais, mas, sobretudo, pela carência de estudos sobre a porção que se propôs a estudar, conforme abaixo descrito:

Notre objective pour le Troisième Cycle est de faire une étude des paysages et de l’action de l’homme sur le milieu géographique dans le Sud-Est de l’état de l’Acre, Brésil. Cette région de forêt dense, y correspondant à la sub-région des bas plateaux de l’Amazonie, jusqu’aux marges du fleuve Rio Acre, a connue de profondes et rapides transformations pendant la dernière décennie, raison pour laquelle nous la considérons représentative et significative pour une étude (ALMEIDA, 1982, p. 114)¹.

Também datilografada, a tese traz em suas 408 páginas 35 ilustrações, sendo a maioria de fotos coloridas, diretamente coladas no corpo do texto. As três partes se desenvolvem pela seguinte exposição: i) A natureza e os homens; ii) Modos e níveis de vida dos habitantes rurais; iii)

¹ Tradução livre: “Temos como objetivo no Doutorado realizar um estudo das paisagens e da ação do homem sobre o meio geográfico no Sudeste do estado do Acre, Brasil. Esta região de floresta densa, que corresponde à sub-região dos platôs da Amazônia até as margens do rio Acre, é palco de profundas e rápidas transformações desde a última década, razão pela qual a consideramos representativa e significativa como objeto de estudo”.



transformações do espaço e suas consequências. Estes títulos anunciam os conceitos e categorias que deram suporte para a relevância de sua contribuição para o conhecimento da realidade do estado do Acre, bem como: paisagem, região, espaço, ecossistema, modo de vida, nível de vida, políticas de governo, estrutura fundiária, utilização do solo, transformações do espaço. Ademais, as suas 314 referências são cuidadosamente apresentadas e classificadas por temas que se alinhavam com os propósitos da tese. Desse modo, podemos citar como exemplo os títulos referenciados nas '*Obras gerais*', os quais dão conta da universalidade de sua produção ao trazer o pensamento dos geógrafos contemporâneos e autores que tratavam do mundo tropical em seus mais variados aspectos, dentre eles, Pierre George, Pierre Gourou e Jean Demangeot; sobre o '*Brasil*', destacam as contribuições basilares de Aziz Ab'Saber e Orlando Valverde; e, sobre a '*Amazônia*', consideram a contemporaneidade de quem a discutia e expunha, tal como Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Muller, C. M. Pandolfo, Otávio Guilherme Velho, brasilianistas como H. Thery e W. C. Sombroek, M. Foucher, e, ainda, pesquisas oriundas de órgãos nacionais como Sudam, Embrapa e Cedeplar, além de latino-americanos como IICA².

A disposição, o preparo e a disponibilidade para novas empreitadas continuam sendo demarcadas ao associar-se aos professores Vânia Fonseca e Edivaldo Rosas (socióloga e doutora em Geografia e biólogo mestre em limnologia, respectivamente) na execução de uma pesquisa multidisciplinar que aborda os aspectos socioambientais dos açudes sergipanos, tanto que a docente não se desligou da Universidade Federal de Sergipe, permanecendo como colaboradora até os dias atuais.

Já atuando como professora concursada na Universidade Federal do Ceará, Maria Geralda ministrou disciplinas e orientou dissertações no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS, desde sua terceira turma; participou da criação, sob a coordenação de Vânia Fonseca, do Programa Interdisciplinar de Pesquisa sobre o Semiárido que, posteriormente, constituiu o Núcleo de Estudos do Semiárido que integrou a formação do primeiro Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente do país, a Rede Prodema.

Foi nesse contexto e após o ano de 1990, quando eu retorno da França, onde concluí o Diploma de Estudos Aprofundados, que iniciamos uma parceria de trabalho permanecendo até os dias atuais.

Do meu ponto de vista, o período passado como professora da Universidade Federal do Ceará (1987 a 1997) foi, para ela, como um divisor de águas em várias direções e dimensões. Lá

² Sudam: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Cedeplar: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais; IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, vinculado à OEA, Organização dos Estados Americanos.

conviveu com José Borzachiello da Silva, Clelia Lustosa e seu esposo Valmir, Zenilde Amora e seu esposo Francisco, Edson Cacao da Silva, Jeovah Meireles, Eustógio Wanderley Dantas, Levi Sampaio, Eurípedes, Vânia Melo e, na Universidade Estadual, com Luzia Neide Coriolano e Luiz Cruz Lima. Em casa, teve todo o amparo de Dona Coraci, que ainda o faz no apartamento que mantém em Fortaleza.

Entre diversas formações dos colegas e temáticas em que se envolveu, Maria Geralda consolidou o senso de grupo com o qual se posiciona em audiências públicas, é consultada pelo Conselho Regional de Engenharia, é solicitada pela imprensa, produz significativamente e, sobretudo, discute frequentemente através da participação e produção de eventos. Pela UFC, fez seus primeiros pós-doutoramentos em Geografia Humana e Cultural nas Universidades de Genova (Itália), Sorbonne (França) e Laval (Canadá), entre 1989 e 1991 e, em decorrência dessas trocas, iniciou uma produção sobre Geografia e Turismo, com aproximação aos estudiosos do tema. Como resultado da sua atuação na UFC, foi convidada a participar do *staff* do Governo do Estado como Diretora das “Casas de Cultura do Ceará”, no ano de 1995, creio, atuação esta que muito influenciou no direcionamento e consolidação de seu olhar para a dimensão cultural.

Em 1997, se aposenta e aceita o convite de Ciro Lisita para ingressar no quadro do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA, da Universidade Federal de Goiás sem, contudo, desvincular-se dos programas de Pós-Graduação e das pesquisas no Ceará, em Sergipe e em Pernambuco, onde, neste último, orientou quatro dissertações entre os anos de 1994 e 2000. A situação de ‘assentamento definitivo’ na UFG, no sentido de visibilidade de sua atuação, iniciada com os Kalungas, perdurou aproximadamente dois anos. Nesse período, cabe registrar nosso grande encontro com o campo, na realização de pesquisa sobre a dimensão cultural do Baixo São Francisco Sergipano, que se desenvolveu em duas etapas. Na primeira (1997), desbravamos cinquenta povoados e sedes do Alto Sertão do estado de Sergipe e, na segunda (1999), sessenta e sete no Baixo São Francisco. Foram muitas viagens longas em que dormíamos em pousadas, em casas de família e, em dois momentos no ‘luxo’ do alojamento da UFS, na vila Xingó (próximo à barragem do São Francisco de igual nome), e no Hotel Velho Chico, na cidade ribeirinha de Propriá, de onde partíamos para o campo de seus arredores.

Com esse estudo, pensamos introduzir a dimensão cultural nos planos de desenvolvimento, partindo do “pressuposto que o cotidiano é um instrumento do desvendamento das expressões culturais, da complexa relação natureza-sociedade sertaneja, que são elementos a serem considerados quando políticas propostas objetivam transformações no universo global destes homens” (ALMEIDA; VARGAS, 1997, 1999). O sertanejo mostrou-se diverso em suas práticas,



côncio de suas heranças, com múltiplos mecanismos de sobrevivência e de convivência com o meio, no entanto, foram as mulheres quem mais nos chamaram a atenção, pois sustentavam uma imbricada rede de artesanato de bordados sem se exporem como importante base da economia do semiárido. Da grande equipe coordenada por Vânia Fonseca, destaca-se Eduardo Alves Bastos, economista da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, Marcelo Ramos da Fonseca, biólogo da Universidade Federal da Bahia e Rosa Amélia Andrade Dantas, médica do trabalho e epidemiologista da UFS.

Sertão, sertanejos, histórias e tradições conduziram-nos ao aprimoramento de nossas técnicas de levantamentos etnogeográficos. Assim, elaboramos um roteiro de entrevista estruturado em três partes, as quais vislumbraram o modo de vida, pelo relato da história de vida; as expressões culturais, pelo relato de suas práticas religiosas, alimentares, econômicas etc.; e as aspirações pessoais, familiares e, ainda, para o lugar de moradia. Foram muitas as histórias e os relatos que nos faziam ‘viajar’ na construção de uma geografia cultural que naquele momento ainda aguardava a apreensão da ‘virada cultural’, expressiva e didaticamente exposta por Paul Claval.

Surpreendemo-nos com João Valentim ainda vivo, pois nos contaram tratar-se daquele que ‘vira’ lobisomem em dia de lua, assustando ‘meio mundo’ do sertão sergipano, mais conhecido e temido que o lendário Lampião, líder de um bando justiceiro que marcou a região Nordeste nas primeiras décadas do século XX e foi morto em uma dessas localidades descritas em nosso estudo. Surpreendemo-nos com a velocidade com que a caatinga vinha sendo retirada da paisagem e resguardada na memória: “a aroeira e a braúna são peças para levantar a casa. Depois a gente vem com o marmeleiro e envara a casa e por fim usa o pereiro para o enchimento da casa. Tudo de pobre, tudo de adobe” (povoado Maravilha, 1997, p. 41). Surpreendemo-nos, sobretudo, com o fato das potencialidades socioeconômicas estarem associadas às expressões culturais advindas do artesanato de herança indígena e portuguesa, produzido com os recursos oriundos da flora e da fauna e, por essa razão, as apresentamos como mecanismos de sobrevivência da cultura sertaneja.

O detalhe e a atenção ao outro, aos outros e às gentes pela dinâmica da cultura é delineador da produção de Maria Geralda. Tal característica pode ser exemplificada com muita visibilidade, no desbravamento do sertão dos Gerais de Goiás pelo projeto “Conhecimento etnogeográfico de comunidades tradicionais do cerrado” que se alongou de 2001 a 2011. Certamente, os sertanejos do semiárido sergipano inspiraram sua aproximação com as comunidades tradicionais dos gerais de Goiás que lhe proporcionaram outros voos. Se couber uma metáfora para sua atuação na Universidade Federal de Goiás eu arrisco, com pequena margem de erro que após 1999, ela voou alto e longe.

Iniciou a produção e organização de livros em decorrência de orientações, de participação em grupos de pesquisa, em projetos e em redes de estudos e cooperação acadêmicas. O marco da sua produção de livros se inicia com *Abordagens geográficas de Goiás – o natural e o social na contemporaneidade*, registrando uma grata homenagem à ambiência que lhe acolheu com reconhecimento de suas pegadas. Isso ocorre em 2002 e, já em 2003, a autora organiza duas coletâneas. A primeira advém das discussões do Grupo de Leitura de Turismo e da pesquisa “Os territórios do turismo no Estado de Goiás - diagnósticos e cenários futuros”, apoiada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, com o título “Paradigmas do Turismo” (2003a). Nela, abre a coletânea com o artigo “Lugares turísticos e falácia do intercâmbio cultural”, explanando as ambiguidades do turismo enquanto atividade enriquecedora de cultura, muitas das vezes para o viajante. Ademais, ela resgata sua reflexão em artigo produzido anteriormente e traz posicionamentos de geógrafos franceses, tendo Paul Claval como motivador por sua observância do turismo como possibilitador do encontro de diferentes povos. Observa, ainda nesse contexto, o turismo e a cultura pós-moderna em diálogo com A. Giddens (1991) e S. Connor (1992), no que trata os modos de vida da modernidade e da pós-modernidade; com M. Laplante, explanando sobre os fundamentos culturais do turismo em Quebec (1996); com S. Hall, abordando a fragmentação da cultura e das identidades (1997); e, com E. Yázigi (2000), sobre sua colocação de que a fantasia a qual se faz de um lugar faz parte da excitação do consumo turístico das sociedades pós-modernas. Na sequência, seu texto incita o leitor a refletir sobre o lugar turístico e a experiência cultural com a prática do turismo. Nesses âmbitos, A. F. Carlos (1996) ancora o entendimento do lugar como produto das relações sociais mediatizadas pelas relações homem e natureza e, assim, o turismo de quem visita, a experiência do visitado, o experienciado, o significado e as identidades são desenrolados nos exemplos que enriquecem o texto, observados pelas leituras de autores brasileiros e estrangeiros, mas, sobretudo, pela realidade goiana vivenciada com os desdobramentos do citado projeto sobre as comunidades tradicionais do cerrado e pelas referências às cinco produções acadêmicas do IESA, uma delas já sob sua orientação.

Observa-se que nas duas primeiras obras produzidas em seu *debut* na UFG, Maria Geralda ‘mostra’ a que veio aos goianos, ao embrenhar-se em fatos e fenômenos tão próprios desse espaço e, também, de que se ocupa e trata no contexto da Geografia Cultural: turismo, territórios, territorialidades e identidades.

Em maio de 2003, no Rio de Janeiro, a segunda coletânea foi pensada durante o encontro da “Comissão sobre enfoque cultural na Geografia”, realizado pela União Geográfica Internacional - UGI, momento em que sua estrutura é definida – leia-se os autores participantes –, bem como a



parceria em sua organização com Alecsandro Ratts, colega de IESA, acrescida da participação do então colega Carlos Maia. Antes que o ano terminasse, o livro *Geografia: Leituras culturais* (2003b) é editado e mostra Maria Geralda articulada com as Universidades Federais da Paraíba (Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Doralice Satyro Maia), de Uberlândia (Roosevelt José Santos), Unesp/Rio Claro (Solange de Lima Guimarães), mas, também, mantenedora de laços consolidados em suas caminhadas no Ceará (Eustógio W. Correia Dantas e Maria Clelia Lustosa Costa da UFC e Jorn Seemann da Regional do Cariri), em Sergipe (comigo, Maria Augusta Mundim Vargas) e em Laval, convidando Micheline Ladouceur, quem tive a oportunidade de conhecer, quando estava hospedada em sua casa.

Nesse livro, Maria Geralda contribui com o artigo *Em busca do poético do sertão: um estudo de representações* que, produzido inicialmente em 1998, traz alterações como o amadurecimento do tema. Nele sociólogos penetram as reflexões geográficas sobre as representações e, atenta, ela discute o espaço, a paisagem e as representações sobre o sertão, fazendo-nos encontrar com D. Jodelet (1991), R. Da Matta (1997), C. Brandão (1995), A. Sena (1998); historiadores como G. Arruda (2000); romancistas como Euclides da Cunha (1991) e J. Guimarães Rosa (1979); geógrafos que no momento produziam sobre a geografia cultural como P. Claval (1995), sobre paisagens como A. Berque (1990) e sobre lugares como A. F. Carlos (1996). A nossa leitura sobre a dimensão cultural do sertão sergipano está referenciada com duas produções e, no corpo do texto, as representações do sobrenatural são ilustradas com as aparições do citado João Valentim e, em conclusão, assevera:

As visões do sertão aqui reveladas pelos ‘de dentro’ como pelos ‘de fora’ evidenciaram as diferentes paisagens sobre o sertão: para os ‘de dentro’, ele constitui o espaço territorial natural socializado, o conhecido, o ‘nosso’ sertão; para os ‘de fora’, é um espaço natural ainda não socializado, o ‘lá’, imaginado e ignoto. Estes espaços propostos por Descolla são apresentados por Brandão (1995, p. 86).

É interessante ter constatado que foi durante esse Encontro da UGI que apresentamos nossa última produção sobre os desdobramentos da dimensão cultural, pesquisada no sertão sergipano, intitulada: *A construção da identidade territorial da mulher rural sergipana* (2003c). No entanto, Maria Geralda fez uma fala sobre alteridade que suscitou diversos posicionamentos. Com sua participação e registro do texto *Territórios identitários e alteridade socioespacial* (2003d), ela demarca sua contribuição com relação aos constitutivos do Lugar, do Território e das Territorialidades e, ademais, com relação ao processo construtivo de seu pensamento pela empiria: pelos encontros com gentes e pelas caminhadas entre paisagens e lugares desvelados por um olhar que se aguça a cada encontro.

3 ENCONTROS E CAMINHADAS

A geografia que caminha com Maria Geralda tem sede de conhecer lugares.
(Maria Augusta Mundim Vargas, setembro 2017).

Maria Geralda formou-se em Minas Gerais e das ‘minas’ manteve vínculos pela ascendência e descendência familiares, mas, também, pela lateralidade dos encontros. Iniciou uma vida profissional universitária no Acre, onde se embrenhou para daí especializar-se na geografia e nos trópicos pela batuta dos franceses e com os expoentes da Geografia brasileira, sendo auxiliada valorosamente pelo povo acreano, muitos deles cearenses, paulistas, goianos, rio-grandenses que, como ela, acreditaram numa nova vida no Acre.

Dentre suas raízes norte-mineiras, estão presentes em sua cozinha o “pequi em pote”, pronto para saborizar um prato, e as fotos de família em porta retratos de molduras trabalhadas em madeira. Se o visitante tiver ‘sorte’, é servido no café da manhã com um substancioso mingau de banana, típico das mesas acreanas.

Um ano após essa movimentada primeira década de atuação profissional, passou a atuar na Universidade Federal do Ceará. Sabiamente, e fruto de sua enorme capacidade de trabalho, ainda jovem, já havia construído uma rede de amigos, conhecidos e colegas, cuja tessitura triangulava o Brasil e aspirava mais que a França, iniciando pelos países africanos.

Nessa segunda década, nos anos 1990, Maria Geralda amadurece em seus quereres e mantém-se ampliando a rede de reconhecimento de sua capacidade de produção em projetos de pesquisa no Ceará e em Sergipe, na confecção e na abertura de convênios nacionais e internacionais sem, contudo, abandonar a sala de aula e as orientações, o que para mim, até o presente, é um milagre da multiplicação do tempo que somente Maria Geralda consegue.

Seu pouso em Goiânia fez transparecer que ali fixaria a morada definitiva com a compra de um apartamento amplo e caprichosamente decorado, com a ajuda de Maria Ivete Soares, prima da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, que cursava mestrado na UFG. Finalmente, seus pertences até então encaixotados entre Sergipe e Ceará foram expostos, tal como a coleção de máscaras decorando uma das paredes da sala, bibelôs de vários lugares aqui e ali, panos exóticos e, principalmente, quadros (nas casas anteriores não havia quadros) compuseram uma ambiência tão plural quanto sua dona. Na cozinha, prateleiras e armários com tampo de vidro exibem, entre louças, panelas e bebidas, os mundos visitados, vividos e experienciados. No *curriculum vitae*, uma ampla produção conjunta com os colegas goianos das mais variadas vertentes da geografia: Tadeu



Arrais e Gisele, Manoel Calaça, Celene Barreira, Lana Cavalcanti, Eguimar Chaveiro, João Batista de Deus e os já citados Carlos Maia e Alecsandro Ratts.

Assim, como tão simplesmente é dito por Mia Couto, em *O último voo do flamingo*, “o mundo não é o que existe, mas o que acontece”, Maria Geralda faz acontecer ‘vivendo entre lugares’. Dos primeiros anos do novo milênio até o presente, renovou-se em muitos e tantos fazeres como quem tem pressa, mas não se desfaz do rigor e do detalhe, como quem supervisiona tudo, mas acolhe a todos sem impor uma hierarquia, como quem sabe onde estão todos como posse – textos, pessoas, roupas, malas, livros, comidas, flores, etc., etc., mas promove entregas e encontros em comoventes desapegos.

Como uma queda d’água é suave e forte, vivenciei com alegria a força do percurso de Maria Geralda da Associação dos Geógrafos Brasileiros (2004-2006) para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE (2009-2011); do pós-doutoramento em Barcelona (2006-2007) para a participação em Redes tais como a de estudiosos brasileiros com NEER - Núcleo de Estudos sobre Espaço e Representações; a RELISDETUR – Red Latinoamericana de Investigadores en Desarrollo y Turismo (Argentina, Costa Rica, México, Brasil, Chile, Colômbia e Guatemala); a RETEC Red Internacional de Estudios de Territorio y Cultura (Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, França, México, Peru e Venezuela); o Grupo de Investigación de Análisis Territorial, da Universidad de Santiago de Compostela - España - GI-1871; a RECIF – Red Internacional de Investigadores en Estudios de Fiesta, Nación y Cultura.

Considerando tais registros, alguns leitores podem argumentar que essas informações são encontradas em seu *curriculum vitae*, mas será que todos terão a noção de como se deram tantos contatos? No seu *curriculum* também pode ser observada sua produção em números, com 88 artigos completos publicados em 48 periódicos; 12 livros e 63 capítulos, dentre estes, com 46 co-autores, com minha participação mais frequente com 4 produções, seguidas de Geisa Mendes, Solimar Bonjardim, Isis Lustosa, Clarinda Silva e Sonia Menezes com 3 produções cada. No âmbito das orientações, Maria Geralda formou 20 doutores e 67 mestres nas Universidades Federais de Pernambuco (4), dentre eles, Zuleika Arruda; Ceará (4), dentre eles, Francisco Djacyr; Sergipe (31), dentre eles, Rita Leolinda Anjos e Carlos Cunha pelo Prodeima; Eraldo Ramos, Josefa Lisboa, Sonia Menezes, Antônio Marcos, Célia Regina, Amanda Marques e Geisa Mendes pelo PPGEQ; e na de Goiás (39), dentre eles, Eliseu Brito, Rosiani Mota, Evanildo Cardoso, Maisa Teixeira, Maria Idelma D’Abadia, Mary Anne Silva e Jorgeanny Moreira.

Assim sendo, mais uma vez recorro a Mia Couto para retratar a Maria Geralda de tantas andanças. Em *Um rio chamado tempo e uma casa chamada terra*, ele anuncia com versos de João

Cabral de Melo Neto que “Acordar não é de dentro. Acordar é ter saída” e, mais adiante, o avô Mariano diz-lhe “O importante não é a casa onde moramos. Mas aonde, em nós, a casa mora”. Ora, Maria Geralda permanece acordada, para muitos ela nem dorme mesmo! Beneficiada pela boa memória, acolhe para si a diversidade e, como as identidades, ela segue em sua morada, em constante transição, costurando sua cultura com tantos e distintos vínculos, anotando costumes, tradições, festas, mobilidades, tal como dito em 2009, em *O sonho da conquista do velho mundo: a experiência de imigrantes brasileiros do viver entre territórios*:

O processo de desterritorialização começa na terra natal – no caso, o Brasil –, quando o indivíduo principia a sonhar e sair daquela situação o que o incomoda. A fratura do pertencimento acontece com a decisão de desfazer-se dos bens materiais, culturais e afetivos, para empreender a busca de refazer a vida em melhores condições. [...]. Finalizamos afirmando que o processo de inserção nesses territórios mundializados cria indivíduos imigrados, tais como os brasileiros em Barcelona. Ou seja, eles vivem em realidades multiescalares participando de múltiplas territorialidades ou interterritorialidades, como propõe Vanier (2008). Como lemos nas palavras de Delgado Ruiz (2000) na epígrafe, o imigrante está aqui, mas de alguma maneira ele também está em outro lugar (ALMEIDA, 2009a, p. 171-173)³.

Dentre as entregas e encontros comoventes, distingo a sua disposição em captar, em 2008, recursos e assumir a coordenação geral do projeto “A dimensão territorial das festas populares e do território: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe” que, como sinaliza o título, envolveu as Universidades Federais desses estados, estando eu na coordenação sergipana e Christian Dennys Oliveira, na cearense. O projeto, carinhosamente nomeado pelas equipes de Pró-Cultura (nomenclatura do edital), proporcionou a formação de muitos mestres e doutores⁴, gerou um site para abrigar as informações e produtos gerados, elaborou um atlas das celebrações e, ainda, promoveu encontros entre a academia e os produtores de cultura. Seu início ocorreu no final de 2009 e, mesmo tendo encerrado relatórios com as agências de fomento, continua colhendo frutos: permanecemos envolvidas com pesquisas e orientações sobre manifestações culturais tradicionais e, em Sergipe, o Fórum Patrimônio e Festas já se encontra em sua 6ª edição.

³ A esse respeito, ver também *Novas territorialidades ou múltiplas territorialidades – trabalhadores brasileiros em Barcelona* (ALMEIDA, 2008a).

⁴ Ver artigo *A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe* (ALMEIDA; VARGAS; OLIVEIRA, 2011a). Os bolsistas do Projeto se titularam Mestres e, outros discentes, sob a orientação dos coordenadores, encontravam-se da formação de iniciação científica ao doutorado. Da UFG: Daniele Jesus, Isabelle Bretas, Jorgeanny Moreira, Luana Lima, João Curado, Maisa Teixeira, Maria Idelma D’Abadia, Mary Anne Silva, Márcia Pela, Rosiani Mota, Tereza Lobo, Caio Sena, Charline Marertens, Eliakim Gomes, Jakeline Pinto, Leila Bastos, Lívia Mendes; da UFS: Angelafagna Souza, Auceia Dourado, Benizario Junior, Eliete Silva, Izabella Correa, Jorgenaldo Santos, Marister Loureiro, Rodrigo Heles, Rodrigo Lima, Ronilse Torres, Rosana Siqueira, Roseane Gomes, Solimar Bonjardim, Vanessa Costa, Adriane Damascena, Aline Gomes; da UFC: Glaumer, John, Icla, Helion e Vladia Evans.



Todavia, o Projeto Pró-Cultura fez-nos amadurecer conceitual e metodologicamente, já que a construção conjunta de um caderno de procedimentos rendeu grandes encontros com as equipes. As festas, tomadas como fenômeno e objeto de estudo da Geografia, proporcionaram reflexões e discussões sobre territorialidades e territórios; sobre a paisagem que se constrói pelas festas, que se mostra pelos signos, cheiros, cores e pela memória; sobre patrimônio e patrimonialização, assim como espetacularização. Esses recortes conceituais tomaram corpo no desvelamento das festas populares levantadas nos estados e visibilizadas com desdobramentos gratificantes na produção acadêmica, pelas orientações de graduandos a doutorandos, mas sobretudo, na produção de Maria Geralda.

Dentre tantos lugares e tantas moradas, Maria Geralda fez pouso como professora visitante e/ou pesquisadora colaboradora, fruto de parcerias e convênios propostos, muitas das vezes por ela, em várias instituições do Brasil, como nas Universidades Federal de Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Amapá, Acre; e nas Estaduais do Ceará e Montes Claros; e, no exterior, nas Universidades Metropolitana (México), Autônoma do Estado do México, Nacional de Cuyo (Argentina), de UniCaldas (Colômbia), no Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento - IRD (França), na UQuebec (Canadá). Participou, nos últimos anos, como professora e pesquisadora, de convênio com a Universidade de Moçambique e, dentre os últimos firmados, destaca-se sua participação pela geração de informações, formação acadêmica e pela troca de informações, os convênios (aqueles nomeados ‘casadinhos’) com a Universidade de São Paulo e a Federal do Tocantins. Em todos há registros de artigos, livros, orientações e relatórios.

E, dentre a vasta e variada produção, o leitor atento se dá conta de que ela mantém na essência de sua produção dois eixos temáticos que lhe renderam reconhecimento, pela coragem e pela pluralidade de olhares que debruçou e ainda persevera sobre “turismo” e “tradições”, numa permanente colaboração com a Geografia que para ela, no texto *Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo - uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo* (2008b, p. 316):

A geografia, repetindo, é um conhecimento (representação elaborada pelos geógrafos) do conhecimento (das formas que as sociedades e pessoas traduzem em imagens suas experiências do espaço vivido). Esta geografia, consciente de sua subjetividade, busca nos discursos, nas práticas espaciais, nas representações dos homens, suas racionalidades e sentimentos de pertencimento, as coerências e contradições para conhecimento do lugar, das regiões e dos territórios.

Nesse artigo, dialoga com Rogerio Haesbaert (1999, p. 172) que parte do pressuposto geral de que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente do território [...]” e argumenta que:

O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural [...] tratamos de um território multiescalar, aberto para acolher a diversidade de combinações espaciais que tecem as sociedades com a experiência individual na superfície terrestre. Acresce-se que ele é dotado de uma historicidade caracterizada por seus ritmos específicos (2008b, p. 318-319).

Ora, observa-se que o turismo cresce em sua obra tanto quanto suas andanças pelo mundo. Nesse ‘momento’, carece-lhe um olhar 360°, uma inspiração retrospectiva que proporcionasse a expiração analítica e, assim, produz “*Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural*”, com as seguintes considerações finais:

Vivemos, segundo Jameson (1991), no hiperespaço, um domínio no qual a experiência local não mais coincide com o lugar onde ela acontece, nos lembra MacDowell, aturdindo os seguidores de Sauer [...] o atual desafio para os geógrafos culturalistas é investigar como as interconexões entre forças globais e particularidade local alteram os relacionamentos entre identidade, significado e lugar. Outros questionamentos são sobre as maneiras como um sentimento de identidade, comunidade e nacionalidade permanecerá enraizado em um lugar (ALMEIDA, 2008c, p. 51).

Nesses últimos dez anos, o apartamento amplo de Goiânia vem se prestando como repositório de suas aquisições: a biblioteca tem prateleiras desde o teto; na cozinha, uma mesa se presta a receber garrafas, vidros, potes, pacotes de especiarias do mundo visitado, que traz consigo pelo prazer de saborear os pratos juntamente com relatos ‘daquele’ lugar. Na sala uma mesa de ferro, trabalhada como os galhos de um ébano, tem ao centro uma bandeja redonda giratória que, ao receber os inúmeros potinhos com os quais normalmente serve, provoca ao visitante a vontade de provar e provar até se saciar, de iguarias com sabores marcantes, pois ela tem predileção para com a culinária de países que lhe acolheram ‘pela boca’ como México, Mianmar, Moçambique, Senegal e Mongólia, dentre outros. Nos potes ou nos minuciosos relatos de receitas, degusta-se à mesa de Maria Geralda um frango ao molho de chocolate com pimenta ou um carril de amendoim, legumes no vapor saborizados com redução de abacaxi; para abrir o apetite, infusão de canham (bebida alcoólica), uma boa pinga ou então, pedaços de manga no molho de pimenta; peixe marinado com tamarindo, carne de rinoceronte, embutido de javali... Entre um e outro preparo – leia-se viagens



longas e em outros países –, como naqueles da Europa profunda, as incursões aos quintais dos kalungas e assentamentos goianos, colorem e saborizam igualmente sua mesa com abóboras, quiabo, pequi, orapronobis, mandioca, milho, etc., etc.

Essa coexistência com a diversidade é assertiva no texto *Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo*. Vejamos:

A paisagem é uma construção, um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura. [...]. Há uma diversidade de paisagens culturais no mundo rural brasileiro [...]. Pode-se afirmar que as paisagens constituem-se em patrimônios [...] e como tais, se caracterizam por serem, simultaneamente, patrimônios materiais e imateriais, permanentes e cambiantes. [...]. Nesse texto busca-se discutir as paisagens e identidades territoriais, ou melhor, a etnoterritorialidade do sertanejo do sertão brasileiro. Claval (1995) ilumina essa discussão ao afirmar que é pela cultura que as populações fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território (2008d, p. 47-48).

Boa contadora de histórias, ela soube trazer em seus textos o som das festas, as carências e as potencialidades dos lugares, tendo como ancoragem a dinamicidade da cultura, como o fez no texto *A geografia imaginária dos lugares turísticos*:

Cultura turística seria pois, para Jafari (1985), o estado de espírito marcando as formas de pensar, de agir, de sentir durante a seqüência animação. É através do filtro da cultura turística predominante que ele “freqüentará” a cultura local, aquela das pessoas e do lugar que o acolhe. Quando as diferenças entre o lugar de vida e o lugar de alteridade se estreitam o turista pode optar-se por permanecer fiel ou por mudar. Ao buscar alhures o diferencial desejado, a descoberta de outro exotismo, distintos dos locais até então conhecidos, isto possibilita outro nível da difusão espacial do turismo. Desta maneira a prática turística participa ativamente na produção espacial. É a cultura que atribui significado subjetivo ao turismo, conforme já o disse anteriormente (ALMEIDA, 2006, 1998). Soma-se a isso a dimensão econômica que ressignifica os aspectos cultural e natural para o turismo (ALMEIDA, 2009b, p. 4).

Em decorrência das vivências desses anos, após meados da década de 2000 e das orientações sobre manifestações em pequenas comunidades, contribui com reflexões a respeito, como no artigo *Festas rurais e turismo em territórios emergentes*, registrando que

O patrimônio cultural convive com a concepção de contemporaneidade e seu uso e desfrute atual está muito vinculado ao turismo. A atual turistificação do patrimônio contribui para sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade por suas práticas sociais lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica do mercado. Assim, o turismo, na sua lógica consumista, reinventa o patrimônio cultural. [...] A dinamicidade do turismo e os

avanços dessa atividade, guiados por interesses e motivações que se espalham em espaços independentes do rural ou do urbano, tornam-no uma nova atividade econômica propícia para desenvolver seus objetivos. Campanhola e Silva (1999) defendem a ideia de que o turismo no meio rural é uma forma de valorização do território. Essa consideração contribui para a proteção dos recursos naturais e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do espaço rural. É o caso das festas rurais em vários locais do país como as festas juninas, as congadas, as folias rurais, as catiras, as romarias e os festejos dos santos padroeiros, as quais atribuem aos espaços identidades territoriais e valorizam os bens culturais (ALMEIDA, 2011b, s/p.).

No trato com as tradições, ela traz a modernização desde sua tese, abrindo caminhos de entendimentos pelo pertencimento a lugares, pelas territorialidades, pela observância de paisagens, fronteiras, povos e comunidades. Desse modo, os Kalungas têm destaque em suas produções, sobretudo em suas orientações, pois, nelas, a ‘leitura’ de seu pensamento é esclarecedora de sua importância. É o que se constata nos extratos de textos produzidos por duas de suas orientandas. Ao estudar os sentidos da religião protestante para os Kalungas, Rosiane Mota (2016) faz a seguinte leitura dos textos de Maria Geralda:

Almeida (2010a) considera os membros da Comunidade Kalunga como povos cerradeiros⁵ Ela dá esta denominação aos Kalunga porque estes ‘reconhecem a herança cultural e o local de vivências com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial’ (ALMEIDA, 2010a, p.43). A Comunidade constitui em conjunto com a dinâmica de produção de suas identidades, um território identitário. De acordo com a autora, os ‘territórios identitários estão contidos no território do Cerrado. Como territórios identitários eles se caracterizam pelo papel primordial da vivência e pelo marco natural, o Cerrado [...]’ (ALMEIDA, 2005, p. 338)⁶. O território identitário Kalunga é produzido nas localidades e nos agrupamentos do Sítio Kalunga. As identidades territoriais são constituídas no contexto das territorialidades estabelecidas no Sítio, e mesmo com o protestantismo elas podem manter-se vivas de maneira ressignificada (MOTA, 2016, p. 80).

Já Jorgeany Moreira (2011, p. 6), observando o contexto de reprodução das festas dos Kalungas, constrói sua produção acadêmica apreendendo de Maria Geralda que, “apesar da perda de algumas de suas práticas simbólicas, os Kalunga do Engenho II se expressam ricamente e mantêm vivos costumes no trabalho, danças, rezas e manifestações religiosas, que relatam no

⁵ Trata-se da nota nº 70 de Mota: “A autora baseia-se no conceito de Bertran (2000, p. 18) no qual afirma o povo ‘cerradeiro ou cerratense’ ser ‘por excelência um homem barroco. Criado nos ociosos sertanejos: acredita em liberdade, sua natural condição: daí a dificuldade em aceitar trabalho de rotina ou qualquer trabalho’.

⁶ Trata-se da nota nº 71 de Mota: “Para a autora os territórios identitários ‘seriam tanto espaços de sociabilidade comunitária como refúgios frente às agressões externas de qualquer tipo’ (ALMEIDA, 2005, p. 338). Concorde-se com Almeida (2008) no que ela afirma sobre a identidade cultural. De acordo com a autora esta ‘dá sentido ao território e delinea as territorialidades. A territorialidade, por sua vez, pode definir uma relação individual ou coletiva ao território, se apóia sobre as paisagens e revela uma etnogeografia sertaneja’ (ALMEIDA, 2008b, p. 320)”.



tempo-espço festivo sua história”. Dessa forma, “a sociabilidade local é construída por meio de agrupamentos de famílias, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades festivas” (MOREIRA, 2011, p. 6 apud ALMEIDA, 2010b, p. 14).

Com efeito, em recente produção, Maria Geralda adensa o olhar e o pensar sobre os lugares do mundo e os traduz nos quintais kalungas:

Almeida (2003b, p. 79), apoiando-se em Escobar (1999, p. 96), considera que biodiversidade é “Território Culturalizado”, aquele que é primeiramente apropriado pela cultura das populações tradicionais que se relacionam intensamente com a natureza. A biodiversidade tem uma parte considerável criada e mantida por grupos sociais cujas práticas de gestão dependem de saberes que não podem ser reduzidas a uma única dimensão naturalista, pois a cultura é determinante nos usos feitos da natureza (ALMEIDA, 2003, EMPERAIRE et al., 2008). [...] Ao propor o quintal como lugar, deve-se levar em conta a afirmação de Tuan (1983, p. 15), que defende o valor do lugar, e esse depende da intimidade da relação humana, e “na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem significado”. As plantas e as criações têm sentido para a mulher Kalunga, que sabe suas utilidades e como prepará-las, e conhece seus efeitos. Para essa pessoa, o quintal tem um significado, pois as plantas e os animais que ali se encontram inserem-se na sua vivência. O quintal como lugar não está de forma alguma desvinculado do global, considerando a afirmação de Carlos (1996) de que o mundial se concretiza no lugar, é ali que ele ganha expressão. Pode-se afirmar que o quintal é também território e diretamente influenciado pelas relações que ocorrem em uma escala geográfica maior, uma vez que as plantas dependem das águas dos rios e fatores climáticos de escala regional, nacional e de impacto global (ALMEIDA, 2016a, § 6, 24 e 25).

Os quintais bascularam de tal forma o olhar de Maria Geralda que, como revolvendo ‘terras’ passadas, detalha o foco para o papel das mulheres na formação e manutenção deles. Relacional ao cotidiano e ao sentido de vida, ela me insere como colaboradora no projeto de extensão interdisciplinar no qual fui solicitada a ministrar oficinas intituladas “Quintais patrimônio: referências de saberes de mulheres assentadas/Vão Paranã-GO”, objetivando integrar as mulheres participantes através de atividades lúdicas.

A oficina transcorreu em fevereiro de 2017, nos municípios de Posse e Mambáí, situados no Nordeste do estado, próximos à Bahia. Fato enriquecedor foi conhecer a realidade de assentamentos da reforma agrária pelos depoimentos das mulheres e de suas famílias e, apreendê-la tão distinta dos assentamentos sergipanos, mas tendo o apego pela terra como fio condutor de suas existências. E, na terra, os quintais com seus sentidos e seus sabores. Em meio a essa experiência, Maria Geralda comandou quatro orientandas, da graduação ao doutorado, com o olhar atento às suas colocações, maneiras de anotar, posturas, sabatinando, a cada instante, sobre suas observações e compreensões.

Sua postura é essa, desde os alunos em sala de aula aos professores universitários que convivem sob sua orientação.

Dos quintais dos kalungas aos quintais dos assentamentos da reforma agrária, inflecte seu olhar para o papel das mulheres para suas existências, composições e formas, já que, no artigo *Mulheres rurais – a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais*, expõe:

O quintal, para aqueles que circulam pelo meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, sobretudo, reproduz seus conhecimentos com as plantas, sejam plantas medicinais ou alimentos. Conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó para neta. É, portanto, espaço cultural, simbólico e de segurança alimentar. Esta reflexão está em consonância com Carlos (2007, p. 14), que, com base em Divignaud (1977), afirma que o espaço nos remete aos conjuntos vivos, nascidos da prática e compostos pelo dinamismo de cada nova geração, seja em sua dimensão da imensidade nômade ou daquela da cidade ou ainda das toponímias, ‘o espaço se compõe de experiências além de permitir a vida, lugar onde gerações sucessivas deixaram marcas, projetaram suas utopias, seu imaginário’. Os quintais de assentados são lugares onde as experiências, as práticas dos saberes e a vida acontecem. As mulheres podem deixar suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações. Ao entender o quintal como lugar, nos inspiramos na afirmação de Tuan (1983, p. 155), o qual diz que o valor do lugar depende da intimidade da relação humana, e que ‘na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem significado’. Ou seja, as plantas têm sentido para a mulher assentada que sabe suas utilidades, sabe prepará-las e conhece as fases de crescimento das aves e animais, bem como o período da florada da mangueira e quando pode colher a jaca ou esperar o pequi cair no chão para consumi-lo. Para essa pessoa, o quintal tem um significado, pois os objetos, no caso as plantas e criações, são comuns de sua vivência (ALMEIDA, 2016b, p. 148).

Entre o ano de 2016 até setembro de 2017, Maria Geralda publicou 10 artigos completos em periódicos, entrelaçando as tradições e o turismo com abordagens sobre o patrimônio, as festas, as mulheres e segurança alimentar, vivendo entre lugares, valorizando paisagem (esses últimos, capítulos de livros) e, sobretudo, consolidando seu olhar atento e o pensamento relacional. Vale, no contexto de sua obra, sublinhar Paul Claval, Ana Fani Carlos e Y-Fu Tuan, como os autores que se mostram basilares na condução multiescalar e multiconceitual de seus textos e, a recorrência de outros, com destaque para Maura Penna, Guy Di Meo e Dennis Cosgrove.



4 DIMENSÕES DO SENTIDO DE LEALDADE

A geografia que caminha com Maria Geralda tem pressa!
(Maria Augusta Mundim Vargas, setembro de 2017).

Ela não conversa expondo ou emitindo opiniões. E o faz muito bem quando escreve. O diálogo com ela ocorre desde que o conduza, pois se sucede com suas perguntas encadeantes, uma atrás da outra, um fato levando ao outro e, no fio da meada da resposta do interlocutor, outra e mais outra questão é posta até que a ‘conversa’ seja interrompida, por algo externo à sua vontade de continuar perguntando. Isso significa dizer que tanto quanto as paisagens, as pessoas que encontra são fontes inspiradoras pela aceitação ou pela motivação de algo novo que, no momento da conversa, está no devir.

Portanto, é desta forma que findo este artigo, com a sensação de algo interrompido. Se fragmentado, tendencioso, parcial, míope ou embaralhado, vale ressaltar que para mim foi indescritivelmente prazeroso.

Creio que expus e o leitor apreendeu Maria Geralda como observadora, meticulosa, determinada e destemida, seja pelos encontros ou pelas andanças e caminhos percorridos, inspiradores tanto da diversidade de sua produção quanto das cores e sabores que de sua pessoa exalam. Da imensidão da floresta amazônica às infinitas possibilidades dos quintais kalungas e das mulheres dos assentamentos do Vão Paranã, inumeráveis Marias Geraldas e imensa a sua Geografia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Recherches bibliographique signalétiques sur les modes d'utilisation du sol en milieu forestier tropical humide**. Memoire du Diplôme d'Etudes Approfondies de Géographie – DEA. Université de Bordeaux III, França, 1982.

_____. **Experiences de colonisation rurale dans l'etat d'Acre en Amazonie bresilienne**. 1985. Tese (Doutorado em Geografia). Université de Bordeaux III, França, 1985.

_____; VARGAS, M. A. M.. **Sertão do Baixo São Francisco sergipano: Dimensão cultural**. Programa de Estudos Interdisciplinares, vol. 8. Relatório (Convênio 05.95.0023/00) Codevasf/UFS/Seplantec-SE, Aracaju: 1997.

_____. Cultura, invenção e construção do objeto turístico. In: **Espaço Aberto 3**, Turismo e formação Profissional. Fortaleza: AGB/FUNCAP, 1998. pp. 17-31.

_____. VARGAS, M. A. M.. **Expressões culturais**: vale do rio São Francisco – região dos tabuleiros costeiros e pediplano sertanejo. Programa de Estudos interdisciplinares. Relatório (Convênio 05.95.0023/00 Codevasf/UFS/Seplantec-SE), Aracaju: 1999.

_____. Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In: ALMEIDA, M. G. de *et al.* **Paradigmas do Turismo**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 11-19.

_____. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, Alecsandro. **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-88.

_____. VARGAS, M. A. M.. A construção da identidade territorial da mulher rural sergipana. In: **Dimensões Históricas da Relação entre Espaço e Cultura**, 2003, Rio de Janeiro. União Geográfica Internacional. Comissão sobre o Enfoque Cultural na Geografia, 2003c.

_____. Territórios Identitários e Alteridade Socioespacial. In: **Dimensões Históricas da Relação entre Espaço e Cultura**, 2003, Rio de Janeiro. União Geográfica Internacional. Comissão sobre o Enfoque Cultural na Geografia, 2003d.

_____. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.). **Tantos cerrados**: múltiplas abordagens sobre biodiversidade e singularidade. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. pp. 321-347.

_____. A produção do ser e do lugar turístico. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira**1. São Paulo: Annablume, ANPEGE, 2006, pp. 109-122.

_____. Novas territorialidades ou múltiplas territorialidades? Trabalhador brasileiro em Barcelona. In: **Scripta Nova** (Barcelona) v. VII, 2008a, s/p.

_____. Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo -Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., (Org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações, Salvador: EDUFBA, 2008b. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899-15.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

_____. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. In: **Revista GeoNordeste** (UFS), v. 1, 2008c, p. 33-54.

_____. O sonho da conquista do velho mundo: a experiência de imigrantes brasileiros do viver entre territórios. In: ALMEIDA, M. G. de; CRUZ, B. N. **Território e cultura**: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. Goiânia: UFG; Manizales: UniCaldas, 2009a, p. 54-62.

_____. A Geografia imaginária dos lugares turísticos. In: **Anais XIII Simpósio de Geografia Física Aplicada**. Universidade Federal de Viçosa, 2009b, p. 1-10.

_____. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados - os kalungas de Goiás. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrados**: perspectivas e olhares. Goiânia: E. Vieira, 2010a.

_____. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. In: **Ateliê Geográfico** (UFG), v. 4, p. 36-63, 2010b.

_____. VARGAS, M. A. M.; OLIVEIRA, C. D. M. A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe. In:



XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2011, San José. Anais XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2011a.

_____. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Biblio3w** (Barcelona), v. XV, p. 919, 2011b.

_____. Comunidade tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. In: **Revista Franco Brasileira de Geografia**, n. 29, 2016. Disponível em: <<https://confins.revues.org/11392>>. Acesso em: julho de 2017. 2016a.

_____. Mulheres rurais – a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais. In: **Revista GeoNordeste**, ano XXVII, n. 2, 2016. p. 138-161. 2016b.

MOREIRA, Jorgeany de F. R. Paisagens culturais e territorialidades no espaço festivo dos quilombolas kalunga em Cavalcante – Goiás. In: **Anais XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, UFBA, 2011.

MOTA, Rosiani Dias. **O protestantismo nas territorialidades e na identidade territorial da comunidade quilombola Kalunga – Goiás**. Tese. (Doutorado em Geografia) IESA/UFG, 2016, 342 p.

SILVA, Clarinda A. da; ALMEIDA, M. G. de. Goiânia 'cidade sertaneja', 'capital country': mídia, representações sociais e identidades. In: **Habitus** (Impresso), v. 8, p. 59-84, 2010a.

REFERÊNCIAS CITADAS POR MARIA GERALDA

AB´SABER, A. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: FERRI, M. G. **III Simpósio sobre Cerrado**. Ed. Edgard Blucher e Ed. USP, 1971, p. 1-14.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

BRANDÃO, C. R. Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS/UNISC, 1994, p. 160-184.

BERQUE, A. **Médiance**: de milieux en paysages. Montpellier: Reclus, 1990.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. 2a edição: Brasília, Editora Verano, 2000.

CAMPANHOLA, A. C., SILVA, J. G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: OLIVEIRA, C. (Org.). Anais do 1º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: **Turismo no espaço rural brasileiro**. Piracicaba, 1999.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, P. **La Géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

- CONNOR, S. Cultura Pós-Moderna. **Introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1992.
- COSGROVE, Denis. A Geografia esta em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123
- CUNHA, E. **Os sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- DA MATTA, R. Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: BOURG, D. (Dir.). **Os sentimentos da natureza**: perspectivas ecológicas. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- DELGADO RUIZ, M. Inmigración, etnicidad y derecho a la diferencia: la antropología y la investigación de 'minorías culturales' en contextos urbanos. In: CHECA, F. (Coord.) **Convivencia entre culturas**: el fenómeno migratorio en España. Sevilla: Signatura Demos, 2000. p. 119-150.
- DEMANGEOT, J. **Les espaces naturels tropicaux**. Paris: Masson, 1976.
- DI MEO, Guy. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan Université, 2001.
- DUVIGNAUD, Jean. **Le dondurien-essai d'anthropologie de la fête**. Paris: Plon, 1977.
- EMPERAIRE, L., Robert, P. de, Santilli, J., Eloy, L., Van, V. L., Katz, E., Lopez, C., Laques, A. E., Cunha, M. C., Almeida, M. Diversité agricole et patrimoine dans le moyen Rio Negro (Amazonie Brésilienne). **Les Actes du BRG**, v. 7, p. 139-153, 2008.
- ESCOBAR, A. **El final del salvaje**: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología/CEREC, 1999.
- FOUCHER, M. La mise en valeur de l'Amazonie brésilienne. In: **Problèmes de l'Amérique Latine**. Paris, XXXIII, n. 4, s/d, p. 71-93.
- FUNNES, E. **Nasci nas matas, nunca tive senhor - História e memória dos mocambos do baixo Amazonas**. 1995. Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, São Paulo, 1995.
- GEORGE, P. **Précis de géographie rurale**. Paris: PUF, 1967.
- GOUROU, P. **L'Amérique tropicale et australe**. Paris: Hachette, 1976.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.
- HALL, S. **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA Ed., 1997.
- JAMENSON, F. **Post-modernism, or the cultural logic of late capitalism**. London: Verso, 1991.
- JAFARI, J. **The tourism system**. The theoretical approach to the study of tourism. Ann Arbor, University Microfilm International, 1985.



JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1991.

MACDOWELL, L. A transformação da geografia cultural: In: GREGORY, D. *et al* (Org.) **Geografia humana** – sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro, 1995.

PANDOLFO, C. **A floresta amazônica brasileira** (enfoque econômico-ecológico). Belém: SUDAM, 1978.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**: Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

SAUER, C. **The morphology of landscape**. University of California Publications in Geography, 1925, vol. 2, p. 19-54.

SENA, S. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. In: **Revista Ciências Sociais** – Sociedade e Cultura, v. 1, n. 1, 1998, p. 19-28.

SOMBROEK, W. C.; LEMOS DE OLIVEIRA, P. **Amazon soils**: a reconnaissance of the soils of the brazilian amazon region. Wageningen. Centre for Agricultural publications and Documentation, 1966.

THERY, H. **Rondonia**: mutations d’un territoire fédéral - en Amazonie brésilienne. (Tese) École Normale Supérieure, Paris, 1976.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a expectativa da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALVERDE, O. Sistemas de roças (agricultura nômade ou itinerante). In: **Finisterra** vol. III, n. 6, 1968, p. 225-239.

VANIER, M. **Les pouvoirs des territoires**: essais sur l’inter territorialité. Paris: Economica Anthropos, 2008.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária** - Estudo de progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar** – Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2000.



UM TRABALHO INTELECTUAL E PROPOSITIVO PERTINENTE AO URBANISMO E À GEOGRAFIA

AN INTELLECTUAL AND PROPOSITIVE WORK RELATIVE TO URBANISM AND GEOGRAPHY

UN TRABAJO INTELECTUAL Y PROPOSITIVO PERTINENTE AL URBANISMO Y GEOGRAFÍA

Pedro Henrique Freire Janzantti

Estudante de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da
Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: pedro.henrique.janzantti@usp.br

AGUIAR PEDRO, A. **Análise temporal dos setores de aglomerados subnormais dos censos 2000 e 2010:** o estudo de caso da subprefeitura de São Mateus no município de São Paulo - SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Universidade de São Paulo), 2016.

Em tempos de grande volume de produção científica, críticas de textos sempre são úteis para nos ajudar em nossas pesquisas. A seção de resenha, tradicionalmente utilizada para livros precisa ser revivida e expandida, ultrapassando sua função tradicional, para também comentar produções acadêmicas.

Além de apresentarem resultados com base em estudos empíricos, dissertações trazem importantes debates em seu levantamento bibliográfico. Exemplo disso, é a complexidade da cartografia de favelas discutida por Alexandra Aguiar Pedro em sua dissertação de mestrado defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo.

Diversos temas relacionados ao planejamento urbano, ao geoprocessamento, ao levantamento censitário foram discutidos para a embasar a análise temporal da malha censitária dos Aglomerados Subnormais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no distrito de São Mateus, em São Paulo. O aglomerado subnormal é um tipo de setor censitário definido pelo IBGE para representar favelas, entretanto, é objeto de controvérsias por diversos motivos.

No que diz respeito à comparação entre censos distintos, a intensa mudança dos limites dos aglomerados é apontada como problemática central, todavia, percebe-se que as dificuldades para o uso desses dados são diversas: as diferenças cartográficas em relação ao mapeamento de favelas da

Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), a dificuldade de enquadramento dos fenômenos sociais nos limites censitários, entre outros.

A técnica do Geoprocessamento serviu, então, como meio de analisar essa paisagem, comparar diferentes momentos e diferentes camadas da representação desse fenômeno. Conforme destaca Venturi (2006), o domínio da técnica pode assegurar ao cientista maior confiabilidade e controle sobre os dados que irão subsidiar seus argumentos.

Nesse contexto, a leitura dessa dissertação se faz extremamente necessária para estudiosos interessados na questão da habitação, não somente a técnicos ou teóricos, mas a todos, pois a autora enfrenta a realidade através de uma técnica sem esquecer dos debates envolvidos.

A autora inicia sua dissertação com as definições de favela adotadas por órgãos nacionais e internacionais e argumenta que a abrangência da categoria com critérios bem definidos é o mais importante. Embora haja questões importantes a serem enfrentadas em relação aos aglomerados, a autora deixa claro desde o princípio, que essa categoria supre a carência de dados e busca uma padronização de definições em escala nacional.

Discute-se também como a criação do Ministério das Cidades e do Programa de Aceleração do Crescimento foram importantes para a mensuração das favelas. Embora não seja o enfoque do trabalho, a autora reconhece que o “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi na contramão da discussão do Plano Nacional de Habitação, pois dinamizou o mercado da construção civil, trouxe expressivos investimentos para a habitação popular, mas não resolveu o déficit habitacional.

A pesquisa se sustenta na premissa de que dados confiáveis são essenciais ao planejamento, já que a mensuração é uma etapa básica para implementação de políticas públicas. E, nesse sentido, é importante perceber que as Tecnologias da Informação Geográficas são cada vez mais necessárias, visto que a capacidade de delimitar fenômenos, analisar suas transformações e articular diferentes fatores implica na capacidade de dominar o problema, definir projetos e trabalhar de forma propositiva.

Se há divergências do ponto de vista teórico, do ponto de vista técnico também existem. Enquanto alguns artigos propõem que seja necessário adotar os setores censitários e definir as favelas com bases nos dados sócio demográficos, outros sugerem a definição por classificação de imagens de satélite. De qualquer forma, como solucionar os nossos problemas de incongruência com base na tecnologia e nos dados que temos?

A autora elenca metodologias de compatibilização dos setores a partir de imagens de satélite com uso de *softwares* livres e tabelas de equivalência de código de setor censitário. A partir de procedimentos de geoprocessamento, a autora adota alguns eixos problemáticos para análise dos

resultados: a agregação dos dados; a identificação; a geometria; as modificações nos setores; o uso do solo; a definição; e a comparação dos setores com as favelas. A escolha da Prefeitura Regional de São Mateus como área de estudo se deu, de acordo com a autora, por conta da implementação da Avenida Jacu-Pêssego, sua forte interferência no tecido urbano, além da presença de favela com diferentes graus de precariedade.

Com base nos resultados, discute-se as dificuldades de identificar os aglomerados subnormais e as possibilidades de articulação dos dados do IBGE e da PMSP de forma que se tornem complementares. Argumenta-se que a centralidade do IBGE só faz sentido quando bem articulada com a administração local, de forma a estruturar uma base única da PMSP e do IBGE. Os esforços imensos de ambos os órgãos serão em vão enquanto não houver uma melhor integração e definições mais claras. Por isso, é necessário estabelecer um trabalho conjunto que traga benefícios a todos.

Dessa forma, essa dissertação, além de um trabalho acadêmico, intelectual, é também técnico e enfrenta uma outra esfera importante, a administração pública. É um exemplo de trabalho que associa técnica e discussão, extrapola o campo do Geografia e encara uma realidade: o Planejamento Urbano. Esse é um tema bastante controverso na Geografia, visto que além de ser mais uma forma do Estado exercer poder, afasta a população das decisões e a mantém como massa alienada.

Entretanto, a complexidade do fenômeno favela e a disputa de interesse de diversos agentes requer definições de políticas públicas. Embora o Geoprocessamento esteja longe de dar suporte adequado às diferentes concepções de espaço como categoria geográfica, é importante ver sua utilidade como ponto de partida e representação de fenômenos.

Conforme discutem Câmara, Davis e Monteiro (2001), a construção de representações computacionais do espaço é condicionada pela tecnologia de Sistema de Informação Geográfica, e por isso, há o risco da “reificação geográfica”. Em outras palavras, é necessário ter consciência das limitações da adoção das estruturas computacionais para representação e organização dos fenômenos sociais.

Carvalho e Santos (1960) discutem que a Geografia Aplicada é parte, não todo, e, por isso, a aplicação do conhecimento geográfico não implica numa deturpação epistemológica. Os autores argumentam que a Geografia Aplicada é enriquecedora e complementar, não uma nova disciplina, pois serve como prática estimulante.

Dessa forma, embora os resultados da pesquisa sejam de caráter técnico com enfoque na administração pública, as discussões com base em seus resultados podem ser de diferentes âmbitos.



A representação das favelas importa não somente ao Estado, como também para organizações não governamentais, sindicatos, e para sua própria comunidade.

Como explica Crampton e Krygier (2008), “mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”. Por essa razão, vejo um caminho promissor na Cartografia como ferramenta da tomada de decisão e da comunicação, seja na escala dos indivíduos, seja do ponto de vista do planejamento.

Convido, assim, os estudiosos a lerem esse trabalho e pensarem a favela, dentro e fora da perspectiva da Geografia, de forma a integrar diferentes métodos a fim de desvendar as contradições sócio espaciais e efetivamente trazer possibilidades de vida à população carente.

NOTA SOBRE E AUTORA:

Alexandra Aguiar Pedro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Geografia Física em 2016 pela Universidade de São Paulo, atua como arquiteta da Secretaria da Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2006. Como profissional da habitação e planejamento urbano participou de cursos internacionais no Japão e na Holanda.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.
- CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole**. n. 17, 2007.
- CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 85-111, 2008.
- SANTOS, M.; CARVALHO, A. **A Geografia aplicada**. Salvador: UFBA/LGER, 1960.
- VENTURI, L. A. B. O papel da técnica no processo de produção científica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 69-76, 2006.